

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO MESQUITA FILHO” (UNESP)
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN (FAAC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

PEDRO HENRIQUE MARTINS PEREIRA

**COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE VALE E INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL**

Bauru

2025

PEDRO HENRIQUE MARTINS PEREIRA

**COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE VALE E INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Gestão e Políticas da Informação e da Comunicação Midiática.

Orientador: Prof. Dr. Carlo José Napolitano.

Coorientador: Prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi.

Bauru

2025

Pereira, Pedro Henrique Martins.

Comunicação e Sustentabilidade na Amazônia: Uma análise comparativa entre Vale e Instituto Socioambiental / Pedro Henrique Martins Pereira. - Bauru, 2025

198 f. : il.

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru

Orientadora: Carlo José Napolitano

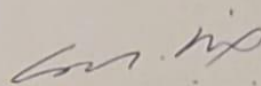
Co-orientador: Pedro Roberto Jacobi

1. Comunicação organizacional. 2. Sustentabilidade. 3. Amazônia. 4. Vale. 5. Instituto Socioambiental I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE PEDRO HENRIQUE MARTINS PEREIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 15 dias do mês de setembro do ano de 2025, às 9h30min, no(a) sala Coonecta e Google Meet, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de PEDRO HENRIQUE MARTINS PEREIRA, intitulada **Comunicação e sustentabilidade na Amazônia: uma análise comparativa entre Vale e Instituto Socioambiental.** A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Associado CARLO JOSÉ NAPOLITANO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design de Bauru, Professora Associada CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO (Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design de Bauru, Professor Adjunto ANDRÉA CARDOSO VENTURA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Administração / Universidade Federal da Bahia. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professor Associado CARLO JOSÉ NAPOLITANO



IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa traz consigo o potencial de oferecer uma contribuição ao campo de investigações acadêmicas da comunicação organizacional e ambiental, que estão em contínuo desenvolvimento. Diante daquilo que cientistas denominam como tríplice crise ecológica - clima, biodiversidade e poluição -, a humanidade enfrenta hoje um desafio bastante concreto, que demanda uma urgente mudança de rota no modelo de desenvolvimento baseado no uso intensivo de combustíveis fósseis e no extrativismo predatório. A comunicação organizacional/ambiental assume, pois, um papel importante no sentido de difundir conhecimentos e estimular comportamentos individuais e coletivos pautados pelos princípios da sustentabilidade, ou seja, do cuidado e da manutenção da vida na Terra.

Em linha com a atuação institucional da UNESP, o estudo aqui apresentado se relaciona com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU à medida em que a comunicação ambiental é uma prática social transversal, que dialoga e interfere em diversas frentes de atuação de combate às injustiças sociais e ambientais. O objetivo 13, por exemplo, trata da necessidade de ações urgentes para combater a mudança climática, especificando a importância da educação e da conscientização nesse processo.

A palavra sustentabilidade se tornou um clichê utilizado muitas vezes sem propósitos claros ou mesmo atrelada a práticas que contrariam os princípios conceituais de sua origem. A comunicação das organizações relacionada às questões ambientais, a depender de quem emite as mensagens, pode acabar por reforçar uma visão superficial, quando não distorcida e enviesada da realidade. Por outro lado, os recursos tecnológicos e o advento da Internet proporcionaram para as ONGs e movimentos sociais um nível de atuação na esfera digital sem precedentes. O que permite a amplificação das mensagens em rede, a articulação de reivindicações e a organização de protestos que podem ganhar proporções para além das fronteiras nacionais.

O presente trabalho oferece referências teóricas e empíricas para qualificar as práticas comunicacionais das organizações que atuam com temas ligados às questões ambientais.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research has the potential to contribute to the field of academic investigations in organizational and environmental communication, which are in continuous development. Faced with what scientists call the triple ecological crisis – climate, biodiversity, and pollution – humanity today faces a very concrete challenge, demanding an urgent change of course in the development model based on the intensive use of fossil fuels and predatory extraction. Organizational/environmental communication therefore assumes an important role in disseminating knowledge and stimulating individual and collective behaviors guided by the principles of sustainability, that is, the care and maintenance of life on Earth.

In line with the institutional activities of UNESP, the study presented here relates to the UN Sustainable Development Goals (SDGs) considering environmental communication as a transversal social practice that dialogues with and intervenes in various fronts of action to combat social and environmental injustices. The SDG 13, for example, addresses the need for urgent action to combat climate change, specifying the importance of education and awareness in this process.

The word sustainability has become a buzzword, often used without clear purpose or even linked to practices that contradict the conceptual principles of its origin. Organizational communication related to environmental issues, depending on who is issuing the messages, can end up reinforcing a superficial, if not distorted and biased, view of reality. On the other hand, technological resources and the advent of the Internet have provided NGOs and social movements with an unprecedented level of activity in the digital sphere. This allows for the amplification of messages online, the articulation of demands, and the organization of protests that can gain proportions beyond national borders.

This academic work offers theoretical and empirical references to qualify the communication practices of organizations working with themes related to environmental issues.

PEDRO HENRIQUE MARTINS PEREIRA

**COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE VALE E INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), Bauru (SP), para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Gestão e Políticas da Informação e da Comunicação Midiática

Data da defesa: 15/09/2025

Banca Examinadora:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Carlo José Napolitano
UNESP - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) - Campus de Bauru (SP)

Co-orientador: Prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi
USP - Instituto de Energia e Ambiente (IEE) - São Paulo (SP)

Membro titular: Prof. Dra. Caroline Luvizotto
UNESP - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) - Campus de Bauru (SP)

Membro titular: Prof. Dra. Andrea Cardoso Ventura
UFBA - Núcleo de Pós-Graduação em Administração/NPGA - Salvador (BA)

Para meu avô Martins (*in memoriam*), um
homem de visão, que sabia a importância de
cair na estrada em busca dos sonhos.

AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos lembrando dos que ensinam e demonstram, por meio do exemplo, o que é navegar no mundo da educação e do conhecimento.

À minha mãe, Dona Isabel, pedagoga freiriana, que me ensinou a ter paixão pelos livros. Aos professores da escola Vera Cruz, que ensinaram o gosto pelo texto e incentivaram o cultivo ao espírito crítico. Aos professores da Universidade Católica de Santos, que apresentaram as lentes do jornalismo como um método para olhar o mundo. Aos professores do CELACC/USP, que demonstraram o que é uma sala de aula com potência e debates. Aos professores do PPGCOM/UNESP, que forneceram com maestria e generosidade os elementos necessários para o processo formativo no nível de pesquisa e docência.

Ao meu orientador, professor Doutor Carlo José Napolitano. Sempre muito paciente e disponível, ofereceu as diretrizes com precisão para estruturar a pesquisa com rigor e sem grandes sobressaltos. Ao meu coorientador, professor Doutor Pedro Roberto Jacobi, que gentilmente aceitou compartilhar seu vasto conhecimento na área ambiental. Às professoras Doutoras integrantes da banca, Caroline Luvizotto e Andrea Cardoso, que proporcionaram momentos ápices do meu percurso formativo acadêmico no exame de qualificação e na banca final.

Aos amigos, abertos para boas conversas e encontros, tudo gente fina, elegante e sincera. Entre eles, Fabrício Gandini, oceanógrafo e ambientalista, com o qual pude cultivar a admiração pelo mar e pela gente que vive do mar; Antonio Gossi, professor da graduação e hoje um canal para conversas filosóficas; Victor Theodoro, colega de relações públicas; André Wolmer, colega de congresso e parceiro de produções acadêmicas; Fábio Modesto e Isadora Prestes, colegas de classe e companheiros de “sofrências” do percurso.

Minha companheira Myrian, meu pai, Renato, sua esposa Rosana, meu irmão e minhas irmãs, todos esses também fizeram parte da base afetiva que me permitiu concluir essa árdua - porém gratificante - jornada.

A todos (as), meu muito obrigado.

“Assim, guardo comigo uma esperança que quero compartilhar com a boa consciência brasileira: podemos continuar a lutar pelos índios com certeza de que algum dia toda a sociedade brasileira vai se dar conta de que o Brasil só é Brasil enquanto houver índios, enquanto houver negros, mestiços, mulatos, brancos, japoneses, europeus, imigrantes sul-americanos integrados no sentimento de irmandade e projetando uma nova civilização com mais igualdade entre as gentes, cheia de fartura e plena tolerância.”

(Darcy Ribeiro, 2020, p. 19).

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma análise comparativa entre a comunicação ambiental e as noções de sustentabilidade expressas pela mineradora multinacional brasileira Vale e pela ONG ambientalista Instituto Socioambiental. Considera-se que as duas organizações atuam enquanto agentes sociais dentro do campo da comunicação ambiental, onde há uma disputa por legitimidade para tratar das questões ambientais. Um dos temas convergentes na comunicação da Vale e do ISA é a Amazônia, maior floresta tropical úmida do planeta, hoje alvo de pressões e ameaças, dentre as quais a própria atividade de mineração em larga escala. O bioma amazônico está próximo de chegar a um ponto de não retorno, o que significa um cenário preocupante em nível global, uma vez que a floresta presta serviços ecossistêmicos fundamentais para o equilíbrio do clima no planeta. O objetivo deste estudo é refletir acerca do papel da comunicação organizacional e ambiental no enfrentamento da atual crise socioambiental. Busca-se analisar a sala de notícias das duas organizações, um espaço midiático que funciona, ao mesmo tempo, como um repositório e uma espécie de agência de conteúdo. Parte das notícias que estão ali publicadas circulam em outros meios, atingindo um público amplo. Para alcançar os objetivos propostos, a análise de conteúdo foi o principal método utilizado, por meio do qual criaram-se categorias analíticas que direcionaram a investigação. A pesquisa bibliográfica acompanhou todo o processo e, como complemento, lançou-se mão da análise documental para tópicos específicos. A amostragem é composta por 86 textos - 22 da Vale e 64 do Instituto Socioambiental -, publicados no ano de 2023. Os resultados demonstram que há convergências entre diversos temas tratados e debatidos pelas duas organizações. No que se refere às diferenças, a Vale demonstra uma noção utilitarista da natureza e se apropria de expressões que a auxiliam na construção de uma imagem de empresa social e ambientalmente responsável. Por sua vez, o Instituto reforça o papel dos povos indígenas na preservação da Amazônia e cobra o Estado para que fortaleça legislação, regulamentação e garantia dos direitos indígenas.

Palavras-chave: Comunicação organizacional; Sustentabilidade; Amazônia; Vale; Instituto Socioambiental.

ABSTRACT

This research presents a comparative analysis between environmental communication and the notions of sustainability expressed by the multinational Brazilian mining company Vale and the environmental NGO Instituto Socioambiental. Both organizations act as social agents within the field of environmental communication, where there is a struggle for legitimacy to address environmental issues. One of the converging themes in the communication of Vale and ISA is the Amazon, the largest tropical rainforest on the planet, currently the target of pressures and threats, including large-scale mining activity itself. The Amazon biome is close to reaching a point of no return, which represents a worrying scenario on a global level, as the forest provides ecosystem services essential to the planet's climate balance. The objective of this study is to reflect on the role of organizational and environmental communication in addressing the current socio-environmental crisis. The aim is to analyze the newsrooms of both organizations, a media space that functions both as a repository and a kind of content agency. Some of the news published there circulates in other media, reaching a wide audience. To achieve the proposed objectives, content analysis was the primary method used, through which analytical categories were created to guide the investigation. Literature research accompanied the entire process, and documentary analysis was also used to complement specific topics. The sample consisted of 86 texts - 22 from Vale and 64 from the Instituto Socioambiental - published in 2023. The results demonstrate convergence between the topics addressed by the two organizations. Regarding the differences, Vale demonstrates a utilitarian notion of nature and uses expressions that help build an image of a socially and environmentally responsible company. In turn, the Institute reinforces the role of Indigenous peoples in preserving the Amazon and calls on the government to strengthen legislation, regulations, and guarantee Indigenous rights.

Key-Words: Organizational communication; Sustainability; Amazon; Vale; Instituto Socioambiental.

RESUMÉN

Esta investigación presenta un análisis comparativo entre la comunicación ambiental y las nociones de sostenibilidad expresadas por la empresa minera multinacional brasileña Vale y la ONG ambiental Instituto Socioambiental. Ambas organizaciones actúan como agentes sociales dentro del campo de la comunicación ambiental, donde existe una lucha por la legitimidad para abordar las cuestiones ambientales. Uno de los temas convergentes en la comunicación de Vale e ISA es la Amazonía, la selva tropical más grande del planeta, actualmente blanco de presiones y amenazas, incluida la propia actividad minera a gran escala. El bioma amazónico está cerca de llegar a un punto de no retorno, lo que representa un escenario preocupante a nivel mundial, ya que el bosque proporciona servicios ecosistémicos esenciales para el equilibrio climático del planeta. El objetivo de este estudio es reflexionar sobre el papel de la comunicación organizacional y ambiental para abordar la actual crisis socioambiental. El objetivo es analizar las salas de redacción de ambas organizaciones, un espacio mediático que funciona tanto como repositorio como una especie de agencia de contenidos. Algunas de las noticias publicadas allí circulan en otros medios, llegando a una amplia audiencia. Para alcanzar los objetivos propuestos, el análisis de contenido fue el método principal, mediante el cual se crearon categorías analíticas para guiar la investigación. La investigación bibliográfica acompañó todo el proceso, y el análisis documental también se empleó para complementar temas específicos. La muestra consistió en 86 textos —22 de Vale y 64 del Instituto Socioambiental— publicados en 2023. Los resultados demuestran convergencia entre los temas abordados por ambas organizaciones. En cuanto a las diferencias, Vale demuestra una noción utilitaria de la naturaleza y utiliza expresiones que contribuyen a construir una imagen de empresa social y ambientalmente responsable. A su vez, el Instituto refuerza el papel de los pueblos indígenas en la preservación de la Amazonía e insta al gobierno a fortalecer la legislación, las regulaciones y a garantizar los derechos indígenas.

Palabras-clave: Comunicación organizacional; Sostenibilidad; Amazonía; Vale; Instituto Socioambiental.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – À esquerda, pico do Cauê, em Itabira (MG), em 1948; à direita, ao fundo, o mesmo local, hoje aplainado pela mineração	82
Figura 2 – Banner da campanha da Vale S. A sobre Amazônia, no site da empresa .	92
Figura 3 – Publicidade da então Vale do Rio Doce, em edição do ano de 1970 no jornal O Globo, ironizando o famoso poema de Drummond.....	93
Figura 4 – Capas da publicação Povos Indígenas no Brasil, desde a primeira edição, quando ainda se chamava Aconteceu, até a penúltima, publicada em 2017	103
Figura 5 – Artistas e celebridades em campanha lançada no Dia dos Povos Indígenas, em 2025, com o mote da demarcação das terras indígenas	105
Figura 6 – Menu dá acesso aos textos da sala de notícias	112
Figura 7: Ícone Imprensa abre uma página específica para os conteúdos	112
Figura 8: Página Imprensa disponibiliza o acervo de textos atualizados	113
Figura 9: Texto publicado na sala de notícia da Vale, classificado como ESG e Meio Ambiente.....	114
Figura 10: Aba denominada Notícias, na barra superior dá acesso ao espaço com os textos.....	114
Figura 11: Página Notícias Socioambientais disponibiliza o acervo de textos atualizados	115
Figura 12: Artigo criticando a exploração de petróleo na margem equatorial	174
Figura 13: Artigo alertando para os impactos das mudanças climáticas nas populações vulneráveis.....	175
Figura 14: Reportagem tratando da aprovação do projeto de lei de Mercado de Carbono	175

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Universo de textos das salas de notícia da Vale e do Instituto Socioambiental	117
Gráfico 2 – Corpus de textos das salas de notícia da Vale e do Instituto Socioambiental	118
Gráfico 3 – Notícias da Vale divididas por data (mês) e tema (editoria)	124
Gráfico 4 – Notícias do ISA divididas por data (mês) e tema (editoria)	125
Gráfico 5 – Divisão percentual por categorias - Vale e ISA	139
Gráfico 6 – Divisão percentual por categorias - Vale.....	141
Gráfico 7 – Divisão percentual por categorias – ISA	142
Gráfico 8: Número de notícias de acordo com gênero textual – Vale e ISA.....	170
Gráfico 9: Número de notícias de acordo com autoria de texto – Vale e ISA.....	173
Gráfico 10: Tipos de fontes consultadas nas notícias – Vale e ISA	175
Gráfico 11: Número de notícias de acordo com ângulo noticioso – Vale e ISA.....	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Textos da sala de notícia da Vale.....	118
Tabela 2 – Textos da sala de notícia do Instituto Socioambiental.....	120
Tabela 3 – Grade de divisão de categorias e subcategorias	126
Tabela 4 – Categoria mudanças climáticas.....	128
Tabela 5 – Categoria desenvolvimento.....	129
Tabela 6 – Categoria preservação da floresta	130
Tabela 7 - Categoria proteção dos povos indígenas	131
Tabela 8 - Categoria biodiversidade	133
Tabela 9 - Categoria impactos ambientais	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE	Agência Internacional de Energia
ANM	Agência Nacional de Mineração
BMD	Bancos Multilaterais de Desenvolvimento
CONAR	Conselho Nacional de Autoregulamentação Publicitária
CDP	Carbon Disclosure Project
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação Indígena
ESG	Environment, Social and Governance
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
GMI	Global Mining Initiative
ICME	International Council on Metals and The Environment
IEA	International Energy Agency
IPCC	International Panel on Climate Change
ISA	Instituto Socioambiental
NDI	Núcleo de Direitos Indígenas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização das Sociedade Civil de Interesse Público
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RAISG	Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciadas
REDD+	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
UC	Unidade de Conservação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UnB	Universidade de Brasília
UNI	União das Nações Indígenas

WEF	World Economic Forum
WRI	World Resources Institute

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
2	Erro! Indicador não definido.	
2.1	Erro! Indicador não definido.7	
2.2	Erro! Indicador não definido.	
2.2.1	Erro! Indicador não definido.	
2.2.2	Bioeconomia: a nova bala de prata para um futuro sustentável	35
2.3	O setor empresarial frente à problemática ambiental	37
2.3.1	ESG: Quem se importa lucra	39
2.4	A atuação do movimento ambientalista no Brasil	40
2.4.1	O terceiro setor e a questão socioambiental	43
2.5	Amazônia em disputa	45
2.5.1	Tensionamentos entre ambientalismo e desenvolvimentismo na Amazônia	47
2.5.2	A terra rasgada pelo extrativismo da mineração.....	49
2.5.3	A perspectiva de defesa dos territórios	51
3	COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA SOCIEDADE MIDIATIZADA CONTEMPORÂNEA	53
3.1	Sociedade midiaticizada: novas formas comunicativas.....	54
3.2	Interfaces entre comunicação organizacional e ambiental	57
3.3	A comunicação ambiental das organizações empresariais	63
3.3.1	Flertes com o greenwashing	66
3.3.2	A comunicação ambiental enquanto forma de violência simbólica	68
3.4	A comunicação ambiental de organizações do movimento ambientalista	71
3.4.1	Mobilização em redes virtuais	74
3.4.2	O campo ambiental e a disputa pela legitimidade	76
4	VALE E INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL: AS ORGANIZAÇÕES EM FOCO NA PESQUISA	80
4.1	Vale, entre Itabira e Carajás, do Brasil para o mundo	81
4.1.1	A construção da imagem de uma mineração sustentável	85
4.1.2	As catástrofes socioambientais de Mariana e Brumadinho	87
4.1.3	Comunicação, uma estratégia para fortalecer a reputação.....	90
4.2	Instituto Socioambiental e o mapear dos mundos indígenas	94
4.2.1	Financiamentos por meio da cooperação internacional.....	100
4.2.2	Comunicação, uma estratégia para visibilizar demandas	102
5	PERCURSO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DO CONTEÚDO	

	AMBIENTAL.....	107
5.1	O método para a pesquisa	108
5.2	As etapas do trabalho empírico.....	110
5.3	Salas de notícias: espaço midiático e organizacional	111
5.4	A definição do corpus	115
5.5	Categorias temáticas	125
5.5.1	Categoria: Mudanças Climáticas	128
5.5.2	Categoria: Desenvolvimento	129
5.5.3	Categoria: Preservação da Floresta.....	130
5.5.4	Categoria: Proteção dos Povos Indígenas.....	130
5.5.5	Categoria: Biodiversidade	132
5.5.6	Categoria: Impactos ambientais.....	133
5.6	Categorias de comunicação	134
5.6.1	Categoria: Gênero textual	134
5.6.2	Categoria: Autoria	135
5.6.3	Categoria: Fontes	135
5.6.4	Categoria: Ângulo noticioso	137
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS NAS SALAS DE NOTÍCIAS DA VALE E DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	139
6.1	Visão geral da distribuição por categorias.....	139
6.1.1	Análise: Mudanças climáticas	142
6.1.2	Análise: Desenvolvimento.....	147
6.1.3	Análise: Preservação da floresta.....	152
6.1.4	Análise: Biodiversidade.....	157
6.1.5	Análise: Proteção dos povos indígenas.....	159
6.1.6	Análise: Impactos ambientais	166
6.2	Análise das categorias de comunicação.....	172
6.2.1	Análise: Gênero textual	172
6.2.2	Análise: Autoria.....	175
6.2.3	Análise: Fontes	177
6.2.4	Análise: Ângulo noticioso	180
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS.....	189

1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução, apresentamos a contextualização do tema abordado na dissertação, a questão problema, os objetivos propostos, a justificativa da pesquisa, o marco teórico, as metodologias utilizadas, assim como um resumo de cada um dos capítulos que compõem o trabalho.

O objeto desta pesquisa é a comunicação ambiental e as noções de sustentabilidade difundidas por duas grandes organizações. A primeira é a Vale S.A, mineradora brasileira e multinacional criada em 1942, à época nomeada Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), estatal de importância estratégica para o projeto nacional desenvolvimentista do Brasil. A segunda é o Instituto Socioambiental, uma das ONGs ambientalistas mais antigas e influentes a nível nacional e internacional, atuante na luta dos direitos de populações tradicionais – indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Ambas as organizações produzem regularmente conteúdo midiático relacionado a temas ambientais, veiculado em plataformas como sites institucionais, com espaços reservados a notícias produzidas por equipes internas, as chamadas salas de notícias. Pela ótica da teoria de Bourdieu (2010), compreendemos essa contínua produção simbólica como um esforço empenhado no sentido de conquistar influência e legitimidade.

Mas por que trabalhar com organizações de finalidades tão diferentes em uma mesma pesquisa? Além do fato de atuarem no mesmo campo social (Bourdieu, 2015), o da Comunicação Ambiental, ambas possuem um fluxo contínuo de comunicações de em temas e áreas comuns. Um deles é a Amazônia, bioma brasileiro que tem sido foco de preocupação e de atenção no mundo inteiro devido tanto às riquezas e belezas naturais exuberantes quanto aos graves riscos a que está submetido. Maior floresta tropical úmida do planeta, localizada na parte norte do continente da América do Sul, a região é habitada desde os tempos imemoriais por povos originários que lograram estabelecer uma relação de respeito e equilíbrio com os ecossistemas locais. Atividades humanas como mineração, agropecuária e grandes projetos de infraestrutura, como as hidrelétricas, são, atualmente, vetores de crescentes pressões e ameaças para a construção de uma sociedade pautada pelos valores da sustentabilidade.

Desde 2019, cientistas alertam que o ponto de não retorno da floresta amazônica está perto de ser atingido, o que significaria um desastre ambiental de impacto global. O desmatamento tem causado alterações no ciclo hidrológico da floresta a tal ponto que a umidade pode diminuir drasticamente e resultar em um processo de desertificação. A desertificação também será impulsionada devido à sinergia entre o aquecimento global, que reduz a quantidade de chuvas e aumenta as temperaturas, gerando frequentes queimadas que destroem os ecossistemas (Lovejoy e Nobre, 2020). Há estudos que projetam uma inversão da função primordial da floresta amazônica, que é a absorção de carbono. Ao invés de exercer o papel de um sumidouro de carbono, ela está se transformando em uma fonte emissora de carbono, em decorrência do desmatamento e aquecimento global (Gatti et al, 2020).

Os enormes potenciais e riscos presentes na Amazônia servem de matéria-prima e inspiração para empreendimentos, projetos e mobilizações, tanto por parte do setor empresarial quanto do movimento ambientalista. A comunicação organizacional está, muitas vezes, localizada na origem dessas iniciativas, seja com o propósito de ampliação de visibilidade e no fortalecimento de marca ou na criação de debates públicos e mobilização em torno das causas ambientais. Por meio da Internet, esses conteúdos e mensagens ganham o mundo em segundos, repercutindo nas redes sociais ou na imprensa tradicional. Ao adotarmos a perspectiva de Reis e Zanetti (2017), podemos pensar que a Amazônia, então, se constitui não apenas como um território político e geográfico, mas também midiático, um local de produção simbólica no qual os agentes sociais atuam para fortalecer o poder cultural dentro de um determinado campo.

Diante desse cenário, partindo da premissa de que os dois agentes sociais selecionados para compor nosso objeto de pesquisa – Vale e Instituto Socioambiental – possuem posicionamentos distintos em relação à problemática ecológica, chegamos à seguinte questão problema: quais são as noções de sustentabilidade observadas na comunicação da Vale e do ISA, semelhanças e diferenças?

Para responder a essa pergunta, traçamos três objetivos específicos de pesquisa, listados abaixo:

1. Analisar a sala de notícias da empresa Vale e da ONG Instituto Socioambiental sobre tópicos ligados ao agrupamento temático da sustentabilidade.
2. Compreender, por meio da análise comparativa, em que medida a comunicação atua para fortalecer aspectos reputacionais ou para gerar senso crítico e debate no que se refere às questões socioambientais.
3. Identificar se a comunicação da Vale e do Instituto Socioambiental trabalham aspectos políticos da sustentabilidade.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizamos três metodologias, previamente concebidas desde o momento do projeto, mas também de acordo com a necessidade que se apresentava em determinado ponto da trajetória da pesquisa. A primeira e principal foi a análise de conteúdo (Bardin, 2000), tanto do ponto de vista da concepção teórica quanto das técnicas, que nos guiou na seleção, categorização e diálogo crítico com os textos extraídos das salas de notícias das duas organizações que compõem o objeto de estudo. Em complemento, utilizamos alguns recursos técnicos da análise documental (Moreira, 2005) ao adentrarmos a relatórios institucionais produzidos pela Vale e pelo ISA no intuito de obter informações que forneciam contexto para a discussão realizada. Por fim, a pesquisa bibliográfica (Stumpf, 2008) esteve presente em todas as etapas do trabalho, para que fosse possível estabelecer claramente o marco teórico apropriado, apresentar o estado da arte de determinados campos de conhecimento, assim como sistematizar ideias e conceitos.

A opção pelas salas de notícias se deve ao fato de serem espaços que concentram uma boa parte do conteúdo midiático produzido sobre temas diversos e, especialmente, sobre questões relacionadas à Amazônia, o que chamou a atenção para a possibilidade de que se tornasse um elo conectivo e temático entre o conteúdo da Vale e do Instituto Socioambiental. A faixa temporal estabelecida foi o ano de 2023, por ser um ano em que cientistas registraram impactos ambientais em nível recorde na Amazônia, tanto de queimadas quanto de secas. Utilizando as palavras “Amazônia” e “Sustentabilidade” como filtro, aplicado na ferramenta de busca das duas salas de notícia, chegamos a uma amostragem de 86 textos, no total, sendo 22 da Vale e 64 do Instituto Socioambiental, sendo esse, portanto, nosso corpus.

Antes de apresentar o marco teórico e o resumo de cada capítulo, é importante deixar registradas as justificativas para a execução desta pesquisa. A primeira é a necessidade de comunicar soluções e levantar debates diante de uma crise ecológica grave, pois o fazer comunicativo assume um papel importante na propagação de informações e provocação de debates que podem auxiliar a coletividade a tomar decisões fundamentadas pela ciência e por entendimentos políticos que contribuam para garantir a sustentabilidade ecológica.

A segunda justificativa é o movimento existente no campo da comunicação organizacional e ambiental para ampliar o número de investigações com variedade de objetos, abordagens teóricas e metodológicas a respeito das problemáticas sociais e ambientais prementes do século XXI. Em se tratando de um campo que conjuga duas grandes áreas de conhecimento - a comunicação e o meio ambiente - a perspectiva interdisciplinar se faz necessária e tem sido incentivada tanto em programas de pós-graduação como em grupos de pesquisa ou publicações científicas.

A terceira justificativa é o fato de a Amazônia ser um bioma extremamente estratégico para a conservação da biodiversidade mundial, uma vez que possui riquezas biológicas que sequer são conhecidas e sistematizadas pela ciência ocidental. Do ponto de vista da comunicação, tanto grandes corporações e suas marcas quanto entidades ligadas a causas sociais e ambientais estão cada vez mais interessadas em realizar uma cobertura midiática sobre a Amazônia, justamente por se tratar de um tema que está no centro da agenda ambiental.

Uma das partes do quadro teórico que fundamenta esta dissertação tem como base autores que discutem o conceito de sustentabilidade, dentro do binômio sociedade e natureza, como Ignacy Sachs, na proposta de construir uma concepção crítica de desenvolvimento sustentável; José Eli da Veiga, ao apontar para paradigmas econômicos que precisam ser desconstruídos; Eduardo Gudynas, nas investigações sobre a importância de se construir uma ética biocêntrica; e Pedro Jacobi, que trabalha a noção de sustentabilidade atrelada às complexidades de uma sociedade permeada por riscos; entre outros. A segunda parte traz autores que discutem o conceito de midiática e a comunicação enquanto um processo sociocultural complexo, a exemplo de Muniz Sodré, nos apresentando a ideia de um bios midiático como uma nova forma existencial na sociedade contemporânea; José Luiz Braga, que aborda a lógica midiática e as formas midiáticas que os grupos sociais assumem; e Luís Sá Martino, ao considerar que a midiática promove reconfigurações de aspectos de determinadas práticas sociais; entre outros, sempre no intuito de captar fundamentos para dialogar com nosso objeto.

A dissertação está estruturada em sete capítulos, considerando esta introdução como o primeiro deles. No segundo capítulo, apresentamos elementos para compreender a fundo o conceito de sustentabilidade, um território de disputas e dissenso. No terceiro capítulo, com vistas a promover um aprofundamento teórico e a problematização da comunicação, dialogamos com pensadores que apresentam uma perspectiva crítica do fenômeno na contemporaneidade, discutindo conceitos como comunicação organizacional, comunicação ambiental e midiática. No quarto capítulo, traçamos um perfil da Vale e do Instituto Socioambiental, com relatos factuais que demonstram a relação delas com momentos históricos importantes do país. No quinto capítulo, apresentamos as concepções do método utilizado na pesquisa, a análise de conteúdo, além das técnicas utilizadas para chegar à definição de um corpus representativo e, principalmente, a definição das categorias analíticas. No sexto capítulo, procedemos com a sistematização dos dados, de forma a constituir o cerne da discussão, em formato de análise comparativa entre a comunicação da Vale e do Instituto Socioambiental.

A pesquisa permite observar, a partir da análise sistemática e crítica dos dados empíricos, que ambas as organizações dedicam espaço significativo na comunicação organizacional para a discussão da sustentabilidade e dos variados tópicos que o conceito sugere. Tanto para a Vale quanto para o ISA, é um tema estratégico do ponto de vista do fortalecimento institucional, uma vez que a mineradora tem por obrigação a prestação de contas para investidores e órgãos públicos a respeito da conduta ambiental, enquanto a ONG ambientalista busca manter o nível de influência no debate público em defesa das populações tradicionais, fundamentais para a preservação da Amazônia. Por outro lado, existem diferenças importantes, algumas evidentes e outras mais sutis, nas noções de sustentabilidade expressas através da comunicação dessas organizações.

Assim, nas páginas de cada capítulo procuramos trazer elementos - científicos, políticos, históricos - que possam contribuir para uma reflexão acerca do papel da comunicação ambiental diante de uma crise de dimensão global e impactos locais.

2 ELEMENTOS PARA PENSAR A SUSTENTABILIDADE NO SÉCULO XXI

Diante da ocorrência cada vez mais frequente de eventos climáticos extremos, como secas, inundações, chuvas torrenciais, incêndios florestais, ressacas marítimas, entre outros, a percepção da população acerca da crise ambiental parece estar aumentando. Múltiplos agentes midiáticos - desde a imprensa tradicional até empresas e organizações da sociedade civil - e produtores de conhecimento científico atuam enquanto mediadores de uma realidade deveras assustadora. Danowski e Castro (2017) abordam essa problemática em um ensaio filosófico sobre o “fim do mundo”, ideia presente tanto em mitos fundantes e ancestrais quanto em narrativas atuais, seja em filmes, na literatura ou na própria mídia em geral. O argumento dos autores é o de que há um desastre civilizacional em curso, causado por um processo de degradação em escala planetária e irreversível, o que acarretará no desaparecimento da espécie humana - a sexta extinção em massa, segundo Kolbert (2015).

Desde o ponto de vista social e ambiental, são pelo menos quatro crises emergentes de impacto planetário - mudanças climáticas, perda da biodiversidade, saúde pública e poluição atmosférica - atravessando a sociedade contemporânea no século XXI, todas, vale notar, relacionadas diretamente a um modelo de desenvolvimento econômico orientado pela maximização de resultados e lucros em um curto espaço de tempo, conforme demonstram alguns dos autores referenciados no presente capítulo (Artaxo, 2020; Gudynas, 2019; Jacobi, 2000, 2005 e 2022; Löwy, 2013; Veiga, 2015). Esses intelectuais convergem no entendimento de que o capitalismo baseado na exploração de combustíveis fósseis é o principal responsável pelas atuais crises socioecológicas, mas possuem diferenças no que se refere às propostas de mudanças que apresentam.

Uma dessas quatro crises é a climática, causada pelo excesso de gases de efeito estufa - dióxido de carbono, metano, ozônio, entre outros. De acordo com o relatório mais recente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), as emissões de gases de efeito estufa provocadas por atividades antrópicas são as principais responsáveis pelo aumento acelerado da temperatura média do Planeta Terra (Artaxo, 2020). A segunda crise emergente é a perda da biodiversidade, resultante das alterações no uso do solo e outras ações humanas, que estão levando ao desaparecimento de espécies em ecossistemas terrestres e oceanos. A terceira crise é o cruzamento entre saúde humana e mudanças climáticas, uma vez que as alterações ambientais podem provocar o aparecimento de doenças oriundas de animais silvestres e a liberação de patógenos nocivos, como foi o caso do coronavírus (Artaxo, 2020). Por fim, a

Organização das Nações Unidas aponta a poluição atmosférica como uma das maiores causas de doenças e mortes prematuras - 7 milhões ao ano - no mundo (ONU, 2022).

O nível de perturbação humana no planeta é tamanho a ponto de alguns cientistas entenderem que adentramos a uma nova época geológica chamada Antropoceno, que teria começado na Revolução Industrial e se intensificado após a Segunda Guerra Mundial (Danowski e Castro, 2017). Trata-se de um período no qual os impactos das atividades antrópicas tornaram-se uma das principais variáveis nas dinâmicas do sistema Terra, tanto no quesito escala quanto na velocidade das mudanças (Marques, 2023). Na visão de Danowski e Castro (2017, p. 20), “o Antropoceno só deverá dar lugar a uma outra época geológica muito depois de termos desaparecido da face da terra”.

Esses são alguns dos elementos que serão utilizados ao longo do presente capítulo para que se possa compreender a fundo o conceito de sustentabilidade. Rastreamos sua origem e apresentaremos quais são alguns dos usos e aplicações na sociedade contemporânea, mas também trataremos de questões relativas ao modelo de desenvolvimento econômico, além de apresentar o modo de atuação do setor empresarial e do movimento ambientalista, os dois que compõem a análise comparativa da pesquisa. Por fim, apresentaremos uma contextualização das disputas existentes na Amazônia, uma vez que o objetivo do capítulo é fornecer uma base teórica sólida para discutir posteriormente a comunicação da sustentabilidade tendo como recorte as notícias da Vale e do Instituto Socioambiental relacionadas a esse bioma.

2.1 Sustentabilidade: um valor, múltiplos sentidos e usos

Em um contexto de emergências socioambientais, o termo sustentabilidade passou a ser utilizado constantemente por diferentes grupos sociais, desde pequenas empresas até grandes corporações, passando por ONGs, instituições acadêmicas e meios de comunicação. Por si só, essa aderência não é um problema, mas quando o sentido da palavra começa a se transformar ou até se esvaziar nas práticas sociais, então passa a haver uma questão de comunicação, mas também social e política, a ser enfrentada. É fundamental resgatar as raízes de um conceito que, não apenas se tornou presente no cotidiano dos cidadãos e consumidores, mas, principalmente, aponta - ao menos, em tese - para um novo modelo de sociedade, onde as atividades humanas podem coexistir em equilíbrio com a natureza sem haver degradação e sobrecarga dos sistemas naturais.

Boff (2017) resgata uma história pouco conhecida a respeito da noção de sustentabilidade. Segundo esse autor, foi na Alemanha, no século XVI, que aparece pela

primeira vez o registro dessa palavra, no caso, dentro de um contexto no qual havia uma preocupação em garantir o uso racional das florestas para a extração de madeira. Dois séculos depois, no mesmo país, conta-se que o capitão Hans Carl Von Carlowitz, líder de uma operação de fornos de mineração à base de carvão vegetal, extraído da madeira, escreveu um tratado para organizar a produção de forma a evitar o esgotamento do principal recurso natural disponível. Em 1795, Carl Georg Ludwig Hargtig também fez uma publicação, um livro, para ensinar o manuseio das florestas, ressaltando a importância de dar condições para que as futuras gerações pudessem desfrutar das vantagens de um ambiente abundante em árvores. Esses exemplos históricos mostram que a noção de sustentabilidade já havia ganhado importância estratégica em outra época, inclusive com semelhanças a discursos ecológicos atuais (Boff, 2017).

Ao avançar a linha do tempo para o século XX, quando a sociedade industrializada e depois globalizada passou a discutir maneiras de inserir perspectivas advindas da ecologia na economia, conforme veremos em detalhe na seção 2.2, identificamos que “em sentido estrito, a origem do conceito está na dimensão ambiental, quando biólogos de populações e gestores de recursos naturais introduziram, na década de 1970, a ideia de colheitas ou capturas sustentáveis” (Gudynas, 2019, p. 254). Veiga (2015), por sua vez, comenta que, no início do aparecimento do conceito, o objetivo desses pesquisadores ligados às ciências ambientais era estimar os níveis em que atividades extrativistas como a pesca, por exemplo, poderiam ultrapassar os limites de reprodução dos animais capturados.

O desafio, conforme relatado por esse autor, era “identificar o ponto a partir do qual poderia ser rompida a resiliência do ecossistema” (Veiga, 2015, p. 70), ou seja, um momento em que estaria comprometida a capacidade de um determinado sistema em absorver uma perturbação externa. Logo, “não há qualquer dificuldade em se perceber nessa procura o real significado da noção de sustentabilidade” (Veiga, 2015, p.70), ou seja, um cuidado para que os recursos naturais não sejam esgotados. Em termos ecológicos, Boff (2017, p. 32), acrescenta: “sustentabilidade representa os procedimentos que tomamos para permitir que a Terra e seus biomas se mantenham vivos, protegidos, alimentados de nutrientes a ponto de estarem sempre bem conservados”.

Em se tratando de uma discussão que, em última instância, diz respeito à manutenção da vida, a ética entra em cena. Segundo Gudynas (2019), a ética está relacionada aos valores e, no caso específico das questões ambientais, a como se valoram aspectos ligados ao meio ambiente. Boff (2017) traz a ideia da ética do cuidado, que seria mais do que uma atitude ou mesmo virtude, mas um modo de ser que engendra uma nova relação com a natureza e os outros seres humanos e vivos. Para ele, “em grande parte, a crise social e ecológica atual

se deve a essa carência dolorosa e, por vezes, criminosa do cuidado essencial” (Boff, 2017, p. 100). No âmbito da educação ambiental, Jacobi (2005) defende a construção de uma visão crítica que tenha como horizonte a partilha de uma ética preocupada com a justiça ambiental.

É importante ressaltar que quando se fala em ética ou em sustentabilidade, não são blocos monolíticos, livres de divergências, mas, pelo contrário, há várias linhas, cada qual com seus pressupostos. Gudynas (2019) sistematizou, de maneira bastante didática, três principais correntes da sustentabilidade, divididas em função, justamente, da perspectiva ética defendida, mas também das críticas às estratégias de desenvolvimento econômico. A primeira, denominada sustentabilidade fraca, engloba posições de grupos que adotam um viés estritamente técnico para tratar dos problemas ambientais. Os limites ecológicos são aceitos, mas são considerados gerenciáveis.

Existe, de fato, tanto nas dinâmicas do mundo prático quanto nos debates acadêmicos, uma linha de pensamento que argumenta pela possibilidade de se aplicar os princípios da sustentabilidade por meio de mecanismos econômicos convencionais. Para Barbieri (2012, p. 114), a empresa dotada de responsabilidade deve proteger o meio ambiente e contribuir para aportar benefícios sociais com eficiência econômica. Segundo o autor, há que se fazer “uma revisão dos produtos, métodos de produção e do seu próprio modelo de gestão...sem comprometer os ganhos econômicos necessários à continuidade do negócio”.

Dando continuidade à tipologia acima exposta, a segunda corrente, a sustentabilidade forte, traz a necessidade de outros aspectos, além dos técnicos, para alcançar a sustentabilidade. Nas palavras de Gudynas (2019, p.257), “embora se aceite a ideia de capital natural, há a consciência de que é imprescindível assegurar que pelo menos uma parte seja preservada”. Entende-se, nessa linha, que o capital natural tem tanto ou maior valor, em alguns casos, do que as atividades antrópicas. Começa a aparecer aqui, portanto, um enfoque também político, no sentido de compreender os conflitos presentes no tecido social.

Por último, a sustentabilidade *superforte* aposta em transformações mais estruturais, a partir do momento em que defende uma valoração múltipla a ser aplicada à natureza. Um dos aspectos principais é a perspectiva biocêntrica, ou seja, aquela que reconhece os valores intrínsecos da natureza. Ao invés do termo “recurso natural”, passa-se a utilizar o conceito de “patrimônio natural”. Gudynas (2019, p. 258) enfatiza que “a sustentabilidade superforte é sempre uma discussão política”, a tal ponto ser considerada radical e inatingível por acadêmicos, políticos e mesmo ativistas, o que merece uma discussão teórica que foge do escopo dessa dissertação.

Nos interessa observar que essas três correntes de sustentabilidade possuem relação com a ética, pois indicam maneiras distintas de se relacionar com a natureza, desde um viés mais utilitarista até o que engloba valores intrínsecos aos seres vivos do ambiente natural. Também indicam, vale notar, um nível menor ou maior de crítica ao atual padrão de desenvolvimento econômico. A tipologia de Gudynas traz, portanto, aportes bastante relevantes para distinguir quais são as possíveis noções de sustentabilidade colocadas em jogo, com subsídios que podem auxiliar a responder a pergunta-problema desta pesquisa.

2.2 O desenvolvimento sustentável frente ao desafio civilizatório

Veiga (2015) traz uma provocação aparentemente simples, mas fundamental para pensar a relação entre meio ambiente, desenvolvimento e racionalidade tecnocrática, pois é neste ponto que residem múltiplos conflitos e causas do cenário de destruição quase apocalíptico enfrentado atualmente pela humanidade. O autor pergunta: “O que fez com que um restrito conceito da biologia populacional, que permanecia ignorado pela maioria dos mortais até o início da década de 1990, passasse rapidamente a ser usado com tanta desenvoltura para qualificar o desenvolvimento?” (Veiga, 2015, p. 66).

Para responder a essa indagação, há que se fazer ao menos um breve resgate da trajetória das discussões acerca do meio ambiente e da crise ecológica ao longo da história recente do século XX. Jacobi (2005, p. 235) explica que:

A incorporação do marco ecológico nas decisões econômicas e sociopolíticas tem na construção do conceito de desenvolvimento sustentável um referencial que assume visibilidade, e que coloca o desenvolvimento como uma forma de modificação da natureza e que, portanto, deve contrapor-se tanto aos objetivos de atender às necessidades humanas e, de outro lado, seus impactos, e dentre estes, aqueles que afetam a base ecológica (grifo nosso).

É na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, mais conhecida por Conferência de Estocolmo, em 1972, que a dimensão ambiental passa a figurar na agenda política internacional. Jacobi, Filho e Pierro (2022) sinalizam que pelo menos duas correntes de pensamento alimentaram o processo de construção do conceito de desenvolvimento sustentável. A primeira, fruto das discussões ocorridas no âmbito do Clube de Roma, realizado em 1972, defendia que, para haver um equilíbrio entre estabilidade econômica e ecológica, seria necessário congelar o crescimento populacional e do capital industrial. A segunda, advinda das críticas ambientalistas ao modo de vida contemporâneo, preconizava a necessidade de, nas palavras de Jacobi, Filho e Pierro (2022, p. 37) “harmonizar os processos ambientais com os

socioeconômicos, maximizando a produção dos ecossistemas para favorecer as necessidades humanas presentes e futuras”.

A expressão desenvolvimento sustentável, propriamente, viria a público pela primeira vez em 1979, no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento (Veiga, 2015). Anos depois, em 1987, em meio aos efeitos decorrentes do fatídico acidente nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, a Assembleia da ONU lança o documento “Nosso Futuro Comum”, que disseminou amplamente o conceito em questão. Fruto de discussões com diplomatas e técnicos de todo o mundo, lideradas pela então ministra da Noruega Gro H. Brundtland, o relatório apresentou uma abordagem importante, até então não elaborada: a inclusão de elementos como economia, tecnologia, sociedade e política no debate acerca do desenvolvimento econômico (Jacobi, Filho e Pierro, 2022).

O foco da discussão que pretendemos trazer na presente seção do trabalho reside justamente nos dilemas enfrentados pela atual sociedade - ainda longe de serem solucionados, importante frisar - em busca de uma conciliação entre a dimensão ambiental e a econômica. Por essa razão, deixaremos de lado o detalhamento da trajetória histórica das conferências internacionais promovidas pela ONU, amplamente registrada na literatura acadêmica¹, e iremos direto às contribuições de autores como Boff (2010), Jacobi (2005), Sachs (2002) e Veiga (2015). Todos se implicaram na tarefa de pensar as complexidades em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, pois, ao contrário do que grupos sociais dominantes querem fazer crer, não se trata de uma definição livre de ambiguidades e conflitos.

A começar pela aparente antinomia ou contradição em termos, solidificada na expressão “desenvolvimento sustentável”, uma vez que são termos advindos de diferentes disciplinas: o primeiro, da economia, e o segundo, da biologia, conforme explicado na seção anterior. Para Boff (2010, p. 63), trata-se de uma “fórmula pela qual o sistema mundial imperante conseguiu incorporar as exigências do discurso ecológico”. De fato, conforme explicado por Sachs (2002), foi a alternativa encontrada entre o economicismo extremo e o que era entendido como fundamentalismo ecológico, que pregava um preservacionismo radical dos sistemas naturais. De acordo com esse autor, começava a haver um entendimento de que o crescimento econômico “deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao PIB” (Sachs, 2002, p. 52).

¹ Para saber mais sobre esses importantes encontros que são determinantes para traçar diretrizes e acordos em nível global, ver Bursztyn e Bursztyn (2006).

Para Jacobi (2005, p. 238), “a falta de especificidade e as pretensões totalizadoras têm tornado o conceito de desenvolvimento sustentável difícil de ser classificado em modelos concretos, operacionais e analiticamente precisos”. Em complemento, Veiga (2015, p. 71) afirma: “Para que a expressão desenvolvimento sustentável deixe de ser mero conto de fadas, será necessário que as sociedades contemporâneas assumam uma agenda ambiental com doze graves desafios”. Eles podem ser divididos em quatro eixos: 1) Destruições ou perdas de recursos naturais; 2) Respeito aos limites naturais do planeta Terra; 3) Utilização de tecnologias nocivas ao meio ambiente; 4) Crescimento populacional e padrões de consumo.

Se tomarmos como base o principal fórum global de difusão de conhecimento acerca das questões climáticas, o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), as discussões realizadas nas conferências da ONU ao longo das últimas quatro décadas não surtiram efeitos, haja vista a capacidade de resiliência do planeta ter se deteriorado no período. Logo, o impasse continua, pois ainda não se sabe ao certo de que maneira é possível garantir o crescimento econômico levando em consideração os limites claros para as emissões de gases de efeito estufa e destruição da biodiversidade. Mais ainda, como construir um modelo em que a riqueza seja distribuída e os passivos ambientais não recaiam sobre minorias e populações vulneráveis. Neste ponto, vale retornar a Veiga (2015) e Sachs (2002), os quais lembram o fato de que o próprio ideal de desenvolvimento é algo relativamente recente na história da humanidade, datado do século XX, em um auge institucional destinado a exorcizar as lembranças da Grande Depressão, crise econômica que atingiu o mundo inteiro em 1929.

Em outras palavras, para compreender e superar os conflitos existentes no conceito e jargão desenvolvimento sustentável é preciso analisar as premissas do primeiro elemento da expressão. Nos dizeres de Veiga (2015, p. 68), “a interação singular dos contrários que poderá engendrar tal superação exige a crítica do próprio desenvolvimento”. Afinal, o que é desenvolvimento? A que desenvolvimento se referem os agentes sociais² quando o enunciam em seus discursos?

Na linha teórica com a qual estamos alinhados, desenvolvimento tem relação direta, principalmente, com a possibilidade de os cidadãos viverem o tipo de vida social e econômica que mais lhes parece adequada, a partir da provisão de instrumentos e oportunidades para fazerem as melhores escolhas. Por essa razão, é importante ter claro que o crescimento é um

² Definimos, desde o momento inicial da construção deste trabalho, tratar a Vale e o Instituto Socioambiental enquanto agentes sociais, conceito desenvolvido, entre outros autores, por Bourdieu (1987) autor que dará suporte para discussões presentes na dissertação. Esse enquadramento está alinhado à interpretação que autores como Zanetti (2017), Martino e Marques (2012) e Lago (2015) fazem do termo, considerando que os agentes podem ser indivíduos, instituições ou grupos.

meio e não um fim, pois detém uma capacidade limitada de fazer com que as sociedades alcancem os objetivos almejados (Veiga, 2015). Tal concepção ainda está muito longe de ser a preponderante entre investidores, empresários, políticos e tomadores de decisões, pautados por cifras reducionistas como PIB (Produto Interno Bruto) e lucro para analisar o desempenho da economia, ignorando externalidades como os agravos ambientais e injustiças sociais³.

Pensar o desenvolvimento a partir da dimensão ambiental implica, no entender de Jacobi, Filho e Pierro (2022), trabalhar com a premissa de que é preciso, sim, definir limites às possibilidades de crescimento. Conforme aponta explicitamente Sachs (2002, p. 55), “o desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado”. Esse mesmo autor aponta que planejamentos macroeconômicos por parte de nações e governos subnacionais são ferramentas indispensáveis para promover o desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto acima, torna-se nítido a envergadura do desafio coletivo estabelecido no século XXI para construir um novo modelo de economia que não cause a destruição dos bens naturais. Há que se conceber, de acordo com Jacobi (2005, p. 238), uma “necessária redefinição das relações entre sociedade humana e natureza, e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório”.

2.2.1 Desafios para uma transição energética justa

Para que haja alguma chance concreta de a humanidade escapar da rota catastrófica anunciada pelo aquecimento de 1,5°C acima do período pré-industrial, o IPCC estima que será necessário reduzir o nível de emissões de gases de efeito estufa para metade do nível atual até 2030 e cortá-las totalmente (net-zero) até 2050 (Mastini, Kalis e Hickel, 2021). Essa correção drástica implica em um processo que especialistas denominam de transição energética, termo amplamente utilizado no setor empresarial, que consiste em promover uma alteração das matrizes de energia – sair dos combustíveis fósseis em direção a biocombustíveis e outras energias renováveis, como a solar e a eólica (Marques, 2023). A questão complexa que se impõe é referente ao modelo socioeconômico capaz de dar suporte a tamanha transformação.

Para Marques (2023, p. 205), é importante pensar na mudança climática como algo intrinsecamente relacionado ao sistema econômico e financeiro:

³ Para uma discussão aprofundada acerca da chamada “ditadura do PIB”, ver capítulo 1 da obra referenciada do economista José Eli da Veiga (2015).

A engrenagem do aquecimento global se origina numa economia baseada na queima de combustíveis fósseis, na monocultura de escala e, em especial, na produção industrial de carne. Essa economia é controlada pelos detentores de capital, cuja razão de ser é a máxima rentabilidade dos investimentos e a reprodução ampliada do ciclo econômico, o que implica expansão sempre crescente de consumo energético.

Marques (2023) apresenta dados dando conta de que a humanidade consumiu mais energia nos últimos 70 anos do que em todo o período geológico do Holoceno, que se inicia há 11.700 anos. O principal motor dessa alta escala de consumo energético para atividades humanas é a queima de combustíveis fósseis, especialmente o carvão. Relatório da Agência Internacional de Energia (AIE), citado pelo mesmo autor, aponta que a geração global de energia a carvão segue em tendência de crescimento.

Segundo Marques (2023, p. 211), as energias renováveis de baixo carbono, principalmente solar e eólica, não estão efetivamente substituindo o uso dos combustíveis fósseis, como a ciência prevê que deveria estar sendo feito urgentemente, pois estes ainda recebem grandes subsídios por parte dos Estados. Ao contrário do que alguns propagandistas do setor empresarial querem fazer crer, de que a transição energética está em curso, “o aumento da capacidade instalada e dos investimentos em energias renováveis de baixo carbono só vem satisfazendo a voracidade energética insaciável da economia capitalista globalizada”. Seria necessário ter uma economia pautada pelo uso extremamente racional de energia para que houvesse real esperança de substituição no modelo energético.

Além do desafio de descontinuar urgentemente a produção de carvão a nível global e de diminuir drasticamente a produção de petróleo, o aspecto da justiça social também deve ser considerado, uma vez que o processo de transição energética se depara, inevitavelmente, com a existência de desigualdades estruturais, seja entre o norte e o sul global ou entre grandes empreendimentos e comunidades vizinhas. Conforme Marques (2023), para que os países mais pobres não sejam afetados devido à perda de receitas em um cenário de diminuição de exploração de combustíveis fósseis, as nações mais ricas devem transferir recursos financeiros que propiciem um desenvolvimento à base de energias de baixo carbono. Ademais, de acordo com Mendes, Sampaio e Collaço (2025), a implementação inadequada dos mecanismos de transição energética pode acarretar prejuízos para comunidades e territórios vulneráveis.

O conceito de justiça energética – ou transição energética justa - introduz uma perspectiva crítica para o setor de energia enquanto um agente responsável por mitigar os impactos da mudança climática sem deixar de lado a melhoria de indicadores sociais. Uma de suas dimensões diz respeito ao reconhecimento e validação dos direitos, identidades e contribuições de determinadas comunidades impactadas ao longo do processo de transição.

Preza pela prevenção a novas formas de desigualdades e, principalmente, à promoção do bem-estar social e da sustentabilidade ecológica (Mendes, Sampaio e Collaço, 2025).

O tema da transição energética está presente na comunicação de empresas de diferentes setores, dentre eles, o de mineração, conforme será visto nos capítulos 4 e 5. Trata-se de um tópico de extrema importância para o setor privado, pois está cada vez mais nítido a urgência de mudanças na matriz energética global para que a própria economia continue a funcionar a longo prazo. Assim, pretendemos saber quais são as mensagens difundidas pela Vale a esse respeito, se elas apontam para o cerne do problema ou apenas se utilizam de “afirmações ilusórias”, conforme expressão utilizada por Marques (2023, p.212) para se referir a discursos que não se lastreiam em evidências científicas.

2.2.2 Bioeconomia: a nova bala de prata para um futuro sustentável

Quando se trata de discutir formas de promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia, um conceito que vem ganhando força entre atores políticos domésticos e internacionais é o de bioeconomia, criado justamente no bojo de debates com propostas de desconstrução do atual paradigma de crescimento econômico. Governos nacionais e locais, corporações e ONGs estão, cada um à sua maneira, criando uma base de experiências e conhecimento na tentativa de tentar implementar um tipo de economia que possa entregar ao mesmo tempo a preservação dos ecossistemas e o benefício a povos tradicionais, como indígenas, ribeirinhos e quilombolas (Ferreira et al., 2024).

Ferreira et al (2024) explicam que o termo tem sido agregado em pelo menos três tipos de perspectivas: 1) a visão focada na inovação tecnológica para novas aplicações industriais; 2) o foco na substituição dos combustíveis fósseis, a partir da criação de novos produtos e fontes de energia a partir do uso de biomassa; 3) processos ecológicos que promovem a biodiversidade e evitam tanto a degradação ambiental quanto o cultivo de monoculturas. No Brasil, a primeira agenda de bioeconomia a emergir foi alinhada à visão da inovação tecnológica e da aplicação de biomassa, sendo os aspectos sociais incorporados posteriormente por meio de programas direcionados às comunidades tradicionais e rurais.

As definições e significados são variados, a depender do ator social em questão, o que tem implicações não apenas retóricas, mas principalmente no perfil de planificação a ser realizada para a região amazônica. Autores dedicados a pesquisar o tema afirmam que muitas propostas ainda utilizam a nomenclatura de forma vaga, sem precisão técnica ou conceitual, quando não desviada dos propósitos originais, ligados tanto à esfera da preservação ambiental

quanto à da justiça social (Abramovay, 2024; Ferreira et al, 2024; Garret et al, 2023; Bergamo et al, 2022).

Traremos aqui três definições com algumas diferenças entre si, para que se tenha uma perspectiva comparativa. A primeira delas é a do Encontro Amazônico da Sociobiodiversidade, realizado por organizações indígenas, pequenos agricultores e movimentos sociais de base na cidade de Belém, em 2021:

A sociobioeconomia que defendemos é baseada na ciência e tecnologia para melhorar a produção de produtos florestais e pesqueiros, permitindo que possamos processar, armazenar e comercializar produtos sociobiodiversos, respeitando nossos modos de vida. Somos contra processos inovadores que resultem em pacotes tecnológicos e sistemas de produção de alto insumo projetados para substituir a floresta nativa por uma monocultura de variedades geneticamente uniformes com o objetivo de atender à indústria alimentícia e são falsamente propagados como sistemas ambientalmente adequados. Para nós, a inovação não deve resultar em processos que ameacem nossos territórios nem nossos modos tradicionais e harmoniosos de viver e produzir (Amazon Socio-Biodiversity Meeting, 2021, p.1).

Observa-se nesse excerto, além de um viés crítico no que se refere à concepção de inovação e uso dos territórios, a utilização do termo sociobioeconomia, para o qual vale um breve comentário. Garret et al (2023) explicam se tratar de uma forma de apontar especificamente para a importância da diversidade social, cultural e biológica existente no âmbito da floresta Amazônica, com a inclusão dos saberes das populações indígenas e comunidades locais. Ao se levar em conta a relação de equilíbrio e harmonia que esses grupos sociais possuem com o meio ambiente, para Ferreira et al (2024, p. 2), “o conceito de sociobioeconomia pode fomentar sistemas econômicos alternativos, em contraste com uma abordagem de negócios tradicional”.

Uma segunda definição, advinda do documento que estabelece a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, indica o seguinte:

A bioeconomia representa o conjunto de atividades econômicas baseadas na biodiversidade, que promovem soluções inovadoras no uso de recursos naturais e visam à transição para um padrão de desenvolvimento sustentável voltado para o bem-estar da sociedade e a conservação do meio-ambiente (Brasil, 2019, p. 1).

Por fim, a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada, coletivo de organizações da sociedade civil atuante pela sustentabilidade da região da Amazônia, entende que:

A bioeconomia, uma economia verde e sustentável, surge como alternativa inovadora para utilizar os recursos naturais, retribuindo e incorporando o conhecimento das comunidades locais e compreendendo a importância e o valor de manter a floresta tropical de pé, deixando de vê-la como um local de extração (RAISG, 2021, p. 63).

Em síntese, a ideia de uma bioeconomia como possível solução para problemáticas sociais e ambientais da Amazônia vem ganhando força em determinados meios, seja entre os movimentos sociais, ávidos pela promoção da justiça ambiental, ou no mainstream empresarial, que sofre pressão para proceder com um mínimo de revisão acerca de suas práticas exploratórias. O risco, conforme apontam Ferreira et al (2024), é o de se tornar uma nova “bala de prata” rumo ao desenvolvimento sustentável, ou seja, uma propositura quase mágica, colocada à mesa sem a devida reflexão.

2.3 O setor empresarial frente à problemática ambiental

A partir do momento em que a relação entre modelo de desenvolvimento econômico e proteção ambiental torna-se chave para entender a atual crise ecológica, conforme demonstrado na seção acima, entra em cena um agente social fundamental para os debates: o setor empresarial. A performance financeira de grandes empresas hoje em dia, muitas vezes, é superior à produção de riqueza de determinadas nações, sem mencionar o controle tecnológico, a influência política, a dominação de territórios e os constantes impactos ambientais que determinadas atividades exercem, como, por exemplo, o extrativismo minerador realizado pela Vale. Qual seria então o papel e a responsabilidade desses poderosos agentes sociais no enfrentamento das problemáticas ligadas ao meio ambiente?

Uma das iniciativas mais consolidadas atualmente enquanto espaço de difusão de boas práticas para o setor empresarial é o Pacto Global da ONU, lançado em 2000 pelo então Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan. O objetivo é mobilizar a comunidade empresarial global para adotar princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Reúne mais de 25 mil participantes, entre empresas e organizações, distribuídos em mais de 67 redes locais, com abrangência em todos os continentes. A Vale fez parte dessa iniciativa até o ano de 2019, quando foi pressionada a se desvincular, em razão de alegações de entidades ambientalistas brasileiras e internacionais, que apontavam as tragédias de Mariana, em 2015, e Brumadinho, em 2019, como exemplos concretos do não cumprimento dos princípios de defesa ambiental e dos direitos humanos por parte da companhia. Detalhes e contexto dessa história estão inseridos no capítulo 4, onde traçamos um perfil da Vale e do Instituto Socioambiental.

A proposta do Pacto Global é orientar o setor empresarial na promoção de práticas responsáveis e alinhadas com a perspectiva da sustentabilidade, representada pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, agenda global estabelecida pelo órgão

internacional para guiar a adoção de estratégias coletivas de combate às desigualdades sociais e ambientais até 2030. Alguns desses objetivos, como o número 14 (Vida na Água) e o número 15 (Vida Terrestre) dizem respeito aos esforços para evitar a perda massiva da biodiversidade, uma das quatro grandes crises planetárias, conforme apontado na abertura deste capítulo. De acordo com relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF, 2020), aproximadamente 1 milhão de espécies estão em risco devido a atividades humanas como produção de alimentos, infraestrutura, geração de energia e mineração. Mais da metade do total da riqueza produzida globalmente - US\$44 trilhões - se encontra em risco potencial, uma vez que há uma dependência direta entre economia, negócios e natureza.

Embora sejam responsáveis por grande parte dessa devastação em curso, as empresas ainda sequer divulgam abertamente dados que poderiam dar conta de quais são as ações realizadas no sentido de diminuir os impactos causados. Segundo relatório do CDP (CDP, 2025, p. 6), no que se refere ao uso da água, por exemplo, “apenas 64% dessas empresas fazem divulgação de dados”. Com relação a florestas, 46% das empresas com impacto direto em ecossistemas do tipo divulgam dados, e “apenas 40% das empresas possuem metas que cobrem a maior parte dos impactos materiais causados na natureza” (CDP, 2025, p. 6). Conforme descrito no capítulo 4, a Vale tem sua maior área de exploração de minério de ferro localizada na região de Carajás, no bioma amazônico, e promove divulgações constantes com o tema da biodiversidade. Além dos impactos na vida presente nos mais variados ecossistemas, empresas também são pressionadas pela comunidade global a se alinhar ao Acordo de Paris, que, em 2015, traçou o objetivo de limitar o aquecimento do planeta Terra a 1,5°C acima do período pré-industrial. Esse esforço significa uma drástica redução no nível de emissões de gases de efeito estufa, produzidos principalmente pela queima de combustíveis fósseis e desmatamento. Para essa finalidade, o mundo precisaria zerar as emissões globais até 2050, o que, para Marques (2023, p. 276) se configura como um alvo “do qual o sistema econômico vigente se distancia a cada dia”.

O setor privado necessita, portanto, de estabelecer metas claras para a redução de emissões, além de aumentar o nível de transparência no que se refere a atividades com riscos climáticos. Desde 2015, mais de mil empresas assinaram o Science-Based Targets (em tradução nossa, Metas Baseadas na Ciência), comprometendo-se com a descarbonização de suas cadeias de suprimento e com a transparência nos relatórios que apresentam os progressos obtidos. Os impactos das mudanças climáticas, como a incidência cada vez mais frequente de eventos extremos, refletem diretamente em prejuízos para as empresas, um motivo bastante pragmático para tomarem medidas urgentes (WRI, 2020).

No entanto, as metas das empresas para reduzir as emissões não estão alinhadas ao parâmetro do limite de 1,5°C estabelecido em Paris. Do universo de empresas pertencentes aos países das maiores economias do mundo, o G7 (Alemanha, Itália, França, Reino Unido, Estados Unidos, Japão e Canadá) a ambição média estabelecida colocaria o planeta Terra na rota de um aquecimento de 2,7°C (CDP, 2022). No Brasil, em levantamento realizado com 229 empresas de capital aberto que reportam dados ambientais, a situação é a mesma: uma projeção de 2,7°C de aquecimento (Infomoney, 2024). Para que os limites estabelecidos pela ciência sejam então respeitados, as metas têm de ser mais ambiciosas, mas, para além dessa empreitada, também será necessário mudar algumas bases do atual modelo econômico.

2.3.1 ESG: Quem se importa lucra

Em 2004, Kofi Annan liderou uma outra iniciativa que perdura com influência significativa no setor empresarial até os dias atuais, qual seja, a formatação do documento *Who Care Wins*, assinado por 20 instituições financeiras de nove países, gestoras de um acumulado total de aproximadamente US\$ 6 trilhões em ativos. No entendimento desse seleto grupo, o setor financeiro deveria assumir um protagonismo na pressão por engajamento e responsabilidade das empresas na causa social e ambiental, considerando o contexto de um mundo globalizado em meio a múltiplas crises.

Um dos trechos que apresenta a tese central a permear todo o raciocínio e as recomendações aos agentes do mercado financeiro é o seguinte:

A bioeconomia representa o conjunto de atividades econômicas baseadas na biodiversidade, que promovem soluções inovadoras no uso de recursos naturais e visam à transição para um padrão de desenvolvimento sustentável voltado para o bem-estar da sociedade e a conservação do meio-ambiente (Brasil, 2019, p. 1).

Aqui, observamos o embrião da criação da sigla ESG, amplamente difundida e em voga no meio empresarial, na mídia e até entre consumidores não especialistas. A letra “E”, de environment (meio ambiente), diz respeito a aspectos como: mudanças climáticas; liberação de resíduos tóxicos; novas regulações incidentes em produtos e serviços. A letra “S”, de social, contempla: ambiente seguro e saudável de trabalho; relacionamento com comunidades em operações fabris; direitos humanos na empresa e na cadeia de fornecedores. A letra “G”, de governance (governança corporativa), trata de questões ligadas a: transparência e prestação de contas; medidas anticorrupção; instâncias de auditoria interna (Who Care Wins, 2004).

É interessante notar que, apesar de a concepção datar do começo do século, foi apenas a partir de 2018 que o termo realmente ganhou força, principalmente devido à validação de uma das maiores gestoras financeiras de ativos do mundo, a Black Rock⁴. Nas palavras do CEO da empresa, em carta enviada anualmente aos investidores, Fink (2018, s/p) defende que “a importância de servir às partes interessadas e integrar o propósito está se tornando cada vez mais fundamental para que as empresas entendam seu papel na sociedade”. E complementa: “Uma empresa não pode alcançar lucros a longo prazo sem ter um objetivo e sem considerar as necessidades de uma ampla gama de partes interessadas” (Fink, 2018, s/p).

Torna-se nítido, portanto, o marco ao qual a visão de ESG está umbilicalmente atrelada, o da economia de mercado ou, como preferem recentemente seus artífices, o capitalismo de stakeholders. Conforme elabora Gutilla (2023, p. 35): “Planeta, pessoas e lucro – planet, people and profit, como cunhou o economista Muhammad Yunus, vencedor do Prêmio Nobel na área em 1995, pavimentando o caminho para um capitalismo consciente”. Indubitavelmente, há um rico debate acerca da viabilidade ou não de uma reforma do sistema capitalista para que ele possa abarcar as necessidades de preservação ambiental e justiça social, com elementos inclusive trazidos na seção 2.2. No entanto, tal empreitada está fora do escopo do bloco teórico desta dissertação.

Cabe, sim, uma breve referência, para finalizar este trecho, à uma crítica trazida pela tradicional revista britânica *The Economist*, ela mesma defensora do prisma do liberalismo econômico. De acordo com artigo da publicação, “idealmente, o termo ESG deveria ser descartado. Como um amálgama de três palavras, ambiental, social e governança, que soam mais como um mantra piedoso do que uma força para a mudança, sua reputação agora está manchada” (*The Economist*, 2022). O argumento central é o de que o risco mais gritante é decorrente das emissões, principalmente às ligadas a indústrias baseadas em combustíveis fósseis, fazendo com que investidores e órgãos reguladores aumentem a pressão por uma divulgação climática mais consistente por parte das empresas. Ou seja, ainda que não se defenda nenhuma ruptura brusca com o atual sistema econômico, a prioridade de empresas e investidores deveria ser reduzir imediatamente o nível de emissões ao invés de utilizar uma sigla como espécie de fórmula mágica e, muitas vezes, até incorrendo em greenwashing.

⁴ A BlackRock, sob a liderança do CEO Larry Fink, é considerada a maior gestora de ativos financeiros do mundo, administrando trilhões de dólares em investimentos globais. Ganhou ainda mais evidência mundialmente após a publicação de cartas indicando a importância de direcionar investimentos para corporações com boas práticas ambientais, fortalecendo, assim, o mote do ESG.

2.4 A atuação do movimento ambientalista no Brasil

A preocupação intelectual com a relação entre seres humanos e natureza é mais antiga do que se costuma imaginar, dados os registros existentes de tal reflexão em clássicos da filosofia grega, do movimento literário romântico alemão e do naturalismo (Loureiro, 2006) e Brasil, há documentos históricos que comprovam a existência de um pensamento consistente de crítica ambiental em pleno regime escravocrata, quando intelectuais como Baltasar da Silva Lisboa, Joaquim Nabuco e José Bonifácio de Andrada e Silva teciam uma relação direta entre a preservação dos recursos naturais e a consolidação da nação, segundo Pádua (2002, citado por Gil, 2003).

De maneira efetiva, enquanto movimento social, foi a partir da década de 1970 que o ambientalismo passou a exercer maior influência na sociedade brasileira, devido a duas circunstâncias principais. A primeira, no campo dos fatores externos, diz respeito à realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, e ao retorno de figuras públicas exiladas pela ditadura militar. A segunda, ligada a fatores internos, era a tentativa de superação da visão desenvolvimentista, a preocupação com a devastação da floresta amazônica, a formação de uma classe média intelectualizada e a desmobilização da luta armada (Viola e Leis, 1992).

É nesse conturbado momento histórico do país que se dá a gênese de uma luta social e ambiental existente até os dias atuais. Em pleno regime de exceção, movimentos sociais consolidaram processos de enfrentamentos para questionar, em essência, políticas desenvolvimentistas excludentes e predatórias. Foram emergindo então novas lideranças e coletivos e, gradativamente, esses atores adentraram à cena política, principalmente por meio da formação de organizações da sociedade civil. Esses grupos realizaram contribuições significativas para a construção da nova Constituição brasileira no sentido de inserir tópicos que asseguram direitos coletivos, como o estabelecimento de terras indígenas, por exemplo (Almanaque Socioambiental, 2007).

Conforme Jacobi (2000), a maior parte desses ativistas estavam envolvidos em projetos em comunidades rurais, com ações de educação ambiental, trabalhos de recuperação de ambientes degradados, além de denúncias e campanhas, algumas a nível nacional. Alguns exemplos são: a luta contra o desmatamento na Amazônia, em 1978, o protesto contra a barragem planejada em Sete Quedas, no Rio Paraná, de 1979 a 1983, as manifestações contrárias à construção das usinas nucleares de Angra dos Reis, de 1977 a 1985, e a mobilização pela aprovação de leis de controle ao uso de agrotóxicos, de 1982 a 1985.

Na década de 1970, o núcleo influenciador do ambientalismo estava localizado na Europa e nos EUA, de onde se originava um sistema de valores carregado de fortes críticas aos impactos da civilização urbano-industrial e à expoente degradação ambiental que se fazia visível (Jacobi, 2000). Para Inglehart (1977, citado por Layregues, 2013), esse era um pensamento pautado em valores pós-materialistas, quase idílicos em relação à natureza, possíveis apenas em países que gozavam de boas condições de vida material. Jacobi (2000, p. 139) informa que a adesão de grupos populares era realmente muito baixa e havia um distanciamento das entidades ambientalistas em relação à justiça social:

Parte significativa das associações ambientalistas não tinha praticamente qualquer diálogo ou repercussão na população mais excluída, principalmente porque em muitos casos os grupos defendiam intransigentemente o ambiente, levando muito pouco em consideração as dimensões socioeconômicas da crise ambiental.

Essa separação, em parte influenciada por uma visão importada do ambientalismo dos países ricos, começou a diminuir a partir da década de 1980, quando o movimento ambientalista passou a se envolver com movimentos sociais de base, dando origem ao chamado socioambientalismo. Alguns dos atores políticos com os quais os ativistas e entidades ambientais iniciaram vínculos e parcerias foram: movimento dos atingidos por barragens de hidrelétricas; seringueiros da Amazônia, que pela liderança do sindicalista Chico Mendes lograram consolidar as reservas extrativistas, importante categoria de conservação aliada ao extrativismo de pequena escala; movimento de trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária; movimentos indígenas, donde se criou uma sinergia para lutar pelos direitos aos territórios e proteção das florestas, entre outros (Viola e Vieira, 1992). É neste último grupo que começa a se formar o embrião do que veio a ser no futuro o Instituto Socioambiental.

Em 1992, o Brasil foi palco da segunda conferência da ONU sobre meio ambiente, uma das maiores já realizadas dentro da temática, a Eco-92 (ou Rio-92). Com a presença de chefes de Estado de 176 países, além de personalidades expoentes na luta e pesquisa ambiental, o evento foi um espaço de importantes trocas de ideias e experiências, servindo como um catalisador para o movimento ambientalista brasileiro, dada a intensidade de interações entre entidades da sociedade civil. A Eco-92 foi fundamental para alçar à escala de prioridade internacional temas do direito ambiental, mas, principalmente, para inserir um novo elemento nas discussões: o desenvolvimento. De acordo com Jacobi (2000, p. 144):

Mudou o conteúdo, diminuindo significativamente o discurso que falava em proteção ambiental de forma isolada e substituindo-o por um que advogava a necessidade de pensar as relações entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental como eixos de convergência da relação entre sociedade e Estado.

Em síntese, com base na literatura consultada, verificamos que o movimento ambientalista no Brasil adquiriu forma a partir da influência de ideias advindas dos países do norte, mas também por circunstâncias domésticas, como os ciclos de desmatamento na Amazônia e a construção de grandes projetos de infraestrutura ligados ao regime ditatorial instalado à época. Hoje, existe uma vasta quantidade de organizações ambientalistas atuantes no cenário nacional, com significativa influência no debate público e em aspectos legislativos, mas ainda se mantém, de acordo com Jacobi (2000, p. 157), “o desafio de ter uma participação cada vez mais ativa na governabilidade dos problemas socioambientais e na busca de respostas articuladas e sustentadas em arranjos institucionais inovadores”. Grande parte dessas organizações constituem o chamado terceiro setor, segmentação que designa entidades privadas, porém sem finalidades lucrativas, atuantes em questões sociais, conforme discutido na próxima subseção.

2.4.1 O terceiro setor e a questão socioambiental

Desde meados da década de 1980, houve um boom de formação de novas organizações não-governamentais (ONGs) da causa socioambiental e, especialmente, após a realização da conferência internacional Eco-92 no Brasil, tomou corpo um processo de estreitamento de vínculos e constituição de uma grande rede com entidades de perfis alinhados (Jacobi, 2000; Ribeiro, 2020). Muitas delas realizaram esforços no sentido de profissionalizar os quadros diretivos, administrativos e técnicos, e a captação de recursos financeiros de fundações e ONGs da Europa e dos EUA favoreceu o fortalecimento institucional. Passaram a adotar objetivos mais específicos, como a preservação de determinados biomas, educação ambiental, monitoramento de leis ou práticas de *advocacy*. Os mecanismos de financiamento foram se ampliando, com requerimentos a organismos internacionais, órgãos públicos, empresas e mensalidades de associados (Viola e Leis, 1992).

É importante lembrar que esse processo vivenciado pelas ONGs ambientalistas brasileiras está inserido dentro de um contexto histórico mais amplo, qual seja, o de enfraquecimento da figura do Estado enquanto indutor do desenvolvimento, de onde surge espaço para o aparecimento de um segmento denominado terceiro setor. Se o primeiro setor é o Estado, com suas funções burocráticas, legislativas e gerenciais, o segundo setor são as empresas, voltadas para produzir riqueza e obter lucros, e, finalmente, o terceiro setor, formado por organizações e entidades sem fins lucrativos, mas com função social em áreas estratégicas como meio ambiente, saúde, educação, entre outras.

Convocamos, para este momento da discussão, Montañó (2002), que nos mostra, a partir de uma concepção marxista e, especificamente, gramsciana, de que forma o desenvolvimento do terceiro setor é fruto das transformações na modalidade de respostas que o Estado deveria dar a tantas mazelas sociais ainda existentes, como a fome, violência, analfabetismo e, no caso desta pesquisa, a degradação ambiental. Para esse autor, “as políticas sociais universais, não contratualistas e constitutivas de direitos de cidadania são acusadas pelos neoliberais de proporcionarem um esvaziamento de fundos públicos, mal gastos em atividades burocratizadas, sem retorno” (Montañó, 2002, p. 188).

Em outras palavras, o terceiro setor, a partir dessa ótica, estaria a serviço de uma ideologia⁵ neoliberal de sociedade, que, conforme apontado por Chauí (2025), tem na afirmação da racionalidade e da capacidade de autorregulação do mercado uma de suas chaves-mestras. A aplicação de políticas neoliberais, que pregam uma reforma e uma redução do Estado, passa a ser uma tendência mundial a partir dos anos 1970, momento em que houve crises econômicas, e aterrissa no Brasil a partir dos anos 1990, quando, após a redemocratização, iniciou-se um movimento de abertura econômica (Chauí, 2025).

Segundo Ribeiro (2020), a ditadura militar teve, entre tantas outras consequências, a de forjar um entendimento de contraposição entre a esfera civil e militar, uma dicotomia maniqueísta, a partir da qual o senso comum passa a concluir que ações provenientes da sociedade civil são benéficas e ações provenientes do Estado são deletérias. A simplificação e até ocultamento de certas contradições presentes na sociedade brasileira servem, no final das contas, ao fortalecimento da hegemonia de uma ideologia neoliberal que demoniza a atuação do Estado. Segundo Montañó (2002), a retirada das políticas sociais do âmbito estatal, transferindo-as para o setor privado, configura-se como uma estratégia do capital para superar um momento de crise. Nos dizeres do autor, “em lugar das organizações do Estado (burocrático e ineficiente) ou do mercado (lucrativo) para responder às demandas sociais, as organizações da sociedade civil assumem essa tarefa” (Montañó, 2002, p. 184-185).

Para compreender o caso do ISA, entidade juridicamente estabelecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), há uma complexidade em jogo. Se, por um lado, a organização se constituiu organicamente junto ao movimento indígena, conforme será relatado no capítulo 4, por outro, possui interesses privados e relação com

⁵ Utilizamos o termo “ideologia” a partir da concepção marxista, segundo a qual, se trata de um sistema de ideias descolado da realidade material das dinâmicas sociais, muitas vezes, com o objetivo intencional de mascarar determinadas contradições. Para um estudo a respeito desse conceito, sugerimos a leitura da obra “Ideologia: uma introdução”, de Chauí (2025).

financiadores de variados perfis. Montañó (2002) aponta, justamente, para uma confusão que passou a existir entre os papéis dos movimentos sociais⁶ e do novo terceiro setor, mas toma cuidado para discernir entre ONGs que buscam parcerias com esses movimentos e aquelas que procuram, de certa forma substituí-los. Acreditamos que a própria comunicação do ISA poderá trazer pistas para identificar como se dá a atuação da ONG a esse respeito no âmbito do enfrentamento às problemáticas socioambientais na Amazônia.

2.5 Amazônia em disputa

Maior floresta tropical úmida do planeta, localizada ao norte da América do Sul, a Amazônia é um elemento central na grande empreitada de nossa época atual com vistas a diminuir a gravidade dos desequilíbrios causados no sistema Terra. Para pensar nesse desafio hercúleo, Marques (2023, p. 149) faz a seguinte provocação: “Como aumentar as chances de sobrevivência da Amazônia, de sua floresta e de suas diversas civilizações, contra a coalizão de forças político-militares e corporativas da mineração, do garimpo e do sistema alimentar globalizado, que lucra com sua ruína?”. Trata-se, obviamente, de uma pergunta complexa, endereçada a cientistas de alto calibre, mas que aqui serve como ponto de partida para refletir a respeito de um território em disputa e no qual os dois agentes pesquisados – Vale e Instituto Socioambiental – atuam.

O bioma amazônico abriga uma grande diversidade de ecossistemas e um alto número de espécies de diferentes reinos biológicos, muitos dos quais endêmicos da região: 34% das espécies de mamíferos, 20% das aves e 58% das espécies de peixes de água doce se encontram exclusivamente nessa região do planeta (SPA, 2021). Essa diversidade de vida só é sustentada devido à presença milenar de povos indígenas, que, por meio de suas tradições e costumes, exercem um papel fundamental na preservação dos territórios que habitam, equivalentes a 27,5% de toda a Amazônia, ou seja, considerando todos os países nela inseridos (RAISG, 2021).

Povos indígenas e populações tradicionais – quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, entre outros⁷ são responsáveis também por outra manutenção de extrema importância: a das

⁶ O capítulo 3 traz uma discussão mais aprofundada acerca dos movimentos sociais e estratégias de mobilização por meio da comunicação.

⁷ Existe uma ampla discussão em campos científicos como a Antropologia sobre o uso de termos como “populações tradicionais”, “comunidades”, “culturas” ou “sociedades tradicionais”. Para esta dissertação, optou-se majoritariamente pela mesma definição utilizada por Pereira e Diegues (2010) - “populações tradicionais” - e em alguns casos, variações, como “populações” ou “povos indígenas”.

florestas em pé. De acordo com estudo do Instituto Socioambiental, nos últimos 35 anos esses grupos sociais protegeram mais de 20% da vegetação nativa no Brasil (Aragão, 2022). Na Amazônia, o desmatamento, que está associado a atividades extrativistas como mineração, petróleo e madeira, além da indústria agropecuária e de obras de infraestrutura, é uma fonte de pressão contínua, registrando um acúmulo de 75 milhões de hectares entre 1985 e 2021 (MapBiomas Amazônia, 2020). Isso significa que o bioma pode deixar de ser, em breve, um sumidouro (estoque) de carbono, função ecológica fundamental para a manutenção do clima global, segundo a qual o carbono da atmosfera é absorvido por meio das árvores e vegetação e estocado em forma de biomassa, conforme aponta estudo de Gatti et al (2021) realizado a partir de coletas de dados in loco.

A investigação de Gatti et al (2021) mostram também o incremento das ocorrências de incêndios florestais no bioma amazônico como um vetor importante no aumento da quantidade de gás carbônico emitido na atmosfera. Berenguer et al (2021), por sua vez, demonstram que os incêndios resultaram, direta ou indiretamente, na morte de cerca de 2,5 bilhões de árvores e cipós na área de 65 mil km² de floresta na região amazônica da parte baixa do rio Tapajós, impacto que liberou aproximadamente 495 milhões de toneladas de CO². A prática de queimadas é uma técnica antiga, utilizada pelos povos indígenas da região, mas de uma maneira que não trazia significativas alterações na paisagem, pois eram de pequena escala, ao contrário da que hoje é feita por grileiros ou mesmo proprietários de terra no intuito de abrir espaço para o pasto (RAISG, 2021).

Procuramos, portanto, elencar nesta abertura de seção alguns dos principais vetores de pressão sobre a Amazônia atualmente, no que se refere ao potencial de degradação ambiental. Esses impactos e transformações estão diretamente atrelados a um modelo de desenvolvimento, tanto na escala global quanto na regional, que necessita ser repensado com urgência, pois a floresta amazônica, nas palavras de Nobre (2020, s/p) é “fundamental para a estabilidade ecológica do planeta”. Sem perder de vista, no entanto, a perspectiva apresentada por Mello (2006, p. 41), segundo a qual:

Falar em desenvolvimento sustentável pressupõe a incorporação do território como vetor estratégico, valorizando seus atributos e entendendo-o, simultaneamente, como causa e consequência do modelo de desenvolvimento anteriormente adotado, cujas marcas do passado funcionam como condicionantes e se transformam em parte integrante do processo.

Nas seções a seguir, abordamos o conflito de visões que ainda se expressa de maneira acirrada entre ambientalistas e defensores do desenvolvimentismo, para depois adentrarmos na contextualização das duas atividades desenvolvidas pelas organizações

pertencentes ao objeto de pesquisa, ambas diretamente ligadas com a questão territorial, mas sob prismas opostos. Uma delas, a Vale, voltada para a extração de minérios; a outra, o Instituto Socioambiental, que advoga pelos direitos das populações tradicionais aos territórios.

2.5.1 Tensionamentos entre ambientalismo e desenvolvimentismo na Amazônia

O território amazônico era enxergado pelos governantes militares como um grande vazio demográfico, uma porção gigantesca de terra que poderia perfeitamente ser alvo de grandes obras de infraestrutura, agropecuária intensiva e atividades extrativistas, responsáveis, em grande medida, pelo que convencionou-se chamar de “milagre econômico”. Projetos como a Rodovia Transamazônica (BR-230), a Estrada de Ferro Carajás, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA) e o Jari Celulose (AP) são apenas alguns dos exemplos de obras realizadas a partir de uma ótica desenvolvimentista. Os impactos sociais e ambientais eram simplesmente ignorados, uma vez que não havia ainda um arcabouço legislativo devidamente constituído para reger empreendimentos de grande porte.

Essas políticas governamentais redefiniram os traçados de ocupação humana na floresta, além de fomentar por meio de incentivos fiscais atividades exploratórias que geram quase nenhum retorno efetivo para a população local. Até os dias atuais, elas são a base da economia de larga escala da Amazônia brasileira: pecuária, agricultura, exploração madeireira e mineração. De acordo com Lobato, Costa e Laurent (2025, p. 31), mesmo com problemas sociais não resolvidos, ainda predomina entre os agentes dominantes uma retórica de progresso, ancorada na ideia de geração de emprego e renda. A defesa dos megaempreendimentos:

Demonstra, reiteradamente, o governo da União e dos Estados como um sistema de apoio à instalação de projetos de exploração de recursos naturais, mesmo diante do aprofundamento das desigualdades sociais. Os problemas socioambientais decorrentes dos megaempreendimentos acumulam-se, mas o argumento continua.

Alguns dos megaempreendimentos de maior proeminência na região amazônica são: Balbina (1989), no Amazonas; Jirau (2013) e Santo Antônio (2016), em Rondônia; Lajeado (2002), no Tocantins; Tucuruí (1984) e Belo Monte (2016), no Pará. Fleury e Almeida (2013) explicam que este último projeto se tornou um caso emblemático da tensão entre a visão ambientalista e a desenvolvimentista na história recente do país, com um processo iniciado em 1975, quando o governo brasileiro publicou o Plano 2010 – Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010, no qual defendia o uso das águas do rio Xingu para gerar energia elétrica e estimular o crescimento econômico.

Permeado por controvérsias, conflitos e protestos, o projeto de Belo Monte foi frontalmente contestado pelo movimento indígena e por entidades ambientalistas em diversas ocasiões, sendo a mais marcante o Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado no município paraense de Altamira, em 1989. O evento acabou por adquirir grandes proporções de aderência do público, tornando-se um verdadeiro acontecimento, com a presença de etnias indígenas de diversas partes do país, autoridades, ONGS, imprensa nacional e internacional, e até celebridades como os cantores Milton Nascimento e Sting. Ao término, ocorreu o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, que exigia a revisão dos projetos de desenvolvimento para a região (Fleury e Almeida, 2013).

Após essa vitória parcial dos movimentos sociais e do movimento ambientalista, os governos federais das décadas de 90 e dos anos 2000, independentemente do viés ideológico, continuavam apostando e investindo em estudos para concretizar a usina hidrelétrica, considerada estratégica devido ao potencial de elevar a oferta de energia do país. Continuava, em paralelo, a resistência por parte de diversas entidades e organizações da sociedade civil, dentre as quais o ISA, e também por parte do Ministério Público Federal, que se posicionou contra a construção, por meio de dezenas de ações jurídicas com foco nas fragilidades do licenciamento ambiental do projeto (Fleury e Almeida, 2013).

O desfecho dessa história é conhecido: corta a cena para o dia 5 de maio de 2016, dia em que a então presidente Dilma Rousseff inaugura a usina hidrelétrica de Belo Monte, considerada a terceira maior desse tipo a nível mundial, com uma capacidade instalada de 11.233,1 MW e leiloadada em 2010, por R\$ 25,8 bilhões para a empresa Norte Energia S.A. No entanto, problemas socioambientais como alteração drástica do fluxo das águas, redução de peixes e insegurança alimentar das populações indígenas ainda persistem, conforme informam algumas notícias do site do ISA pertencentes ao corpus desta pesquisa. A Bacia do Rio Xingu, localizada entre os estados do Mato Grosso do Sul e do Pará, é um dos territórios em que o instituto promove atividades desde a sua fundação.

A construção de ferrovias e estradas em meio a florestas do bioma amazônico, sob o argumento de trazer melhorias logísticas e econômicas para a região e para o país, é outra frente de pressão monitorada pela comunicação do ISA. Uma análise realizada na tríplice fronteira entre Amazônia brasileira, peruana e boliviana, por Southworth et. al (2011) concluiu que a infraestrutura de vias de acesso, de forma geral, afeta 4,6 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia, o equivalente a 55% da superfície total, impactando a biodiversidade e as comunidades que a habitam. De acordo com estudo do RAISG (2022), as Áreas Naturais Protegidas (ANPs) e os Territórios Indígenas (TIs) sentem cada vez mais o impacto da

ampliação da malha viária, demonstrado pelo registro de aumento de 45% de presença dessas infraestruturas nas ANPs e de 44% nas TIs, entre 2012 e 2020.

Um dos casos que ganhou visibilidade recentemente é o da rodovia BR-319, projeto iniciado em 1973, com traçado que corta o bioma amazônico e conecta Manaus (AM) a Porto Velho (RO). A reativação dessa estrada e a construção de estradas secundárias, os ramais, podem acarretar um desmatamento acumulado de 170 mil quilômetros quadrados até 2050 (WCS, 2023) e podem atingir 40 TIs e 38 ANPs. No dia 18 de dezembro de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4994/2023, em caráter de urgência sob o argumento de que a rodovia BR-319 seria uma “infraestrutura crítica essencial para a segurança nacional”, mesmo estando distante de qualquer fronteira internacional. Na prática, a área ao redor da estrada atrai posseiros e grileiros, sendo alvo de uma especulação fundiária que incentiva a degradação ambiental e ameaça a biodiversidade e os povos tradicionais (Andrade, Ferrante e Fearnside, 2021).

Esse tensionamento entre a visão ambientalista e a desenvolvimentista que ainda se faz presente no contexto amazônico expõe, ao nosso ver, uma disputa pela definição de desenvolvimento. Conforme aponta Fleury (2013, p. 2013), em um momento econômico em que “nada pode soar mais ofensivo no embate público do que a acusação de ser contra o desenvolvimento”, a questão que inevitavelmente se coloca ao movimento socioambientalista e ao ISA é qual o tipo de desenvolvimento desejável, qual é a relação com a natureza e com os territórios e quem são os agentes sociais habilitados a intervir no rumo dos debates.

2.5.2 A terra rasgada pelo extrativismo da mineração

A atividade de mineração no Brasil tem raízes históricas que datam do tempo da Colônia, quando bandeirantes violentavam indígenas em busca de ouro na região posteriormente denominada Minas Gerais. As descobertas de minerais metálicos formaram a base de um processo de industrialização brasileiro que se estende até os dias atuais, gerando contribuição significativa para a produção de riqueza no País. As onze principais substâncias metálicas, como alumínio, ouro e cobre, por exemplo, totalizam um valor de produção de R\$ 312,9 bilhões (ANM, 2023).

A grande mineração transnacional, da qual faz parte a Vale, por exemplo, responsável por dois desastres ambientais históricos – Mariana e Brumadinho –, recebe uma série de vantagens fiscais e políticas por parte do governo brasileiro (Observatório da Mineração, 2023). Mais da metade dos valores de renúncia fiscal concedidos por órgãos governamentais no ano de 2021 foi direcionada para o setor de mineração, energia e petróleo.

A Vale, recordista dessa lista, recebeu R\$18 bilhões em incentivos para realizar suas atividades industriais (Gabriel e Chaib, 2023).

O modelo extrativista de minério em larga escala, para posterior exportação a países desenvolvidos enquanto matérias-primas, figura entre um dos principais fatores da grave degradação ambiental à qual a sociedade global se depara. O comércio internacional pautado pelo desequilíbrio de forças entre as nações contribui para o acirramento de conflitos socioambientais (Porto e Alier, 2007). Ele é regido por um paradigma econômico que nitidamente “tende a desconsiderar que por detrás de cada tonelada exportada, vidas humanas, recursos naturais e ecossistemas são afetados” (Porto e Alier, 2007, p. 504).

Esses megaprojetos, justificados pelos ganhos econômicos tanto para a empresa quanto para o país, no fundo, acabam por gerar processos de expropriação, ampliando as desigualdades sobre controle, uso e acesso aos recursos naturais. Operando sob a égide de uma premissa na qual todos os lugares em que existem minérios devem ser obrigatoriamente minerados, não raro, estão associados a processos de desmantelamento de economias locais e corrosão de modos de vida de populações tradicionais (Malerba, Wanderley e Coelho, 2022).

Um dos grupos severamente afetado por projetos de mineração são as populações indígenas: o número de requerimentos para exploração mineral em terras indígenas⁸ na Amazônia Legal⁹ cresceu 13% nos três primeiros anos do governo Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022) em relação aos três anos anteriores à sua gestão. São prospecções feitas por empresas mineradoras para viabilizar atividades extrativistas. Até o final de 2020, havia pedidos de pesquisa para mineração de ouro em 6,2 milhões de hectares de áreas protegidas da Amazônia Legal, sendo 3,8 milhões em Unidades de Conservação e 2,4 milhões em Terras Indígenas (TIs) (Gonçalves e Altino, 2022). Um levantamento da ONG Ekō identificou que 77 das 120 terras indígenas em processo de homologação estão sendo cobiçadas por grandes empresas mineradoras na Agência Nacional de Mineração - ANM, órgão regulador do setor (Salomão, 2023).

⁸ Terra Indígena (TI) é um conceito jurídico brasileiro que se firmou principalmente após a Constituição de 1988, que prevê no Art. 231 o reconhecimento dos “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” e da habitação em caráter, utilizadas para atividades produtivas e necessárias para manutenção de seus usos, costumes e tradições. O reconhecimento de Terras Indígenas deu suporte, em certa medida, para a retomada populacional de diversos povos indígenas (ISA).

⁹ Amazônia Legal é uma classificação atribuída a uma área que ocupa 59% do território brasileiro, englobando 772 municípios distribuídos em nove estados. Foi instituída por lei no ano de 1953 por uma necessidade de planejar e promover o desenvolvimento da região. Devido ao fato de abranger três biomas – Amazônia, Cerrado e Pantanal – adquire suma importância para a conservação da biodiversidade e da proteção aos povos indígenas, abrigando 56% do total dessa população no País (O ECO).

De acordo com o RAISG (2021), entre 2012 e 2020, a região amazônica de toda a América do Sul teve um aumento no número de zonas de mineração, passando de 52.974 zonas para 58.432, um aumento de 10%. A Vale é, hoje, um dos atores mais atuantes na região, pois Carajás é uma área estratégica em termos de ampliação de negócios, responsável por 60% da produção de minério de ferro da empresa.

2.5.3 A perspectiva de defesa dos territórios

Conforme apontado na subseção acima, a presença e expansão da atividade mineradora sobre terras indígenas no Brasil é cada vez maior, resultado de um modelo econômico globalizado e de fortes incentivos por parte do Estado. Em outras palavras, são territórios altamente cobiçados pelo capital nacional e internacional, pois representam uma fonte de produção e acumulação de riquezas, donde os minérios são tratados como commodities, um tipo de matéria-prima vendida e negociada no mercado internacional, responsável em grande parte pelo volume de exportações do país.

Esse perfil de extrativismo em larga escala traz, segundo Gudynas (2013, p. 63), significativas consequências territoriais, ao impor:

Uma nova geografia baseada nas concessões petrolíferas ou nas licenças para a mineração, que obrigam as comunidades locais a deixar seu local de moradia, eliminam outros circuitos produtivos ou adentram em **territórios ancestrais** delimitados desde tempos remotos (grifo nosso).

Aqui, iniciamos uma discussão importante para compreender a perspectiva adotada pelo Instituto Socioambiental em sua atuação junto aos povos indígenas, especificamente no que se refere ao conceito de território. Convocamos o geógrafo Milton Santos (1999, p. 8), que ressalta aspectos como uso, relação e produção de sentido:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e do exercício da vida.

Santos (1999) explica que, em sociedades pré-capitalistas, o funcionamento do território tinha relações muito mais estreitas com características naturais do meio em que os seres humanos estavam imersos, uma vez que não havia mediações técnicas altamente elaboradas. Sendo assim, “nesse tempo a vida material de algum modo se impunha sobre o resto da vida social, e o valor de cada pedaço de chão lhe era atribuído pelo próprio uso desse pedaço de chão” (Santos, 1999, p. 9).

Navarro (1998), que estuda a questão territorial através da ótica dos movimentos indígenas, sistematizou duas dimensões-chave: a do espaço e a dos processos. A primeira diz respeito às demandas pelo uso dos bens naturais de um determinado território. A segunda trata dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais que asseguram a reprodução e a continuidade material de determinado grupo étnico. De acordo com o autor, há uma exigência interna para que tais processos sejam regidos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos próprios povos indígenas.

No entendimento de Pereira e Diegues (2010), os saberes e o saber-fazer das populações tradicionais a respeito do mundo natural passam necessariamente por noções de respeito e equilíbrio. Os autores elucidam essa diferença, pontuando a proximidade estabelecida por indígenas nas relações com o meio:

Na concepção mítica das sociedades primitivas e tradicionais existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico. Essa unidade é muito mais evidente nas sociedades indígenas brasileiras, por exemplo, onde o tempo para pescar, caçar e plantar é marcado por mitos ancestrais, pelo aparecimento de constelações estelares no céu, por proibições e interdições (2008, p.63 apud Pereira e Diegues, 2010, p.39).

O perfil pré-capitalista dessas populações, segundo Pereira e Diegues (2010), tem relação direta com questões territoriais, uma vez que são grupos com um modelo de cultura baseada em um uso equilibrado dos recursos naturais, possibilitando ao mesmo tempo a sobrevivência humana e a preservação dos ecossistemas. É a partir das relações de uso com o território, portanto, que povos indígenas constroem um sistema de saberes, compartilhado de geração em geração por meio de rituais e da comunicação oral, denotando, uma valoração simbólica do espaço.

Assim, compreendemos a partir destas últimas três subseções, a existência de concepções opostas tanto em relação à ideia de desenvolvimento quanto ao uso do território na Amazônia. Interessa-nos, a partir de agora, entender de que maneira essas e outras questões levantadas ao longo deste capítulo estabelecem uma interface com processos de comunicação organizacional, dentro de um ambiente midiático, responsáveis pela disseminação não apenas de informações neutras, mas de mensagens portadoras de noções políticas e ideológicas acerca da pauta ambiental e da sustentabilidade.

3 COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTAL NA SOCIEDADE MIDIATIZADA

Conforme discutimos no capítulo anterior, alguns achados científicos que estão disponíveis há vários anos e continuam sendo produzidos anualmente por diferentes instituições e pesquisadores trazem alertas importantes para compreender a problemática ambiental. De acordo com o relatório anual de riscos do Fórum Econômico Mundial (WEF, 2023), nos próximos 10 anos, o entrelaçamento de problemas ambientais críticos, como a perda da biodiversidade, poluição atmosférica e mudanças climáticas causarão impactos severos na economia e na sociedade como um todo. Segundo o último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, 2023), as emissões de gases de efeito estufa provocadas por atividades antrópicas são as principais responsáveis por um aumento acelerado da temperatura média do Planeta Terra.

Diante de tal situação de crises e incertezas, onde o futuro está sendo colocado em xeque, é importante discutir e entender melhor o papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil, uma vez que são elas que lidam diretamente com as questões socioambientais prementes do século XXI. Tornam-se, então, mediadoras da realidade e participam ativamente do debate público e da construção de um certo nível de conhecimento acerca de diferentes problemáticas. As trocas de mensagens e informações, feitas agora em um fluxo volumoso e acelerado, podem, ao menos em tese, contribuir para o esclarecimento e engajamento social.

Nesta reflexão, não podemos perder de vista o fato de que o modelo de comunicação social mudou drasticamente a partir da virada do século, não sendo mais verticalizado, com o emissor da informação no topo e o receptor na base. Atualmente, são diversos agentes comunicacionais – imprensa, empresas, ONGs, movimentos sociais, influenciadores etc. – que procuram contribuir para modificar o atual estado das coisas no que se refere à crise ecológica. A questão é que há jogos de poder e interesses por detrás das ações de cada um dos agentes sociais¹⁰ que tratam da questão da sustentabilidade – termo que se tornou uma palavra da moda (*buzzword*) muitas vezes vazio de sentido.

Com vistas a promover um aprofundamento teórico e uma problematização da comunicação, o presente capítulo dialoga com pensadores que apresentam uma perspectiva crítica do fenômeno na contemporaneidade. Apontam para complexidades de um sistema midiático que, se por um lado, propicia amplitude e ressonância de causas sociais, como a ambiental, por outro, continua sendo regido pelo signo do capital.

A primeira seção traz o conceito de mediatização, com base em autores que integram o estado da arte relativo a essa abordagem, como é o caso de Muniz Sodré, José Luiz Braga e Luiz Sá Martino. Na segunda parte, estabelecem-se pontos de diálogo entre as teorias da comunicação organizacional e o campo da comunicação ambiental, dois *locus*, nos quais se insere o objeto de nossa pesquisa. Na terceira, adentra-se de maneira mais específica na comunicação ambiental realizada por organizações empresariais, onde se situa a empresa Vale. Por fim, no quarto bloco, aponta-se para a comunicação ambiental das organizações ambientalistas, onde se situa o ISA. Dessa forma, está constituída a fundamentação teórica para compreender a comunicação relacionada com a sustentabilidade.

3.1 Sociedade mediatizada: novas formas comunicativas

As dinâmicas sociais de um mundo hiperconectado estão, cada vez mais, umbilicalmente ligadas às inovações surgidas no campo das tecnologias digitais de comunicação, que evoluem rapidamente e produzem efeitos não apenas no nível técnico, mas, principalmente, na sociabilidade. Sodré (2002, p. 16) detalha e se aprofunda nessas transformações que influenciam sobremaneira o cotidiano e o fazer político da contemporaneidade, afirmando que:

Está depois em jogo um novo tipo de formalização da vida social, que implica uma outra dimensão da realidade, portanto formas novas de perceber, pensar e contabilizar o real. Impulsionadas pela microeletrônica e pela computação ou informática, as neotecnologias da informação introduzem os elementos do tempo real (comunicação instantânea, simultânea e global) e do espaço virtual (criação por computador de ambientes artificiais e interativos), tornando 'compossíveis' outros mundos, outros regimes de visibilidade pública.

Nesse cenário, a mídia tradicional – imprensa, publicidade, cinema etc. - coexiste com novas formas comunicativas, pautadas pelo uso da Internet, circularidade e descentralização de emissores. Em consequência da evolução tecnológica, o processo representativo, segundo Sodré (2002), sofre alterações de tempos em tempos, como, por exemplo, na chegada da espaço público estava ancorado principalmente na imprensa escrita e

¹⁰ Uma citação direta, extraída de trecho de entrevista com Bourdieu no livro *Coisas Ditas* (1990), traz um aporte importante para compreender a lógica do conceito de agentes sociais: “Eu queria reintroduzir de algum modo os agentes que Lévi-Strauss e os estruturalistas...tendiam a abolir, transformando-os em simples epifenômenos da estrutura. Falo em agentes e não em sujeitos. A ação não é a simples execução de uma regra, a obediência a uma regra. Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam” (p. 21). Em outra obra, *Esboço de uma teoria da prática* (1977), Bourdieu explica que “cada agente, quer saiba ou não, quer queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo porque suas ações e suas obras são produto de um *modus operandi*” (p. 175).

nas atividades da classe política, agora, cada vez mais, um regime de visibilidade digitalizado e virtualizado se faz presente.

Sodré e os demais autores apresentados nesta primeira seção são algumas das principais referências na construção da ideia de mediatização da sociedade, que vem sendo amplamente utilizada em pesquisas na área de comunicação. Martino (2019), ao fazer uma revisão de literatura a respeito desse conceito, observa que, por um lado, apresenta um alto potencial interpretativo para fenômenos sociais contemporâneos. Por outro, muitas vezes carece da devida discussão epistemológica e, principalmente, do refinamento de definições, de modo a entender qual a adequada aplicabilidade a determinados objetos.

A própria definição de mídia, utilizada em larga escala nos estudos de comunicação, mas também no meio profissional e até por pessoas não especialistas, torna-se relevante para entender o que vem a ser a mediatização. Afinal, mídia seria apenas um dispositivo tecnológico, que serve de suporte para determinadas mensagens? Ou seriam as instituições responsáveis por difundir informação e produtos simbólicos, os chamados meios de comunicação? Trata-se de uma discussão de grande envergadura, que foge do escopo desta dissertação, mas, para o nosso propósito, que é delimitar melhor o conceito de mediatização, é importante sinalizar, ao menos, a existência de diferentes acepções do termo mídia, conforme sugere Martino (2019).

Particularmente, nos parece mais pertinente, de novo, levando em conta os objetivos desta pesquisa, a compreensão trazida por Sodré (2002, p. 20), segundo o qual “medium é o fluxo comunicacional, acoplado a um dispositivo técnico (à base de tinta e papel, espectro hertziano, cabo, computação, etc.) e socialmente produzido pelo mercado capitalista”. Assim, é central o entendimento que Martino (2019) nos traz da comunicação enquanto um processo articulado a práticas sociais, segundo a perspectiva de Bourdieu (2010): práticas que vão adquirindo determinados valores na sociedade, vinculadas a formas de distinção social e manutenção do poder.

Chegamos, então, a uma das definições, onde Sodré (2002, p. 21) afirma que a mediatização é uma “tendência à ‘virtualização’ ou telerrealização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação”. Trata-se de um tipo específico de interação social, que o autor mencionado chama de tecnointeração, de onde o medium (ou, simplesmente, mídia) seria uma prótese tecnológica, uma espécie de espelho, mas com uma diferença importante: além de refletir a realidade, a mídia também interfere nela ativamente.

Diante desse processo de mediatização, tanto os sujeitos individuais quanto os coletivos adquirem um novo modo de presença no mundo, ponto a partir do qual Sodré (2002)

concebe a proposta de um bios midiático. A origem desse conceito está na classificação feita pelo filósofo grego Aristóteles acerca das diferentes formas de vida, a saber: bios theoretikos (vida contemplativa), bios politikos (vida política) e bios apolaustikos (vida prazerosa ligada ao corpo).

Partindo-se da classificação aristotélica, a midiatização pode ser pensada como tecnologia de sociabilidade ou um novo bios, uma espécie de quarto âmbito existencial, onde predomina (muito pouco aristotelicamente) a esfera dos negócios, com uma qualificação cultural própria (a “tecnocultura”) (Sodré, 2002, p. 25).

Braga (2006), por sua vez, ao invés de conceber o conceito de midiatização inserido dentro de um determinado bios, apresenta dois tipos de processos que reduzem o estranhamento¹¹ da sociedade para com a mídia. O primeiro é o tecnológico, o qual, segundo o autor, “corresponde à disponibilização de ações comunicativas midiatizadas para largas parcelas da população, dosando e redirecionando a comunicação massiva” (Braga, 2006, p. 34). O segundo é o social, em que há “uma entrada experimental de participantes sociais nas práticas e processos antes restritos à indústria cultural” (Braga, 2006, p. 34), seja por uma ação de crítica social ou para ocupar espaços de produção e difusão, e reivindicar direitos, como é o caso do movimento ambientalista e do terceiro setor, agentes sociais analisados em nossa pesquisa.

Cada segmento da sociedade passa a desenvolver novas práticas comunicacionais midiatizadas de acordo com o próprio repertório, testando continuamente o que funciona e o que não funciona em termos de processos interacionais com vistas a ampliar o nível de influência de acordo com suas perspectivas e interesses. As formas de interação tradicionais, que operam sob matrizes como oralidade ou escrita, por exemplo, continuam existindo e definindo padrões de comunicação. No entanto, vão se transmutando em formas mais complexas, seguindo a esteira da midiatização das relações, das trocas simbólicas e da produção de conhecimento (Braga, 2012).

Em outras palavras, é possível afirmar que o debate público na contemporaneidade se constitui a partir de múltiplos esforços comunicativos dentro de uma sociedade midiatizada. Ao pensarmos essa dinâmica junto a Habermas (1999), com sua teoria da ação comunicativa, lembramos que existe uma racionalidade sendo construída a todo o momento nos atos de comunicação da vida cotidiana. Habermas (1999) preocupava-se com a maneira pela qual os juízos eram expressos publicamente, de onde poderíamos, operacionalizando esse pensamento

¹¹ Para Braga (2006), quando a chamada “mídia de massa” ou indústria cultural surgiu, resultou em um estranhamento social pois a sociedade passava a ser mediada por processos informativos e culturais os quais não tinham controle. Esse elemento mediador seria, na visão do autor, uma espécie de “corpo estranho” performando no tecido social.

para nosso objeto de estudo, pensar nas noções que as organizações transmitem a respeito da sustentabilidade. O autor citado realizou um esforço em sua teorização para compreender as condições práticas e universais que ensejariam um entendimento comunicativo.

Por fim, Martino (2019, p. 27) oferece um esclarecimento importante, ao apontar que “o processo de midiatização acontece quando alguns aspectos das práticas sociais são reconfigurados para se ajustar às demandas decorrentes de sua articulação com o ambiente midiático - por exemplo, nos relacionamentos afetivos ou na política”. Com efeito, a partir do arcabouço conceitual apresentado nesta seção, podemos começar a pensar em uma midiatização das organizações que promovem a sustentabilidade, em nosso caso específico, Vale e ISA, com as práticas sociais que executam, ou seja, atividades que se dirigem a um determinado público com o intuito de demonstrar algum tipo de valor ou diferencial (Martino, 2019). Baseado nessa leitura, torna-se nítido que existe um jogo de poder no nível simbólico entre as organizações, para o qual o conceito de midiatização é uma chave interpretativa.

3.2 Interfaces entre comunicação ambiental e organizacional

A comunicação desempenha múltiplos papéis no debate público acerca das problemáticas sociais e ambientais existentes no contexto amazônico, seja na consolidação de visões de mundo, na formação de senso crítico ou no incentivo à mobilização, entre outros aspectos. Conforme elucida Lima (2014), a articulação entre as epistemologias dos campos Ambiental e da Comunicação constitui os fundamentos da Comunicação Ambiental. Este campo engloba práticas diversas – por vezes até conflituosas, conforme discutiremos na seção 3.4 – e pesquisas transdisciplinares das ciências sociais, geografia humana e sociologia. Articula práticas comunicativas e questões ambientais em contextos sociais, políticos e culturais, buscando entender a relação entre comunicação midiática e meio ambiente (Bueno, 2024; Hansen e Cox, 2015; Melo, 2022). Um dos grandes desafios é o fortalecimento do papel de agentes estratégicos para estimular e legitimar o diálogo e respeito entre diferentes campos do saber e possibilitar maior qualidade e validade para o saber científico.

Globalmente, a Comunicação Ambiental começou a ganhar visibilidade a partir da década de 1970, porém, ainda de maneira muito incipiente. A partir da década de 1990, pesquisas acadêmicas relacionadas ao tema se popularizaram. Na década de 2010, um número significativo de estudos e discussões ganhou corpo, fazendo com que a atenção do público e de estudiosos para com as questões ambientais atingisse um clímax, com 2.219 artigos científicos publicados entre 1973 e 2020 no banco de dados Web of Science (Wu et al, 2021). Esse

levantamento demonstra uma gradual expansão internacionalizada do campo da Comunicação Ambiental, com influência crescente no debate público e nos rumos das discussões políticas.

Aguiar e Cerqueira (2012) apresentam um panorama teórico sobre o desenvolvimento internacional desse campo. Um dos autores analisados é Robert Cox (2010), que considera a prática de diferentes tipos de agentes sociais, como ambientalistas, ONGs, cientistas, corporações, jornalistas e cidadãos. Segundo Aguiar e Cerqueira (2012, p. 12), “Cox manifestou como preocupação central os debates públicos sobre problemas ambientais e as inevitáveis ambiguidades, antagonismos e controvérsias que os cercam”.

Se os debates ambientais carregam controvérsias, permeados por disputas de interesses e visões de mundo, a busca por uma definição para a Comunicação Ambiental tampouco está isenta de complexidades e contradições, especialmente no contexto de um modelo social desenvolvimentista, como discutido capítulo anterior. Há, portanto, um dilema na prática e investigação da Comunicação Ambiental: “grande parte dos produtos de comunicação rotulados como ambientais apenas fragmenta os problemas e ameniza as preocupações da população com uma série de soluções, geralmente paliativas, que não são capazes de alterar o cerne da questão” (Vecchio de Lima et al, 2014, p. 205).

Na consulta ao estado da arte nesse escopo, são encontradas definições funcionalistas, que posicionam a Comunicação Ambiental como um campo que tem o objetivo de difundir informações e conhecimento sobre natureza, meio ambiente ou sustentabilidade. Bueno (2024), por exemplo, define Comunicação Ambiental como “todo o conjunto de ações, estratégias, produtos, planos e esforços de comunicação destinados a promover a divulgação/promoção da causa ambiental” (p. 8). Mark Meisner (2015, s/p), um dos primeiros teóricos da CA, entende se tratar das “diversas formas de comunicação interpessoal, grupal, pública, organizacional e de massa para constituir o debate/a discussão sobre questões e problemas ambientais, e nossa relação com a natureza não humana”.

De maneira mais aprofundada, é possível pensar que a Comunicação Ambiental abrange diferentes formas de representação do meio ambiente, incluindo relações entre valores, crenças e comportamentos ambientais, além dos efeitos da mídia e de campanhas sobre a percepção pública, a circulação de informações científicas, e o papel da identidade ecológica na forma como indivíduos se percebem em relação ao ambiente (Hansen e Cox, 2015; Bueno, 2024). Corroboramos, portanto, com o reconhecimento da dimensão social e simbólica do fazer comunicacional (Cox, 2010), para o qual há um aspecto constitutivo que ajuda a compor as representações das questões ambientais; e outro pragmático, que contribui para a solução dos problemas, ao estudar os efeitos que a comunicação pode ter sobre a realidade social.

Para esta pesquisa, o foco na comunicação ambiental da Vale e do ISA nos faz buscar articulações entre a Comunicação Ambiental e os estudos de Comunicação Organizacional, tradicional campo na área acadêmica da comunicação, que teve um avanço epistêmico especialmente a partir do início do século XXI, período a partir do qual pesquisas passaram a reconhecer a comunicação enquanto um processo de interação que estimula as relações das organizações com o contexto em que estão envolvidas (Mourão, 2025).

Não é exagero dizer que a vida em sociedade está permeada, do início ao fim, a todo momento, pela relação com organizações, o que evidencia a importância que possuem, sendo responsáveis pela legitimação ou tentativa de rompimento de determinadas estruturas e práticas. Etzioni (1973, p.7) faz uma colocação onde leva ao extremo, mas de maneira bastante realista, o nível de dependência existente entre indivíduos e organizações:

Nascemos em organizações e quase todos nós somos educados por organizações, e quase todos nós passamos a vida a trabalhar para organizações. Passamos muitas de nossas horas de lazer a pagar, a jogar e a rezar em organizações. Quase todos nós morreremos numa organização e, quando chega o momento do funeral, a maior de todas as organizações – o Estado – precisa dar uma licença especial.

Desde a perspectiva do conceito de ideologia da competência, que defende a diferenciação social como causa natural do acúmulo de conhecimentos científicos e tecnológicos, além de capacidade de liderança, Chauí (2025) tece críticas à própria ideia de organizações. Segundo ela, “agora parece não haver agentes produzindo as ideias, porque elas parecem emanar diretamente do funcionamento da organização e das chamadas ‘leis de mercado’” (Chauí, 2025, p. 107). São três as principais características de uma organização: 1) Administrar é um ato de racionalidade para com as relações sociais; 2) A eficiência está diretamente ligada à uma rígida hierarquia de cargos e funções; 3) Possui lógica própria e funciona independentemente da vontade de seus membros.

Se essa abordagem parece estar voltada apenas para organizações empresariais e com fins lucrativos, como é o caso da Vale, Montañó (2002) relembra que as organizações do terceiro setor são, em certa medida, parte de uma estratégia neoliberal de instrumentalização da sociedade civil. Segundo essa tese, as ONGs, OSCIPs e outras formas de organização da sociedade civil legitimariam o enfraquecimento do Estado enquanto instituição responsável pelo combate a questões sociais e, poderíamos acrescentar, ambientais também. Sob a justificativa de que seriam mais eficientes e ágeis para tratar de problemáticas em diversas áreas, na realidade, o motivo de tal transferência de poder, ainda segundo Montañó (2002, p. 241), é político-ideológico, no intuito de “esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais (estatais) de qualidade”.

A perspectiva crítica para com a ideologia neoliberal também aparece em ensaio de Mourão e Oliveira (2025), no qual as autoras situam a comunicação organizacional como elemento reprodutor de uma determinada lógica de racionalidade técnica e funcionalista. Apontam para o desafio - teórico e prático – de conjugar as premissas de dois campos que se inter-relacionam, o da comunicação e o da gestão administrativa. Enquanto o primeiro leva em consideração os processos de interação, o uso da linguagem para construir concepções, e as relações de poder, o segundo, por sua vez, se sustenta em ideias de controle, disciplina e hierarquia, visando alcançar metas organizacionais previamente traçadas.

Diante da discussão exposta nos parágrafos anteriores a respeito de perspectivas para pensar as organizações, vale, agora, apresentar uma definição do que vem a ser a Comunicação Organizacional, elaborada por Kunsch (2003, p. 149):

Comunicação organizacional, como objeto de pesquisa, é a disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações no âmbito da sociedade global. Ela analisa o sistema, o funcionamento e o processo de comunicação entre a organização e seus diversos públicos...Fenômeno inerente aos agrupamentos de pessoas que integram uma organização ou a ela se ligam, a comunicação organizacional configura as diferentes modalidades comunicacionais que permeiam sua atividade.

Esse campo de pesquisa teve seu primeiro paradigma instituído pela chamada escola positivista, que enxergava a comunicação como um instrumento a serviço dos objetivos, em geral econômicos, dos líderes das organizações. No decorrer do tempo, os princípios norteadores dessa escola foram perdendo força enquanto categorias analíticas apropriadas à realidade das organizações e, assim, ganhou espaço a escola interpretativa. Segundo essa corrente, a organização passa a ser entendida como se fosse uma espécie de microsociedade, em que a comunicação, por meio da linguagem e do discurso, faz parte da própria construção e identidade organizacional (Theodoro, 2017).

Um terceiro paradigma importante para entender a evolução epistemológica do campo é o da teoria crítica da comunicação organizacional, que introduz uma categoria central para compreender os fenômenos comunicacionais nas e das organizações: o poder. Na visão de um dos principais autores dessa linha, Mumby (2013, p. 21), “os estudiosos críticos argumentam que o processo de construção organizacional não pode ser entendido sem examinar as organizações como estruturas políticas onde o poder desempenha um papel central”. Mourão e Oliveira (2025) acrescentam que a teoria crítica abre possibilidades para a configuração de uma perspectiva teórica-metodológica que enfatiza a necessidade de se pensar as práticas comunicacionais das organizações inseridas em um contexto de digitalização das relações sociais e de um sistema econômico liberal e competitivo.

Kunsch (2022, p. 24) lembra, ainda, a importância de se considerar “a abrangência da comunicação organizacional em termos aplicados, pois ela ocorre, acontece e se processa em todos os tipos de instituições e organizações – públicas, privadas e do terceiro setor”. Uma visão que vem ao encontro dos grupos sociais de interação identificados por Cox (2010) e Jurin, Roush e Danter (2010), que seriam, nada mais, do que vozes de interesse em uma esfera pública focada nas questões ambientais. De um lado, estão, por exemplo, grandes corporações, lobistas empresariais e setor empresarial; do outro, situam-se ambientalistas, ONGs e movimentos sociais. Naturalmente, cada um desses grupos adotará uma comunicação com características diferentes, seja no teor das mensagens, nos objetivos, nos públicos de interesse ou, de maneira mais ampla, na filosofia regente.

No que concerne às linhas de pesquisa no campo da comunicação ambiental, a partir de uma revisão de literatura, Aguiar e Cerqueira (2012) identificaram algumas de maior prevalência. Duas delas dialogam com a investigação realizada no presente trabalho. A primeira é a de comunicação organizacional, mas que engloba também publicidade e marketing verde, com pesquisadores dedicados a “investigar as estratégias adotadas por grandes corporações para ‘esverdearem’ ou ‘ecologizarem’ a sua imagem institucional” (Aguiar e Cerqueira, 2012, p. 2012). Desperta nossa atenção o impacto das questões ambientais na comunicação organizacional, o que gera demandas por divulgações que visam disseminar a imagem de empresas responsáveis e atreladas aos princípios do ESG, terminologia discutida no capítulo anterior. Estudos sobre retórica e discursos ambientais também são uma linha bastante presente. De um lado, a vertente que investiga os modos de persuasão que grupos ambientalistas utilizam para comunicar as questões ambientais, e, do outro, o interesse em perfis de comunicação que desafiam o discurso dominante sobre a relação sociedade e natureza.

Robert Cox, um dos expoentes nesse campo de pesquisa acadêmica, “procurou evidenciar as peculiaridades de cada um desses grupos e seu papel como porta-vozes de determinadas correntes de pensamento e ideologias diante das questões ambientais” (Aguiar e Cerqueira, 2012, p. 16). Nessa direção estamos alinhados com essa abordagem teórica ao formular a pergunta central desta dissertação, que busca saber quais são as noções de sustentabilidade observadas na comunicação da Vale e do ISA. De acordo com Cox (2010), empresas e associações corporativas atuam constantemente com o intuito de deslegitimar achados científicos que possam vir a ser prejudiciais à imagem de atividades como a da mineração. Por outro lado, cidadãos, comunidades e grupos ambientalistas continuam cobrando providências de autoridades e organizando mobilizações - presenciais e online - em torno das causas socioambientais, cada qual com seu próprio modo de se comunicar.

Nesse sentido, o jornalismo ambiental, por exemplo, é uma das técnicas de comunicação ambiental, cujos princípios certamente são aplicáveis às estratégias comunicacionais das organizações como um todo: (1) caráter educativo – função pedagógica de explicar as causas e possíveis soluções para as questões ambientais; (2) visão holística – considerar contexto complexo que envolve a temática ambiental, abordando os fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e éticos ; (3) aprofundamento – investigação e relato dos fatos e suas implicações, sem se limitar a fontes oficiais ou visões fragmentadas; (4) engajamento – defesa da lógica socioambiental, com estímulo ao debate qualificado e à mobilização social transformadora (Schwaab, 2018; Bueno, 2024).

No jornalismo ambiental, as fontes são consideradas um ingrediente essencial à produção informativa, pois fornecem dados, explicações e declarações que contribuem sobremaneira para a compreensão dos fatos relatados (Barros, 2008). Sejam elas fontes técnicas; informantes ligados a determinadas discussões; personagens que ilustram a história narrada; ou analistas que ajudam a interpretar o contexto, possuem a função de agregar autoridade, credibilidade e legitimidade. Diferentemente do que é praticado pelos grandes veículos de comunicação, o jornalismo ambiental realiza um esforço contínuo para não se limitar às fontes oficiais, que em geral são representantes governamentais ou empresariais, de modo a oferecer aos leitores perspectivas alternativas. As fontes ligadas a movimentos sociais, indígenas e comunidades tradicionais são algumas das quais se incluem nessa prática.

Com efeito, ao considerarmos o jornalismo ambiental enquanto técnica utilizada na comunicação organizacional, nos deparamos com uma discussão em relação ao conteúdo, a saber, a de gênero textual. De acordo com Melo e Assis (2016), os gêneros são artifícios que proporcionam aos agentes midiáticos uma produção de conteúdo que esteja em linha com as expectativas da audiência, ou seja, uma estratégia de comunicação para tentar garantir a eficácia do ato comunicativo. Existe, inclusive, vale dizer, uma teoria dos gêneros midiáticos, que se dedica justamente a fornecer subsídios para entender a natureza e o propósito de cada um deles. Interessa-nos, para o escopo desta dissertação, apenas um resumo do que vem a ser os gêneros, principalmente por uma razão prática: a identificação desse tipo de classificação no momento da pesquisa empírica, como será visto nos capítulos 5 (metodologia) e 6 (análise e discussão das notícias organizacionais da Vale e do ISA).

Uma definição, nas palavras de Melo e Assis (2016, p. 49), é a de gênero enquanto “classe de unidades da Comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão ou recuperação oportuna de informações da atualidade”. Ainda segundo esses dois autores, o gênero se caracteriza pela sua função social, considerando-

se que a mídia, no sentido colocado por e Braga (2013), Martino (2019) e Sodré (2013), opera para atender demandas advindas do tecido social e dos variados agentes que nele atuam. Demandas que, conforme lembra Luvizotto (2015), encontraram no ambiente virtual da Internet um canal de forte expressão e fortalecimento de potencialidades.

Nesse contexto, são muitos os gêneros observados na comunicação e no jornalismo – seja ele ambiental ou não. Melo e Assis (2016) referenciam a classificação “Marques de Melo” como sendo uma das mais difundidas no Brasil e que traz os seguintes gêneros e formatos de conteúdo: 1) Gênero informativo: nota; notícia; reportagem; e entrevista; 2) Gênero opinativo: editorial; comentário; artigo; resenha; entre outros; 3) Gênero interpretativo: análise; perfil; dossiê; entre outros; 4) Gênero diversional: história de interesse humano; e história colorida; 5) Gênero utilitário: indicador; cotação; roteiro; e serviço.

Feita nesta seção a apresentação do estado da arte nos campos da Comunicação Organizacional e da Comunicação Ambiental, em busca de se apontar entrelaçamentos entre os dois, passamos, pois, a um olhar mais setorizado. Primeiramente, para o marco teórico pertinente para se pensar a comunicação de organizações empresariais, e, a seguir, elementos para circunscrever a comunicação de organizações ambientalistas.

3.3 A comunicação ambiental das organizações empresariais

Agora, trataremos da comunicação ambiental realizada pelas organizações do setor empresarial, agentes sociais que se tornaram fundamentais nos esforços multilaterais para tentar minimizar os impactos das alterações em curso no chamado sistema Terra, conforme discutido no capítulo anterior. A divulgação de ações que visam promover a proteção ambiental, de acordo com Kunsch (2020, p. 18), parte do pressuposto de que “a comunicação, no sentido amplo, é imprescindível, por parte tanto dos meios, que devem contribuir na difusão de conhecimento e de práticas educativas, quanto de toda a convergência midiática presente na era digital em que vivemos”. Em uma sociedade midiaticizada, não cabe mais somente à mídia tradicional, portanto, fazer a difusão de temas ambientais, abrindo, assim, uma enorme margem de atuação para as empresas de diferentes portes e segmentos.

Da consideração ao fato de que, hoje, um dos públicos de interesse mais importantes das empresas - especialmente as que atuam em setores críticos, como a mineração - são as comunidades que habitam em torno dos locais de operações, depreende-se a importância de uma comunicação bem estruturada. De acordo com Kunsch (2020, p. 23):

Para que seja possível promover efetivamente o desenvolvimento sustentável de forma integral, é imprescindível que as organizações (como agentes estratégicos de transformação nos territórios) pautem suas ações por princípios e políticas institucionais de governança, que permitam o monitoramento de seu impacto nas mais diversas sociedades em que se encontram.

Ao assumir determinados compromissos - vale lembrar que muitos dos quais são previstos pela legislação ambiental -, as empresas têm em mãos a possibilidade de capitalizar positivamente essas ações em prol da melhoria da imagem institucional e da reputação. Detentoras de recursos para investir pesadamente em múltiplas formas comunicativas midiáticas, essas organizações, muitas vezes, adotam para si temas e causas que antes estavam restritas a grupos de especialistas ou mesmo ao próprio ambientalismo, como, por exemplo, a proteção da floresta amazônica, um mote hoje de diversas campanhas publicitárias empresariais, como é o caso de algumas da mineradora Vale, conforme veremos com maior nível de detalhes nos capítulos 4, 5 e 6.

Uma das formas bastante utilizadas no meio empresarial para dar visibilidade às ações e projetos conectados a valores da sustentabilidade são os relatórios - integrados, de desempenho ou de sustentabilidade -, que seguem padrões internacionais de metodologias e critérios de avaliação das informações reportadas. Lobato e Neiva (2022) realizaram uma análise qualitativa de nove desses relatórios produzidos por organizações brasileiras, e chegaram à conclusão de que estes documentos são estratégias eficazes para a construção de posicionamentos das empresas frente a questões ligadas à sustentabilidade. Segundo os autores, a “projeção da identidade e dos principais atributos da organização por meio do mix de comunicação está intimamente ligada à formação da imagem da organização perante seus vários públicos de relacionamento” (Lobato e Neiva, 2022, p. 75).

Ainda de acordo com Lobato e Neiva (2022, p. 77) “a imagem é o resultado do processo comunicacional, comportamental e simbólico, realizado pelos membros de uma organização, bem como da construção de sentido pelos atores externos em interação”. A comunicação, neste caso, serve, portanto, para projetar valores e premissas de sustentabilidade que, ao menos em tese, guiam a atividade empresarial no século XXI. A imagem é elaborada continuamente, sendo um elemento de mediação entre emissor (empresa) e receptor (público).

Bueno (2018, p. 3), por sua vez, entende que elementos concretos e simbólicos, tais como as informações em circulação no ambiente midiático, contribuem para a constituição do que vem a ser chamado imagem:

Pode-se definir a imagem da marca (seja ela corporativa, seja ela de produtos) como a representação mental de uma organização ou empresa (ou de seus produtos)

construída por um indivíduo ou grupo a partir de percepções e experiências concretas, informações e influências recebidas de terceiros ou da mídia.

Também podemos olhar para a comunicação das empresas pelo aspecto da construção de uma marca forte e atraente para consumidores e demais públicos. Baldissera (2021) nos traz contribuições importantes nesse campo, ao debruçar-se sobre as estratégias discursivas encampadas pela comunicação organizacional ligada à sustentabilidade. Para início de conversa, Baldissera compreende as marcas contemporâneas enquanto um fenômeno discursivo, ou seja, criado no campo simbólico com o propósito de fazer circular sentidos e gerar influência no tecido social.

Tendo como suporte o plano do discurso, as marcas atuam constantemente para criar uma identidade que gere vínculos com o público a partir de valores como a proteção do meio ambiente e dos variados ecossistemas. Baldissera (2021, p. 278) apresenta, então, a ideia de imagem conceito como um:

Construto simbólico, complexo e sintetizante, de caráter judicativo/caracterizante e provisório, realizado pela alteridade [...] mediante permanentes tensões dialógicas, dialéticas e recursivas, intra e entre uma diversidade de elementos-força, tais como as informações e as percepções sobre a entidade (algo/alguém), o repertório individual/social, as competências, a cultura, o imaginário, o paradigma, a psique, a história e o contexto estruturado.

Baldissera (2021) afirma que há três grandes vetores que contribuem para o aumento do nível de exposição das marcas em temas ligados à sustentabilidade. O primeiro vetor é o desejo das próprias marcas de se tornarem visíveis e fazerem valer a sua voz. O segundo é o grande volume de informações acumuladas sobre as marcas no ambiente digital. Por fim e o que nos interessa comentar, está a pressão pública - de consumidores, reguladores, investidores, entre outras audiências.

A construção e manutenção de uma marca forte, um processo comunicacional e organizacional por excelência, se configura como um esforço contínuo e uma prioridade dentro das empresas, para que o prestígio diante dos públicos de interesse seja mantido. A sustentabilidade desponta como um valor central na sociedade contemporânea, diante de uma verdade que se impõe: as condições de vida do ser humano no Planeta estão se deteriorando em razão da exploração desenfreada dos recursos naturais.

As múltiplas problemáticas ambientais, algumas das quais debatidas no capítulo 2 deste trabalho, no entender de Lipovestsky (2005, p. 47) foram responsáveis pela ascensão de uma nova onda ética nos negócios, que, ao contrário do que costuma ser propagado, “não é em nada uma moral desinteressada: é um novo instrumento de valorização das empresas no

mercado”. É importante lembrar que esse autor, um filósofo contemporâneo liberal, tem por objeto de reflexão a ética e não a comunicação social em si, mas se debruça também sobre a mídia e seus efeitos na contemporaneidade. Os valores de preservação ambiental, presentes no discurso midiático das grandes empresas, tem como função o “reforço da imagem da empresa e da construção de seu capital de marca” (Lipovetsky, 2005, p. 47).

Por si só, a construção de uma imagem alinhada a atributos da sustentabilidade, como respeito ao meio ambiente e proteção das florestas, não se configura em um problema, ainda mais dentro de um modelo econômico pautado pela competição e onde a valorização financeira tem relação direta com aspectos imagéticos e reputacionais. O problema acontece ao passo em que as alegações ambientais feitas pela comunicação passam a ser desproporcionais ou até mesmo falaciosas. Neste caso, incorre-se em risco de greenwashing, como veremos adiante.

3.3.1 Flertes com o greenwashing

Se, por um lado, existe uma pressão quase moral na sociedade contemporânea para que as empresas assumam compromissos com a proteção ambiental, por outro, há também uma vigilância que busca banir exageros ou falsidades presentes na comunicação dessas organizações. A ponto de algumas delas adquirirem uma atitude receosa e até evitarem divulgações relacionadas a metas de sustentabilidade que possam eventualmente ser contestadas por consumidores, investidores e órgãos reguladores (Bloomberg Línea, 2022). Em outras palavras, o temor de serem acusadas de greenwashing¹², termo que passou a ser amplamente utilizado no mundo corporativo e também na academia para designar tentativas de promover uma imagem ambiental positiva, sem que haja um fundamento sólido e uma comprovação de que determinado projeto, produto ou serviço seja sustentável.

Uma revisão de literatura acadêmica realizada por Gatti, Seele e Rademacher (2019), na qual o universo continha 1.273 artigos publicados na Inglaterra no banco de dados ABI/Inform Global Database e no Google Scholar, e a amostragem final, 94 artigos, se propõe a avaliar as principais definições para o termo greenwashing. Segundo os autores, trata-se de

¹² Uma tradução literal seria “lavagem verde”, mas no Brasil, a forma de uso mais comum, depois da simples transposição da original, é “maquiagem verde”. A título de curiosidade, o primeiro registro de uso do termo data de 1986, quando o ativista Jay Westerveld escreveu um artigo indignado, fazendo uma crítica à rede de hotéis Marriot pelo fato de pedirem aos hóspedes que reutilizassem suas toalhas pois esse ato diminuiria o consumo de água, logo, estaria ajudando a salvar o planeta da crise ambiental. É claro que atitudes individuais de consumo são importantes, mas a indignação do ativista se devia ao fato de que o hotel não tinha mais nenhuma ação ambiental significativa além de pedir aos hóspedes que usassem as toalhas por mais tempo. Pedido ainda recorrente na rede hoteleira, diga-se de passagem.

um volume significativo de publicações detectadas, que reflete, no ambiente científico, uma preocupação cada vez maior com essa questão no debate público. São diversos agentes sociais atuando em torno desse eixo temático, com distintos interesses. De um lado, as empresas, interessadas em se capitalizar simbolicamente; do outro, o movimento ambientalista, atuando como vigilantes; e, por fim, os consumidores, em tese, cada vez mais céticos.

Apesar de a literatura sobre greenwashing estar se expandindo cada vez mais, Gatti, Seele e Rademacher (2019) afirmam que não há uma definição que seja universalmente aceita, e o próprio conceito tem algumas ambiguidades. Uma delas é a divisão entre pesquisadores que acreditam se tratar de uma terminologia voltada exclusivamente para questões ambientais e os que entendem que as questões sociais também devem ser levadas em conta. Essa conjugação entre o social e o ambiental, conforme discutido no capítulo 2, é uma discussão tão antiga quanto atual, e deveras relevante, que, ao nosso ver, poderia perfeitamente estar pacificada, pois sobram argumentos para demonstrar que não há problematização completa sem que as múltiplas dimensões da sociedade sejam contempladas.

Outro debate ainda muito presente nesse campo de estudos é com relação ao nível de falsidade implicado em determinadas mensagens emitidas pelas organizações. Enquanto alguns defendem que o greenwashing é qualquer anúncio ou alegação falsa, outros falam de uma prática que acontece quando as informações não podem ser verificadas por uma fonte certificada ou simplesmente pela evidência empírica. Um terceiro grupo defende uma abordagem mais complexa, a saber, a de que greenwashing tem mais a ver com a divulgação seletiva de uma agenda positiva por parte da empresa do que por uma suposta comunicação falsa. Segundo esse ponto de vista, empresas que ocultam o potencial de risco de determinadas informações estariam também incorrendo em greenwashing (Gatti, Seele e Rademacher, 2019).

Uma segunda revisão sistemática de literatura, realizada por Netto et al (2020), que começa por um universo de 263 artigos para depois afunilar para um corpus de 42, buscou investigar quais são as principais definições para o termo greenwashing no meio científico. Um dos primeiros achados dos pesquisadores, é a característica multidisciplinar do conceito, uma vez que se encontra presente em publicações de áreas como Negócios e Gestão, Comunicação, Economia, Sociologia e Ética. Também identificaram uma tendência de aumento de interesse pelo fenômeno na literatura acadêmica.

Em relação às definições, Netto et al (2020) sistematizaram três principais categorias. A primeira delas é a divulgação seletiva, que consiste em dois comportamentos simultâneos: reter a divulgação de informações negativas e investir em uma agenda positiva de informações relacionadas a performances e ações ambientais. A segunda é a dissociação ou

desvio de atenção, que se caracteriza pela criação de histórias e mensagens ligadas ao conceito de sustentabilidade, mas sem que haja nenhuma ação concreta envolvida. Por fim, está a ideia de legitimidade corporativa, especialmente a legitimidade pragmática, uma espécie de cálculo realizado para beneficiar os principais stakeholders da empresa a partir de iniciativas e comunicações em prol do meio ambiente.

Ambas as revisões apresentadas nos últimos parágrafos discutem a importância da regulação estatal para tentar amenizar possíveis efeitos nocivos de práticas comunicativas das empresas a respeito da temática ambiental. Para Gatti, Seele e Rademacher (2019), a maior parte dos *papers* revisados aponta para um formato híbrido, em que haveria um sistema independente de auditoria somado à regulação pública. Essa seria uma maneira para equilibrar a liberdade excessiva da divulgação voluntária de ações ambientais - que pode levar a exageros e falsidades - com o rigor excessivo imposto pelo Estado para que haja divulgações que comprovem o compromisso de empresas com questões ambientais¹³. Segundo Netto et al (2020), em países desenvolvidos, a regulação por parte das autoridades se encontra em nível mais elevado do que em países em desenvolvimento. Na falta de diretrizes regulatórias fortes, os consumidores estariam mais sujeitos aos efeitos nocivos das práticas de greenwashing.

Importante lembrar que, segundo os artigos analisados nas duas revisões de literatura trazidas a esta pesquisa, o greenwashing pode ocorrer de formas mais complexas e sutis, como é o caso das soluções de financeirização da natureza apresentadas pela esfera do mercado. Segundo Oliveira (2025, p. 60), “a lógica financeira não apenas reorganiza a economia, mas também redefine amplamente modos de vida, pressionando formas milenares de existência para caberem no enquadramento de uma representação útil ao mercado em nome do clima”. O mercado de carbono é, hoje, o maior exemplo dessa transformação de áreas de uso comum em ativos financeiros, o que, de acordo com Oliveira (2025), pode aumentar o nível de especulação para com as florestas, além de invisibilizar modos de vida tradicionais. Trata-se, portanto, de um discurso “verde” de melhorias sociais e ambientais que não se concretiza na prática, e, ainda pior, cristaliza mecanismos de desigualdade social.

3.3.2 A comunicação ambiental enquanto forma de violência simbólica

¹³ No Brasil, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) publicou em 2023, com adendos em 2025, resolução relativa à padronização internacional de informações ambientais, válida para empresas de capital aberto. Para saber mais, ver: [Brasil é 1º país no mundo a adotar relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade emitidas pelo ISSB](#).

Ao acrescentarmos a esse diálogo sobre comunicação organizacional, sustentabilidade e greenwashing a perspectiva do sociólogo Pierre Bourdieu (2010), passamos a enxergar uma relação de tensões entre grupos dominantes e dominados, na qual o convencimento dos primeiros perante os segundos não se dá pelo uso da força, mas por via da influência das instituições e do empenho de um arsenal simbólico, enquanto parte os discursos elaborados pelos agentes sociais em posição de dominação. Os sistemas simbólicos – mídia, arte, religião, língua – exercem uma “função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica)” (Bourdieu, 2010, p. 11).

Esse convencimento sutil, ao qual Bourdieu (2010, p. 14) chega a se referir como uma espécie de “poder quase mágico”, porque é exercido de maneira invisível, é uma chave que pode ser útil para compreender uma ampla gama de fenômenos sociais, como a comunicação de organizações, que participa explicitamente de um jogo, de uma disputa por reconhecimento e legitimidade. Nas palavras de Bourdieu e Passeron (1992, p. 19):

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força.

A partir de um entendimento de que práticas de greenwashing são também aquelas segundo as quais as empresas apresentam apenas uma face da moeda, investindo pesadamente para essa linha de mensagens e representações da sustentabilidade sejam prevalentes no debate público, de modo a exercer a posição de dominação. Pois pensamos que a comunicação ambiental pode ser também uma dentre tantas outras manifestações da violência simbólica (Bourdieu, 2010 e 2015) presentes na sociedade. Para o escopo desta pesquisa, a categoria conceitual de violência simbólica nos ajuda a compreender determinados aspectos da comunicação ambiental realizada por empresas.

Bourdieu desenvolveu o conceito de violência simbólica ao longo de diferentes momentos de sua trajetória, sendo o primeiro deles provavelmente em *A Reprodução* (1968), onde dirige críticas ao sistema escolar enquanto espaço de exclusão. À posteriori, o assunto ganha corpo e passa a ser operacionalizado em outros campos sociais, além de entrelaçado com outros conceitos fundamentais do pensamento do autor, tais quais *habitus*, *campo* e *capital* simbólico. Os livros *O Poder Simbólico* e *Meditações Pascalinas* (Martino e Marques, 2022) apresentam a discussão da violência simbólica em profundidade, mas ela também conta com inserções em *Distinção: Crítica Social do Julgamento*, *A Dominação Masculina* e *A Economia*

das Trocas Simbólicas. Esse é um ponto importante a se notar: o conceito é uma parte integrante da teoria sociológica do autor e possui uma envergadura que ultrapassa os limites e objetivos estabelecidos para a nossa pesquisa.

A leitura de Bourdieu permite detectar um entendimento ampliado do que vem a ser o fenômeno da violência, para além do significado do senso comum, atrelado em geral ao uso da força física para causar agressão a outrem. Essa forma, utilizando-se a tipologia de Galtung (2016), pode, sim, ser considerada uma violência direta, ou seja, aquela em que se identifica facilmente o sujeito (indivíduo, grupo, instituição ou nação) executor do ato. No entanto, é apenas a ponta de um iceberg, pois há uma série de outras violências que atravessam as relações sociais cotidianamente. Galtung e Bourdieu integram um rol bastante amplo de pensadores - de linhas teóricas distintas muitas vezes - que se propuseram a criar formas inteligíveis de compreender o fenômeno da violência ao longo da história da humanidade, tais quais Friedrich Nietzsche, Karl Marx, Walter Benjamin, Angela Davis e Slavoj Zizek (Sampaio, 2020).

A ideia de violência simbólica encontra alguns pontos de convergência com a noção de cultura trabalhada por Galtung (2016, p. 155), quando este autor defende que “a cultura prega, ensina, adverte, incita, e até embota nossas mentes para fazer-nos ver a exploração e/ou a repressão como algo normal e natural, ou possibilita a alienação para viver aparentando que não sentimos suas consequências”. Ora, as ideias dominantes são aquelas incorporadas de diferentes formas, sendo a comunicação ambiental uma delas, proferida principalmente pelos porta-vozes de uma determinada visão de mundo (Cox, 2010). São responsáveis por “impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada” (Bourdieu, 2010, p. 14) de formas de pensamento “objetivamente ajustadas às estruturas sociais” (Bourdieu, 2010, p. 14).

O que nos chama a atenção é fato de que, mesmo diante de alertas feitos pela ciência e de desastres socioambientais de grandes proporções causados pela ação de empresas, os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são utilizados pela comunicação organizacional das mesmas como se fossem soluções mágicas, mas que, no fundo, determinam uma visão homogeneizada da sociedade. Para Shiva (2005, p. 22), o modo pelo qual o saber ocidental racionalizado “é gerado, estruturado e legitimado e a forma pela qual transforma a natureza e a sociedade geram desigualdades e dominação, e as alternativas são privadas de legitimidade” (2005, p.22). Nas palavras de Bourdieu e Passeron:

A forma por excelência de violência simbólica é o poder...exercido pelas vias da comunicação racional, ou seja, com a adesão (extorquida) dos que, sendo os produtos

dominados de uma ordem dominada por forças enfeitadas de razão..., estão forçados a conceder sua aquiescência ao arbitrário da força racionalizada (Bourdieu e Passeron, 1992, p. 101).

Essa forma de violência sutil exercida pelos agentes dominantes por meio de seus aparatos simbólicos possui uma relação implícita com um projeto de desenvolvimento que traz noções de sustentabilidade a serem investigadas na etapa empírica da pesquisa. Se até aqui, nesta seção, tratamos da comunicação ambiental das empresas, passamos agora ao outro lado de nosso objeto de estudo, para discutir a comunicação ambiental na perspectiva das organizações ambientalistas.

3.4 A comunicação ambiental de organizações do movimento ambientalista

Nesta seção, procuraremos descrever o que está por trás das estratégias de comunicação de organizações do movimento ambientalista, do qual o Instituto Socioambiental faz parte. É válido lembrar que a atuação dessas entidades se dá em meio a um contexto social e político onde, cada vez mais, o Estado tem demonstrado fragilidades para exercer diretrizes efetivas de proteção ambiental. Nessa brecha, o ambientalismo, seja qual for a matriz, encontra um campo de atuação a partir de princípios sociais e ecológicos, demandando, assim, esforços comunicativos para ampliação de visibilidade.

Um conceito importante para essa discussão é o de mobilização social, neste caso voltado para práticas sociais promovidas pelas entidades ambientalistas, e não para as redes sociais da Internet. Segundo Bueno (2017, p. 78), trata-se de “um esforço coletivo e planejado no sentido de resolver um problema, concretizar uma ação (ou até mesmo impedir que uma ação ou proposta se realize) com o intuito de angariar benefícios ou vantagens para aqueles que o empreendem”. No caso do Instituto Socioambiental, uma campanha recente com ampla visibilidade foi a crítica à tese do Marco Temporal¹⁴, mas há muitas outras, localizadas, especialmente, na Amazônia, nosso território de interesse, conforme será visto nos capítulos 5 e 6, onde faremos a apresentação e discussão dos dados.

¹⁴ A tese do Marco Temporal defende que uma determinada etnia indígena só tem o direito de uso à terra em que está habitando caso fique comprovado que já estava neste espaço antes da promulgação da constituição de 1988. Trata-se de uma visão que coloca em risco um direito básico dos povos tradicionais do Brasil, pois ignora todo o histórico de violência colonial e desenvolvimentista sofrido pelos indígenas, uma vez que estes foram, invariavelmente, removidos de seus territórios, para dar lugar a obras e projetos de diferentes perfis. No momento de entrega desta dissertação, em agosto de 2025, a discussão está em compasso de espera, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a audiência de conciliação judicial para definir o reconhecimento ou negação da referida tese.

Muitas vezes, os processos de mobilização social atuam em frentes que podem ser contestatórias a padrões vigentes, o que, invariavelmente, provocará reações de resistência por parte dos grupos sociais em posição de dominação que não pretendem abdicar de certas vantagens e privilégios (Bueno, 2017), como é o caso das grandes empresas. Por outro lado, na sociedade contemporânea, há uma dinâmica complexa de relações e interesses entre entidades ambientalistas e outros agentes, o que tornaria equivocada a afirmação de que o ambientalismo seria, via de regra, voltado para a emancipação e transformação. Pode, na verdade, ocorrer o contrário: adotar um perfil de integração, conciliação e conservação do status quo (Gohn, 2008).

Referência nos estudos acerca de movimentos sociais, Gohn (2008) apresenta uma distinção importante para analisar o caráter das mobilizações e associativismo. Segundo a autora, existem “duas formas de protagonismo civil que atuam segundo pólos diferenciados da ação social: uma trabalha no campo do conflito e a outra no campo da cooperação ou integração. Há tensões permanentes nas duas frentes” (Gohn, 2008, p. 450). O aspecto da solidariedade, por exemplo, existe nas duas formas: nos movimentos de base, ocorre de forma orgânica a partir da experiência de exclusão social; enquanto nas organizações cívicas, ela é instrumental, voltada para o apoio de grupos excluídos, mas projetada por agentes externos.

Uma prática muito comum no movimento ambientalista brasileiro é, justamente, a realização de parcerias com grupos sociais marginalizados, como é o caso de projetos do Instituto Socioambiental, que se apresenta como representante de etnias indígenas em diversas regiões da Amazônia, conforme veremos em detalhe no capítulo 4, onde apresentamos o histórico e as principais informações da organização.

O conceito de representatividade nos traz aportes para pensar nessa relação entre entidades ambientalistas e grupos indígenas. A representação na sociedade contemporânea deve ser concebida de maneira sistêmica, ou seja, levando em consideração a multiplicidade de agentes sociais envolvidos em determinadas reivindicações, assim como a variedade de plataformas comunicativas utilizadas (Barros, 2023). A mídia tradicional ainda é convocada a participar da cobertura, mas os grupos ambientalistas e parceiros lançam mão de sites institucionais, perfis em redes sociais, produções audiovisuais, rádios web, entre tantas outras que estiverem à disposição e fizerem sentido estratégico. Uma parte significativa da representação, portanto, toma corpo por meio desses atos midiáticos.

Em tese de doutorado com foco nas relações entre Greenpeace e a etnia Munduruku, Barros (2023) fez uma ampla discussão a respeito da categoria analítica representatividade, apontando que hoje em dia existem novas tipologias que chamam a atenção dos estudiosos desse objeto. Uma delas é a que o autor chamou de representação informal, na qual entidades

ambientalistas, por exemplo, estabelecem diálogo com representantes do Estado “na tentativa de levantar discussões sobre políticas públicas que desconsiderem grupos como os indígenas ou não respeitem direitos estabelecidos na legislação – especialmente nos processos de implementação de grandes projetos desenvolvimentistas” (Barros, 2023, p. 34).

Segundo Barros (2023), um ponto a ser considerado quando se fala em representação é o fato de que os grupos e indivíduos alvos de injustiças, seja por parte de empresas ou do Estado, nem sempre possuem os recursos necessários para formatar pleitos e reivindicações. Em alguns casos, pior do que isso, estão em condições de vulnerabilidade social ou até miséria, situação ainda bastante presente em populações indígenas da região amazônica do Brasil. Para o autor, esse contexto é importante ao avaliar o potencial de entidades ambientalistas de atuarem como representantes legítimos, uma vez que estas podem se tornar espécie de tradutores das demandas das comunidades indígenas, expressando-as na forma de um discurso midiático de caráter político, que se espalha mundo afora por meio das tecnologias de comunicação.

As práticas comunicacionais sempre estiveram presentes como parte de uma estratégia de denúncia aos agravos ambientais e conquista de legitimidade das ONGs e entidades perante a opinião pública. Desde o momento histórico em que iniciaram sua atuação, as organizações ambientalistas tinham uma estratégia política muito clara, para a qual a comunicação poderia ser e foi uma importante aliada: exercer influência sobre vários agentes sociais, dentre os quais, poder público, comunidade científica e setor empresarial (Jacobi, 2000). O objetivo, especialmente no início do movimento, era poder afirmar uma alternativa para conservar ou proteger o meio ambiente. Atualmente, a Internet e as redes sociais proporcionam novas potencialidades comunicativas para esses grupos, que se posicionam como representantes de causas gerais ou específicas.

Uma das formas de articulação política bastante característica dos grupos ambientalistas é a constituição de redes, que se inscrevem em uma lógica de solidariedade e estabelecimento de objetivos comuns. Essas redes “horizontalizam a articulação de demandas e se servem das modernas tecnologias de informação para disseminar seus posicionamentos” (Jacobi, 2000, p. 134), tanto em escala local quanto global, uma vez que o alcance das agendas e reivindicações se alarga no ambiente cibernético, além do fato de que as ONGs internacionais possuem alto poder de influência nas discussões que transcendem fronteiras (Jacobi, 2000).

Gohn (2008), convocada novamente a nos dar referências, fala do contexto brasileiro segundo o qual, a partir da década de 1990, os grupos sociais organizados passaram a se articular em formato de redes e fóruns, abrindo espaço para a entrada de novos agentes

debatedores das questões políticas e sociais, como ONGs e outras entidades do Terceiro Setor. Esse novo momento traz uma diferença importante: a sociedade civil organizada passa a ter como diretrizes mais os vínculos sociais comunitários e identitários e menos os pressupostos ideológicos. A temática socioambiental é uma das que aparece com bastante força, ao lado de questões étnicas, raciais, de gênero, entre outras.

O sociólogo Manuel Castells foi o responsável por inserir a categoria analítica “no cenário das ferramentas metodológicas contemporâneas, ao tratar a sociedade globalizada como uma rede, e as estruturas sociais construídas a partir de redes como sistemas abertos, dinâmicos e suscetíveis de inovações” (Gohn, 2008, p. 447). Sob essa lógica, as variadas tecnologias de informação e comunicação inserem-se em uma conjuntura mais ampla e seguem um padrão de socialização que já vinha sendo construído previamente. Não por acaso, as conferências internacionais da ONU, como a Rio-92, foram responsáveis por colocar a temática ambiental no centro dos holofotes midiáticos, gerando uma sequência intensa de ciclos de notícias e trocas de informações nas redes recém-formadas e na sociedade como um todo (Jacobi, 2000; Miguel, 2020).

3.4.1 Mobilização em redes virtuais

A relação entre as ações coletivas em âmbito local e global é bastante explorada por Castells (1999), sociólogo que constrói parte da conjectura teórica de sua obra a partir da concepção de uma nova forma de sociedade, organizada em rede por meio das tecnologias de informação. Para esse autor, a dinâmica das identidades dos agentes sociais em um contexto no qual o sistema midiático se faz presente por todas as partes adquire um grau maior de complexidade, pois muitas vezes são multifacetadas e bastante específicas. Ao mesmo tempo em que as trocas sociais, econômicas e informacionais são globalizadas, passam a surgir também reivindicações de caráter local (Castells, 1999).

A esse respeito, Castells (1999) explica que a sociedade em rede engendra o aparecimento de duas lógicas espaciais opostas. A primeira é do espaço de fluxos, que organiza e sincroniza as práticas sociais à distância pelo uso dos cada vez mais sofisticados sistemas de informação e telecomunicações. A segunda é a do espaço de lugares, que enfatiza a interação social relacionada ao espaço e estruturas físicas, ou território, poderíamos acrescentar, lembrando o conceito trabalhado no capítulo 2. O nó acontece a partir do momento em que, na sociedade em rede, a maioria dos processos dominantes, envolvendo manutenção do poder, da riqueza e da informação, ocorre no espaço de fluxos. Nos dizeres de Castells (1999, p. 156):

A disjunção entre as duas lógicas espaciais consiste em um mecanismo básico de dominação em nossas sociedades, pois desloca os principais processos econômicos, simbólicos e políticos da esfera em que o significado social pode ser construído e o controle político encontra meios de ser exercido.

A participação em lutas locais, onde os modos de vida muitas vezes ainda não foram totalmente afetados pela lógica tecnocrática e, ao mesmo tempo, abstrata do grande capital. Essas problemáticas de âmbito local, que poderiam passar despercebidas no debate público nacional ou até internacional, acabam por ganhar escala de visibilidade devido ao que Castells (1999) aponta como uma alta capacidade de adaptação do ambientalismo às novas condições de mobilização propiciadas pelas tecnologias digitais.

O advento da Internet e das novas tecnologias de comunicação alterou os alicerces do modelo tradicional, pautado pela centralidade dos grandes meios e produtores. Agora, a sociedade contemporânea possui múltiplos agentes comunicativos, sejam eles coletivos ou individuais, profissionais ou amadores. A pergunta de partida desta pesquisa de mestrado procura saber quais são as noções norteadoras das mensagens referentes à sustentabilidade, sendo que o ambiente virtual é o locus de atuação, um espaço que, segundo Luvizotto et al (2016, p. 79), “modificou a maneira como sujeitos e grupos sociais manifestam as suas demandas políticas e sociais”.

Luvizotto et al (2016, p. 79) trabalham com um conceito que nos auxilia na análise de nosso objeto, a saber, o de ativismo: “tomar parte de uma ação objetivando uma transformação social”. Essas autoras investigam de que maneira, em um cenário de mobilizações realizadas no âmbito virtual, as novas mídias são incorporadas pelo movimento ambientalista e se esse uso configura uma nova forma de ativismo, on-line, que se inicia na Internet e ecoa nas ruas e espaços concretos de trocas. Há, portanto, uma interessante chave explicativa para pensar no mote do movimento ambientalista - grosso modo, o engajamento em prol de ideias de proteção ambiental - em articulação com o uso das redes sociais e outros recursos tecnológicos.

Na mesma linha do exposto acima, Miguel (2020), por sua vez, traz o conceito de midiativismo, que também tem como elemento central o uso das variadas tecnologias e mídias para fortalecer e amplificar o ativismo social dos movimentos sociais, dentre os quais, o ambientalismo. Em um de seus artigos, onde faz uma análise empírica do ativismo midiático do Greenpeace e do Instituto Socioambiental, a autora insere definição de Braighi e Câmara (2018, p. 36, citado por Miguel, 2020, p. 144), segundo a qual o midiativismo opera “por meio de um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espalhar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa”.

O contexto de midiaticização da sociedade, discutido na seção 3.1, favorece o surgimento e o fortalecimento de movimentos sociais em geral, e também do movimento ambientalista, que fazem uso do midiativismo para criar novas produções e narrativas (Miguel, 2020), fundamentadas em visões de mundo contra-hegemônicas. As pautas e conteúdos produzidos por esses agentes sociais abrem um leque de discussões que estão organicamente ligadas aos processos vivenciados nas redes colaborativas formadas por ativistas e instituições. São recortes e visões particulares de assuntos que, se estão na mídia tradicional, muitas vezes não recebem o devido grau de aprofundamento para que haja uma efetiva resolução dos conflitos inerentes (Miguel, 2020). Esse formato comunicacional em rede traz um nível maior de autonomia aos agentes envolvidos, pois está livre da interferência de empresas e governos (Barros, 2023).

Frente às explanações elaboradas nesta seção, fundamentadas em um corpo teórico defensor das capacidades de mobilização e ativismo midiático dos movimentos sociais, nos deparamos com um contraponto em relação aos autores da seção 3.1, que apresentavam um viés mais crítico ou mesmo pessimista em relação às novas tecnologias de comunicação. Caberia, sem dúvida, um rico debate entre tais proposições, porém, nosso objetivo se resume a construir um arcabouço conceitual que possa ser operacionalizado posteriormente na análise da comunicação ambiental, um campo teórico e de práticas que está em constante movimento interno.

3.4.2 O campo ambiental e a disputa pela legitimidade

De acordo com a pesquisa bibliográfica realizada por Aguiar e Cerqueira (2012), o primeiro registro do uso do termo Comunicação Ambiental aparece em 1969, em artigo publicado na primeira edição do *Journal of Environmental Education*, em que a ideia central desse tipo de comunicação seria promover conscientização ambiental e capacidade de articulação cidadã em torno das problemáticas ambientais. A crítica a visões tecnicistas e funcionalistas acerca da relação entre sociedade e natureza, e a incorporação do tema nas práticas de profissionais da comunicação foram dois alicerces importantes para a constituição da Comunicação Ambiental enquanto campo de estudos.

Um desafio presente no campo até os dias atuais gira em torno de encontrar definições apropriadas, algumas das quais apresentadas na seção 3.2 deste trabalho, conforme nos explicam, ainda, Aguiar e Cerqueira (2012). Essa dificuldade existe, em parte, devido à própria complexidade de conceitos como “natureza” e “meio ambiente”, que podem ser

encarados desde uma perspectiva externa - o ser humano não faz parte - ou interna – o ser humano faz parte. A depender do ângulo a se enxergar essa questão, a definição do campo e, conseqüentemente, as práticas que o regem serão completamente diferentes. Nossa pesquisa, que busca responder quais são as noções de sustentabilidade da Vale e do ISA, insere-se e dialoga, portanto, com essa complexidade.

Em citação a Robert Cox, Aguiar e Cerqueira (2012, p. 15) lembram, por exemplo, que a partir do momento em que a Comunicação Ambiental formata as percepções que as pessoas podem vir a ter da natureza, leva-as “a considerar os recursos naturais como algo a ser explorado ou como sistemas de suporte à vida a serem preservados”. Em complemento, Lima et al (2014, p. 209) reforçam que “os vários entendimentos sobre Comunicação Ambiental, com suas reflexões e prescrições, devem ser apreendidos e discutidos a partir do contexto praxiológico onde são aplicados, sob as mais diversas formas de ação”, e o contexto em questão é o de um modelo de desenvolvimento que prioriza as matrizes energéticas poluentes, o extrativismo em larga escala e a financeirização da natureza, tudo isso regido sob a égide da ideologia neoliberal, que valoriza o individualismo e retira poder do Estado.

Se pensarmos novamente com Bourdieu, passamos a enxergar a Comunicação Ambiental enquanto um campo de disputas, um “espaço onde as posições dos agentes se encontram a priori fixadas. O campo se define como o locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão” (Ortiz, 2003). Em um projeto de pesquisa, o empreendimento empírico, conforme defende Lago (2015), é o destino obrigatório para a aplicação do conceito de campo, que passa a ter uma função epistemológica ao ponto que permite pensar nos aspectos relacionais entre agentes que integram determinada realidade. Em nosso caso, entendemos que, assim como Rodrigues (1990) refletiu sobre o campo dos media na sociedade, há um campo de práticas de Comunicação Ambiental, onde Vale, ISA e diversas outras organizações estão inseridas, tratando de assuntos bastante similares referentes ao meio ambiente.

A noção de campo, peça central na obra de Pierre Bourdieu, permite que se olhe para o objeto de estudo com foco nas relações entre os agentes e, conseqüentemente, nas estratégias que estes utilizam para efeitos de transformação ou de conservação. Uma característica marcante do campo é que essas relações ocorrem sempre em torno da manutenção ou aquisição de poder, uma vez que ele se estrutura desde o início a partir de uma distribuição desigual de um quantum que determina a posição do agente (Ortiz, 2003). Esse quantum, conforme explica Lago (2015, p. 736), significa que “cada campo tem, como totem, um capital

específico, que é distribuído de forma desigual entre os jogadores. Existem vários tipos de capital: social, cultural, econômico, simbólico”.⁶⁴

O acúmulo de capital serve à disputa por legitimidade dentro do campo, não apenas a legitimidade de transmitir determinadas mensagens, mas, especialmente, a legitimidade de dizer quais são as mensagens legítimas de serem transmitidas (Lago, 2015). Conforme aponta Bourdieu (2015, p. 160), a “língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos”. O autor complementa: “o discurso supõe um emissor legítimo dirigindo-se a um destinatário legítimo” (Bourdieu, 2015, p. 160). A partir dessa perspectiva, o poder passa a ter um papel fundamental quando se pretende analisar as produções simbólicas dos agentes sociais dentro de um campo, como o da Comunicação Ambiental, tema de nossa pesquisa.

Para Bourdieu (2015, p. 162), a verdade em uma relação de comunicação não está localizada no texto principal enunciado por um determinado agente social, mas, ao contrário, “fora dele, nas condições sociais de produção e de reprodução dos produtores e receptores e da relação entre eles”. É preciso que o pesquisador conheça as condições constituintes e as relações de força existentes na organização que transmite a mensagem que se pretende analisar, uma vez que “essas condições ocultas são determinantes para compreender o que pode ou não ser dito num grupo” (Bourdieu, 2015, p. 163).

Um campo é, portanto, esse espaço social de legitimidade, em que os agentes dominantes estão aptos/legitimados a expressar a visão de mundo que lhes convém, assim como refratar influências externas. Afinal, é o capital do próprio campo que está em jogo. Os agentes dominados, que possuem menos capital, por sua vez, lutam para desacreditar as visões dominantes, tentando deslocar a legitimidade. O campo, portanto, está longe de ser um espaço homogêneo, trata-se de um espaço de lutas (Lago, 2015). Novamente, trazendo o conceito para perto de nosso objeto, nos apoiamos em Aguiar e Cerqueira (2012, p. 17):

No campo da comunicação ambiental, as disputas dizem respeito aos discursos que buscam validar os interesses e direitos de diferentes atores na apropriação ou expropriação dos recursos naturais, bem como no seu uso e deslocamento. É através das disputas discursivas, que legitimam ou deslegitimam atores em diferentes contextos.

Se realizarmos um esforço para analisar o teor das discussões feitas no presente capítulo, podemos sugerir a existência de um processo intenso de midiaticização dos agentes sociais, sejam organizações empresariais ou ambientalistas, que tratam de temas centrais para

a pauta ambiental, como a Amazônia. Esses agentes estabelecem relações – diretas ou indiretas – dentro de um campo de práticas que busca constantemente legitimar determinadas visões de mundo acerca do que vem a ser sustentabilidade. A pergunta central desta pesquisa nos permite investigar quais são as noções de sustentabilidade presentes nas mensagens da Vale e do ISA nessa sociedade midiaticizada. No próximo capítulo, traçaremos um perfil das duas organizações que compõem nosso objeto de pesquisa, de modo a apresentá-las ao leitor e também contribuir para trazer à tona os elementos ocultos aos quais se refere Bourdieu (2010), aqueles que não estão explícitos nos textos publicados pelas organizações.

4 VALE E INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL: AS ORGANIZAÇÕES EM FOCO NA PESQUISA

As duas organizações selecionadas para compor esta pesquisa possuem natureza jurídica, finalidade e interesses completamente distintos, quando não opostos e conflituosos. Uma delas é a Vale S.A, considerada uma das maiores mineradoras do mundo, detentora de um valor de mercado da ordem de R\$ 242 bilhões , mas também de um enorme passivo reputacional devido a dois desastres ambientais históricos: Mariana (2015) e Brumadinho (2019). A outra é o Instituto Socioambiental (ISA), uma das entidades ambientalistas de maior influência no cenário nacional. Nasceu em 1994 com o propósito de conservar a biodiversidade e garantir os direitos das chamadas populações tradicionais.

Por que, então, diante de tamanhas diferenças, colocá-las juntas em um mesmo projeto? Para responder a essa pergunta, é preciso voltar um pouco ao momento de concepção da pesquisa. A ideia inicial era fazer um estudo comparativo por entender, conforme explicado no capítulo de metodologia, que a comparação é uma estratégia metodológica eficaz para identificar a essência das mensagens a partir dos contrastes. O tema central estava definido - comunicação e sustentabilidade -, mas necessitávamos de duas organizações expressivas em seus respectivos segmentos. Por ser uma corporação internacional, de capital aberto, a Vale possui um arsenal de comunicação bastante vasto. O ISA, por sua vez, utiliza a comunicação de forma estratégica desde a pré-formação oficial, ou seja, é detentor de um know-how comunicativo, por assim dizer.

O mais importante, contudo, é o fato de ambas as organizações atuarem dentro do que entendemos, fundamentados em Bourdieu (2015), ser um campo social, qual seja, o da Comunicação Ambiental, conforme discutido no capítulo 3. Em se tratando de um campo, concorrem entre si na busca por legitimidade para que possam “falar a respeito do que falam”, no caso, a matéria socioambiental, que é complexa, multifacetada e, principalmente, carregada de implicações políticas. Evidentemente, essa concorrência é uma abstração, um constructo por nós estruturado com a finalidade de delinear nosso objeto de pesquisa. Por outro lado, ela é bastante concreta, ao passo que se observa um fluxo contínuo de comunicações de ambas as organizações em temas e áreas comuns. Importante lembrar que mineração e territórios indígenas possuem uma longa e histórica relação de conflitos, amplamente documentada seja na imprensa ou em trabalhos acadêmicos. Invariavelmente, a expansão da atividade mineradora passa pela pressão direta a terras indígenas, o que nos permite pensar em uma relação frontal e de conflito entre Vale e Instituto Socioambiental.

Diante dessa configuração, um grande tema em comum que localizamos entre as duas organizações é a Amazônia, entendida aqui como sendo tanto um território físico quanto cultural e simbólico. A Vale atua há quase quarenta anos na região com a mineração em larga escala em Carajás, onde localiza-se a maior mina de ferro a céu aberto do mundo e para a qual foi construída a Estrada de Ferro Carajás, em 1985, que atravessa terras indígenas e resulta em desmatamento e conflitos socioambientais. Do outro lado da comparação, o ISA tem projetos e parcerias com comunidades indígenas, ribeirinhos e quilombolas desde a fundação, dentro dos limites das bacias hidrográficas do Rio Xingu e do Rio Negro, ambas ameaçadas por projetos de cunho desenvolvimentista, sem mencionar os impactos desiguais das mudanças climáticas no ambiente e na vida da população.

Passamos, então, para a história de cada uma das organizações em foco nesta pesquisa, onde traremos relatos factuais acerca de marcos importantes além da caracterização da comunicação de uma maneira geral e, principalmente, dos espaços comunicativos que foram analisados ao longo do processo.

4.1 Vale, entre Itabira e Carajás, do Brasil para o mundo

A Vale é atualmente a principal responsável pela extração e comercialização de minério de ferro no Brasil, e uma das maiores mineradoras do mundo. Fundada em 1942, durante o Estado Novo, período de governo liderado pelo então presidente da república Getúlio Vargas, a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) nasceu como um instrumento estratégico para a industrialização do país e, junto a outras estatais como Petrobras, Eletrobras e a Companhia Siderúrgica Nacional, foi parte de um projeto denominado por economistas como nacional desenvolvimentismo (Napolitano, 2008) impulsionando infraestrutura, tecnologia e soberania econômica. Uma das maiores jazidas do mundo à época localizava-se no município de Itabira, em Minas Gerais, especificamente na formação geográfica denominada Pico do Cauê, e pertencia a uma empresa estadunidense. Por meio de financiamento do governo norte-americano, a CVRD teve alavanca para comprar máquinas e equipamentos, de forma “umbilicalmente ligada ao mercado externo com o propósito de abastecê-lo com minério de ferro” (Coelho, 2015, p. 27).

No início da década de 1960, o governo de João Goulart promoveu uma revisão jurídica das jazidas minerais, com o objetivo de limitar a concessão de minas inativas a empresas estrangeiras. Com a instauração do regime civil-militar em 1964, no entanto, observou-se uma mudança de direção, marcada por maior abertura ao capital externo. Um

exemplo emblemático foi a concessão de um porto privativo na Baía de Sepetiba à empresa norte-americana Hanna Mining Company. A mudança de orientação provocou reações internas, como a renúncia, em janeiro de 1965, de Paulo José de Lima Vieira, então presidente da CVRD, em desacordo com os rumos adotados pelo novo governo (Coelho, 2015).

Nos anos 1970, a CVRD implanta o Projeto Cauê com vistas a aumentar o potencial explorador e a escala de automatização de operações como britagem e peneiramento. Tamanho era o potencial extrativo desse ícone geográfico e paisagístico da cidade de Itabira, que terminaria por alçar a companhia ao posto de principal empresa exportadora do Brasil (Wisnik, 2018; Coelho, 2015). Em poucas palavras, Wisnik (2023, p. 115) consegue como que laçar o passado ao presente, não deixando escapar que:

Por ironia, o pico do Cauê dá seu nome à operação que consuma o seu extermínio. Pois, com o aparato recrudescido, a mineração fechou o cerco sobre a montanha até fazê-la desaparecer e, mais do que isso, até escavar seu desenho em negativo na terra, ao longo de décadas de uma exploração que não acabou, até hoje, de roer o fundo do tacho telúrico.

Além de Minas Gerais, a CRVD passou a estudar também possibilidades de atuação no estado do Pará, que, devido à uma extensa riqueza de recursos naturais, estabeleceu forte relação com o setor de mineração como um todo em grande parte de seu território (Carvalho, 2019). A exploração de minérios na região remonta ao período histórico da ditadura militar, quando o governo criou o Projeto Grande Carajás, focado na extração mineral e na produção energética. Inicialmente concebido enquanto programa de governo dos militares, depois tornou-se parte de uma política do Estado sob a justificativa de gerar divisas, auxiliar o pagamento da dívida externa e o fortalecimento da balança comercial do país mediante grandes volumes de exportação (Coelho, 2015).

Figura 1: À esquerda, pico do Cauê, em Itabira (MG), em 1948; à direita, ao fundo, o mesmo local, hoje aplainado pela mineração.



Fonte: Folha de S. Paulo.

O Projeto Grande Carajás tinha como meta a produção de 15 milhões de toneladas de minério de ferro em 1986, ampliando esse volume para 25 milhões no ano seguinte, por meio da técnica de lavra a céu aberto. A operação previa o uso de explosivos para romper formações rochosas mais resistentes, enquanto materiais menos duros seriam extraídos por escavação direta. Em 1986, ano em que a produção de Carajás passou a compor oficialmente os embarques da companhia, foram exportadas 11,4 milhões de toneladas do complexo, dentro de um total de 51,7 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas (Coelho, 2015).

A implantação da mina de Carajás representou uma ruptura em relação ao modelo anterior de produção mineral, ao introduzir a automação como elemento central no processo de extração do ferro. Diferentemente da extração artesanal, predominante em períodos anteriores, o novo modelo baseava-se em operações mecanizadas, com o uso intensivo de equipamentos como perfuratrizes, escavadeiras e motoniveladoras. Essa transformação reduziu significativamente a dependência da força de trabalho manual, priorizando o emprego de tecnologia e capital constante. Nesse contexto, o papel do trabalhador passou a demandar níveis mais elevados de qualificação técnica e precisão operacional, adequando-se às exigências do novo padrão produtivo em minas a céu aberto (Coelho, 2015).

Tais mudanças fizeram parte de uma reestruturação produtiva implementada pela CVRD sob a justificativa de incrementar lucros e aumentar a competitividade da então estatal. A passagem da década de 1980 para a de 1990 marca, então, o esgotamento de um modelo de gestão de trabalho e a substituição, conforme aponta Minayo (2004), do modelo fordista pelo toyotista, que tinha como elemento central a terceirização de atividades que não são o foco da empresa. Devido à automação da produção e à terceirização, milhares de postos de trabalho

passaram a deixar de existir, impondo, assim, as condições socioeconômicas para um processo marcante na história da empresa e de ampla repercussão midiática: a privatização.

Em 1997, foi privatizada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, vendida por R\$ 3,3 bilhões, em um contexto de reformas neoliberais e reestruturação do Estado. Depois disso, a presidência passou a ser exercida por um conselho de sócios controladores composto por nove integrantes, que, no início, teve como presidente o executivo Benjamin Steinbruch, que detinha o mesmo cargo na CSN. Um conjunto de bancos e de fundos de pensão de empresas estatais controlaram a empresa, e formaram um consórcio de empresas denominado Valepar. Por ter em mãos as ações ordinárias (direito a voto), o Valepar tinha o poder de decisão nas mãos, junto a outros fundos de pensão como Previ e Petros, em uma estratégia para que a política da Vale não escapasse totalmente do interesse público, algo que depois da crise econômica do Brasil, em 2015, se desmanchou (Napolitano, 2008).

Em 2007, passou por uma reformulação de marca, adotando o nome e identidade visual atuais: Vale. No site institucional, a mineradora declara ter como missão a conversão de recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável, almejando ser líder global no setor de mineração. No relatório de sustentabilidade de 2024, o presidente Gustavo Pimenta afirma que a empresa investe em práticas éticas e em diálogo transparente com a sociedade, e que criar valor de longo prazo, “com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta”, faz parte da visão da organização (Vale, 2024).

Nesse mesmo ano, a Vale apresentou retração em seus principais indicadores financeiros, encerrando o período com lucro líquido de R\$ 31,59 bilhões, o que representa uma queda de 20,9% em comparação ao ano anterior. A receita totalizou R\$ 206 bilhões, ligeiramente inferior a 2023, com recuo de 1%. O Ebitda (lucro antes dos juros) anual atingiu R\$ 80,1 bilhões, com uma redução de 13,5%. Apesar dos números negativos, a empresa destacou avanços operacionais, como o maior volume de produção de minério de ferro desde 2018 e recorde na extração de cobre no município de Salobo (PA), o que demonstra, segundo a mineradora, uma avaliação positiva do desempenho (Valor Econômico, 2025).

Uma das apostas da empresa para manter os níveis de extração de minério de ferro e a produção de cobre é o Programa Novo Carajás. Com investimentos estimados em R\$ 70 bilhões até 2030, o programa está alinhado às diretrizes corporativas de expansão na província mineral de Carajás, reconhecida por suas reservas de minérios essenciais à descarbonização e à transição energética. De acordo com o relatório integrado da empresa, a atuação no Pará configura-se como a maior operação em andamento, com o minério de Carajás sendo considerado o minério de ferro de melhor qualidade do mundo (Vale, 2016). Essas reservas

minerais estão inseridas dentro de uma importante área ambiental, a Floresta Nacional de Carajás (Flonaca), instituída durante o processo de privatização da empresa e, segundo tese de doutorado de Carvalho (2019), cumpre, na verdade, a função de proteger da ocupação humana as áreas de interesse do projeto de expansão do complexo minerário de Carajás.

Com presença em 17 países e sede no Rio de Janeiro, a Vale configura-se como sociedade anônima de capital aberto desde 1970, com ações negociadas nas bolsas de São Paulo (B3), Nova York (NYSE) e Madri (Latibex). São cerca de 174 mil funcionários, entre empregados próprios e de contratadas, que produzem minérios de ferro e metais tendo em vista os planos da empresa para realizar a chamada transição energética, que foi foco de nossa discussão em uma subseção do capítulo 2. A Vale é, hoje, um dos principais produtores de minério de ferro, pelotas, cobre e níquel do mundo, com um portfólio que inclui metais do grupo da platina, ouro, prata e cobalto, além de briquetes de minério de ferro (Vale, 2024).

4.1.1 A construção da imagem de uma mineração sustentável

Nos últimos anos, a mineração tem se consolidado como um dos setores de maior expansão dentro da produção industrial brasileira, o que se reflete no crescimento contínuo dos pedidos de concessão para exploração mineral. Estados como Mato Grosso, Pará, Bahia e Minas Gerais concentram 58% da área voltada à fase de pesquisa mineral, evidenciando sua relevância estratégica. Esses territórios se destacam pelo elevado potencial geológico, respaldado por um histórico expressivo de descobertas e uma tradição consolidada em atividades extrativas. O avanço dessas concessões demonstra que a agenda mineral no Brasil segue fortalecida, articulando interesses econômicos e políticos (OECD, 2019; ODM, 2019).

Se, por um lado, alavanca, historicamente, o crescimento econômico do país, por outro, a exploração mineral é “tida como uma atividade das mais impactantes ao meio ambiente, haja vista os diversos impactos que gera: degradação visual da paisagem, do solo, do relevo; alterações na qualidade das águas; transtornos gerados às populações...” (Dias et al, 1999, p. 201). Além desses agravos, o processo de mineração consome grandes quantidades de combustíveis fósseis em todos os estágios operacionais e muitos atores do setor estão distantes de cumprir as metas de redução de emissões estabelecidas pelo Acordo de Paris. Os altos volumes de resíduos de rejeitos também representam um risco importante para comunidades vizinhas, pois são armazenados em grandes estruturas que podem se romper junto das barragens em caso de acidentes (ODM, 2025).

Frente a esse cenário, as práticas de comunicação da indústria da mineração, em nível global, têm se empenhado em construir a imagem de uma mineração sustentável. Frequentemente, busca convencer os diferentes públicos de interesse, desde investidores até as populações atingidas por acidentes, de que a mineração tem um importante papel ao criar prosperidade e erradicar a pobreza, posicionando a atividade como um pilar de sustentação da sociedade. Essa linha discursiva teve início em 1998 com o documento Global Mining Initiative (GMI), produzido pelas companhias mineradoras líderes do International Council on Metals and the Environment (ICME) e depois seguiu com documentos de instituições que orientavam práticas do setor (Carvalho, 2019).

A Vale, por sua vez, tem afirmado estar “preparada para liderar na mineração sustentável, com um posicionamento único para apoiar a descarbonização global, enquanto caminha para tornar-se referência na criação de valor de longo prazo” (Vale, 2024), conforme essa declaração do presidente Gabriel Pimenta no último relatório integrado da empresa. O próprio documento/publicação, de acordo com o executivo, seria uma demonstração de que a Vale está dedicada em alcançar suas metas de redução de emissões, investindo em uma estratégia climática e no avanço de práticas de sustentabilidade.

Com relação às mudanças climáticas, a empresa diz reconhecer que se trata de um dos maiores desafios globais da contemporaneidade, e traz a mensagem de que a mineração teria um papel essencial no apoio à transição para uma economia de baixo carbono – por essa razão, o tema da descarbonização aparecer com frequência nas notícias coletadas no site, conforme veremos nos capítulos 5 e 6. Por meio das iniciativas do programa Waste to Value, que objetiva reduzir o impacto das operações por meio do aproveitamento dos recursos naturais, a Vale tem expectativa de evitar a emissão de 1,9 milhão de toneladas de carbono até 2035, o que equivale ao volume emitido por 1,2 milhão de automóveis populares durante um ano (Vale, 2024).

Para alinhar-se ao Acordo de Paris, a companhia entende que será necessário um esforço da sociedade para aumentar o investimento médio anual global na implantação de tecnologias e energia de baixo carbono. A principal fonte de emissão da cadeia de valor da Companhia é a indústria siderúrgica, de difícil abatimento de emissões, que contribui com aproximadamente 8% das emissões globais de gases de efeito estufa. Segundo a Agência Internacional de Energia (“IEA”, sigla em inglês), o setor ainda não está no caminho para atingir emissões líquidas zero até meados do século, com emissões dobrando nas últimas duas décadas e menos de 1 milhão de toneladas de aço quase neutro em carbono produzidas em 2023, o que

demonstra o tamanho - ou mesmo impossibilidade - do desafio para tornar a mineração em larga escala uma atividade sustentável, como vem apregoando o setor.

4.1.2 As catástrofes socioambientais de Mariana e Brumadinho

Ainda que a Vale esteja, de fato, se adaptando para seguir as normativas regulatórias e de mercado referentes a práticas ambientais, e com um discurso em defesa da mineração sustentável, dois marcos estarão sempre presentes na história da empresa: as catástrofes socioambientais de Mariana (MG), em 2015, e Brumadinho (MG), em 2019. Ambas constituem espécies de cicatrizes na imagem corporativa da mineradora e, dada a magnitude e gravidade do ocorrido, são de amplo conhecimento dos públicos de interesse, ensejando dúvidas no que se refere ao compromisso com a sustentabilidade. Por essa razão, faz-se presente nesta dissertação um breve relato factual acerca dos dois acontecimentos, que até hoje têm desdobramentos jurídicos e sociais, com ampla repercussão midiática.

Em 5 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, localizada no Complexo Industrial de Germano, no município de Mariana (MG). A estrutura pertencia à Samarco Mineração, controlada pelas empresas Vale S.A e BHP Billiton. A barragem estava situada na bacia do rio Gualaxo do Norte, afluente do rio do Carmo, que por sua vez integra a bacia do rio Doce. O colapso resultou no derramamento imediato de cerca de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos, compostos por minério de ferro, sílica e outros particulados. Além disso, aproximadamente 16 milhões de metros cúbicos continuaram a escoar de forma progressiva, agravando os impactos ambientais (MPF).

Relato do Ministério Público Federal, órgão que desde o início esteve presente a acompanhar o caso, dá conta de que a rota de destruição do rio de lama que se formou após o rompimento era semelhante ao “de uma avalanche de grandes proporções, com alta velocidade e energia” (MPF), fazendo com que a onda de rejeitos atingisse o Córrego de Fundão e o Córrego Santarém, destruindo suas calhas e seus cursos naturais. Em seguida, soterrou parte do subdistrito de Bento Rodrigues, matando 19 pessoas e desalojando centenas de famílias. Depois de percorrer 22 km no rio do Carmo, a violenta onda de rejeitos alcançou o rio Doce, deslocando-se pelo seu leito até desaguar no Oceano Atlântico, no distrito de Regência, no município de Linhares (ES), onde há praias frequentadas por banhistas, pescadores e surfistas.

A barragem de Fundão entrou em operação em dezembro de 2008. Em abril de 2009, a estrutura apresentou uma movimentação significativa de água através do solo na encosta de morro, exigindo a suspensão do lançamento de rejeitos. Em julho de 2010, novos problemas

foram identificados, com a migração de rejeito arenoso para jusante (curso d 'água em direção à foz) através da galeria principal, o que motivou nova paralisação. Ao longo de sua existência, a barragem enfrentou diversas interrupções operacionais, demandando sucessivas intervenções de engenharia. Dentre essas modificações, destaca-se a construção de um recuo não previsto no projeto original e tampouco autorizado pelo poder público (MPF).

A Vale figura como ré em processos ajuizados pelo Ministério Público pois despejou parte de seus rejeitos na barragem que se rompeu. De acordo com peritos técnicos, a empresa utilizava a barragem de Fundão para depositar rejeitos do complexo de outra mina, denominada Alegria. Essa operação era realizada por meio de dutos, sendo que em 2014 foram 28% do total de rejeitos na barragem, ou seja, quase um terço dos rejeitos depositados no ano passado eram de responsabilidade da Vale. Na primeira ação civil pública do MPF a respeito da catástrofe, os procuradores da república argumentam que “por ter contribuído diretamente com os eventos, a empresa torna-se solidariamente responsável com a Samarco, mas até o momento tem tentado esquivar-se de suas responsabilidades” (MPF, 2015).

O desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão impôs o deslocamento forçado de moradores e trabalhadores de suas residências, terras e locais de atividade econômica, gerando impactos que transcendem o âmbito material. Tais deslocamentos afetaram profundamente o cotidiano das famílias, rompendo vínculos sociais e redes comunitárias estabelecidas nas regiões direta ou indiretamente atingidas. Além dos prejuízos econômicos, houve danos às práticas culturais, tradições, valores simbólicos e locais de referência religiosa, compondo um quadro de perdas intangíveis, mas que, segundo o MPF deveriam ser levadas em conta nas reparações (Lavalle e Carlos, 2022).

Três reservas indígenas foram atingidas: dos povos Krenak, Tupiniquim e Guarani. Alguns dos impactos relatados em laudos antropológicos realizados após o dilúvio de lama nessas etnias foram: contaminação da água por metais pesados; aumento de casos de depressão, alcoolismo, obesidade e hipertensão; e mudanças na alimentação. Mas, para além de prejuízos mensuráveis, há aqueles intimamente relacionados à identidade dos Krenak, uma vez que o rio (Watu) para eles é considerado um parente, um conselheiro, uma fonte de conhecimento que atua na construção da pessoa indígena, tornando-a mais potente e habilidosa (Pascoal e Zhouiri, 2021). De acordo com parecer solicitado pelo MPF para investigar os impactos comunidades Tupiniquim e Guarani, as entrevistas realizadas com os indígenas “evidenciam uma situação de sofrimento social em todas as comunidades indígenas decorrente do temor de 'contaminação' das águas e da fauna aquática e o desequilíbrio ambiental que possa provocar” (MPF, 2016).

Quatro anos depois do desastre na cidade histórica mineira, um segundo caso similar ganhou os noticiários. Em 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho (MG), o expediente de aproximadamente 640 funcionários em uma sexta-feira normal de trabalho na Mina Córrego do Feijão foi brutalmente interrompido pelo rompimento da barragem denominada B1. As imagens captadas por câmeras instaladas no local registraram o momento do ocorrido, e estima-se que a velocidade da lama tenha alcançado cerca de 80 km/h, alcançando o rio Paraopeba algumas horas depois. Os resgates das vítimas e as buscas por sobreviventes iniciaram-se imediatamente. As sirenes de segurança, que deveriam ter sido acionadas para alertar funcionários e moradores situados na zona de autos salvamento (ZAS), não funcionaram (CPI, 2019).

O sistema sonoro de segurança foi acionado apenas dois dias depois devido ao risco iminente de rompimento da barragem B6, vizinha à B1, após aumento do nível da água. Aproximadamente 24 mil moradores foram evacuados de bairros como Parque da Cachoeira, Pires, Centro e Novo Progresso. Em razão do perigo, as operações de resgate tiveram que ser suspensas temporariamente.

Após o rompimento da B1, seis prefeituras situadas na Bacia do Paraopeba emitiram comunicados de alerta, orientando a população a manter distância do leito do rio, diante da elevação de seu nível provocada pelo fluxo de rejeitos. O desastre resultou em 252 mortes confirmadas e 18 pessoas desaparecidas, além de causar danos ambientais de grandes proporções, cuja extensão ainda é imensurável. Novamente, assim como em Mariana, as consequências para as populações locais foram profundas e permanentes, com a diferença de que o número de mortes na primeira tragédia estava na casa de uma dezena e, na segunda, saltou para duas centenas.

No que se refere à contaminação causada no rio Paraopeba devido ao acúmulo de rejeitos da lama tóxica da barragem, estimativas do periódico *International Journal of Sediment Research* indicam que o processo de despoluição pode se estender por até 741 anos (Folha de S. Paulo, 2025). Um número bastante diferente do que projeta a Vale, que fala em uma possível recuperação em até 44 anos, pois calcula uma quantidade menor de rejeitos acumulados no corpo hídrico impactado. A mineradora chegou a anunciar publicamente, por meio de anúncios publicitários em emissoras de TV de alcance nacional e jornais de grande circulação, que o rio poderia voltar à sua condição inicial. O Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) solicitou que a empresa fizesse alteração neste trecho, pois não haveria dados para sustentar tal afirmação. Na Sala de Notícias da Vale, espaço comunicacional a ser analisado

nesta pesquisa, consta um texto informando que dados de análises clínicas mostram que “o rio Paraopeba será recuperado” (Vale, 2019).

O relatório da CPI de Brumadinho, instaurada para investigar as responsabilidades para com a violação socioambiental, traz uma descrição detalhada de problemas técnicos existentes na B1, que conferiam a ela um fator de segurança abaixo da média indicada, em todas as medições realizadas entre 2008 e 2018. Consta no documento que “desde já, fica evidente a ciência de que a barragem B1 continha problemas de estabilidade há tempos e que esse fato era de conhecimento de executivos do alto escalão da Vale” (CPI, 2019, p.9).

Ainda de acordo com o relatório, a Vale “atuava deliberadamente no sentido de não atenuar os riscos do rompimento da B1, pois continuava a executar detonações nas proximidades dessa barragem de rejeitos” (CPI, 2019, p.15), mesmo frente a recomendações técnicas para não realizar tal procedimento. Essa recomendação, trazida no Relatório de Revisão Periódica de Segurança (RPSB), tinha por objetivo evitar a indução de gatilho para liquefação do rejeito, o que poderia levar ao rompimento da estrutura da barragem. As detonações nas adjacências da B1 foram mantidas sem qualquer restrição, a ponto de haver uma placa sinalizadora indicando que havia uma detonação programada para acontecer uma hora antes do fatídico rompimento (CPI, 2019).

Tanto as comunidades indígenas quanto os moradores atingidos pelas barragens da Vale são considerados pela empresa como públicos de interesse com os quais a comunicação organizacional deve, invariavelmente, relacionar-se.

4.1.3 Comunicação, uma estratégia para fortalecer a reputação

A Vale apresenta uma estrutura diversificada de canais de comunicação organizacional, voltados ao fortalecimento de sua reputação e ao relacionamento com diferentes públicos estratégicos. Entre os principais estão o site oficial (www.vale.com), que funciona como repositório central de informações institucionais, relatórios financeiros, dados de sustentabilidade e comunicados à imprensa. A empresa também mantém presença nas redes sociais, como LinkedIn, Instagram, Facebook, YouTube e X (antigo Twitter), priorizando a divulgação de ações ambientais, inovação e iniciativas de impacto social.

Além dos canais digitais, a Vale emprega recursos de comunicação interna, como intranet, newsletters e aplicativos corporativos, voltados ao engajamento e à integração de seus colaboradores em múltiplas regiões. Em contextos críticos, como acidentes ou mudanças regulatórias, utiliza notas oficiais, coletivas de imprensa e canais de ouvidoria, adotando

protocolos de crise. A mineradora também publica anualmente seu Relatório de Sustentabilidade, instrumento de prestação de contas voltado à transparência diante de investidores, comunidades e sociedade civil. Esses canais integram uma estratégia comunicacional voltada à gestão de reputação e à busca por legitimidade em contextos de alta exposição pública, como as tragédias de Mariana e Brumadinho.

Em carta publicada no relatório de sustentabilidade do ano de 2015, o então diretor-presidente, Murilo Ferreira, faz questão de “destacar a importância de uma comunicação proativa, que reforça os posicionamentos da Companhia, reflete essa evolução e fortalece as estratégias do negócio” (Vale, 2015, p. 11). O executivo fala em ações contínuas, de promoção do conhecimento das diversas iniciativas junto à sociedade ou de engajamento dos colaboradores em temas relevantes do cotidiano da empresa, com vistas a fortalecer reputação, marca e, especialmente, relações de confiança. Segundo ele, “esses pilares são fundamentais para sustentar nossa licença social para operar, posicionando a Vale como parceira confiável e líder no setor de mineração” (Vale, 2015, p. 11).

Em 2022, a mineradora Vale definiu a agência Africa, uma das agências de publicidade de maior influência em atuação no Brasil, pertencente ao Grupo ABC, como sua nova parceira para conduzir as estratégias de comunicação institucional, tanto em meios digitais quanto tradicionais. Essa não é a primeira colaboração entre ambas: a agência já havia gerido a publicidade internacional da empresa entre 2004 e 2011. A seleção atual decorreu de um processo competitivo de concorrência, que resultou na substituição da antiga responsável pelas campanhas da empresa (Meio&Mensagem, 2024).

Uma das primeiras campanhas publicitárias de grande porte da Africa Creative foi com foco na essencialidade dos minérios para o cotidiano da sociedade brasileira. A iniciativa estreou no intervalo do Jornal Nacional e teve desdobramento em redes sociais e ações de mídia externa (out-of-home) em cidades estratégicas como Belém, Belo Horizonte, Vitória, São Luís e Brasília. A campanha integra a plataforma “Essencialidade da Mineração” e tinha previsto o lançamento de mais três peças audiovisuais ao longo do ano. A estratégia busca reforçar a imagem da empresa como agente relevante na transição energética e na agenda de sustentabilidade, reposicionando a mineração como atividade indispensável para o desenvolvimento moderno (Meio&Mensagem, 2024).

O diretor de comunicação da Vale, Leandro Modé, afirma, em entrevista, que a mineração possui papel estruturante na descarbonização da economia global, sendo imprescindível para viabilizar soluções sustentáveis. Nesse contexto, segundo o executivo, a comunicação torna-se uma ferramenta para ampliar a transparência e reafirmar o compromisso

da empresa com a transformação institucional iniciada após o desastre de Brumadinho. Procura-se abordar o valor dos minérios de forma pedagógica e estratégica, com vistas a reconfigurar a percepção pública sobre o setor mineral, ainda marcado por passivos ambientais e reputacionais. Assim, a narrativa comunicacional articula mudança simbólica, gestão de reputação e legitimação social da atividade mineradora (Vale, 2016).

Depreende-se dessa explicação acima que a comunicação sobre a Amazônia, para a Vale, adquire um papel estratégico, uma vez que a maior parte do ferro extraído pela mineradora é oriunda da Serra dos Carajás, uma cordilheira localizada a sudeste do Pará, incrustada no bioma amazônico. Se, em termos operacionais, a Amazônia tem a função de fornecer insumos para o mercado internacional, em termos simbólicos, ela fornece insumos para o fortalecimento reputacional da Vale. É o caso, por exemplo, de campanha publicitária veiculada no primeiro semestre de 2025, tendo como “garoto/a propaganda” o renomado fotógrafo Bob Wolfenson e a cantora de brega moderno Gaby Amarantos. Em uma série de vídeos publicados no canal do Youtube e replicados no Instagram, os dois conversam despojadamente com empreendedores locais, de modo a transmitir a ideia de união em torno da preservação da floresta.

Figura 2: Banner da campanha da Vale S. A sobre Amazônia, no site da empresa



Fonte: Vale S. A.

A apropriação, por parte da Vale, de elementos simbólicos pertencentes a outro campo de significados e sentidos de mundo não é uma estratégia tão recente. Da mesma forma que a imagem de representantes de comunidades tradicionais da Amazônia, hoje, serve para

construir uma imagem mercadológica de empresa em prol da sustentabilidade, em outros tempos, a mineradora chegou, por exemplo, a utilizar o famoso poema de Carlos Drummond de Andrade, a pedra no meio do caminho, em um cartaz publicitário¹⁵ para ressaltar o sucesso do Projeto Cauê, conforme relata Wisnik (2018). O fato, aparentemente anedótico, é bastante emblemático, pois demonstra como, na esfera das mensagens e do simbólico, determinados elementos podem ser convertidos em mote apologético de objetivos contrários aos quais se originaram. No caso da apropriação ao poema de Drummond, Wisnik (2018, p. 119) esclarece que “como efeito involuntário, a propaganda trazia à tona o vínculo latente da pedra no meio do caminho com a esfera atávica da mineração”. Vínculo material e simbólico, entre natureza e desenvolvimento, que ainda permanece bastante ativo na comunicação da Vale, agora, tendo a Amazônia como elemento central.

Figura 3: Publicidade da então Vale do Rio Doce, em edição do ano de 1970 no jornal O Globo, ironizando o famoso poema de Drummond.



Fonte: O Globo

¹⁵ O texto, na íntegra, permite compreender o tom do conflito tácito entre a mineradora e o poeta: “Nosso caminho sempre esteve cheio de pedras. Mas essa tem um significado todo particular. Com ela, alcançamos esta semana a marca de 20 milhões de toneladas de minério de ferro exportados. Nós e as companhias associadas. Mais de 2,5 milhões do que todo o ano passado. O que representa a entrada no País de divisas na ordem de 150 milhões de dólares. É a comprovação de que nossos objetivos de desenvolvimento estão sendo atingidos. Somos especialistas em transformar pedras em lucros para a Nação. É de mais pedras como essa que o Brasil precisa” (Wisnik, 2018).

4.2 Instituto Socioambiental e o mapear dos mundos indígenas

Na visão do governo militar brasileiro e de parte dos setores empresariais interessados em ganhos imediatos, a Amazônia era vista como um grande vazio demográfico, expressão que traduz não apenas um desconhecimento frente à realidade, mas, sim, uma ignorância ativa de agentes políticos e econômicos que intencionavam implantar um projeto desenvolvimentista para o país, conforme discutimos no capítulo 2. Os “índios”, como eram chamados à época os povos originários, representavam um entrave ao crescimento econômico do país e não havia estatísticas seguras com relação a essa população. É nesse contexto que se forma o embrião do que viria a ser, anos depois, em 1994, o Instituto Socioambiental (ISA).

A conexão se deve ao fato de que, durante a ditadura militar, um dos fundadores e idealizadores do ISA, Beto Ricardo, e outros especialistas/militantes, como a antropóloga e esposa Fany Ricardo e o indigenista André Villas-Bôas, atuavam no Centro Ecumênico de Documentação Indígena (CEDI), organização fundada logo após a instauração do golpe de 1964 por uma comunidade de protestantes engajada na luta pelos direitos humanos, justiça social e democracia (Arnt e Ricardo e Ricardo, 2024). Uma de suas funções principais era realizar o mapeamento e documentação territorial da população indígena no Brasil. Em seu livro de memórias, *Uma Enciclopédia nos Trópicos*, Beto Ricardo relata o momento inicial dessa jornada:

Comprei um caderno com abecedário e, com a ajuda da Fany, passei a anotar os nomes das etnias, sua localização, a população e a situação de cada povo, sem saber que esses rabiscos virariam um projeto que me afastaria da carreira universitária. Botei os nomes no mapa e passei a perseguir oportunidades para viajar ao campo (Arnt e Ricardo, 2024).

Motivados pela proposta de suprir a falta de conhecimento organizado e objetivo acerca da situação em que viviam os indígenas, a equipe de antropólogos do CEDI constituiu uma rede de coleta de informações, espalhada por regiões de difícil acesso, muitas delas na Amazônia, onde habitavam as diversas etnias às quais buscava-se obter informações. Essa rede era formada por pessoas e profissionais que estavam atuando em campo: indígenas, indigenistas, agentes de saúde, pesquisadores, missionários, funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai), fotógrafos, jornalistas etc., que constituíram o que Beto Ricardo denominou de “pesquisa-movimento” (ISA, 2025).

Para além de uma atividade técnica, uma vez que havia metodologia e estratégias para fazer a coleta dos dados, a empreitada do CEDI logrou estabelecer um contraponto ao

discurso dominante de vazio demográfico e de extinção das populações indígenas. Em entrevista a Arnt (2020, p. 29), Beto Ricardo conta que “começou a emergir uma imagem da situação dos índios que era contrário daquilo que a gente tinha pensado no início e mostrava que os índios tinham voltado a crescer”. Paulatinamente, os indígenas passaram a ser inseridos no mapa, com base em cartografias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio das quais as equipes do CEDI localizavam as etnias de acordo com a localização geográfica de cada uma delas (Ribeiro, 2020).

Esse trabalho manual de catalogação foi o ensejo para a concepção de uma enciclopédia anual reportando a situação dos indígenas no Brasil, que viria a ser a coleção Povos Indígenas no Brasil, uma das principais publicações do ISA, conforme detalharemos em uma das seções a seguir. A definição do título se deu a partir de reflexões com o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, que se envolveu com o levantamento do CEDI e, posteriormente, foi membro fundador do ISA. “Logo de saída definimos povos indígenas no Brasil e não do Brasil, ou seja, anteriores à democracia ateniense, ao Estado, a Pedro Álvares Cabral e à ONU”, relata Beto Ricardo a Arnt (2024, p. 41). Sutilezas da linguagem, como o próprio nome do instituto, quase um neologismo fruto da junção de duas palavras/conceitos, que sinalizam qual é a perspectiva da organização para com a questão indígena.

A luta pela visibilidade das populações indígenas era uma das frentes do CEDI, mas havia outras, a saber, o apoio ao movimento sindical e a reivindicação de uma educação pública de qualidade. Essa linha de atuação, sempre com proximidade e apoio a movimentos sociais, fazia com que a organização tivesse uma posição de enfrentamento ao regime militar da época (Ribeiro, 2020). Um episódio marcante foi a manifestação de repúdio na PUC-SP, em 1978, contra um decreto do então general presidente Ernesto Geisel que visava tirar os indígenas supostamente aculturados da tutela do Estado, o que enfraqueceria o direito de propriedade coletiva da terra. Com a presença de 2 mil pessoas no teatro Tuca, o evento deixou claro a existência de uma convergência entre o incipiente movimento indígena e os intelectuais engajados contra a ditadura militar (Arnt e Ricardo, 2024).

Após a anistia a presos e exilados políticos, em 1979, o movimento ambientalista ganhou impulso, conforme relatamos no capítulo 2, assim como as campanhas em defesa dos direitos humanos indígenas. Em paralelo, avançavam os projetos de desenvolvimentismo na Amazônia, o que resultava em aumento do desmatamento e tensionamentos entre duas formas opostas de uso dos territórios: a dos setores empresariais, dentre os quais o da mineração, e a dos povos indígenas, que se viam pressionados pela expansão do capital. Enquanto isso, o CEDI, em parceria com movimentos sociais, seguia realizando os levantamentos populacionais

e compilando notícias e relatos das situações ocorridas em terras indígenas, ameaçadas por atividades predatórias como garimpo, extração de madeira e pecuária (Arnt e Ricardo, 2024).

O volume de informações coletadas pelo CEDI ao longo de duas décadas constitua-se como evidência para enxergar a questão indígena sob um novo paradigma, contrário ao discurso dominante de que essas populações estavam se extinguindo. Os levantamentos indicavam com objetividade que o número de indivíduos indígenas no país estava aumentando, uma constatação fundamental para as discussões, entre 1987 e 1988, que se iniciavam no bojo da criação de uma nova assembleia constituinte. Conforme explica Beto Ricardo, “a questão central é a seguinte: se os índios vão permanecer, não se justifica mais tratá-los como portadores de direitos provisórios. Isso é o essencial que essa constituição mudou” (ISA, 2025).

O processo de debates, negociações e articulações para que os povos indígenas passassem a ser reconhecidos como sujeitos portadores de direitos foi bastante árduo e permeado de conflitos, e neste texto enfocamos o papel desempenhado por ativistas que viriam a fundar o ISA futuramente. Parceiro de militância do CEDI, um dos movimentos sociais que tiveram proeminência nessas discussões foi a União das Nações Indígenas (UNI), liderada por Ailton Krenak, que realizou um protesto marcante no plenário, com um discurso em defesa da emenda que tratava dos direitos indígenas e no qual criticava uma campanha de difamação que os apontava como inimigos dos interesses do Brasil (Ribeiro, 2020; ISA, 2025). O ato tornou-se uma potente cena midiática que circulou internacionalmente, aproximando a opinião pública da causa indígena.

Na esteira da redemocratização, essa e outras tantas manifestações e articulações, dentro e fora do parlamento, da classe política, do movimento indígena e da sociedade civil, formaram um sólido bloco de reivindicações que culminaram na redação do capítulo VIII da nova Constituição, intitulado “Dos índios”. No artigo nº 231, consta que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988). Uma vitória e um marco histórico para os povos indígenas do Brasil, motivo de comemoração para os beneficiados e para todos os que estiveram envolvidos nesse processo político.

Com a promulgação da nova Carta Constituinte, integrantes do CEDI visualizaram um novo desafio: gerar jurisprudência sobre os direitos recém-criados. Para essa finalidade, criaram, junto a Ailton Krenak e outras lideranças indígenas, o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), “uma organização pequena, mas ousada”, conforme palavras de Beto Ricardo (Arnt e Ricardo, 2024). A proposta era trabalhar com questões paradigmáticas e estratégicas no sentido

de fortalecer os direitos indígenas e fomentar ações de demarcação de terras, duas frentes de atuação que fundamentaram posteriormente a criação do ISA.

Parte da equipe do NDI detinha experiência internacional em projetos de *advocacy*, o que proporcionou um conhecimento importante para gerar movimentações judiciais através do Ministério Público, que chegavam aos poderes judiciários, legislativos e executivos. Assim, nos primeiros anos de vigência da nova Constituinte, o foco da organização estava em produzir material e conhecimentos sobre os direitos indígenas, tendo como suporte a documentação do CEDI para a montagem de evidências nos documentos jurídicos e notas técnicas (Ribeiro, 2020; Arnt e Ribeiro, 2024). De acordo com Beto Ricardo, “o NDI teve uma trajetória fulminante, em pouco tempo ele acionou ações paradigmáticas, criou jurisprudência, publicou resultado; e assim como veio, ele foi embora como um cometa” (Ribeiro, 2020, p. 35).

Ressalta-se, diante do exposto nos últimos parágrafos, o fato de que os ativistas e especialistas que viriam a fundar o ISA anos depois estiveram presentes em períodos chave para o Estado democrático brasileiro e a consolidação de direitos. Isso trouxe visibilidade a esses agentes sociais, assim como um acúmulo de capital simbólico e influência em diferentes campos, desde o indígena até o do terceiro setor, além de poder público e classe política.

Conforme relatado por Ribeiro (2020) e Arnt e Ricardo (2024), um momento-chave que impulsionou a criação de uma nova organização, quase uma extensão natural das outras duas – CEDI e NDI – precedentes, foi a conferência Rio-92, evento global promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Centenas de diplomatas, mas também ONGs e movimentos sociais, estavam presentes na capital fluminense para discutir ações de enfrentamento à degradação ambiental que já se anunciava grave àquela época. A pauta ambiental ocupou o centro dos holofotes, no que pode ser considerado um processo intenso de midiaticização, se resgataremos o conceito trabalhado no capítulo 3.

Em meio a essa variedade de debates e decisões, somados a uma conjuntura interna de repetidos eventos de violência aos povos indígenas (Arnt e Ricardo, 2024), o CEDI passou por uma divisão interna que culminou na extinção da organização. Alguns de seus integrantes se juntaram a ativistas do NDI e a um grupo de ambientalistas da ONG SOS Mata Atlântica, fundando então, em 22 de abril de 1994, o Instituto Socioambiental. Beto Ricardo, uma das principais lideranças, explica que os objetivos do instituto eram (Arnt e Ricardo, 2024, p. 94):

Promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos; estimular o desenvolvimento socioeconômico democrático e ecologicamente sustentável dos recursos

naturais; e promover projetos aplicados à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos direitos humanos, especialmente dos povos indígenas e populações tradicionais.

Desde o início, portanto, a noção de sustentabilidade do ISA procura atrelar a preservação ambiental com a perspectiva de garantia dos territórios indígenas. É dessa conexão que surge o neologismo socioambiental, que une o “social” com o “ambiental”, fruto de extensas discussões na recém-criada organização. A princípio, se a regra gramatical da época fosse seguida à risca, o correto teria sido inserir um hífen entre cada um dos termos, mas, conforme memórias de Beto Ricardo, “nossa licença poética foi abolir o hífen; queríamos a síntese, não a justaposição” (Arnt e Ricardo, 2024, p. 93).

Mais do que um nome criativo para uma marca, o socioambiental representa uma perspectiva de mundo, que entende a sustentabilidade como algo inseparável de aspectos sociais e da proteção das comunidades tradicionais, conforme trouxemos no capítulo 2. O que, conforme lembra Ribeiro (2020, p. 42), traz uma “função estratégica de firmar tanto sua identidade institucional, quanto fabricar sua imagem externa como liderança na construção de um Brasil socioambiental”. A construção da legitimidade da organização, ainda de acordo com Ribeiro (2020), passa pela racionalização e solidificação da categoria socioambiental, seja por meio da atuação prática junto ao poder público, das parcerias em rede ou das campanhas de comunicação, estas a serem analisadas no capítulo 6.

Nesse novo momento da história da organização, o primeiro desafio era constituir novas alianças para continuar realizando intervenções nos campos ambiental, indígena e jurídico, em um cenário nacional conturbado do ponto de vista da demarcação de terras e da garantia de direitos. Uma das primeiras tentativas foi com a ONG SOS Mata Atlântica, que vinha embalada pelas discussões pós Rio-92, e contava com apoio de artistas e celebridades em campanhas de sensibilização referente ao desmatamento do bioma que nomeia a organização. Sem sucesso, as lideranças do ISA voltaram-se para um trabalho interno de formação de quadros técnicos a partir das competências acumuladas em experiências prévias. A primeira divisão consistia nos seguintes projetos: Programa de Monitoramento das Áreas Protegidas, Programa Rio Negro, Documentação, Programa de Política e Direito Socioambiental, Programa Xingu, Programa Vale do Ribeira e Gestão administrativa (Arnt e Ricardo, 2024).

A atuação do Instituto Socioambiental (ISA) orientou-se, desde o princípio, a projetos que integrassem os direitos das populações tradicionais à preservação ambiental. Partia-se do reconhecimento de que a presença desses grupos em Unidades de Conservação (UC) contribui diretamente para a manutenção das florestas. Seus modos de vida, ao estabelecerem relações sustentáveis com a natureza, operam como formas concretas de

conservação. Nesse processo, o ISA expandiu seu acervo documental, direcionando seu trabalho a temas como biodiversidade, mineração, energia e recursos hídricos. A catalogação desses dados procura refletir a conexão entre aspectos sociais e ambientais, com ênfase na proteção das populações tradicionais em seus territórios (Ribeiro, 2020).

Conforme o Instituto se consolidava e a agenda ambiental no país se ampliava, o sistema de monitoramento herdado do CEDI foi aprimorado, passando a integrar dados sobre Unidades de Conservação (UC) e a georreferenciar essas áreas em seus mapas. Esse aprimoramento permitiu identificar sobreposições recorrentes entre terras indígenas e áreas de conservação. Diante desse cenário, o ISA passou a refletir sobre os desafios impostos por legislações distintas e pelas diferentes visões técnico-científicas acerca do uso da terra e da conservação ambiental. Essa complexidade levou à ampliação de sua atuação junto a comunidades extrativistas e quilombolas, inseridas no contexto florestal. Assim, o Instituto passou a conjugar a defesa dos direitos territoriais desses grupos com ações voltadas à preservação e recuperação dos ecossistemas.

Um exemplo é o projeto Rede de Sementes do Xingu, criado em 2007, que promove a coleta de sementes nativas e a restauração de áreas degradadas, aliando proteção ambiental e valorização dos saberes tradicionais. Atualmente, são 560 coletores, dos quais 60% mulheres, atuantes em 26 aldeias de três terras indígenas e 21 municípios, configurando-se como uma alternativa de renda regional. Em 15 anos de atuação, foram plantadas 25 milhões de árvores, o que implicou na recuperação de 7.400 hectares e geração de R\$ 5,5 milhões para os coletores envolvidos (Arnt e Ricardo, 2024).

A expansão desses projetos levou à abertura de uma sede regional do ISA na região, na cidade de Altamira (PA), que se somou ao escritório de Canarana (MT). Juntas, as duas sedes formam a base administrativa de atuação na Bacia do Rio Xingu, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará, abrigo para uma ampla diversidade socioambiental, que, embora protegida por Terras Indígenas e Unidades de Conservação, é palco de pressões advindas de atividades como desmatamento, obras de infraestrutura e mineração. O segundo território onde atua o Instituto é a Bacia do Rio Negro, que se estende pelos estados do Amazonas e de Roraima, no Brasil, e avança pelos territórios vizinhos da Colômbia, Venezuela e Guiana. No Rio Negro, o ISA possui dois escritórios: em São Gabriel da Cachoeira (AM) e em Boa Vista (RR). O terceiro território é a Amazônia, que engloba os dois anteriores, mas se expande para países vizinhos da América do Sul, na chamada Pan-Amazônia. Por fim, o Vale do Ribeira, com escritório no município de Eldorado (SP), onde a atuação se dá desde o final da década de 1990, principalmente focada em comunidades quilombolas (ISA).

Fundada em 1994, como uma associação não governamental, em consequência de articulações coletivas existentes entre ativistas, indigenistas, indígenas, ambientalistas e outros, o ISA tornou-se uma Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público em 2001. Com equipes e escritórios permanentes em São Paulo, Distrito Federal e quatro estados amazônicos, além dos territórios mencionados no parágrafo anterior, o ISA goza de prestígio e reconhecimento a nível internacional, demonstrados pelas parcerias com fundações, bancos e outras instituições de atuação global que financiam as atividades da organização.

4.2.1 Financiamentos por meio da cooperação internacional

O processo de redemocratização, no final dos anos 1980 e início da década seguinte, representou um marco significativo para os rumos do CEDI e do ISA. Durante a ditadura, o movimento ecumênico exercia um papel articulador entre organizações sociais, com suporte ideológico e operacional. Com a abertura política, no entanto, ampliou-se a autonomia dos grupos laicos, especialmente aqueles vinculados a programas de sindicalismo, educação popular e povos indígenas, o que contrastava com a orientação ligada à Igreja. Essa diferenciação resultou em disputas internas em torno do controle orçamentário e da captação de recursos. A tensão refletia não apenas divergências estratégicas, mas também mudanças estruturais provocadas pela nova conjuntura democrática (Ribeiro, 2020).

É interessante notar que as mudanças ocorridas nesse período histórico do Brasil influenciaram tanto o setor empresarial, conforme vimos em uma das subseções acima na história da Vale, quanto a sociedade civil organizada. Se, por um lado, foram retomadas as liberdades civis e a legitimidade pela reivindicação de direitos que haviam sido violentamente suprimidos pelo regime militar, por outro, o novo momento de reformulação do Estado se vê diretamente influenciado pela doutrina ideológica do neoliberalismo. A própria concepção do conceito de Terceiro Setor, conforme discutido no capítulo 2, está diretamente relacionada a uma premissa de que o Estado deve delegar determinadas funções públicas a entidades privadas, conforme prevê a Lei n. 9790/99, a chamada Lei do Terceiro Setor.

Nesse sentido, a cooperação internacional, alinhada a diretrizes de bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs), agências da ONU e agências bilaterais, sob a justificativa de promover o desenvolvimento em nações pobres, adquiriu uma função estratégica para o ISA, sendo responsável pela maior parte do financiamento da organização. Um movimento que vinha ganhando corpo desde a década de 1980, quando ativistas brasileiros passaram a recorrer a instituições financeiras estadunidenses para tomarem providências sobre

os impactos negativos dos projetos desenvolvimentistas. Posteriormente, essa vinculação a agentes internacionais se tornou um padrão das grandes ONGs brasileiras a partir da década de 1990, que passaram a depender dos recursos para se estruturar institucionalmente, em áreas como informática e administrativa (Arnt e Ricardo, 2024; Ribeiro, 2020).

De acordo com Ribeiro (2020, p. 126), “a influência da cooperação é tal que tem o poder de reorganizar a forma como a organização é administrada e pensada. O fluxo de recursos que a administração passa a cuidar está atado ao financiamento de projetos, que também acabam por definir o tipo de trabalho”. Para o ISA, os recursos financeiros de cooperação estão voltados principalmente para a Amazônia e as populações indígenas que habitam o bioma, no qual dois grandes projetos são desenvolvidos: o Programa Rio Negro, que recebe apoio do Banco Mundial; e o Programa Xingu, que tem empresas, governos e bancos na oferta de suporte financeiro (Ribeiro, 2020). Assim, a região amazônica se tornou, com a redemocratização, um local estratégico para que recursos da cooperação internacional fossem concedidos, considerando a perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

Por exemplo, foi graças ao apoio da ONG Rainforest Foundation International, fundada em 1989 pelo vocalista da banda The Police, Sting, que o Programa Xingu pode implantar um projeto educacional de capacitação de jovens indígenas ao mundo da escrita e da matemática. Amparado por linguistas e antropólogos da UFRJ, Unicamp e UnB, formou professores indígenas em 27 aldeias (Arnt e Ricardo, 2024).

De acordo com relatório financeiro de 2024 do ISA, a verba captada de fontes estrangeiras foi de R\$ 59.473.881, o que representa 85,5% do total. Algumas das agências estrangeiras de cooperação que destacamos como exemplo são: Ford Foundation, Rainforest Foundation, Programa Latino-Americano do Centro Intercomunitário Internacional da Áustria, Fundação Gaia Amazonas e Environmental Defense Fund. A verba captada de fontes nacionais foi de R\$ 10.863.571, representando 14,5% do total. Dentre as instituições nacionais, estão: Fundo Amazônia (BNDES), Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável, e Instituto Clima e Sociedade.

No intento de exemplificar como se dá o fluxo de capital estrangeiro no ISA, apresentamos o relato de uma das campanhas de comunicação mais recentes do Instituto, veiculada entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro de 2025 no canal do Youtube, chamada “Carbono: o que você precisa saber”, abordando questões relativas ao mercado de carbono. O suporte financeiro desse conteúdo advém da ONG estadunidense Environmental Defense Fund, focada no financiamento de projetos internacionais ligados à preservação ambiental e ao combate das mudanças climáticas.

Resumidamente, o mercado de carbono tem sido apresentado como uma das possíveis soluções por parte de governos e empresas para minimizar os impactos do nível de emissões de gases de efeito estufa que levam ao aquecimento global. Segundo esse arranjo, a redução de emissões a partir da preservação de áreas florestais adquire um valor financeiro e pode ser negociada em forma de crédito no mercado internacional. Os créditos e compensações de carbono são obtidos por meio de projetos como produção de energia renovável e reflorestamento (IPAM, 2023).

Ocorre que a efetividade ambiental, ou seja, a real contribuição para a redução de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, ainda é objeto de questionamento por parte da ciência e, principalmente, de movimentos sociais. De acordo com Gebara et al (2014), projetos de carbono do tipo REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) possuem riscos associados, tais quais conflitos por terra e pelo uso de recursos florestais. Em uma carta-manifesto denominada “Carta de Belém” (2009), movimentos sociais, ONGs e entidades da sociedade civil rechaçam o mercado de carbono como solução para cumprir as metas de redução de emissões. Segundo o documento, as negociações internacionais sobre combate às mudanças climáticas deveriam estar centradas na transição para um novo modelo econômico de produção e em uma matriz energética diversificada.

Sem adotar essa perspectiva crítica, uma das mensagens de posicionamento presente explicitamente na campanha “Carbono: o que você precisa saber” é a de que o mercado de carbono pode possibilitar o aporte de recursos financeiros de fontes internacionais para combater o desmatamento no Brasil e proteger os povos da floresta. Logo, nos parece que essa iniciativa de comunicação foi um elemento importante do ponto de vista estratégico para o ISA marcar um posicionamento sobre mercado de carbono, que está em alta na agenda ambiental internacional, em alinhamento com as diretrizes da Environmental Defense Fund.

Conforme veremos na subseção a seguir, a comunicação desempenha um papel fundamental para que o ISA possa dar visibilidade aos projetos e fortalecer sua institucionalidade e legitimidade perante financiadores e outros públicos relevantes.

4.2.2 Comunicação, uma estratégia para visibilizar demandas

O desafio de angariar recursos junto à cooperação internacional está diretamente relacionado com o papel que a comunicação organizacional exerce no ISA. Com raízes no modelo do CEDI e do NDI, a proposta inicial priorizava o diálogo direto com o Estado, abordagem que se revelou insuficiente frente à necessidade de dialogar com outros públicos de

interesse. Progressivamente, a comunicação se consolidou enquanto um eixo estratégico de apoio aos programas da organização junto a comunidades tradicionais, adquirindo, assim, um caráter de incentivadora às mobilizações (Ribeiro, 2020), principalmente após o advento da internet e das plataformas de redes sociais, que modificaram a maneira pela qual sujeitos políticos manifestam suas demandas, conforme discutimos no capítulo 3.

Quando observada na perspectiva histórica do Instituto, nos chama a atenção que, antes mesmo da existência enquanto ISA, já havia um entendimento acerca da importância da comunicação como uma atividade promotora, ao mesmo tempo, de uma leitura da realidade social e de uma sistematização do conhecimento produzido e das concepções defendidas. À época do CEDI, a publicação intitulada *Aconteceu* tinha como objetivo atingir trabalhadores rurais, sindicatos, indígenas, movimentos populares e agentes da pastoral evangélica da qual a organização fazia parte. Anos depois, surge dentro do grupo a ideia de produzir, a partir dos trabalhos de mapeamento e catalogação realizados em campo, uma enciclopédia com periodicidade regular relatando a situação dos povos indígenas no Brasil (Abreu, 2010).

Conforme adiantado na seção 4.2, essa publicação veio a se tornar *Povos Indígenas no Brasil*, apelidada de PIBÃO pelos integrantes, considerada uma referência no debate das questões indígenas. Formada por um time de especialistas - antropólogos, economistas, indigenistas, geógrafos etc. - e, mais recentemente também por autores indígenas, a enciclopédia, atualmente, é veiculada de quatro em quatro anos, sendo o último volume, o décimo terceiro no total, datado de 2022. A estrutura se mantém similar à da época do *Aconteceu*, lançado pela primeira vez em 1980: artigos opinativos, relatos dos indígenas, reportagens extraídas da imprensa, fotografias etc. Ao longo desses 45 anos, procura manter o compromisso de compartilhar uma visão abrangente da situação dos povos indígenas em cada momento histórico do país¹⁶.

Figura 4: Capas da publicação *Povos Indígenas no Brasil*, desde a primeira edição, quando ainda se chamava *Aconteceu*, até a penúltima, publicada em 2017.

¹⁶ De acordo com levantamento do Programa Povos Indígenas do Brasil, a quantidade de indivíduos indígenas no Brasil gira em torno de 790 mil, agrupados em 266 etnias. Devido a questões metodológicas, o dado difere-se do Censo 2022, que mapeou 1,489 milhões de pessoas indígenas (ISA, 2025).



Fonte: Instituto Socioambiental

O editorial do último volume, que abrange acontecimentos de 2017 a 2022, destaca a importância do trabalho de campo e de pesquisa da equipe do respectivo programa na consolidação de informações extraídas do Sistema de Áreas Protegidas (SisArp), um banco de dados hospedado na internet que permite sistematizar e armazenar informações díspares, tais quais atos oficiais (Diário Oficial da União), obras de infraestrutura, invasões garimpeiras, desmatamento, degradação florestal, notícias da imprensa e, por fim, requerimentos minerários (ISA, 2023). Este último item nos permitiria questionar se há dados ou relatos referentes à pedidos de lavra para exploração feitos pela Vale, mas, ao menos nas publicações consultadas para a elaboração desta subseção, não há nada nesse sentido.

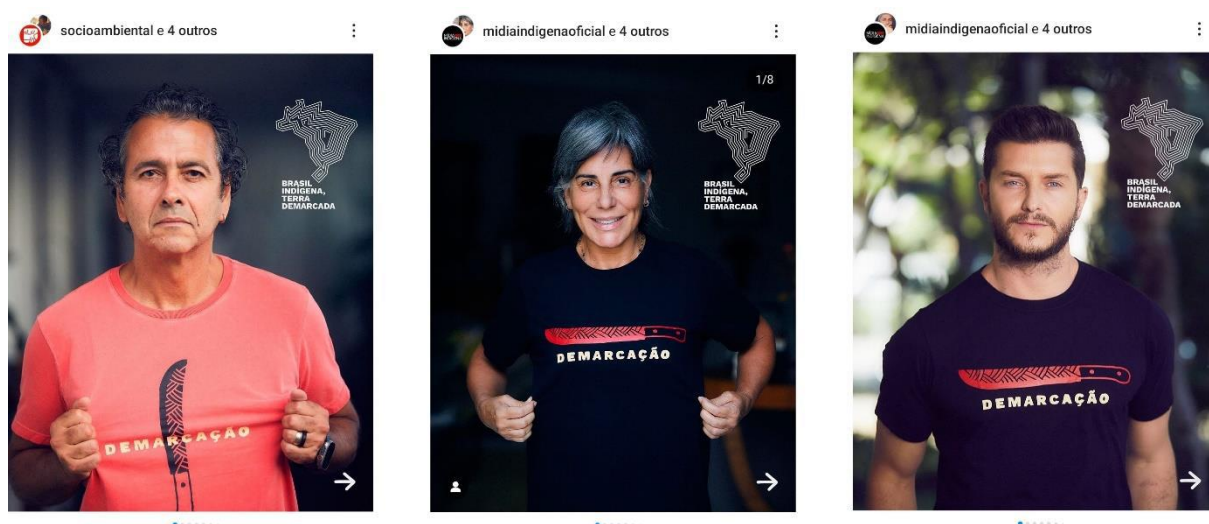
Publicação similar no que diz respeito ao agrupamento de uma equipe multidisciplinar, ao uso de mapas e à produção de análises, o Atlas Amazônia sob Pressão teve sua primeira edição em 2012. Neste caso, a proprietária do material é a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), um consórcio de organizações formado em 2007 graças à concepção do próprio ISA, que estava interessado em articular uma visão da Amazônia a nível continental, englobando os oito países que integram a fronteira do

bioma (Arnt e Ricardo, 2024). Anualmente, o RAISG produz novos mapas a partir de uma base de dados georreferenciados, compartilhada por todas as organizações que compõe o coletivo, o que permite gerar um produto de comunicação em formato de revista impressa e eletrônica com análises de evolução de desmatamento, impactos na biodiversidade, pressões sobre terras indígenas, entre outras.

Além de publicações resultantes de pesquisas em profundidade, somadas a reflexões amplas acerca de conjunturas sociais, a comunicação organizacional do ISA possui forte presença no ambiente virtual, desde o momento de formação, corroborando a visão de Castells (2013), de que o movimento ambientalista incorporou com agilidade as transformações tecnológicas e comunicacionais do início do século XX. O site institucional (www.socioambiental.org), onde constam apresentações, relatórios, acervo de publicações e a sala de notícias, com reportagens, artigos e comunicados que são enviados à imprensa e envelopados em uma newsletter intitulada Manchetes Socioambientais, compartilhada por e-mail para assinantes. Ademais, as seguintes redes sociais exercem um papel importante de engajamento: Instagram, LinkedIn, X (antigo Twitter), Facebook e YouTube¹⁹.

A comunicação do ISA utiliza-se do capital simbólico adquirido ao longo dos 31 anos de existência da organização para reunir artistas e celebridades em campanhas específicas e em torno da causa socioambiental. Um exemplo recente é a campanha “Brasil Indígena, Terra Demarcada”, veiculada no Youtube e Instagram, com participação da cantora Anitta, dos atores da TV Globo Glória Pires e Marcos Palmeira, entre outros. Sem cobrar pelo uso da imagem, gravaram depoimentos defendendo a demarcação de terras indígenas para proteger as florestas e minimizar os impactos da crise climática.

Figura 5: Artistas e celebridades em campanha lançada no Dia dos Povos Indígenas, em 2025, com o mote da demarcação das terras indígenas.



Fonte: Instituto Socioambiental. Elaborado pelo autor.

Nosso propósito com este capítulo foi traçar um perfil da mineradora Vale e da entidade ambientalista ISA a partir de um ângulo histórico, que permitiu verificar o entrelaçamentos entre o desenvolvimento das duas organizações e as conjunturas econômicas, políticas e sociais que se faziam presentes em diferentes períodos da história do Brasil. No próximo capítulo, detalharemos a concepção metodológica e as técnicas de pesquisa adotadas para realizar a análise empírica acerca da comunicação ambiental da Vale e do ISA, com o recorte temático da Amazônia.

5 PERCURSO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DO CONTEÚDO AMBIENTAL

O percurso metodológico desta pesquisa se inicia, desde o momento da concepção do projeto, com uma ampla pesquisa bibliográfica, em uma seleção de obras, autores e referenciais teóricos que trazem aportes basilares para compreender, de um lado, as complexas problemáticas existentes na relação sociedade e natureza (eixo sustentabilidade), e, do outro, a comunicação enquanto mobilizadora de processos socioculturais dentro de um contexto de amplo acesso a meios e ferramentas tecnológicas informacionais. Parte da bibliografia já estava pré-definida, fruto de leituras contínuas por parte deste autor, mas, como em um novelo, um fio de tecido vai se separando do outro aos poucos, ganhando destaque e chamando a atenção. Novos livros, artigos científicos, resenhas e pesquisas emergiram ao longo do processo, demandando um trabalho de seleção e assimilação.

O levantamento bibliográfico consiste em uma série de procedimentos que tem como função, portanto, trazer à mesa de estudos o que foi previamente sistematizado sobre os assuntos de interesse. É importante lembrar, conforme destaca Stumpf (2008), não se tratar de procedimentos realizados apenas no início do trabalho, mas uma atividade contínua que permeia o desenvolvimento da pesquisa, desde a formulação da problemática e dos objetivos até a fundamentação teórica e conceitual, chegando na metodologia e análise dos dados.

A investigação, propriamente, será estruturada em um formato de análise comparativa, o qual acreditamos se fazer necessário um breve comentário. Comparar a comunicação da Vale com a do Instituto Socioambiental será uma espécie de tática metodológica para destrinchar o que há de pressupostos e vieses em cada uma delas, sendo possível apenas no momento do encontro com o objeto empírico. Neste ponto, utilizamos como apoio de Sodré (2006, p. 10), quando o autor explica a diferença entre estratégia e tática. A primeira, “para ser efetiva, ela tem de calcular os aspectos de começo e de fim da ação e não se confinar ao detalhamento concreto da manobra a que se dispõe. Esta última cabe à tática, responsável pela contingência do agir e confinada ao tempo presente”. A operacionalização de uma análise comparativa será, portanto, uma tática que, ao invés da simples descrição em paralelo de duas expressões comunicacionais, pode, justamente, fazer emergir elementos que ultrapassam as deduções óbvias e de senso comum.

A concepção metodológica que fundamenta essa pesquisa empírica é a análise de conteúdo, se tornando protagonista, uma vez que fornece os instrumentos necessários para selecionar, recortar e, principalmente, analisar criticamente os dados de comunicação obtidos nas salas de notícia da Vale e do Instituto Socioambiental. Neste capítulo, apresentaremos a

conceituação desse método, que tem Bardin (2000) como uma das principais expoentes. Em seguida, discutiremos a respeito das etapas do trabalho empírico, em um diálogo entre teoria e prática. Por fim, apresentamos o espaço comunicacional – salas de notícia - no qual navegamos para definir o corpus de nosso estudo, que será detalhado e apresentado em formas de tabelas e gráficos neste mesmo capítulo.

5.1 O método para a pesquisa

Conforme pontua o historicista Dilthey (1956), citado por Minayo (2016), o método se faz necessário devido à nossa “mediocridade”, pois nos dará parâmetros concretos para produzir um conhecimento minimamente relevante para a nossa área. Dito em outras palavras, agora com base em Ferrara (2010), o fazer científico tem por função a classificação e a hierarquização dos fenômenos observáveis no mundo, de maneira a proporcionar interpretações corretas a partir do momento em que elimina certas dúvidas. Segundo essa autora, o expediente científico, operado por meio de determinados métodos, “permite decodificar e organizar o mundo em domínios e manifestações programados pelo próprio conceito que consolida a ciência” (Ferrara, 2010, p. 52), a saber, a busca por ordem e verdade.

Na visão de Bardin (2000), ao adotar instrumentos científicos de investigação de documentos/materiais portadores de variadas mensagens, o pesquisador afasta a tentação da compreensão espontânea dos fatos sociais por meio de uma atitude crítica. Para Lago (2015, p. 730), a liberdade dentro de um processo de pesquisa “deve ser relacionada a uma reflexividade e vigilância atenta à utilização das técnicas para garantir o rigor científico”. Nesse sentido, a análise de conteúdo é uma abordagem que visa a esclarecer os “elementos de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que a priori não detínhamos a compreensão” (Bardin, 2000, p. 29).

Em nosso caso específico, buscamos compreender qual é a noção de sustentabilidade presente na comunicação da Vale e do Instituto Socioambiental. Conforme lembra Bauer (2000, p. 193), a análise de conteúdo “nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades”. Mais de uma vez, esse autor reforça a estratégia comparativa que pode ser empenhada pelo pesquisador adepto das técnicas de análise de conteúdo, pois se trata de uma forma de identificar o contexto de produção das mensagens, além de diferenças e semelhanças úteis para traçar o perfil de cada uma das partes analisadas. A comparação pode trazer à tona

diferenças importantes na cobertura que cada uma das organizações analisadas faz acerca da temática ambiental.

É importante lembrar que não existe apenas uma forma de análise de conteúdo, mas, sim, uma pluralidade. Nas palavras de Bardin (2000, p. 42), o que se tem é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Nessa mesma linha, Fonseca Junior (2005) explica que o referido método é bastante utilizado nas ciências humanas e sociais, desde o século XVIII, para investigar objetos que operam a partir de sistemas simbólicos. Entendemos que pode perfeitamente ser aplicado às mídias analisadas neste trabalho, pois, conforme Bardin (2000, p. 32), novamente, “em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo”.

A análise de conteúdo, segundo Fonseca Junior (2005, p. 286), possui três características fundamentais:

- a) Orientação fundamentalmente empírica, exploratória vinculada a fenômenos reais e de finalidade preditiva;
- b) Transcendência nas relações normais de conteúdo, envolvendo as ideias de mensagem, canal, comunicação e sistema;
- c) Metodologia própria que permite ao investigador programar, comunicar e avaliar criticamente um projeto de pesquisa com independência de resultados.

Ao final da empreitada, espera-se que o pesquisador possa realizar deduções lógicas e justificadas em relação não apenas às mensagens, mas também aos emissores e contexto dessas mensagens. Uma vez que, conforme aponta Bardin (2000, p. 42) “o analista possui à sua disposição (ou cria) todo um jogo de operações analíticas, mais ou menos adaptadas à natureza do material e à questão que procura resolver”, o trajeto da pesquisa tende a conduzir a uma interpretação fundamentada teórica e metodologicamente.

É no nível da semântica, ou seja, do que está sendo dito e dos significados das proposições linguísticas observadas nos materiais disponíveis, que reside a principal dimensão de análise proposta pela metodologia explicitada por Bardin (2000). Deve-se, então, perguntar pelo significado mais profundo de tais enunciados e textos. Em se tratando da sustentabilidade, um termo que se tornou jargão na sociedade contemporânea, intencionamos questionar qual é o tipo de sustentabilidade que está sendo defendido nas entrelinhas.

Bauer (2000) explica que, no nível mais superficial da análise de conteúdo consta, basicamente, a descrição dos elementos extraídos em forma de dados dos textos, a partir de categorias pré-estabelecidas, conforme veremos nas seções adiante. Esse autor defende que o mais interessante, na verdade, é a análise longitudinal, onde as comparações abarcam o mesmo contexto por um período longo, o que permite detectar flutuações, regulares e irregulares, no conteúdo. Essa é uma das razões pelas quais a presente pesquisa faz uma “fotografia” de um ano de produção da Vale e do ISA, conforme detalhado na seção 5.4.

5.2 As etapas do trabalho empírico

A análise de conteúdo deve ser dividida em torno de três fases cronológicas. A primeira é a pré-análise; a segunda, a exploração do material; e a terceira, o tratamento dos resultados, com posterior inferência e interpretação (Bardin, 2000). Fonseca Junior (2005, p. 290) detalha cada uma dessas etapas:

(1) Pré-análise: consiste no planejamento do trabalho a ser elaborado, procurando sistematizar as ideias iniciais com o desenvolvimento de operações sucessivas, contempladas num plano de análise; (2) Exploração do material: refere-se à análise propriamente dita, envolvendo operações de codificação em função de regras previamente formuladas [...]; (3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Operações estatísticas (quando for o caso) permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos. A partir desses resultados, o analista pode então propor inferências.

Em nossa pré-análise, para que fosse possível fazer a seleção do material a ser analisado, começamos por uma leitura flutuante das salas de notícias das duas organizações, deixando-nos, como sugere Bardin (2000), afetar pelas primeiras impressões, sem ainda ter um comprometimento com a análise propriamente. Foi nesse momento que pudemos perceber a abundância de textos relacionados à Amazônia, o que chamou a atenção para a possibilidade de que se tornasse um elo conectivo/temático entre o conteúdo produzido pela Vale e pelo Instituto Socioambiental. Ambas atuam no bioma amazônico, obviamente, com diferentes finalidades. Enquanto a mineradora tem por objetivo principal a ampliação da fronteira territorial para a extração de minérios, a entidade ambientalista se posiciona como defensora dos direitos dos povos indígenas. No entanto, no nível da linguagem e até no perfil de certos projetos, é possível notar similaridades, conforme discorreremos no capítulo 6.

Logo, faz-se necessário deixar registrado que foi nesta etapa que fizemos o primeiro recorte, definindo a Amazônia como o tema central dos conteúdos que iremos analisar, um território permeado de possibilidades e conflitos (ver capítulo 1).

Fizemos então a coleta e a preparação do material, detalhado na próxima seção, para, em seguida, dar início à fase de exploração, na qual procedemos com o processo de codificação, que, nas palavras de Bardin (2000, p. 103), “corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo”. Trata-se de um momento fundamental para a pesquisa, pois é nele que se definem as chamadas unidades de registro, a saber, elementos que permitem a significação do material analisado.

Tendo em vista o objetivo de compreender as noções de sustentabilidade expressas nas notícias e artigos da Vale e do Instituto Socioambiental, a pesquisa utilizou como unidade de registro os textos em formato de notícias, que serão categorizados tendo em vista características temáticas (semânticas) em comum.

A última etapa empírica foi a categorização, que, de acordo com Bardin (2000, p. 117), consiste em uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero”. É uma das etapas mais características da metodologia de análise de conteúdo, pois se trata de um processo minucioso que permite classificar o material empírico a partir de índices e fornecer, dessa forma, uma representação mais clara dos dados brutos, a partir das intenções, objetivos e questionamentos do pesquisador diante do objeto construído.

A seguir, faremos uma caracterização e demonstração referente ao espaço comunicacional no qual serão coletados os dados deste estudo.

5.3 Salas de notícias online: espaço midiático e organizacional

Sala de notícias online é um dos nomes utilizados no meio da comunicação para designar o espaço virtual, localizado no site institucional, em que uma determinada organização insere conteúdo direcionado, a princípio, para jornalistas, mas que também pode servir para consulta por parte de variados stakeholders, como líderes de opinião, pesquisadores, consumidores, filiados, entre outros. Trata-se de um repositório, mas também pode cumprir uma função de ampliação de visibilidade, seguindo uma lógica de midiatização, ao ponto que se torna uma espécie de agência de notícias organizacional.

No caso da Vale, o espaço em questão recebe o nome de “Imprensa”, e adota um perfil de texto bastante técnico e objetivo. Além da audiência de jornalistas, não está explícito a qual público se dirige, mas, ao tomar como base consulta no relatório integrado da empresa, é possível considerar que dialogue, direta ou indiretamente, com: clientes, fornecedores, investidores, ONGs e governo. Por sua vez, o espaço midiático do Instituto Socioambiental denomina-se “Notícias Socioambientais”, e apresenta um perfil mais ligado à produção jornalística, com reportagens longas assinadas por autores da organização, artigos opinativos, declarações de entrevistados, entre outros elementos típicos dessa linguagem. Uma caracterização mais detalhada sobre o conteúdo e a dinâmica de comunicação dessas duas salas de notícias será apresentada no capítulo 6, no qual fazemos a análise e discussão dos dados obtidos a partir do uso de categorias analíticas.

Nesta seção, apresentamos uma ilustração de como estão dispostos os textos nas páginas dos dois agentes sociais pesquisados e como acessá-los. No site da Vale (Figuras 6, 7 e 8), os textos podem ser encontrados em um menu localizado no canto superior esquerdo, o qual abre uma série de subpáginas, dentre as quais a denominada Imprensa.

Figura 6: Menu dá acesso aos textos da sala de notícias.



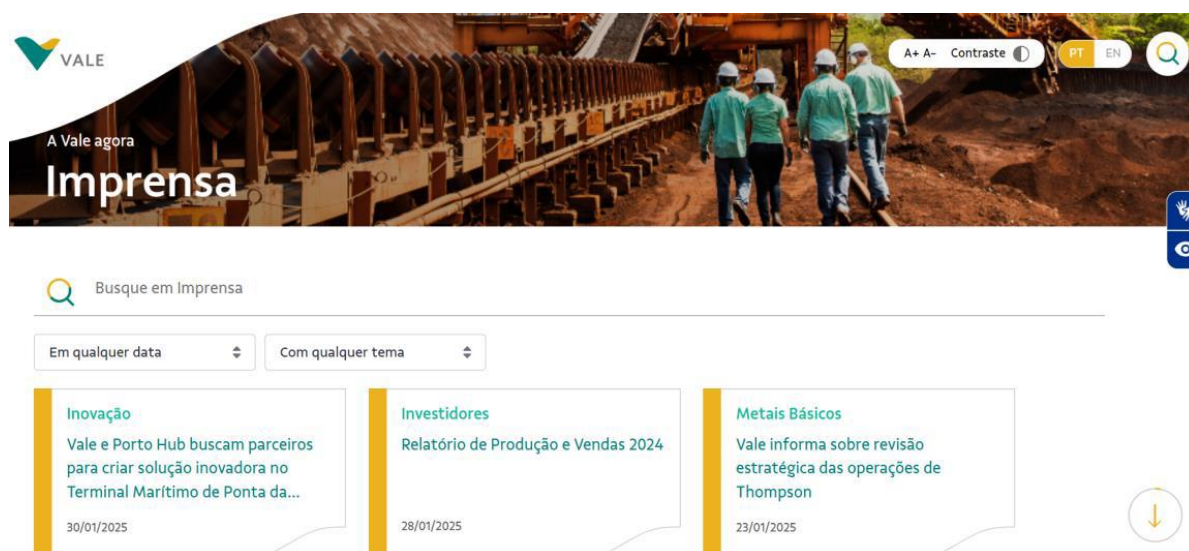
Fonte: Site da Vale S/A

Figura 7: Ícone Imprensa abre uma página específica para os conteúdos



Fonte: Site da Vale S/A

Figura 8: Página Imprensa disponibiliza o acervo de textos atualizados.



Fonte: Site da Vale S/A

Os títulos são hiperlinks para acessar os textos completos, cada um deles contendo a seguinte estrutura: título, linha fina e texto. Alguns possuem fotos, outros não, indicando que o uso de imagem não é um padrão estabelecido por essa empresa no espaço de notícias. Não há uma periodicidade exata de publicação: em alguns momentos, o espaço apresenta mais de um texto no mesmo dia, enquanto, em outros, há um espaçamento de dias entre duas publicações. Todos os textos estão classificados por temas previamente definidos, similares às editorias dos veículos de comunicação em massa, como, por exemplo: ESG, Sustentabilidade, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

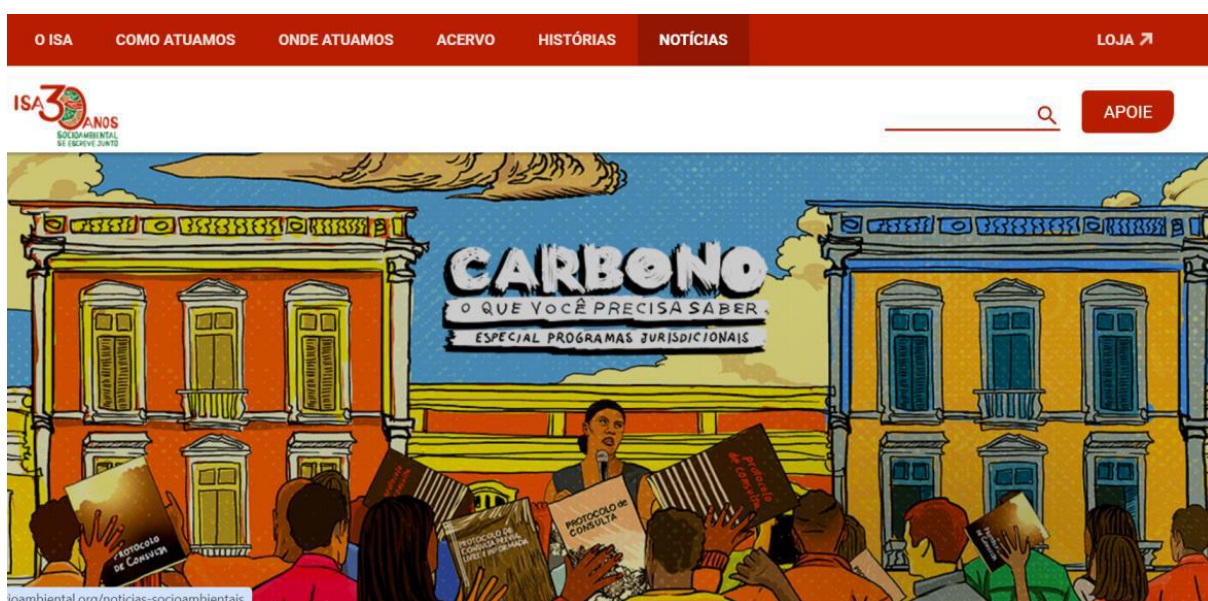
Figura 9: Texto publicado na sala de notícia da Vale, classificado como ESG e Meio Ambiente



Fonte: Site da Vale S/A

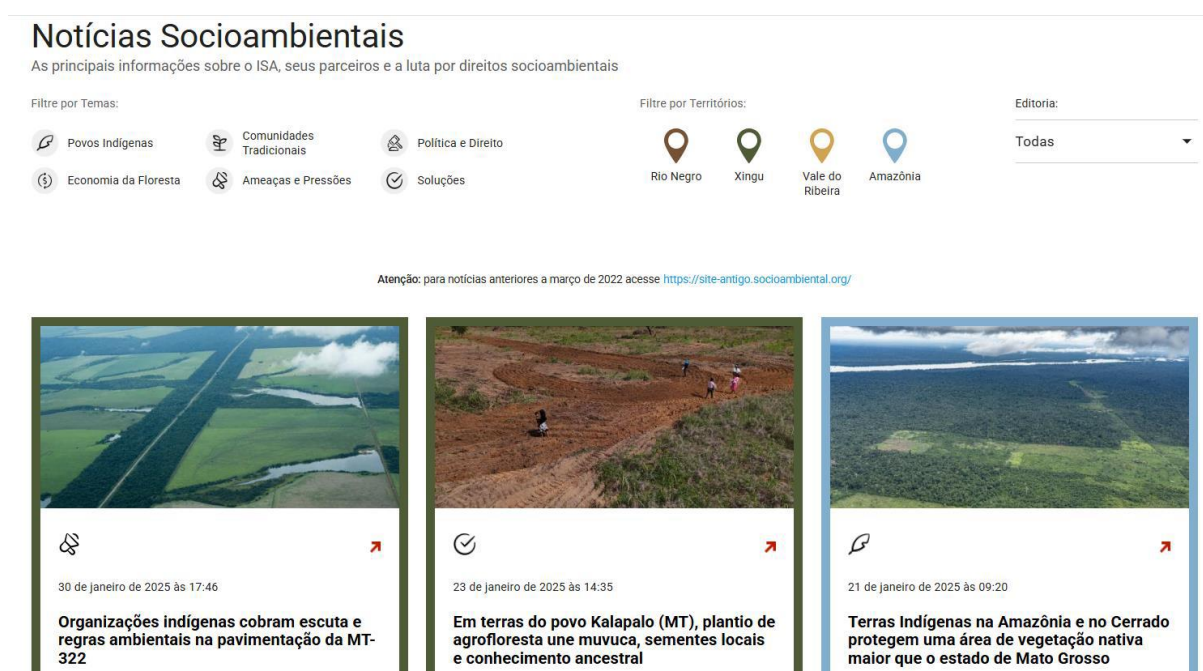
No site do Instituto Socioambiental (Figuras 10 e 11), na home (primeira página), a aba intitulada Notícias dá acesso ao espaço com os textos produzidos pela equipe de comunicação ou colaboradores. Ao clicar nesse item, o leitor é direcionado para um espaço onde estão dispostos 12 textos por página, em ordem cronológica reversa - da mais atual para a mais antiga.

Figura 10: Aba denominada Notícias, na barra superior dá acesso ao espaço com os textos.



Fonte: Site do Instituto Socioambiental.

Figura 11: Página Notícias Socioambientais disponibiliza o acervo de textos atualizados.



Fonte: Site do Instituto Socioambiental.

Igualmente à página da Vale, os títulos da página do ISA são hiperlinks para acessar os textos, mas a estrutura de dados se difere ligeiramente. Em primeiro lugar, está o título; depois, a linha fina; em seguida, a assinatura do autor; a data; e, por fim, algumas tags (etiquetas) temáticas, a partir das quais é possível agrupar textos. Por outro lado, em diferença à página da mineradora, todas as notícias apresentam fotos, algo que será alvo de comentários no momento da análise. Algumas das tags são: Amazônia, Desmatamento, Licenciamento, Unidades de Conservação, entre tantas outras. Com relação à periodicidade, também não há uma demarcação exata, o que sugere a existência de critérios internos à empresa para a definição desse espaçamento entre as publicações.

Na seção abaixo, apresentamos a trajetória para chegar ao nosso corpus, ou seja, o material exato que será objeto de análise.

5.4 A definição do corpus

Inicialmente, a faixa temporal definida para circunscrever a coleta de dados relativos às notícias da Vale e do Instituto Socioambiental seria de julho de 2021 a dezembro de 2024, pois a data inicial desse período era marcada por uma publicação de um artigo

científico de relevância mundial em que se demonstrava o declínio da capacidade de absorção de carbono da Amazônia, uma mudança sistêmica significativa e preocupante¹⁷.

Entretanto, logo percebemos que o volume de dados seria demasiadamente alto, o que poderia inviabilizar a empreitada em termos práticos, além de não ser necessariamente a única amostragem representativa, haja vista que a análise é, principalmente, de caráter qualitativa. Sendo assim, recorremos a outro critério para estabelecer a faixa temporal, a saber, dois registros de impactos ambientais graves monitorados por cientistas. O primeiro é o registro de áreas queimadas na Amazônia no ano de 2023, o maior índice desde 2017¹⁸. O segundo é a seca histórica ocorrida na bacia do rio Amazonas, também em 2023, responsável por diminuir o volume dos rios a níveis mínimos em mais de 120 anos de medição¹⁹.

A partir desses marcadores, estabelecemos o ano de 2023 como período para coleta de dados nas respectivas salas de notícias dos dois agentes sociais que compõem o objeto de estudo. Por meio da leitura flutuante, chegamos à conclusão de que esses são os locais que concentram significativa parcela de conteúdos midiáticos e informativos, sendo constantemente atualizados com notícias, artigos e comunicados oficiais. Como o objetivo da pesquisa é compreender a noção de sustentabilidade presente na comunicação da Vale e do Instituto Socioambiental, optamos por manter tanto textos informativos quanto opinativos, pois nos interessa destrinchar as mensagens neles contidas.

Para capturar conteúdos que fazem parte da amostragem, utilizamos, então, as palavras “Amazônia” e “Sustentabilidade” como filtro, aplicado na ferramenta de busca das duas salas de notícia. Por esse caminho, chegamos a um universo composto por 156 textos, no total, sendo 49 da Vale e 107 do Instituto Socioambiental. Os dados foram compilados em uma planilha, na qual os textos são enumerados por ordem cronológica reversa (da mais atual para a mais antiga) e constam os seguintes filtros: 1) Título do texto; 2) Organização; 3) Autoria; 4) Tema; 5) Gênero; 6) Palavra de busca; 7) Data; e; 8) Link.

Dentre esses resultados, eliminamos os seguintes: que não discutiam em profundidade questões relacionadas à sustentabilidade, meio ambiente e populações indígenas,

¹⁷ Gatti et al (2021) apontam dois fatores principais para a mudança no fluxo de absorção de carbono na Amazônia: desmatamento e mudanças climáticas. Isso significa dizer que a floresta amazônica pode passar a emitir mais gás carbônico do que absorve

¹⁸ MapBiomas. Área queimada no Brasil quase dobra em relação a 2023 e é recorde nos últimos seis anos, 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/12/16/area-queimada-no-brasil-ate-novembro-quase-dobra-em-relacao-a-2023-e-e-recorde-nos-ultimos-seis-anos/>. Acesso em: 02. fev. 2025.

¹⁹ Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Seca histórica na Amazônia 2023 foi 30 vezes mais provável devido à mudança do clima, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/noticias/seca-historica-na-amazonia-2023-foi-30-vezes-mais-provavel-devido-a-mudanca-do-clima>

algumas das quais, por exemplo, apenas mencionavam a palavra “Amazônia” ou “Sustentabilidade”; além de ocorrências mais específicas, como, por exemplo, a homenagem, na ocasião de morte, a pessoas públicas ligadas ao movimento ambientalista ou o registro de publicação de livros e tomadas de posse de determinados colegiados associativos ou políticos. Dessa nova triagem, obtivemos 86 textos, no total, sendo 22 da Vale e 64 do Instituto Socioambiental, planilhados exatamente da mesma maneira descrita no parágrafo acima.

Assim, chegamos então à constituição do corpus de nossa pesquisa, que nas palavras de Bardin (2000, p. 96) “é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. Essa amostragem fornecerá uma “radiografia” confiável acerca do perfil das notícias sobre sustentabilidade no contexto amazônico, produzidas por Vale e ISA, uma vez que foi sistematicamente selecionada a partir de critérios claros e objetivos.

A seguir, apresentamos no gráfico 1 e no gráfico 2 a porcentagem de textos extraídos da página da Vale e do Instituto Socioambiental, e, na tabela 1 e na tabela 2, a relação de textos que constituem o corpus de cada instituição.

Gráfico 1: Universo de textos das salas de notícia da Vale e do Instituto Socioambiental

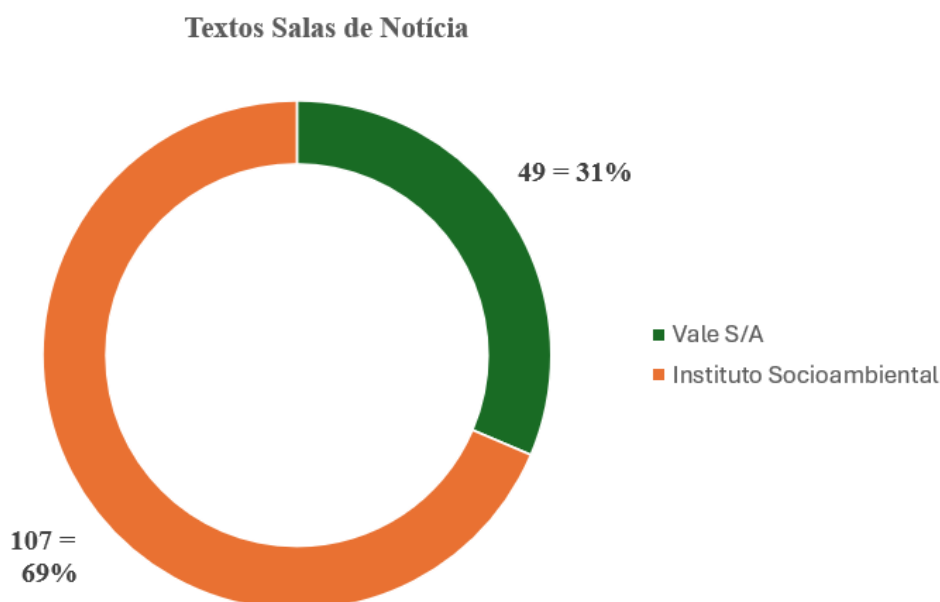
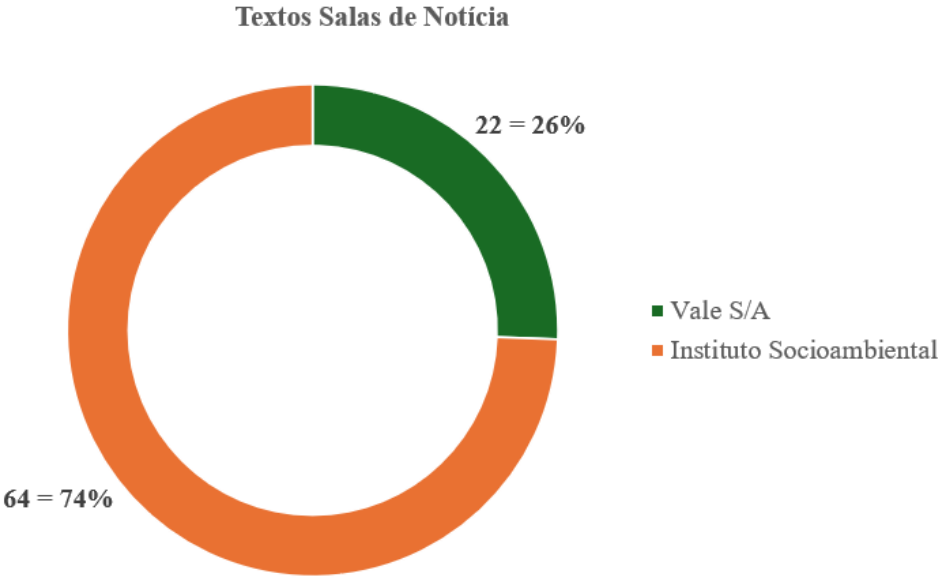


Gráfico 2: Corpus de textos das salas de notícia da Vale e do Instituto Socioambiental



Fonte: Dados do site institucional da Vale e do ISA, organizados pelo autor

Tabela 1: Textos da sala de notícias da Vale

Nº	TÍTULO	Nº	TÍTULO
1	Na COP 28, Governo do Pará e Fundo Vale assinam protocolo de intenção para recuperação florestal de até 10 mil hectares até 2030	13	Vale fecha apoio ao Programa Itinerários Amazônicos
2	Na Cop 28: Vale compartilha experiência com Belterra, Caaporã e Imaflora, parceiros que ajudam escalar a recuperação florestal e a bioeconomia na Amazônia	14	Greentech Radix Investimentos Florestais recebe apoio filantrópico do Fundo Vale da ordem de 1,3 milhão

3	Na COP 28, Vale reúne diferentes organizações para debater o papel do setor privado na transição energética	15	Imagens de cavernas de Carajás protegidas pela Vale farão parte de livro a ser lançado em 2024
4	Fundo Vale apoia Sitawi Finanças do Bem em rodada de investimento socioambiental	16	Fundo Vale e Cubo Itaú se unem para fortalecer o ecossistema e os negócios de impacto socioambientais, em especial, na região Amazônica
5	GBB: Convênio entre ICMBio e Instituto Tecnológico Vale realizará o maior sequenciamento genético de plantas e animais do Brasil	17	Pesquisadores registraram imagens de onça-pintada no Sul do Estado
6	Vale Base Metals e BluestOne assinam acordo de longo prazo para reaproveitar resíduos no Brasil e alavancar mineração circular	18	Ararajubas ameaçadas de extinção reproduzem no Bioparque Vale Amazônia
7	Parceira da Meta Florestal Vale é selecionada entre as 15 melhores na produção agroflorestal do planeta	19	Fundo Vale e Quintessa vão acelerar cinco iniciativas para fortalecer o mercado de carbono florestal no Brasil
8	Fundo Vale divulga relatório de impacto	20	Biofábrica de abelhas indígenas é alternativa conservação e geração de renda na Floresta Amazônica
9	Jornada Amazônia ajuda a criar uma geração de empreendedores e negócios de impacto que valorizam a floresta em pé	21	Fundo Vale e Quintessa lançam programa de aceleração para fomentar mercado de carbono de impacto no Brasil
10	Floresta Viva lança edital para apoiar com R\$ 26,7 mi restauração ecológica na Bacia Hidrográfica do Xingu	22	Vale e Grupo Algar fecham acordo para proteger 50 mil hectares de floresta na Amazônia paraense

11	Oportunidade única de desenvolver uma nova economia no Pará e na Amazônia, diz o presidente da Vale		
12	Eduardo Bartolomeo afirma que mineração é peça-chave para o Brasil liderar a transição energética		

Fonte: Dados do site institucional da Vale, organizados pelo autor.

Tabela 2: Textos da sala de notícias do Instituto Socioambiental

Nº	TÍTULO	Nº	TÍTULO
1	Câmara aprova ‘PL do Mercado de Carbono’ em sua última sessão do ano	34	No Xingu, a economia do futuro fica a dois dias de barco, subindo o rio
2	Projeto que flexibiliza licenciamento da BR-319 é aprovado pela Câmara	35	Com “novo PAC” à vista, indígenas e ribeirinhos discutem impactos de grandes obras de infraestrutura no Xingu
3	2023: o ano em que a Amazônia secou	36	Povos do Rio Negro lançam grito contra o Marco Temporal com mobilização no território e nas redes sociais
4	Povos indígenas: guardiões da floresta e do carbono	37	Novo estudo mostra que ingestão diária de mercúrio excede os limites seguros em seis estados da Amazônia
5	Terras Indígenas com presença de isolados seguem sofrendo pressão de invasores	38	Mais petróleo?

6	Ano seco surpreende moradores do Rio Tiquié, no Amazonas	39	Arthur Lira quer votar projeto que inviabiliza demarcação de Terras Indígenas na terça (30)
7	Organizações da sociedade civil fazem recomendações para impulsionar restauração de ecossistemas no Brasil	40	Funai reconhece duas Terras Indígenas: Krenak de Sete Salões e Sawre Ba'pim
8	Garimpo continua a assolar Xingu, e estrago deve perdurar por anos	41	Indígenas, quilombolas e extrativistas da Amazônia exigem acesso a energia elétrica
9	Seca em Barcelos (AM) traz à memória eventos extremos recentes no Rio Negro	42	Articulações pelos direitos indígenas ganham força na tríplice fronteira Brasil, Venezuela e Colômbia
10	Rio Negro vive seca histórica, e São Gabriel da Cachoeira corre risco de apagão	43	Governo federal anuncia homologação de seis Terras Indígenas; em um dos casos, tempo de espera chegou a 24 anos
11	Catástrofe amazônica	44	Para combater desmatamento na Amazônia, Lula precisa olhar para o Xingu
12	Indígenas do Alto Rio Negro (AM) relatam sensação de 'água fervendo' e igarapés intransitáveis	45	Movimento indígena decreta emergência climática no país
13	Sociedade civil quer veto integral ao PL do Marco Temporal	46	Créditos de carbono podres ameaçam combate à mudança climática
14	Em visita a RR, ministro da Pesca promete atenção ao problema da contaminação por mercúrio na Amazônia	47	Alessandra Munduruku recebe 'Nobel' do ambientalismo por luta no Tapajós

15	Juventude do Rio Negro: é urgente falar de justiça climática e racismo ambiental nas Terras Indígenas	48	Sem demarcação, não há democracia: maior mobilização indígena do país começa em Brasília
16	Povos das florestas reivindicam retomada de políticas públicas que valorizem economias da sociobiodiversidade	49	Vem aí o Acampamento Terra Livre
17	Indígenas reabrem roteiros de Serras Guerreiras de Tapuruquara, turismo de base comunitária na Amazônia	50	A solução para o caos ambiental de Belo Monte está na mesa do Ibama
18	Governo anuncia pacote ambiental e homologa duas Terras Indígenas	51	Infraestrutura para comunidades
19	Mais de 230 extrativistas e organizações da Amazônia realizam Semana da Sociobiodiversidade, em Brasília	52	Lula reforça compromisso com retirada de garimpeiros da Terra Indígena Yanomami
20	Dez barbaridades do PL do licenciamento ambiental	53	Riscos de mercado de carbono ‘fake’
21	Diálogos Amazônicos colocaram sociobiodiversidade no centro do debate para o futuro do planeta	54	Protagonismo político do movimento indígena
22	Nas quatro pontas da Amazônia, povos indígenas desenvolvem estratégias para proteger a floresta	55	Na presidência da Funai, Joenia Wapichana retoma proteção de territórios de povos indígenas isolados
23	Casa Civil bloqueia homologações de Terras Indígenas	56	Com novo protocolo de consulta, povos do Rio Negro protegem seus territórios e celebram diversidade

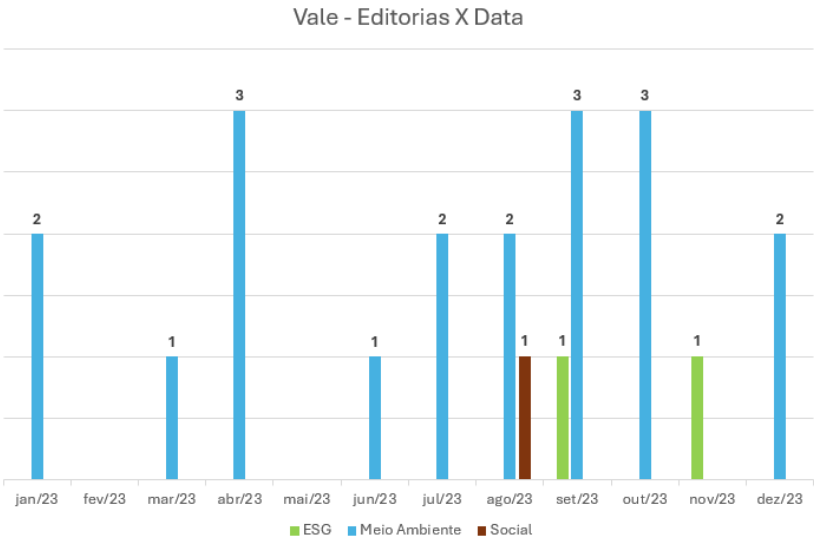
24	Desmatamento no Xingu diminui, mas é preciso reforçar fiscalização e recuperar áreas devastadas	57	Terras Indígenas com povos isolados estão entre as mais ameaçadas de 2022
25	Terras Indígenas fora da Amazônia Legal são as mais povoadas do país, aponta Censo 2022	58	Nós e eles
26	Funai reconhece Terra Indígena Kapôt Nhinore, onde o cacique Raoni Metuktire passou a juventude	59	O que você precisa saber para entender a crise na Terra Indígena Yanomami
27	Relatório faz balanço do primeiro semestre da Emergência Yanomami	60	Restauração faz crescer floresta onde antes era pasto e soja
28	"Levamos 523 anos para chegar até aqui"	61	"É o socorro que pedimos", diz Davi Kopenawa sobre medidas de Lula na saúde yanomami
29	Povos indígenas do Xingu apresentam condicionantes socioambientais para nova fase da Ferrogrão	62	O novo Ministério dos Povos Indígenas
30	Garimpo e agropecuária seguem desmatando Terras Indígenas com presença de isolados	63	Marina no clima
31	ÓSocioBio defende tributação justa para os povos e comunidades tradicionais	64	Veja quais foram as primeiras medidas socioambientais do governo Lula
32	Organizações de países amazônicos exigem participação dos povos da floresta na Cúpula da Amazônia, em Belém (PA)	65	Começa a retomada das políticas socioambientais

33	Exposição de produtos do Território Indígena do Xingu fortalece laços por uma economia do cuidado
----	---

Fonte: Dados do site institucional do ISA, organizados pelo autor.

Dentre os 22 textos publicados pela Vale entre janeiro e dezembro de 2023, 18 estão na editoria meio ambiente, 2, em ESG, e 2, em Social. Lembrando que esses são os temas estabelecidos pela empresa para a classificação das notícias, não se tratando, portanto, das categorias analíticas estabelecidas em nossa pesquisa, que estão devidamente descritas e justificadas na próxima seção. O gráfico 3 apresenta a quantidade de notícias publicadas mensalmente, dentro de cada editoria.

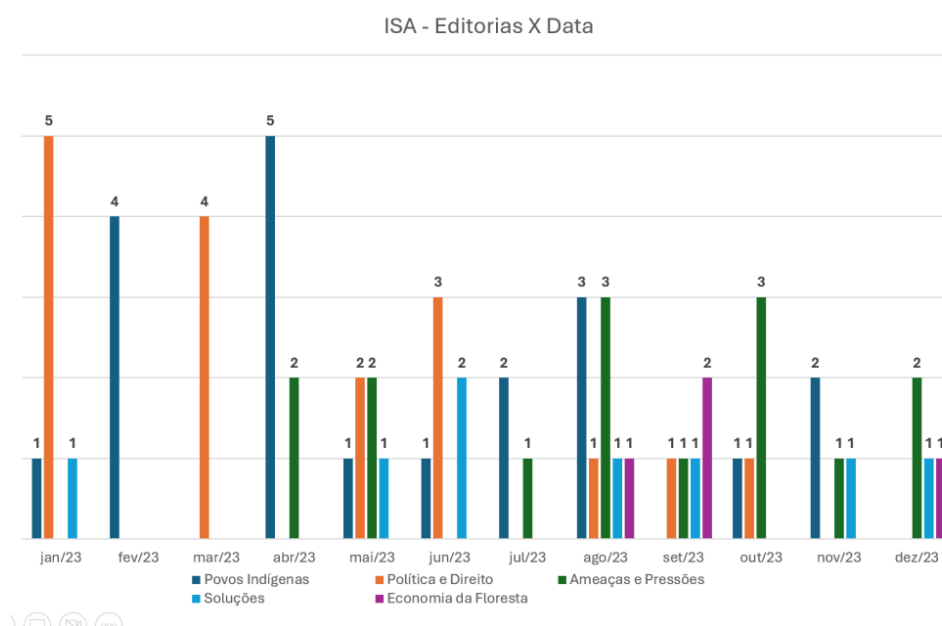
Gráfico 3: Notícias da Vale divididas por data (mês) e tema (editoria)



Fonte: Dados do site institucional da Vale, organizados pelo autor

Dentre os 64 textos publicados pelo Instituto Socioambiental, também entre janeiro e dezembro de 2023, 15 estão na editoria ameaças e pressões, 4, em economia da floresta, 17, em política e direito, 20, em povos indígenas, e 8, em soluções. O gráfico 4 apresenta a quantidade de notícias publicadas mensalmente, dentro de cada editoria.

Gráfico 4: Notícias do ISA divididas por data (mês) e tema (editoria)



Fonte: Dados do site institucional do ISA, organizados pelo autor.

As notícias da Vale e do Instituto Socioambiental catalogadas nas páginas anteriores serão classificadas e analisadas a partir de dois conjuntos de categorias - temáticas e de comunicação -, definidas previamente com base no corpo teórico utilizado no percurso da dissertação e outra parte extraída a partir de leituras randômicas dos textos coletados.

5.5 Categorias temáticas

Para o desenvolvimento da presente dissertação definimos categorias de análise que possibilitaram compreender aspectos das mensagens transmitidas nos textos pertencentes às salas de notícias das páginas institucionais da Vale e do Instituto Socioambiental. Estabelecemos a maior parte do sistema de categorias previamente à operação de análise, fazendo a organização do material a partir de determinados fundamentos teóricos, estabelecidos no capítulo 2, que traz elementos para pensar a sustentabilidade no século XXI, e no capítulo 3, que problematiza as trocas comunicativas na sociedade contemporânea. No entanto, percebemos que seria necessário fazer alguns ajustes e complementos nas categorias e subcategorias. Nesse sentido, categorias e subcategorias como Mudanças Climáticas, Eventos Extremos, Desenvolvimento e Economias da Sociobiodiversidade, foram definidas por

dedução, com base no referencial teórico utilizado na pesquisa, ao passo que categorias e subcategorias como Biodiversidade, Impactos Ambientais e Justiça Climática foram criadas por indução, após análise prévia do material.

Seguindo a proposta de Bardin (2000, p. 119), a categorização pode ser feita por meio de dois processos opostos. No primeiro, “é fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos, à medida que vão sendo encontrados”. No segundo, “o sistema de categorias não é fornecido, antes resultando da classificação analógica e progressiva dos elementos”. Portanto, aplicando a metodologia ao objeto de estudo, optou-se por unir os dois processos: o de criação prévia das categorias, como uma base geral, e o de classificação analógica, como um refinamento. Tal escolha se deve à complexidade da temática socioambiental, onde, não raramente, os assuntos se inter-relacionam em diferentes textos e contextos, o que traz um desafio para o pesquisador/analista.

O conjunto de categorias definido em um estudo científico deve possuir determinadas qualidades para que a pesquisa possa, de fato, obter as respostas almejadas em seu ponto de partida. No entanto, deve servir de instrumento ao pesquisador para o momento em que este se depara com os dados, de modo a fazer deduções lógicas a partir de um método bem definido. Uma dessas qualidades é a pertinência, que ocorre, nos dizeres de Bardin (2000, p. 120), “quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido”. A outra é a produtividade, um sistema que “fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos” (Bardin, 2000, p. 121).

Isso posto, com base nos elementos teóricos da pesquisa e em leituras do material coletado, foram definidas cinco categorias e 16 subcategorias que permitiram agrupar os textos a partir de conceitos basilares utilizados para pensar a problemática socioambiental. Cada uma dessas categorias e subcategorias trará elementos específicos acerca das mensagens presentes nos textos, o que contribuirá para identificar qual é a noção de sustentabilidade expressa pela comunicação da Vale e do Instituto Socioambiental.

Pretende-se, com esse procedimento metodológico, obter uma análise qualitativa que permita compreender melhor não apenas as mensagens das duas organizações, mas também o posicionamento que adotam enquanto agentes sociais em disputa por legitimidade dentro do campo da comunicação ambiental. Nas próximas seções, explicamos em detalhes o propósito de cada categoria e o raciocínio utilizado para defini-las. Antes desse detalhamento, apresentamos um esquema visual na tabela 3, com vistas a facilitar a compreensão.

Tabela 3: Grade de divisão de categorias e subcategorias

Categoria	Subcategorias
1. Mudanças climáticas	Descarbonização
	Mercado de Carbono
	Eventos extremos
	Justiça Climática
2. Desenvolvimento	Economias da sociobiodiversidade
	Transição energética
	Educação ambiental
	Empreendimentos de infraestrutura
3. Preservação da Floresta	Restauração
	Negócios socioambientais
4. Proteção dos Povos Indígenas	Direitos constitucionais
	Território
	Mobilização
	Direitos Humanos
	Governo
5. Biodiversidade	Pesquisa
6. Impactos ambientais	Extrativismo

	Desmatamento
--	--------------

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.5.1 Categoria: Mudanças climáticas

A primeira categoria, mudanças climáticas, reúne notícias relacionadas à problemática global do clima, que convoca múltiplos atores a tomarem iniciativas de mitigação e adaptação. Tem por objetivo, com base no referencial teórico apresentado no capítulo 2, identificar quais são as perspectivas e propostas adotadas para tratar de uma questão que afeta nações, estados, cidades e populações específicas, uns mais gravemente do que outros. As soluções apresentadas pelos diferentes agentes sociais são complexas e demandam intensos debates que esbarram em interesses econômicos e políticos, mas o fato é que o consenso científico demonstra a necessidade de ações imediatas e urgentes.

Tabela 4: Categoria mudanças climáticas

Categoria	Subcategorias	Definição
Mudanças climáticas	Descarbonização	Identificar se as mensagens de descarbonização propõem ações imediatas e apresenta metas.
	Mercado de Carbono	Identificar se a ideia de mercado de carbono está vinculada a ações climáticas e proteção das populações tradicionais.
	Eventos extremos	Verificar a conexão estabelecida com a ideia de emergência climática.

	Justiça Climática	Verificar a presença do conceito de Justiça Climática.
--	-------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.5.2 Categoria: Desenvolvimento

A segunda categoria, desenvolvimento, traz notícias relativas aos aspectos econômicos envolvidos na busca pela sustentabilidade e possíveis formas pelas quais a sociedade poderia construir um modelo de desenvolvimento que não seja predatório para com a natureza. Ao tomarmos como base a discussão feita por autores que mostram contradições existentes no discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável, intencionamos visualizar quais são as propostas que estão sendo colocados em pauta pela Vale e pelo ISA, e entender se sugerem mudanças em relação ao atual status quo economicista.

Tabela 5: Categoria desenvolvimento

Categoria	Subcategorias	Definição
Desenvolvimento	Economias da Sociobiodiversidade	Identificar qual é a abordagem do projeto de bioeconomia reportado.
	Transição Energética	Verificar como o padrão de consumo energético da sociedade e do setor minerador é abordado.
	Educação ambiental	Identificar qual é o perfil de educação ambiental adotado pela organização.
	Empreendimentos de infraestrutura	Verificar quais são as críticas ao modelo de grandes empreendimentos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.5.3 Categoria: Preservação da Floresta

A terceira categoria, preservação da floresta, agrupa notícias focadas em registrar ou discutir iniciativas promovidas com o objetivo de preservar áreas de floresta em territórios nos quais Vale e ISA atuam. A manutenção e recuperação de ecossistemas é uma frente de ação fundamental para impedir o rompimento de limites ecológicos. Diante desse desafio, diversos atores sociais, muitas vezes em parceria, como o setor privado e o terceiro setor, têm direcionado esforços no sentido de criar projetos de preservação. O objetivo dessa categoria é identificar quais são os perfis de iniciativas relatados na comunicação das organizações.

Tabela 6: Categoria preservação da floresta

Categoria	Subcategorias	Definição
Preservação da Floresta	Negócios Socioambientais	Identificar a proposta dos negócios relatados nas notícias em relação à preservação da floresta.
	Restauração	Verificar qual é a abordagem apresentada em relação ao uso da floresta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.5.4 Categoria: Proteção dos povos indígenas

A quarta categoria, proteção dos povos indígenas, reúne notícias que tratam de ações de etnias e lideranças indígenas para garantir a expressão de sua cultura, direitos e reivindicações políticas. O contexto político brasileiro na década de 2020 tem sido desfavorável para essas populações, quando se olha para o ritmo de demarcação de terras, para a violência sofrida por pressões de atividades como o garimpo e mineração, e para a discussão ainda em

curso no momento da realização desta dissertação, referente ao chamado marco temporal. Assim, essa categoria visa identificar de que forma o modo de vida tradicional dos povos indígenas é retratado e quais as relações com a perspectiva da sustentabilidade.

Tabela 7: Categoria proteção dos povos indígenas

Categoria	Subcategorias	Definição
Proteção dos Povos Indígenas	Direitos Constitucionais	Identificar quais são os conectivos estabelecidos entre o âmbito dos direitos indígenas e o da proteção ambiental.
	Território	Identificar quais são os aspectos do conceito de sustentabilidade presentes na discussão sobre território.
	Mobilização	Verificar a importância dada à ação política dentro do debate sobre questões socioambientais.
	Direitos Humanos	Verificar como o conceito de sustentabilidade se relaciona com a discussão sobre direitos humanos.
	Governo	Verificar qual é a vigilância proposta para com medidas e projetos governamentais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.5.5 Categoria: Biodiversidade

A quinta categoria, biodiversidade, engloba notícias que tratam dos problemas ligados à perda de biodiversidade no bioma amazônico. Se, por um lado, a emergência climática traz ameaças concretas à vida dos cidadãos na Amazônia e, principalmente dos povos indígenas, a aniquilação da biodiversidade também gera um desequilíbrio sistêmico na desestabilização do sistema Terra. Essa categoria ajudará a entender como as duas organizações estão abordando o problema e quais as saídas apresentadas.

Tabela 8: Categoria biodiversidade

Categoria	Subcategorias	Definição
Biodiversidade	Pesquisas	Verificar qual é a abordagem para o tratamento da problemática da biodiversidade.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.5.6 Categoria: Impactos ambientais

A sexta e última categoria, impactos ambientais, constitui-se enquanto um agrupamento temático para notícias que tratam diretamente dos impactos provocados por determinadas atividades humanas nos ecossistemas e na saúde das populações. A Amazônia, hoje, é um território cobiçado por grupos empresariais nacionais e internacionais em busca de expansão e diversificação de seus negócios, como é o caso de atividades extrativistas tais quais o garimpo e a mineração. A proposta desta categoria é, portanto, verificar de que forma a comunicação organizacional operacionaliza a discussão dos impactos ambientais frente a visão de construção de uma sociedade sustentável.

Tabela 9: Categoria impactos ambientais

Categoria	Subcategorias	Definição
Impactos ambientais	Extrativismo	Identificar de que forma são tratados os impactos do extrativismo.
	Desmatamento	Identificar de que forma são tratados os impactos do desmatamento.

5.6 Categorias de Comunicação

Com vistas a observar de que maneira se estrutura a comunicação ambiental realizada por meio do espaço virtual sala de notícias da Vale e do ISA, criamos um segundo bloco de análise, com categorias capazes de fornecer dados que apontam para o perfil e estratégias de comunicação dessas duas organizações. Conforme discutido no capítulo 3, a esfera pública ambiental, termo cunhado por Cox (2010), é composta por diversos interlocutores ou, em nossa linguagem, agentes sociais que, mais do que apenas divulgar informações, são porta-vozes de determinadas correntes de pensamento no que se refere à questão da sustentabilidade (Cerqueira e Aguiar, 2012). Baseado nesse entendimento, as categorias descritas nas tabelas a seguir trazem uma dimensão prática do *modus operandi* comunicacional que está em jogo para debater a sustentabilidade e os tópicos relacionados.

Aqui, as notícias foram categorizadas em quatro grupos: (1) gênero de texto; (2) autoria do texto; (3) fontes com aspas na notícia; e (4) ângulo noticioso. A seguir, uma descrição detalhada das categorias.

5.6.1 Gênero Textual²⁰

Categoria	Subcategorias	Definição
Gênero de texto	Informativo	Textos que trazem informações de maneira objetiva e técnica. Por exemplo: press-releases, notas informativas, posicionamentos etc.
	Opinativo	Textos que emitem explicitamente uma opinião a respeito de determinado assunto. Em geral, são mais longos, em formato de artigo opinativo.

²⁰ As categorias do grupo Gênero Textual foram criadas a partir da teoria de gêneros jornalísticos discutida no capítulo 3.

5.6.2 Aatoria

Categoria	Subcategorias	Definição
Autoria	Sim	Textos que possuem assinatura de representante da organização ou parceiros.
	Não	Textos que não possuem nenhum tipo de assinatura.

5.6.3 Fontes

Categoria	Subcategorias	Definição
Fontes	Instituições Técnicas e Especialistas	Organizações com finalidade de emitir pareceres técnicos e profissionais especializados, consultados na posição de consultores.
	ONGs e Associações	Associações de base, entidades, representantes do terceiro setor e outras organizações cidadãos.
	Porta-Vozes Institucionais	Executivos, diretores, gestores ou técnicos integrantes do quadro de colaboradores da respectiva organização.
	Representantes Governamentais	Membros da classe política, em cargos de liderança em pastas governamentais, como, por exemplo, ministros, secretários e governadores.
	Universidades	Membros de instituições de ensino do nível superior, consultados para análises.
	Órgãos Ambientais	Instituições atreladas ao Estado, geridas pelos respectivos governos com funções de fiscalização acerca da matéria ambiental.
	Grandes Empreendimentos	Obras de infraestrutura crítica, como hidrelétricas, termelétricas e mineradoras.

	Indígenas	Indivíduos pertencentes a etnias indígenas. Relatos do ponto de vista particular.
	Organizações Indígenas	Grupos, entidades e associações articuladas e lideradas por indígenas. Relatos do ponto de vista coletivo e organizacional.
	Parlamentares	Membros do Poder Legislativo: deputados e senadores.
	Empresários	Profissionais do mercado corporativo, tais quais representantes de empresas e fundadores de startups.
	Quilombolas e Ribeirinhos	Indivíduos pertencentes a comunidades tradicionais.

5.6.4 Ângulo Noticioso

Categoria	Subcategorias	Definição
Ângulo Noticioso	Institucional	Textos com finalidade de promover a visibilidade institucional da organização.
	Mercadológica	Textos com finalidade de promover a marca da organização, ressaltando vantagens mercadológicas.
	Educacional	Textos com finalidade de promover aspectos educacionais atrelados às atividades da organização.

	Política	Textos com finalidade de promover aspectos políticos e mobilizações sociais relacionadas com a organização.
--	----------	---

A partir do percurso metodológico descrito na presente seção, somando-se a definição de categorias temáticas e de comunicação, temos em mãos instrumentos suficientes para dar início à análise e discussão dos dados obtidos, adentrando ao terreno empírico da pesquisa, no qual a realidade do fenômeno comunicacional observado – a comunicação ambiental da Vale e do ISA – entrará em diálogo com as teorias debatidas ao longo dos capítulos anteriores da dissertação.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS NAS SALAS DE NOTÍCIAS DA VALE E DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

No Capítulo 6, apresentamos a análise das notícias sobre sustentabilidade produzidas pela Vale e pelo ISA, classificadas e divididas de acordo com as categorias temáticas e de comunicação descritas anteriormente. Após um processo de triagem do material coletado nas salas de notícias das duas organizações, está à disposição um corpus formado por notícias do ano de 2023, o que resultou em 22 textos da Vale e 64 do ISA²¹. A análise e discussão dos resultados obtidos permite traçar um perfil da comunicação ambiental da Vale e do ISA, e observar semelhanças e divergências no que se refere às noções de sustentabilidade expressas nas notícias organizacionais. Permite também entender de que maneira esses dois agentes sociais se pronunciam no debate público midiático, afinal, a sala de notícias é o espaço de onde saem muitas das propostas de intervenção no campo ambiental.

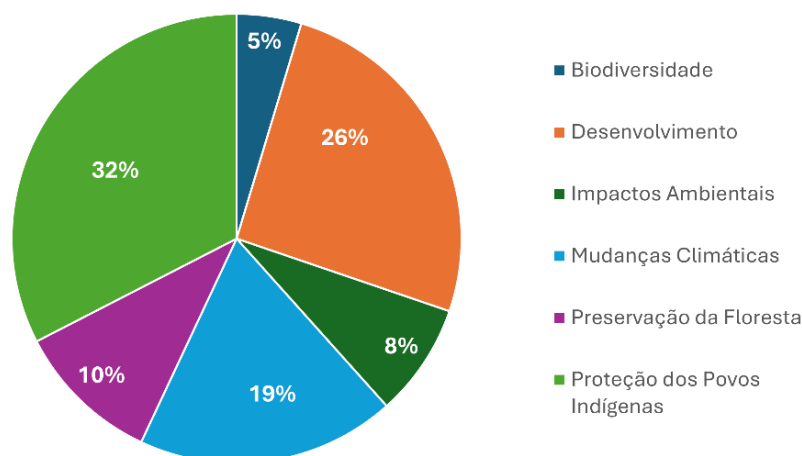
6.1 Visão geral da distribuição por categorias

Antes de avançarmos para as seções de cada categoria, trazemos uma visão geral por meio do gráfico 5, a seguir, indicando que a categoria proteção dos povos indígenas foi a que registrou uma incidência maior de ocorrências, com 32%, seguida por desenvolvimento, com 26%. Em terceiro lugar, está a categoria mudanças climáticas, que marca 19%, à frente de preservação da floresta, registrando 10%. As duas últimas são impactos ambientais, com 8%, e biodiversidade, com 5%. A razão pela qual a categoria referente às populações indígenas figura na liderança de ocorrências é a alta incidência de produção de notícias desse tema por parte do ISA, enquanto a categoria relativa a desenvolvimento também tem porcentagem expressiva, pois tanto Vale quanto ISA produzem conteúdo frequente a esse respeito. Tanto a questão indígena quanto a do desenvolvimento são centrais para pensar a sustentabilidade e, não raro, se chocam frontalmente, conforme será visto adiante.

Gráfico 5: Divisão percentual por categorias - Vale e ISA

²¹ [Clique aqui](#) para acessar a planilha com os 86 textos e as respectivas classificações.

DIVISÃO PERCENTUAL - CATEGORIAS



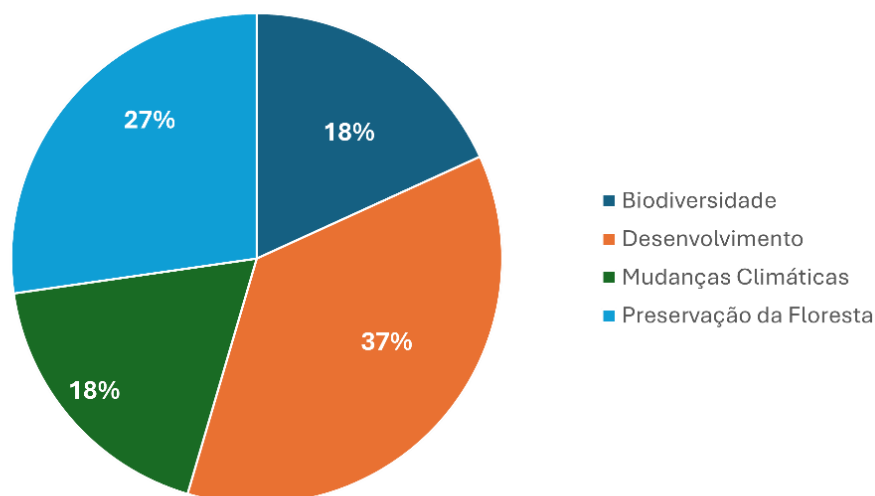
Fonte: Elaborado pelo autor

No gráfico 6, onde constam notícias somente da Vale, observamos que a categoria mais citada é a de desenvolvimento, com 37%, seguida por preservação da floresta, que marca 27%, e, por fim, mudanças climáticas e biodiversidade, ambas empatadas com 18%.

No ano de 2023, a mineradora participou de fóruns de governança empresariais e da sociedade civil focados nas perspectivas para o futuro da sociedade global, como, por exemplo, a Conferência das Partes (COP) 28, realizada em Dubai, nos Emirados Árabes. Neste evento, a empresa apresentou casos de parcerias com startups e institutos técnicos para promover a bioeconomia, além de defender o papel do setor privado no processo de transição energética. Este último tema, situado enquanto subcategoria, é estratégico para a companhia devido ao fato de ela ser produtora de minerais como o níquel, um dos principais elementos para a produção de baterias de alta performance. Esses temas são retratados nas notícias situadas dentro da categoria desenvolvimento, a que teve maior incidência de registros.

Gráfico 6: Divisão percentual por categorias - Vale

DIVISÃO PERCENTUAL - CATEGORIAS



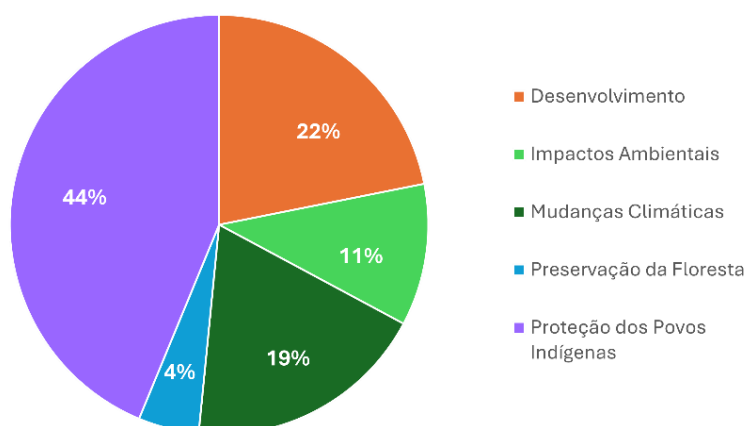
Fonte: Elaborado pelo autor

No gráfico 7, onde constam notícias somente do ISA, observa-se que a categoria mais citada é a de proteção dos povos indígenas, com 44%, seguida por desenvolvimento, com 22%, e depois, mudanças climáticas, com 19%, impactos ambientais, com 11%, e, por último, preservação da floresta, a registrar 4%.

O início do ano de 2023 foi marcado pela entrada de um novo governo nacional no país, que apresentou, desde os primeiros momentos, mudanças significativas com relação ao governo anterior no que se refere à pauta socioambiental e aos direitos indígenas. O Instituto Socioambiental, enquanto ator social engajado na causa indígena e ambiental a nível nacional, traz, por meio de sua sala de notícia, uma cobertura e análise atenta a esse respeito.

Gráfico 7: Divisão percentual por categorias - ISA

DIVISÃO PERCENTUAL - CATEGORIAS



Fonte: Elaborado pelo autor

Após apresentar um panorama geral sobre a distribuição da cobertura midiática desses dois agentes está distribuída, passamos para a apresentação do recorte e discussão de dados por cada uma das categorias elencadas.

6.1.1 Análise: Mudanças climáticas

Conforme descrito na subseção 5.5.1 do capítulo anterior, a categoria mudanças climáticas foi estabelecida com o intuito de identificar quais são as abordagens – teóricas, políticas, econômicas – expressas nas duas mídias analisadas naquilo que se refere a uma das problemáticas ambientais que tem se tornado mais evidente nos tempos atuais, a saber, as mudanças climáticas. De um lado, as grandes empresas possuem grande parcela de responsabilidade nesta crise, pois lideram múltiplos tipos de atividades com potenciais impactos sociais e ambientais, como é o caso da mineração. Do outro, o terceiro setor e, especialmente, o movimento ambientalista, exerce um papel importante de vigilância, fiscalização e conscientização, utilizando a comunicação como uma ponte de diálogo. A seguir, nas tabelas 15 e 16, e nos gráficos 8 e 9, apresentamos os dados coletados.

Tabela 15: Quantidade de notícias na categoria Mudanças Climáticas e respectivas subcategorias – Vale

Categoria	Subcategorias	Quantidade	Total
Mudanças Climáticas	Descarbonização	1	4
	Mercado de Carbono	3	
	Eventos Extremos	0	
	Justiça Climática	0	

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com a tabela 15, a Vale publicou quatro textos na categoria mudanças climáticas, sendo um deles pertencente à subcategoria descarbonização e três, na subcategoria mercado de carbono. As notícias relatam parcerias com empresas detentoras de expertises alinhadas aos esforços no sentido de promover iniciativas de descarbonização e, principalmente, fomentar o mercado de carbono por meio de investimentos em negócios chamados de “inovadores” e na preservação de áreas florestais.

Na notícia da subcategoria descarbonização, está presente a mensagem de que a parceria realizada contribuirá para reduzir o impacto ambiental da mineradora em uma mina localizada no Pará. Coloca-se a produção de fertilizantes minerais como sendo um insumo mais eficiente quanto às emissões de carbono, e apresenta a ideia de mineração circular, na voz de um CEO da Vale Base Metals, divisão focada na produção de níquel e cobre para o setor automotivo.

“Mineração circular é peça-chave em nossa estratégia de sustentabilidade e em nosso roadmap de tecnologia. Este acordo e a escalabilidade da tecnologia da BluestOne apoiam nossa ambição de capturar valor do que historicamente tem sido tratado como resíduo, ao mesmo tempo em que reduz nosso impacto ambiental, como parte de uma abordagem mais ampla para a mineração circular”, diz Deshnee Naidoo, CEO da Vale Base Metals (Vale, 2023, grifo do autor).

Na subcategoria *mercado de carbono*, a mensagem central é de fomento a redes de startups com a finalidade de fortalecer o chamado mercado de carbono “florestal” ou de

impacto. Duas notícias são relativas à parceria entre o Fundo Vale - um fundo financeiro focado no suporte a negócios relacionados à conservação e preservação do bioma amazônico – e a empresa Quintessa, uma aceleradora de startups com perfil de inovação atrelado a questões socioambientais. De acordo com um dos textos, esse programa:

Vai acelerar até seis iniciativas inovadoras com potencial para solucionar desafios da cadeia de carbono florestal. O programa visa fomentar negócios de geração de carbono, que, na sua origem, conciliem a preservação da **biodiversidade** e a **promoção do desenvolvimento sustentável**, a partir da geração de **co-benefícios sociais às comunidades envolvidas** com o projeto (Vale, 2023, grifo do autor).

O Fundo Vale é o responsável pela coordenação de uma campanha denominada Meta Florestal 2030, que prevê a recuperação voluntária de florestas até 2030.

“Ao longo dos investimentos em novos negócios de impacto para a Meta Florestal Vale 2030, percebemos que um dos **grandes desafios para a larga escala** é destravar gargalos estruturantes para a cadeia como um todo. E, ao enxergar o Brasil como potencial protagonista global em inovação e sustentabilidade, fomentar esses negócios, desde sua oxigenação, passando pela aceleração, até a entrega final, é parte fundamental do nosso propósito.”, explica Gustavo Luz (Vale, 2023, grifo do autor).

Conforme discutido no capítulo 2, ações imediatas se tornam necessárias para conter as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e, conseqüentemente, tentar diminuir o ritmo de aceleração do aquecimento do planeta Terra. Os textos da Vale na categoria de mudanças climáticas, indicam um movimento concreto no sentido de agir dentro dos arranjos mercadológicos do mercado de carbono, mas não há clareza quanto aos resultados imediatos na redução de emissões, que são a real urgência para combater a crise climática.

Tabela 16: Quantidade de notícias na categoria Mudanças Climáticas e respectivas subcategorias – ISA

Categoria	Subcategorias	Quantidade	Total
Mudanças Climáticas	Descarbonização	0	12
	Mercado de Carbono	4	
	Eventos Extremos	5	
	Justiça Climática	3	

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 16 mostra que o ISA publicou 12 textos na categoria mudanças climáticas, sendo cinco delas na subcategoria eventos extremos, quatro, em mercado de carbono e três em justiça climática. Muitas das notícias são relatos a respeito de como eventos como a seca dos rios na Amazônia está impactando a saúde e a economia das populações indígenas que dependem historicamente dos rios para atividades como pesca e navegação. Diretamente ligada a esse outros tipos de eventos climáticos extremos, está a reivindicação por direitos e proteção das populações em situação de vulnerabilidade, mais suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas, sendo esse um tema frequente na cobertura noticiosa do ISA. Por fim, observa-se que a organização monitora o tema do mercado de carbono, apontando para pontos de fragilidade e que podem vir a prejudicar ecossistemas e povos indígenas, sem, no entanto, apresentar oposição radical ao mecanismo.

Na subcategoria eventos extremos, a primeira notícia publicada no ano a respeito do recorde de secas foi referente ao território de São Gabriel da Cachoeira, no alto do Rio Negro, local em que o ISA possui escritório. Por meio de relatos de lideranças indígenas, a problemática é abordada, com a mensagem de que os eventos extremos estão cada vez mais frequentes e podem ser percebidos por quem vive o dia a dia dos territórios amazônicos. Dando voz ao educador indígena local, um dos textos traz o seguinte trecho:

“Com relação à questão da seca, temos encontrado dificuldade de navegação. Há moradores que utilizam alguns igarapés para ter acesso às suas roças. E nesse período está difícil a navegação pelo igarapé, fazendo as pessoas caminharem mais longe para acessar suas roças. **Os igarapés estão inavegáveis** e exigem mais tempo e esforço para chegar às roças”, diz (ISA, 2023, grifo do autor).

A subcategoria justiça climática apresenta textos que colocam em primeiro plano o ponto de vista indígena para uma questão ainda não endereçada efetivamente pela agenda ambiental global: a desigualdade na forma pela qual grupos sociais marginalizados sofrem os impactos das mudanças do clima. Em artigo opinativo publicado no site, Juliana Raidler, articuladora política do ISA, e Vanda Witoto, liderança indígena, denunciam, a partir de relato sobre a catástrofe vivida por comunidades indígenas em decorrência da seca histórica do Rio Negro, a violência estrutural exercida sobre os povos indígenas.

Quando falamos de **emergência climática**, nós sabemos que ela **não se dará da mesma forma para todas as pessoas**. A forma como se governa coloca os povos indígenas, as populações ribeirinhas, os agricultores, as mulheres e as crianças em estado de vulnerabilidade. Indígenas vivem em estado de emergência há muito tempo, em estado de **vulnerabilidade histórica**. Mesmo sem a crise climática, nunca tiveram **direitos fundamentais** garantidos ou respeitados e até os territórios já demarcados vivem em constante ameaça (ISA, 2023, grifo do autor).

Na subcategoria mercado de carbono, um dos textos é um artigo opinativo assinado por Márcio Santilli, presidente do ISA, no qual alerta para o que chama de créditos de carbono falsos, que não trariam benefícios comprovados em termos de redução de emissões. Após explicar e contextualizar o que são os créditos de carbono, o porta-voz apresenta uma crítica ao que vem sendo observado no bioma amazônico e alvo de investigações por parte de autoridades, a saber, os assédios a comunidades indígenas e pressão por acordos escusos.

Se o **mercado de carbono abstrair a emergência climática** para operar em realidades paralelas, **não irá muito longe**. O agravamento da crise não deixará muito espaço para a embromação, deve restringir as possibilidades de fraude e cobrará resultados, sendo que **resultados consistentes** de projetos que envolvam carbono florestal **são construídos ao longo do tempo**. A onda de assédios especulativos pode gerar mais processos judiciais do que iniciativas efetivas (ISA, 2023, grifo do autor).

Na perspectiva comparada, é possível observar, então, que a Vale dedicou maior atenção aos temas de viés econômico - mercado de carbono e descarbonização -, enquanto o ISA reservou mais espaço para relatos de cunho social, a respeito dos eventos climáticos extremos. O registro da subcategoria mercado de carbono é uma convergência entre as duas salas de notícias, que pode ser explicada pelo fato de ser um dos principais temas na agenda internacional quando se pensa em possíveis soluções para a crise climática. Se, por um lado, o mercado de carbono estimula a ação do setor empresarial, pois apresenta uma abordagem de

financeirização da natureza e de possíveis ganhos econômicos, por outro, merece um olhar crítico, uma vez que a falta de regras e regulamentação tem dado abertura a práticas de violência e abusos contra populações indígenas.

É a partir dessa abordagem que o ISA apresenta sua cobertura a respeito do tema, na qual nota-se uma conexão com o conceito de justiça climática. A Vale, por sua vez, não se utiliza desse conceito, mas, traz a mensagem de apoio a comunidades locais nos projetos de carbono, seja pela via informativa ou por declarações de porta-vozes e parceiros. Conforme discutido no capítulo 3, na perspectiva da comunicação organizacional da empresa as comunidades vizinhas às operações são consideradas stakeholders (públicos de interesse), com os quais haveria um diálogo constante no sentido de acolher demandas e reivindicações.

6.1.2 Análise: Desenvolvimento

A categoria desenvolvimento se conecta com a discussão realizada no capítulo 2, sobre os desafios de encontrar meios para conjugar desenvolvimento econômico e sustentabilidade ecológica. Trata-se de um debate antigo, que remete pelo menos à década de 1970, quando cientistas e pensadores se juntaram no Clube de Roma para avaliar criticamente os efeitos do crescimento populacional acelerado na saúde dos ecossistemas e da natureza como um todo. Depois, veio a conferência de Estocolmo e o relatório Brundtland - que trouxe visibilidade pela primeira vez ao termo desenvolvimento sustentável - e, sucessivamente as conferências da ONU, e mesmo do Fórum Econômico Mundial, para tentar soluções para uma questão que ainda aparenta ser um dilema: como promover o desenvolvimento sem que haja um esgotamento dos recursos naturais? Assim, procuramos verificar como esse discurso se materializa na comunicação da Vale e do ISA, para entender quais perspectivas sugerem.

Tabela 17: Quantidade de notícias na categoria Desenvolvimento e respectivas subcategorias – Vale

Categoria	Subcategorias	Quantidade	Total
Desenvolvimento	Economias da Biodiversidade	5	8
	Educação Ambiental	1	
	Empreendimentos de Infraestrutura	0	
	Transição Energética	2	

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme se vê na tabela 17, a Vale publicou seis textos na categoria desenvolvimento, cinco deles pertencentes à subcategoria economias da biodiversidade, um texto na subcategoria educação ambiental, e dois em transição energética. Uma parte das notícias é relativa a registros feitos na COP-28, onde a Vale participou de mesas de discussões com instituições técnicas e parceiros de negócios, procurando dar visibilidade a iniciativas de apoio à recuperação florestal, além de reforçar a mensagem de que o setor privado tem um papel protagonista no caminho da transição energética. Outra parte diz respeito a projetos e empreendimentos apoiados pela mineradora para fortalecer a bioeconomia, que consiste em atividades econômicas baseadas no uso sustentável da biodiversidade e no conhecimento de comunidades tradicionais.

Uma das notícias categorizadas em economias da biodiversidade registra que a Vale, junto a parceiros, tem realizado ações de proteção das florestas com vistas a “**escalar** no país um modelo de **desenvolvimento sustentável** para manter a **floresta de pé**, ao mesmo tempo que garante uma **vida digna** para as **pessoas que lá vivem e dependem da floresta**”

(Vale, 2023, grifo do autor). Neste texto, a vice-presidente de sustentabilidade da mineradora, Malu Paiva, defende que “é preciso desenvolver **mercados consumidores em escala** e cadeias logísticas para absorver o que é produzido pela floresta e garantir renda para as pessoas que vivem nessas áreas” (Vale, 2023). Um terceiro exemplo de texto informa que, em parceria com o Governo do Pará, a empresa apoia a construção do Centro de Inovação em Bioeconomia, com o intuito de fortalecer projetos nessa área, além de constar que:

A Vale também tem ajudado a **fortalecer redes e coalisões da sociedade civil** que potencializam um ambiente de trocas e soluções inovadoras para os desafios enfrentados na região. Um exemplo disso é a criação da Agenda Panamazônica da Latimpacto, via **Fundo Vale**, que tem por objetivo reunir instituições latino-americanas que **financiam negócios de impacto** em prol da conservação do bioma (Vale, 2023, grifo do autor).

Em transição energética, as duas notícias trazem a mensagem de que o setor privado e, especialmente a mineração, estão contribuindo para promover um processo acelerado de alteração das matrizes de energia em nível global, migrando dos combustíveis fósseis, responsáveis por grande parte das emissões de GEE, em direção aos biocombustíveis e energias renováveis. Em uma delas, destacada a seguir, a Vale contextualiza o problema do ritmo lento em que a mudança ocorre, e informa que possui metas de redução de emissões.

Na avaliação da Vale é **urgente** promover uma **transição energética efetiva**, uma vez que o ritmo das implementações, bem como os investimentos globais em descarbonização estão sendo insuficientes para conter o aumento das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em todo o mundo. Em 2019, a companhia estabeleceu sua **meta de emissões de escopo 1 e 2** (diretas e indiretas) **em 33% até 2030, e zerá-las até 2050**. Para tanto, anunciou investimentos de US\$ 4 bilhões a US\$ 6 bilhões (Vale, 2023, grifo do autor).

Na mesma notícia, publicada no site da Vale em decorrência da participação na COP-28, ou seja, em um fórum de governança que exige respostas e compromissos por parte das empresas, informa-se de maneira bastante objetivo qual é o papel estratégico dos minérios extraídos pela empresa para promover a mudança de paradigma energético. A maior parte do minério de ferro, por exemplo, é extraída de Carajás, na Amazônia.

Em relação à **transição para uma economia de baixo carbono**, os **minerais e metais exercerão um papel fundamental**. O aço produzido a partir do minério de ferro, por exemplo, é a principal matéria-prima para a construção de turbinas eólicas, linhas de transmissão e outros mecanismos para garantir segurança energética e acesso universal à eletricidade. Já o níquel é um elemento essencial para baterias de alta performance, e o cobre, para a transmissão de energia elétrica, cada vez mais importante em um mundo mais eletrificado (Vale, 2023, grifo do autor).

Diante do exposto nas análises das notícias da Vale dentro da categoria desenvolvimento, observa-se uma linha de mensagens que posiciona a mineradora como

defensora e incentivadora de um modelo econômico que tenha premissas baseadas no uso sustentável dos recursos naturais. A transição energética e a bioeconomia são espécies de “pontos de prova” dessa intenção de mudança, presentes na comunicação organizacional e ambiental da Vale, o que nos leva a algumas conjecturas acerca daquilo que Bardin (2000) chama de condições de produção dessas mensagens, ou seja, as variáveis sociais, econômicas e políticas nas quais foram construídas.

Tabela 18: Quantidade de notícias na categoria Desenvolvimento e respectivas subcategorias – ISA

Categoria	Subcategorias	Quantidade	Total
Desenvolvimento	Economias da Biodiversidade	7	14
	Educação Ambiental	1	
	Empreendimentos de Infraestrutura	6	
	Transição Energética	0	

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela antecedente mostra que o ISA publicou 18 textos na categoria desenvolvimento, sete deles na subcategoria economias da biodiversidade, um em educação ambiental e outros seis, em empreendimentos de infraestrutura. Algumas das notícias versam sobre eventos, encontros e articulações realizadas por populações indígenas para fomentar uma economia que valorize o conhecimento tradicional e ancestral que possuem acerca dos elementos biológicos, vegetais e alimentares da floresta. Outras seguem uma linha de registro das discussões legislativas acerca de projetos que incidem na realização de grandes

empreendimentos, dentre eles o Projeto de Lei (PL) 2.159/2021, que flexibiliza as regras do licenciamento ambiental, além de artigos opinativos e relatos de mobilizações de lideranças indígenas se posicionando contra a realização de obras como a Ferrogrão e a BR-319, que devem trazer prejuízos ao modo de vida dessas comunidades, uma vez que alteram significativamente a dinâmica de uso do território.

A reivindicação de políticas públicas que fortaleçam as economias da biodiversidade foi a pauta central de um evento registrado pela comunicação do ISA, no qual líderes indígenas, povos e comunidades tradicionais extrativistas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, camponeses e camponesas se reuniram no plenário na Câmara dos Deputados em sessão solene realizada em comemoração ao Dia da Amazônia, para apresentar uma carta/documento que lista exigências direcionadas ao poder público.

“Para nós, esses **territórios são espaços sagrados** de construção e manutenção das nossas identidades, saberes, fazeres e lutas. São raízes de nossa ancestralidade, onde se assentam processos políticos, sociais e econômicos”, afirma trecho da carta. O documento foi recebido pela ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, diretamente das mãos do presidente do CNS, Júlio Barbosa, no dia 4/9 (ISA, 2023, grifo do autor).

A questão econômica e financeira é um aspecto central na discussão acerca da bioeconomia, uma vez que a diversidade biológica da Amazônia é alvo de cobiça por parte de empresas no mundo todo, interessadas em utilizar esses elementos como insumos e ativos em diferentes segmentos. A comunicação do ISA deu voz à preocupação manifestada pelo coletivo que se fez presente na casa legislativa federal, concernente a garantir que a riqueza produzida por essas comunidades permaneça nas próprias comunidades.

Uma das propostas apresentadas durante a Semana e reafirmada no dia da Amazônia (5/9) foi a necessidade de regulamentação adequada da Lei de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), de modo a reconhecer os serviços de conservação e manutenção de floresta, biodiversidade, ecossistemas e suas **contribuições para a humanidade** através das técnicas, **tecnologias e inovações presentes nos modos de vida dessas comunidades** (ISA, 2023, grifo do autor).

Na subcategoria empreendimentos de infraestrutura, três grandes projetos ou obras são objeto de registro nas notícias do ISA. A primeira delas é a rodovia BR-319, que corta o bioma amazônico e conecta Manaus (AM) a Porto Velho (RO), apontada por ambientalistas e técnicos como uma intervenção que causará riscos à biodiversidade e ao modo de vida dos indígenas. A segunda é a estrada de ferro EF 170, conhecida como Ferrogrão, a ser construída entre os municípios de Sinop/MT e Itaituba/PA, onde está localizado o porto de Miritituba, na margem direita do rio Tapajós. Para viabilizar o escoamento de commodities agrícolas, a

ferrovia atravessará terras indígenas e áreas protegidas. Por fim, uma notícia sobre os impactos ambientais que estão a ocorrer no Rio Xingu em consequência das atividades da usina de Belo Monte, registrados por pesquisadores indígenas, ribeirinhos acadêmicos, onde se lê:

O pulso do Rio Xingu é o que garante a vida do próprio rio e de todos os seres que o habitam. Os povos indígenas e ribeirinhos da Volta Grande do Xingu – trecho do rio logo após o barramento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – sempre souberam disso. Ao longo dos últimos anos, eles juntaram as informações em um aprofundado e minucioso monitoramento da região para embasar suas afirmações: a usina de Belo Monte alterou drasticamente o fluxo da água do **Rio Xingu** e, por isso, **ele está morrendo** (ISA, 2023, grifo do autor).

Entendemos que, por meio de críticas a grandes empreendimentos de infraestrutura na região amazônica, a comunicação do ISA, na verdade, está a fazer críticas a um paradigma de desenvolvimento econômico que prioriza a expansão e a exploração intensiva dos recursos naturais em detrimento da conservação da natureza e da conciliação com os modos de vida das populações indígenas e comunidades tradicionais.

Ao compararmos a comunicação das duas organizações, observamos que o principal ponto de convergência é o tema de economias da sociobiodiversidade. A princípio, a incidência dessa temática na pauta de uma grande empresa do setor de mineração poderia causar estranhamento, mas, quando retomamos a discussão feita por Abramovay (2024), Ferreira et al (2024), Garret et al (2023) e Bergamo et al (2022), apresentada no capítulo 2, encontramos uma chave explicativa. São propostas que utilizam o termo bioeconomia de uma forma vaga ou até distorcida, pois, de acordo com Ferreira et al (2024) a sociobioeconomia se contrapõe aos modelos de negócios tradicionais. Nesse sentido, o ISA se mostra alinhado ao conceito de sociobioeconomia defendido pelos autores citados neste parágrafo.

6.1.3 Análise: Preservação da floresta

Forças políticas e corporativas de setores como a mineração, que visa a expansão contínua de fronteiras para o extrativismo em larga escala, são vetores constantes de pressão contra as florestas, especialmente sobre a floresta amazônica. Conforme discutido no capítulo 2, esse bioma, berço de uma das maiores biodiversidades do planeta, responsável por serviços ecossistêmicos fundamentais, como a regulação dos ciclos hidrológicos, está seriamente ameaçado, e os próximos cinco anos são decisivos para uma definição de rumos, com impactos não apenas a nível regional, mas também global. Nesse contexto, a bandeira de defesa da Amazônia aparece na comunicação não apenas do movimento ambientalista, mas também na

do setor empresarial, como é o caso da Vale. Procuramos, aqui, identificar quais são os perfis das iniciativas apoiadas pela Vale e pelo ISA.

Tabela 19: Quantidade de notícias na categoria Preservação da floresta e respectivas subcategorias – Vale

Categoria	Subcategorias	Quantidade	Total
Preservação da floresta	Restauração	2	6
	Negócios Socioambientais	4	

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 19 informa que a Vale publicou seis textos na categoria *preservação da floresta*, dois deles pertencentes à subcategoria *restauração* e quatro, na subcategoria *negócios socioambientais*. Na primeira subcategoria, encontram-se notícias relacionadas a parcerias que a Vale estabeleceu com o governo do estado do Pará e com uma startup no sentido de incentivar projetos que implementam os chamados sistemas agroflorestais, um modelo de uso do solo em que a plantação de árvores é conjugada com a plantação de produtos agrícolas com vistas a trazer melhorias ambientais e de produtividade. Na segunda, constam notícias também sobre parcerias, mas, neste caso, focadas nos apoios financeiros que a mineradora oferece a negócios que se propõe a entregar impactos socioambientais positivos, tanto na recuperação de florestas quanto na geração de renda para comunidades locais.

Em *preservação da floresta*, uma das notícias registradas informa a respeito de parceria do Fundo Vale com a Plataforma Territórios Sustentáveis, iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do Governo do Estado do Pará.

O Fundo Vale se torna apoiador se comprometendo a um ciclo inicial de apoio financeiro à plataforma e **suportar até 10 mil hectares e restauração produtiva até 2030**. A estimativa de investimento total para alcançar esses 10 mil hectares em **sistemas agroflorestais de cacau**, como por exemplo o caso da Belterra (negócio já apoiado pelo Fundo Vale) é da ordem de **300 a 400 milhões de reais**. Para que esse valor seja atingido será necessário a construção de um arranjo multisetorial com

parcerias público-privadas além de estruturas de blended finance que envolverão, entre outros, a participação de **fundos de investimento, estruturas de crédito bancário**, capital filantrópico, contratos de garantia de compra e *barter de offtakers*, linhas incentivadas de políticas públicas, que se somarão aos recursos investidos pelo Fundo Vale (Vale, 2023, grifo do autor).

A segunda notícia desta subcategoria trata de outra parceria, desta vez com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio da qual serão destinados R\$ 26,7 milhões para projetos de restauração de áreas degradadas e incentivo a cadeias produtivas da bacia hidrográfica do Xingu, na região amazônica. Duas breves notações podem ser feitas sobre o trecho a seguir. A primeira é que os tópicos tratados na cobertura ambiental da Vale começam a entrelaçar-se, algo típico da matéria ambiental, conforme aponta Bueno (2024). A segunda, referente à fala destacada da porta-voz, que fala em todos atuando juntos, seguindo o *slogan* ainda presente nas campanhas publicitárias da mineradora: “Todos juntos pela Amazônia”.

"Nossa adesão ao Floresta Viva representa um grande marco na agenda de restauração e bioeconomia do Fundo Vale. A iniciativa se soma às ações que já empreendemos, fortalecendo **estratégias que efetivamente preservam a rica biodiversidade da Amazônia**. O impacto se amplia consideravelmente quando temos todos esses atores trabalhando juntos”, afirmou Patrícia Daros, diretora de Soluções Baseadas na Natureza da Vale (Vale, 2023, grifo do autor).

Em negócios socioambientais, destacamos uma notícia que reporta o apoio de R\$1,3 milhão do Fundo Vale a uma startup especializada no plantio de florestas comerciais de madeira tropical. A mensagem principal observada é a de que a Vale apoia iniciativas de inovação que tenham por objetivo estimular um circuito econômico que favorece a restauração das florestas, especialmente por meio dos Sistemas Agroflorestais.

Segundo Gustavo Luz, diretor do Fundo Vale, o apoio à Radix para implementação de um modelo de recuperação de áreas – agora com silvicultura mista – se soma ao portfólio de atuação da associação sem fins lucrativos mantida pela Vale, que já conta com suporte para cooperativas, negócios de impacto em modelos de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e agrossilvipastoris. O **apoio filantrópico** à Radix é uma alternativa adicional visando o alcance da Meta Florestal da Vale (Vale, 2023).

A criação de arranjos nos quais o setor privado tem participação de liderança aparece também na segunda notícia da mesma subcategoria, o que indica um padrão não somente de estratégia de negócios, mas também de estratégia de comunicação, que formata o discurso de acordo com os objetivos institucionais da empresa.

A Belterra nasceu como um dos principais negócios para comprovar alternativa sustentável para o alcance da Meta Florestal da Vale de proteger e **recuperar 500 mil hectares de florestas** no Brasil até 2030...serão protegidos 400 mil hectares de florestas já existentes e 100 mil serão recuperados por meio do fomento a negócios de

impacto positivo socioambientais. Hoje, além do Fundo Vale, a empresa tem também a Cargill e a Good Energies Foundation como parceiros (Vale, 2023, grifo do autor).

Pela análise do material da Vale coletado na categoria preservação da floresta, é possível identificar que o perfil das iniciativas apoiadas pela mineradora possui, via de regra, um caráter mercadológico e de financeirização da natureza. Todas as notícias incluem anúncios ou menções de investimentos na ordem de milhões de reais. O eixo que conecta e fomenta tais iniciativas é o Fundo Vale, nome fantasia dado para a Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável. Conforme um dos textos presentes na sala de notícias: “criado em 2009 e, desde 2010 presente na Amazônia, a história do Fundo Vale caminha junto ao desenvolvimento e fortalecimento de um ecossistema de negócios de impacto socioambientais, com foco em uma **economia sustentável, justa e inclusiva**” (Vale, 2023, grifo do autor).

Tabela 20: Quantidade de notícias na categoria Preservação da floresta e respectivas subcategorias – ISA

Categoria	Subcategorias	Quantidade	Total
Preservação da floresta	Restauração	3	3
	Negócios Socioambientais	0	

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 20 mostra que o ISA publicou três textos na categoria preservação da floresta, todos eles dentro da subcategoria restauração, ou seja, não há registro de conteúdo na subcategoria negócios socioambientais. As notícias concedem visibilidade para projetos da sociedade civil organizada, articulados a políticas públicas voltadas a recuperação de vegetação nativa, e de populações indígenas, conectados à proteção das florestas em Terras Indígenas, além de uma iniciativa de um produtor rural que fomenta a recuperação de solos outrora degradados pelo pasto.

Essa última história se passa em uma fazenda em Mato Grosso, centro-oeste do país, região dominada pela indústria do agronegócio. A equipe de comunicação e técnicos do ISA foram a campo para acompanhar a bióloga Artemizia Moita, responsável pelo trabalho de plantio de árvores nos terrenos degradados. De acordo com o relato, existe uma complexidade na atividade de restauração florestal de antigas áreas de pasto ou monocultura, que pode ser enfrentada com o uso de uma técnica de plantio que o ISA ajudou a aprimorar desde o projeto Sementes do Xingu, em 2007, conforme descrito no capítulo 4 e no trecho a seguir, onde se valoriza a atuação dos coletores de semente nesse processo.

Plantios como o de Moita e tantos outros que acontecem no Mato Grosso só são possíveis graças à Associação Rede de Sementes do Xingu. A Rede forneceu as mais de 2 toneladas de sementes utilizadas no plantio da Fazenda Santa Cândida e faz o mesmo para todos os outros plantios apoiados pelo ISA. Uma coisa não funciona sem a outra. **Para ter floresta, é indispensável o trabalho dos mais de 600 coletores de sementes** em todo o Mato Grosso que, ao longo dos 16 anos da rede, já coletaram 325 toneladas de sementes (ISA, 2023, grifo do autor).

Em outra notícia dentro da subcategoria restauração, o ISA faz um relato do evento Diálogos Amazônicos, realizado em Belém (PA), destacando projetos de povos indígenas para proteger a floresta amazônica, como, por exemplo, o “Traçando Novos Caminhos para o Bem Viver”, da associação indígena Wirazu.

A iniciativa oferta às famílias ou aos indivíduos desses povoados uma **pequena linha de financiamento** via microprojetos para desenvolvimento de iniciativas produtivas como hortas, roças e **plantio de árvores frutíferas, reflorestamento/viveiros** e pequenas criações de animais de pequeno porte. Cada microprojeto selecionado pode pegar um financiamento de até **R\$ 2 mil** (ISA, 2023, grifo do autor).

As notícias do ISA analisadas na categoria proteção da floresta apresentam atividades de restauração que, direta ou indiretamente, possuem relação com os saberes das populações indígenas. São projetos de pequena escala no sentido operacional, mas que se conectam a redes da sociedade civil, formadas por diversos perfis de organizações e coletivos. A produção a partir do próprio território e a movimentação da economia local são aspectos que também estão presentes e são ressaltados nessa comunicação.

A análise comparativa entre as notícias da Vale e do ISA nessa categoria demonstra uma convergência no que se refere ao entendimento de ambas as organizações de que projetos de restauração florestal são fundamentais para combater a crise climática, preservar a biodiversidade, e gerar economia para comunidades locais. As diferenças residem, principalmente, no perfil de projetos apoiados pela Vale e pelo ISA. Enquanto a primeira menciona aportes financeiros da escala de milhões, sob a justificativa de fomentar uma rede de negócios de impactos positivos, a segunda traz cifras muito mais modestas, e uma preocupação

em expor o ponto de vista local na posição de testemunhas, afinal trata-se de uma ONG que atua, de fato, em campo com questões sociais, ao contrário da Vale.

6.1.4 Análise: Biodiversidade

A biodiversidade - diversidade existente nas espécies animais e vegetais e nos ecossistemas - está diminuindo em um ritmo acelerado, nunca observado pela ciência até o momento. Relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF, 2020) estima que aproximadamente 1 milhão de espécies estão em risco devido a atividades humanas como produção de alimentos, infraestrutura, geração de energia e mineração. Trata-se de uma antropização dos habitats nos quais se encontram a vida selvagem, devido à supressão e degradação de milhões de hectares de florestas ao longo dos séculos para a construção de uma civilização globalizada pautada pela geração de energia à base de combustíveis fósseis. Conforme explica Marques (2023), a destruição das florestas pelo sistema econômico levou o sistema Terra a um estado de “ultrapassagem”, termo utilizado por especialistas para demonstrar que o modelo econômico vigente opera como se tivesse à sua disposição uma área significativamente maior do que o planeta pode realmente oferecer. Diante dessa breve exposição, a presente categoria busca verificar qual é a abordagem para o tratamento da problemática da biodiversidade.

Tabela 21: Quantidade de notícias na categoria Biodiversidade – Vale

Categoria	Subcategoria	Quantidade	Total
Biodiversidade	Pesquisa	4	4

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme registrado na tabela 21, a Vale publicou quatro textos na categoria biodiversidade, todos eles na subcategoria pesquisa. Trata-se de notícias nas quais a mineradora realiza a divulgação de pesquisas feitas em parceria com institutos técnicos ou órgãos ambientais, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) com

vistas a produzir conhecimento que tenha incidência na conservação da biodiversidade do bioma amazônico, especialmente no que se refere a animais em extinção.

Uma dessas notícias registra convênio firmado entre ICMbio e Instituto Tecnológico Vale (ITV) para realizar um sequenciamento genético da fauna e da flora brasileiras que pode contribuir para programas de conservação além de ampliar o valor do patrimônio genético e ajudar a subsidiar a incipiente bioeconomia. A empresa afirma se tratar do maior sequenciamento genético já realizado no âmbito da natureza brasileira. Em um dos trechos, deixa-se visualizar brevemente qual é a estratégia a reger o projeto:

A importância para o país passa por assegurar o domínio dessa tecnologia numa região mega diversa e detentora da biodiversidade. Poderá, também, **ajudar a destravar valor para a bioeconomia**, possibilitando escalonar o **uso econômico de espécies nativas da biodiversidade** brasileira de forma compatível com a manutenção da floresta em pé (Vale, 2023, grifo do autor).

Uma segunda notícia extraída da amostra trata de um trabalho de pesquisadores para registrar imagens da onça-pintada no sul do estado do Espírito Santo. A espécie corre risco de extinção a médio e longo prazo, por essa razão, houve mobilização de órgãos ambientais e institutos de pesquisa. A Vale informa ser apoiadora da Unidade de Conservação (UC) de Monumento Natural Estadual Serra das Torres (Monast), gerida pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema). O texto não dá detalhes acerca do papel da Vale na parceria, apenas informa que o convênio prevê a doação de bens e a prestação de serviços voltados para a proteção da UC. Como se para compensar a falta de aprofundamento, insere um excerto padrão, que está presente em muitas outras notícias.

Cabe destacar que a Vale ajuda a proteger aproximadamente 1 milhão de hectares em áreas próprias ou em parceria, dos quais 800 mil estão na Amazônia (no Mosaico de Carajás). Adicionalmente, em 2020, a empresa assumiu o compromisso de recuperar e proteger mais 500 mil hectares para além de suas fronteiras até 2030, com a Meta Florestal. Desse total, 400 mil são áreas de florestas que a Vale irá ajudar a proteger e 100 mil hectares são áreas que a empresa irá recuperar, por meio de arranjos produtivos e negócios de impacto socioambiental, que dá espaço para desenvolvimento de **parcerias, testes de novos modelos e escala de negócios** (Vale, 2023, grifo do autor).

A partir da análise das notícias da Vale na categoria biodiversidade, entendemos que a empresa se utiliza da parceria com órgãos de governo e instituições técnicas para reforçar a mensagem de que está se movimentando a favor da conservação da biodiversidade.

Tabela 22: Quantidade de notícias na categoria Biodiversidade – ISA

Categoria	Subcategoria	Quantidade	Total
Biodiversidade	Pesquisa	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor

Não houve registros de notícias do ISA na categoria *biodiversidade*, o que nos chama a atenção porque a organização afirma em suas páginas e materiais institucionais que promove ações tendo em vista, entre outras causas, a conservação da biodiversidade. Devido à transversalidade, já mencionada, característica da matéria ambiental, devemos dizer que o tema da biodiversidade aparece em alguns textos do ISA, mas não com a ênfase suficiente para ser categorizado junto a iniciativas da Vale que, ao menos no nível da linguagem, se dizem contribuintes para que haja ao menos um retardo no nível de perda da biodiversidade. Conforme vimos rapidamente no capítulo 2, as empresas estão sendo instadas a serem transparentes com relação ao tema da biodiversidade e da proteção da natureza.

6.1.5 Análise: Proteção dos povos indígenas

A chegada de Luís Inácio Lula da Silva ao terceiro mandato como presidente da república, em 2023, após quatro anos de um governo de extrema-direita, trouxe expectativas positivas para o movimento indígena e entidades do setor ambientalista. Com a mudança, que inclui a criação do ministério dos Povos Indígenas, uma grande quantidade de reivindicações por parte desse grupo social e de organizações que o apoiam passa a ter mais abertura para o diálogo. Esse é o campo de atuação por excelência do Instituto Socioambiental, ONG que foi criada na década de 1990 com a proposta de sistematizar dados referentes às populações indígenas, dando, assim, mais visibilidade à causa. Mas é também um campo no qual a Vale tem incidido, muitas vezes por obrigação legal, pois algumas de suas áreas operacionais são vizinhas a comunidades indígenas. Essa categoria busca, assim, mapear quais são as reivindicações – sociais, políticas e ambientais - expressas nas mídias da Vale e do ISA.

Tabela 23: Quantidade de notícias na categoria Proteção dos povos indígenas e respectivas subcategorias – Vale

Categoria	Subcategorias	Quantidade	Total
Proteção dos povos indígenas	Direitos constitucionais	0	0
	Território	0	
	Mobilização	0	
	Direitos humanos	0	
	Governo	0	

Fonte: Elaborado pelo autor

Não foram registradas notícias da Vale dentro desta categoria, o que indica que a empresa tem ignorado a questão indígena apesar de possuir passivos e obrigações para com essas populações, sendo uma das mais conhecidas a catástrofe de Mariana, que atingiu a margem direita do Rio Doce, território onde a etnia Krenak historicamente habita. No capítulo 4, ao traçar o perfil da mineradora, as referências (Pascoal e Zhouri, 2021; MPF, 2016) apresentam documentações dos danos ambientais, sociais, psíquicos e de saúde causados às populações indígenas atingidas pelos rejeitos da barragem do Fundão.

Chama a atenção observar um contraste: no relatório integrado publicado em 2023, ano de recorte da presente pesquisa, são abundantes as informações relativas às iniciativas voltadas às populações indígenas, inseridas em um capítulo de 15 páginas, intitulado “Territórios e Comunidades”. O documento informa que a empresa possui relacionamento com 13 povos indígenas no Brasil, e afirma ter uma política estruturada para esse público.

No Brasil, a estratégia de relacionamento com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais é pautada pela gestão de riscos e impactos de nossas atividades e pelo respeito aos direitos dessas populações, reconhecendo sua diversidade cultural e sua relação singular com o território. O relacionamento é focado na construção e na

manutenção da confiança, no apoio à autonomia e à resiliência, na contribuição para benefícios mútuos e na promoção do etnodesenvolvimento (Vale, 2013).

Em uma segunda passagem selecionada - importante dizer, a título de contextualização, pois não é o material de nossa análise de conteúdo - a Vale aborda o aspecto da relação de vizinhança e da garantia de direitos.

Para além da gestão de nossos possíveis riscos e impactos sobre comunidades, nos comprometemos por meio da Ambição Social em apoiar todas as comunidades indígenas vizinhas às operações da empresa na elaboração e execução de seus planos em busca de direitos previstos na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Vale, 2013).

No entanto, o conflito entre Vale e indígenas permanece acirrado em muitas das regiões em que a mineradora possui ou pretende iniciar operações de logística ou mineração. É o caso, apenas para citar um exemplo, do município de Parauapebas, no sul do Pará, onde a Estrada de Ferro Carajás, com 892 quilômetros de extensão, transporta minério de ferro da Vale até o litoral do Maranhão, destinados principalmente à China e à Europa. Ao longo de pouco mais de três décadas, a etnia Gavião tem parte de seu território degradado, e seu modo de vida impactado com a passagem diária de comboios que transportam minérios. A forma como a Vale tem introduzido pagamentos e compensações aos integrantes das aldeias da TI Mãe de Maria gerou divisões internas e esgarçou o tecido social dos indígenas²².

Relatórios desse tipo que aqui mencionamos são, ao mesmo tempo, documentos de registros de atividades, mas, principalmente, peças de fortalecimento reputacional (Lobato e Neiva, 2022). Estes são destinados a tomadores de decisões, dentre eles, investidores do alto escalão do mercado financeiro global, interessados em certificar-se de que os parâmetros ESG de investimentos estão sendo cumpridos, conforme discutido em uma das seções do capítulo 2. O resgate de relatos jornalísticos, foi um recurso adicional para aplicarmos uma importante etapa da análise de conteúdo, que são as inferências. Bardin (2000) aponta que a especificidade desse método reside justamente na articulação entre o nível superficial dos textos, e os fatores que determinam as características observáveis. Em outras palavras, uma correspondência entre as estruturas semânticas do texto e as estruturas sociológicas e ideológicas presentes nos agentes sociais que as produzem.

Cabe destacar que, enquanto o relatório integrado circula entre um público restrito, em ambientes controlados, o conteúdo da sala de notícias realiza disparos massivos, visando a inserção em veículos de comunicação de grande circulação. Isso posto, consideramos o silêncio

²² Ver reportagem: <https://brasil.mongabay.com/2023/09/divididos-pela-mineracao-nova-ferrovia-da-vale-provoca-discordia-em-povo-indigena-da-amazonia/>

das notícias organizacionais da Vale a respeito da questão indígena, bastante expressivo. As inferências são desenvolvidas a partir da análise empírica de uma amostragem representativa para compreender a comunicação da mineradora sobre sustentabilidade.

Tabela 24: Quantidade de notícias na categoria Proteção dos povos indígenas e respectivas subcategorias – ISA

Categoria	Subcategorias	Quantidade	Total
Proteção dos povos indígenas	Direitos constitucionais	10	12
	Território	6	
	Mobilização	5	
	Direitos humanos	3	
	Governo	4	

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 22 mostra que o ISA publicou 28 textos na categoria proteção dos povos indígenas, dez deles na subcategoria direitos constitucionais, seis na subcategoria território, cinco na categoria mobilização, três na categoria direitos humanos, e quatro, em governo.

Na subcategoria direitos constitucionais, estão registradas notícias que tratam, principalmente de questões relacionadas à demarcação de terras indígenas, dentre as quais a do Marco Temporal, tese controversa que se transformou em lei, mas que até agosto de 2025 ainda era alvo de Recursos Extraordinários (REs) a serem analisados pelo Supremo Tribunal Federal

(STF). As terras indígenas estão previstas na Constituição Federal de 1988, e a demarcação é um direito que visa garantir a autonomia e a proteção desses povos. O ISA monitora sistematicamente a pauta legislativa referente às populações indígenas, o que se reflete na prevalência de notícias na presente categoria analítica.

A violação de direitos mencionadas no trecho destacado a seguir acabou por se concretizar, de forma que contraria o movimento ambientalista e parte da sociedade civil e opinião pública, uma vez que a lei 14.701/23 foi promulgada, aplicando a tese de que os povos indígenas teriam direito às terras, na medida em que comprovassem que lá estavam no momento da promulgação da Constituição de 1988.

“O texto aprovado pelo Congresso Nacional constitui **a mais grave violação dos direitos constitucionais dos povos indígenas desde a redemocratização** do País e contraria frontalmente o interesse público”, afirma o Instituto Socioambiental (ISA) em Nota Técnica enviada à presidência da república. “Além disso, o PL pode **inviabilizar políticas públicas socioambientais** que constituem a essência do projeto de governo apresentado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva” (ISA, 2023, grifo do autor).

A discussão acerca do marco temporal recebeu cobertura sistemática por parte da comunicação do ISA, por se tratar da mudança de lei na história recente da democracia brasileira. Esta mudança acarreta riscos de curto, médio e longo prazo para as populações indígenas, haja visto que o próprio STF ter publicado entendimento, em 2023, de que uma lei sob essa tese jurídica seria, na realidade, inconstitucional. A seguir, a declaração de uma liderança indígena, extraída de notícia produzida in loco no dia de mobilização do movimento indígena do Rio Negro (AM), explicita a visão crítica referente ao atual sistema econômico.

“Não vamos aceitar nenhuma proposta ou **projeto que venha para nos exterminar** ou que tenha o **olhar ambicioso da exploração**. A região do Rio Negro é exemplo de mobilização e conquistas por sua organização política que envolve associações de base, coordenadorias e a federação. Somos a federação que garante que os povos indígenas da região sejam ouvidos. Vamos juntos contra as propostas que violam nossos direitos...”, disse (ISA, 2023, grifo do autor).

Ao longo de 2023, ano em que a tese do marco temporal foi aprovada, representantes da bancada indígena na Câmara dos Deputados se manifestaram contra o então PL 490/2007, como é o caso da deputada Célia Xakriabá, do PSOL. Em discurso proferido no plenário, a parlamentar fez referência à colonização portuguesa, o que nos parece bastante pertinente por se tratar de um período no qual o modo de vida dos povos indígenas e, consequentemente, a riqueza natural, foram violentados e expropriados.

“Quem quer roubar nossos territórios tem nome e gabinete: foram os 262 deputados que assinaram esse requerimento de urgência. As pessoas que votarem a favor do PL

490 são os novos 'Cabrais' do século 21, vestidos de gravata e paletó", reagiu a deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG), presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos Indígenas e da Comissão dos Povos Originários e Amazônia (ISA, 2023, grifo do autor).

Mais uma vez, observamos a transversalidade de assuntos presentes na comunicação ambiental, quando, em um texto que trata principalmente do âmbito dos direitos constitucionais, por exemplo, aparecem também menções a território, conceito apresentado no capítulo 2. Seja por meio de entrevistas, conforme veremos na seção 6.2, ou no corpo do texto principal, as ideias acerca de território vão ao encontro da perspectiva elaborada por Santos (1999), de que não se trata apenas de um espaço físico e concreto, mas, sim, da relação simbólica construída com o lugar. É o que pode ser visto na peça citada a seguir, extraída de notícia que reporta a produção de um Protocolo de Consulta por parte da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). O documento é um instrumento de defesa do território indígena por meio do qual informa-se ao Estado e a empresas como esses povos devem ser consultados em caso de projetos causadores de impactos.

"Nós, povos e comunidades indígenas do Rio Negro, guardiões da natureza, donos da terra, devemos ser consultados sobre todo projeto que possa nos afetar. Toda e qualquer medida legislativa, executiva e administrativa que possa afetar nossas vidas e territórios da área de abrangência da FOIRN precisa ser consultada, seja de um órgão federal, estadual ou municipal, ou mesmo de empresas privadas. Tudo que ameaça a vida dos animais, o meio ambiente, os patrimônios culturais, como lugares sagrados para as gerações presentes e futuras, deve ter consulta" (ISA, 2023, grifo do autor).

A proteção do território face à ação de garimpeiros é um dos aspectos ressaltados em relatório produzido por três organizações indígenas Yanomami. Este processo está registrado em uma das notícias do ISA, categorizada em direitos humanos, junto das demais que tratam da crise humanitária enfrentada pela etnia e que ganhou destaque no noticiário no início de 2023. A situação tem relação direta com o descaso do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL, 2019/2022), que poderia ter evitado a morte de 570 crianças indígenas de menos de cinco anos de idade, se tivesse concedido assistência adequada de saúde²³. A mortalidade infantil, além de uma explosão de casos de malária e a emergência de uma crise sanitária, possuem relação direta com a atividade do garimpo ilegal exercido em plena TI Yanomami, a maior terra demarcada no Brasil, localizada entre Roraima e Amazonas. Nesse contexto, o site do ISA informa que:

A fome e a desnutrição não chegam a ser problemas em todo o território Yanomami, mas com a expansão do **garimpo ilegal**, que afeta os recursos naturais e organização econômica das famílias, somada à desassistência sanitária e ao efeitos dos e os

²³ Ver reportagem do site Sumaúma, da jornalista Eliane Brum: <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>. Contém relatos e imagens chocantes.

fenômeno climático La Niña, houve um aumento de comunidades sofrendo com estes problemas (ISA, 2023, grifo do autor).

A crise humanitária dos Yanomami foi objeto de uma série de notícias do ISA, com textos que podem ser enquadrados no gênero de jornalismo ambiental, contendo variação de fontes, relatos detalhados, pesquisa documental e fotos in loco. Esse perfil de comunicação ambiental é comentado na seção 6.2, destacando a análise semântica de aspectos ligados à sustentabilidade. O texto inaugural dessa pequena série menciona a relação entre garimpo, doenças em indígenas e impactos ambientais, conforme pode-se ler no trecho afirmando que “**o garimpo é o responsável direto por uma série de problemas graves entre os povos originários**”. No caso Yanomami, há relação comprovada entre a explosão da atividade e o aumento de casos de doenças infectocontagiosas, como gripe e pneumonia” (ISA, 2023, grifo do autor). Em seguida, explica-se que “a ocupação do território, a **destruição da floresta**, a **contaminação dos corpos de água** promovidas pelo garimpo dificultam a manutenção e abertura de roças, a caça, a pesca e a coleta de frutos, as principais fontes de alimentação das comunidades” (ISA, 2023, grifo do autor).

Na última subcategoria, *governo*, o ISA apresenta também uma série de notícias, neste caso voltadas para os primeiros anúncios do novo governo federal, liderado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), haja vista a enorme expectativa por parte do movimento ambientalista e da sociedade civil para que pudesse haver uma volta a um padrão institucional consagrado e minimamente democrático no que tange a projetos e legislações ambientais. Um dos textos apresenta de maneira didática ao leitor quais foram as medidas socioambientais do governo Lula, muitas delas apenas retomadas de arcabouços legais pré-existent, que apenas haviam sido desconsiderados pelo governo anterior.

Paralisado no governo Bolsonaro, o **Fundo Amazônia** concentra mais de três bilhões de reais disponíveis para uso no combate ao desmatamento e crimes ambientais, além de **projetos que incentivem a proteção da floresta**. Os conselhos do Fundo foram restabelecidos, pois haviam sido extintos pela gestão anterior. No caso do Fundo Nacional do Meio Ambiente, a participação social foi novamente contemplada, já que havia sido eliminada pelo governo Bolsonaro. A paralisação do Fundo Amazônia e do Fundo Nacional do Meio Ambiente também foi objeto de julgamento no Pacote Verde no STF (ADO 59 e ADPF 651, respectivamente) (ISA, 2023, grifo do autor).

Uma das promessas de campanha do governo empossado em 2023 era a criação de um ministério que pudesse estabelecer diálogos e acolher as reivindicações dos povos originários, promessa entregue por meio da criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), sob a liderança da ministra Sônia Guajajara, indígena da etnia Guajajara e ex-deputada federal. O fato foi registrado pela comunicação do ISA, de onde se extrai a seguinte passagem, que

entrelaça a questão indígena com a da sustentabilidade em linha com Ribeiro (2020), ISA (2024) e Pereira e Diegues (2010).

Mas também trata-se de um momento de reconstrução, não apenas material, do rastro deixado pelos simpatizantes do governo anterior, mas de um olhar mais sensível à diversidade, aos que **historicamente foram desrespeitados pelo Estado**, bem como ao avanço do desmatamento e do garimpo ilegal na Amazônia (ISA, 2023, grifo do autor).

Para a presente categoria, a perspectiva comparada nos indica, de um lado, a ênfase na temática indígena por parte do ISA, e do outro, o expressivo silêncio por parte da Vale. O Instituto demonstra nas notícias organizacionais aquilo que está previsto em sua missão desde a fundação: a articulação entre o social e o ambiental. Promove uma visão de sustentabilidade que atravessa, obrigatoriamente, o respeito aos direitos constitucionais dos povos indígenas, indicados como responsáveis pelo cuidado ao patrimônio florestal da Amazônia. Ao dar voz a fontes indígenas, conforme será visto com mais detalhes na próxima subseção, permite que expressem uma perspectiva étnica de preservação ambiental, algo que costuma ter pouco ou nenhum espaço na imprensa tradicional ou na comunicação organizacional de empresas como a Vale.

6.1.6 Análise: Impactos Ambientais

Embora o terceiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, iniciado em 2023, tenha resgatado um padrão mínimo de institucionalidade para tratar da matéria ambiental, o cenário político brasileiro período continua marcado pela atuação de bancadas legislativas e líderes executivos que defendem um desenvolvimento predatório. Nesse contexto, a Amazônia continua a ser alvo de pressões e ameaças, advindas, principalmente de grandes obras de infraestrutura e extrativismo, como é o caso da mineração, mas também do garimpo ilegal, prática historicamente arraigada em territórios ricos em recursos minerais. A proposta desta categoria é verificar de que forma a comunicação organizacional trabalha a discussão dos impactos ambientais e a relaciona com visão de construção de uma sociedade sustentável.

Tabela 25: Quantidade de notícias na categoria Impactos Ambientais e respectivas subcategorias – Vale

Categoria	Subcategorias	Quantidade	Total
-----------	---------------	------------	-------

Impactos Ambientais	Extrativismo	0	0
	Desmatamento	0	

Não há notícias da Vale dentro desta categoria, assim como na anterior, mas, neste caso, a ausência pode ser relativizada, pois o tema está presente em outros espaços do site da empresa, diferentemente do que ocorre em relação à questão indígena. Os passivos ambientais da mineradora causados pelas duas catástrofes históricas de Mariana e Brumadinho são de amplo conhecimento público, e foram relatados no capítulo 4, com a finalidade de trazer à tona ao leitor o que Bardin (2000) chama de estrutura sociológica, um nível de profundidade necessário para compreender as nuances dos textos analisados. Ações de compensação e reparação decorrentes desses dois desastres ambientais, essas sim, estão relatadas na sala de notícias, possivelmente seguindo alguma política de transparência interna. Referente à Amazônia, não constam notícias organizacionais com menção a impactos ambientais, talvez pelo fato de não haver nessa região nenhum episódio recente de agravo ambiental envolvendo a mineradora que justificasse o esclarecimento por meio de comunicados.

Por outro lado, a atividade de mineração, conforme a própria multinacional reconhece em relatórios, resulta em impactos ambientais em vários níveis, seja no nível direto da operação, devido à extração de minerais em larga escala e do desmatamento, ou nas atividades da cadeia de suprimentos, denominada de escopo três no linguajar mercadológico do ESG. De acordo com Siqueira-Gay, Sonter e Sánchez (2021), a partir de pesquisa empírica realizada na área de atuação de uma mineradora no bioma amazônico, a extração mineral tem sido responsável por efeitos como desmatamento, problemas de saúde de populações indígenas, piora da qualidade da água e perda de ecossistemas aquáticos. Segundo nota técnica do Ministério Público (MP) do Pará, quase mil hectares de floresta conservada serão desmatados na Serra do Carajás, local onde a Vale amplia sua atuação para a extração de minério de ferro²⁴.

Enquanto Kunsch (2020) defende que a comunicação organizacional destinada à promoção da sustentabilidade esteja pautada por princípios de transparência e governança, é possível observar que a sala de notícias da Vale traz um recorte exclusivo da agenda positiva da empresa no que se refere à Amazônia, deixando de lado tópicos que possam causar algum

²⁴ Ver reportagem de Sumaúma: <https://insustentaveis.sumauma.com/vale-se-apossa-de-24-mil-hectares-de-terras-publicas-em-carajas>

tipo de dano à imagem e reputação. Entendemos tratar-se de uma estratégia de comunicação, que reserva um produto menos acessado, os relatórios integrados, para ampliar mais os detalhes sobre questões sensíveis da operação. Podemos inferir que o silêncio em relação aos impactos ambientais causados na Amazônia, traz a mensagem de que a Vale não tem problemas relevantes de impactos ambientais na região ou, ainda, que prefere não se manifestar a respeito.

Tabela 26: Quantidade de notícias na categoria Impactos Ambientais e respectivas subcategorias – ISA

Categoria	Subcategorias	Quantidade	Total
Impactos Ambientais	Extrativismo	5	7
	Desmatamento	2	

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 26 informa que o ISA publicou 7 textos na categoria impactos ambientais, cinco deles na subcategoria extrativismo e um em desmatamento. São notícias que compõe um retrato da realidade de grande parte da região amazônica e, em especial das terras indígenas, a saber, a forte pressão e, em alguns casos, violência exercida sobre esses povos por parte da expansão do garimpo. O impacto desse tipo de extrativismo rudimentar, que tem por excedente principal a liberação de mercúrio, um metal pesado, se faz presente nos âmbitos da saúde humana, da contaminação de corpos d'água e da fauna aquática que neles habita. O desmatamento do maciço florestal na Amazônia Oriental, composto pelo corredor de sociobiodiversidade do Xingu, é a segunda vertente de conteúdo publicada pelo ISA em sua sala de notícias. Garimpo e desmatamento estão interligados, e isso aparece claramente nos textos analisados dentro da presente categoria.

A contaminação dos peixes dos rios amazônicos por mercúrio e a consequente ingestão por parte de famílias que dependem da pesca para sobrevivência é o foco de uma das notícias coletadas. O excerto a seguir demonstra de que forma as problemáticas sociais e ambientais estão entrelaçadas, em uma teia de complexidade, conforme apontam Aguiar e

Cerqueira (200X), que requer atenção por parte do pesquisador para identificar quais são as perspectivas que regem as mensagens expressas no texto.

A principal recomendação que os pesquisadores fazem é ter maior controle do território amazônico e **erradicar os garimpos ilegais e outras fontes emissoras de mercúrio para o ambiente**. “Além da degradação ambiental, os garimpos ilegais trazem um rastro de destruição que inclui tráfico de drogas, armas e animais silvestres, além da exploração sexual. Por isso, o Estado precisa garantir maior controle e segurança para as populações locais. No entanto, outras ações como a **fiscalização do desmatamento e queimadas** também reduzem a exposição ao mercúrio, uma vez que impactam na dinâmica dos solos e dos rios e igarapés”, afirma Marcelo Oliveira, especialista em conservação do WWF-Brasil (ISA, 2023, grifo do autor).

O impacto do garimpo em TIs com presença de indígenas isolados, que não tiveram contato com a civilização e, por essa razão, são tutelados de maneira específica pelo Estado brasileiro, é outro tema que recebe a atenção da comunicação do ISA. De acordo com a Funai, órgão responsável pela política indigenista no país, atualmente há 110 registros da presença de povos isolados em território brasileiro, sendo que 80 desses ainda estão em fase de qualificação e análise (ISA, 2019). O trecho que sucede toca em um ponto fundamental para pensar a relação entre territórios indígenas e mineração, a saber, o fato de haver diversos processos minerários que se sobrepõem a territórios indígenas no Brasil.

Terra Indígena que também enfrenta pressões do garimpo, é a Zoró, cujo **território está entre os 10 com mais processos minerários no Brasil**. Ademais, a TI localizada no Oeste do Mato Grosso ainda sofre os impactos da extração ilegal de madeira. Segundo o boletim, **foi constatado um aumento de 50% no número de hectares desmatados, em relação** ao mesmo período do ano anterior (Vale, 2023, grifo do autor).

Na subcategoria desmatamento, conforme mencionamos nos primeiros parágrafos, o desmatamento na Bacia do Xingu tem sido monitorado de perto nas notícias do ISA, como, por exemplo, a que registra a queda da taxa anual, mas enfatiza a necessidade de fiscalização por parte do governo e de recuperação de áreas degradadas.

Os dados mostram, no entanto, que algumas áreas críticas persistem. O garimpo se coloca como uma ameaça presente. Na Terra Indígena Kayapó, a redução do desmatamento ocorreu, mas a **abertura de áreas para a extração ilegal** do ouro **segue crítica**, com todas as suas **consequências nefastas** para as populações que vivem ali (ISA, 2023, grifo do autor).

Da mesma maneira que na categoria anterior, a análise comparativa em impactos ambientais se dá entre o silêncio estratégico da Vale e uma cobertura sistemática e atrelada ao substrato dos acontecimentos sociais por parte do ISA. A noção de sustentabilidade da organização ambientalista que se expressa nesses sete textos é a de que o Estado tem um papel importante a ser cumprido na proteção dos patrimônios naturais, dos territórios e da cultura

indígena. Com efeito, verificamos que a comunicação ambiental do ISA se alinha ao desafio de adotar postura crítica, engajada e voltada para a mudança, que priorize as vozes de populações afetadas por problemas ambientais, em consonância com a perspectiva da justiça ambiental e climática (Hansen & Cox, 2015; Stephens, 2022).

Tabela 27: Quadro comparativo das concepções de sustentabilidade expressas pela Vale e pelo Instituto Socioambiental, a partir das categorias temáticas.

	VALE	ISA
Mudanças Climáticas	Dedica maior atenção a pautas de viés econômico. Defende a atuação do setor privado como incentivador do mercado de carbono. Reforça mensagens de apoio à redução de emissões de gases de efeito estufa.	Reserva espaço para relatos de cunho social. Abordagem de Justiça Climática. Trata de problemáticas como eventos climáticos extremos. Defende participação de comunidades tradicionais nas negociações de créditos de carbono.
Desenvolvimento	Defende o papel do setor privado na busca pelo desenvolvimento sustentável. Posiciona o setor de mineração como agente fundamental no processo de transição energética. Incorpora e defende o conceito de bioeconomia de forma vaga e dentro do paradigma econômico hegemônico.	Tece críticas ao atual modelo de desenvolvimento econômico, especialmente às grandes obras. Discute e apresenta projetos de bioeconomia a partir da perspectiva das comunidades tradicionais.
Preservação da Floresta	Financia e incentiva uma agenda de restauração florestal. Afirma gerar impactos positivos em comunidades locais por meio de projetos.	Amplia visibilidade de projetos da sociedade civil e do movimento indígena. Fomenta discussões acerca de políticas públicas para recuperação de vegetação nativa.

	Por meio do Fundo Vale, alega fomentar uma economia sustentável, justa e inclusiva.	Expõe o ponto de vista de atores sociais vulnerabilizados, como populações indígenas.
Biodiversidade	Promove divulgação de pesquisas realizadas em parceria com institutos técnicos. Posiciona-se como uma empresa que incentiva e valoriza a conservação da biodiversidade. Financeirização da natureza: gerar valor econômico a partir de patrimônio genético.	N/A
Proteção dos Povos Indígenas	Mineradora adota tática de silêncio acerca da questão indígena mesmo possuindo passivos e obrigações para com essas populações.	Defesa de direitos constitucionais das populações indígenas, especialmente a demarcação de territórios. Foco político: embate frontal a projetos de lei que causam retrocesso aos direitos indígenas, como o Marco Temporal, por exemplo. Apresentam a noção de território como algo além do espaço físico, em consonância com a cosmovisão dos povos originários sobre natureza. Cobra do Estado a função de tutela e proteção.
Impactos Ambientais	Tática do silêncio passa a mensagem de que a mineradora não possui problemas em relação a impactos ambientais.	Denuncia, por meio de reportagens, impactos ambientais causados por grandes obras e garimpo ilegal.

		Mineração não aparece na amostragem como atividade de alto impacto. Defende que o Estado tem um papel importante a ser cumprido na proteção dos patrimônios naturais e dos territórios.
--	--	---

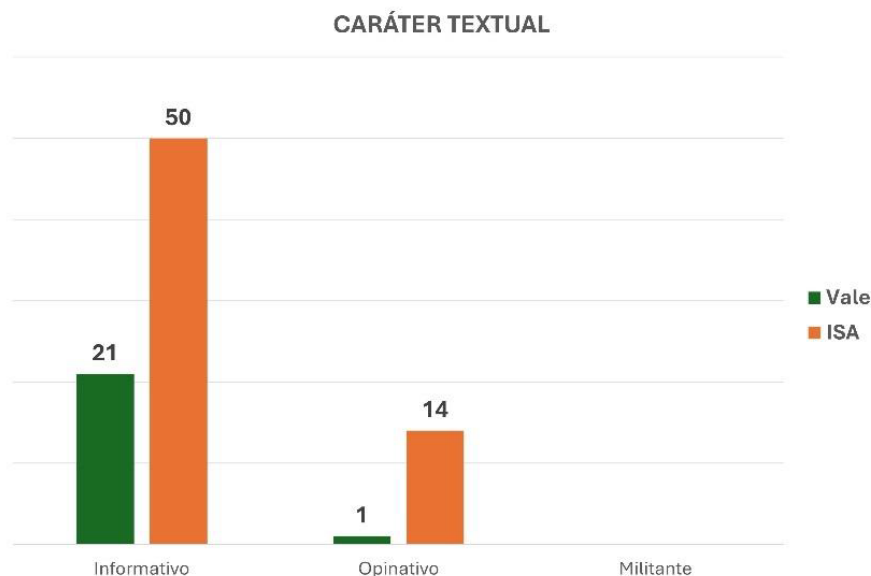
6.2 Análise das categorias de comunicação

O segundo bloco de categorias tem o objetivo de observar de que forma se estruturam a comunicação ambiental das duas organizações que compõem nosso objeto, Vale e ISA. Se no primeiro bloco, demos ênfase ao aspecto semântico das mensagens, dimensão característica da Análise de Conteúdo, conforme aponta Bardin (2000), neste procuramos identificar o perfil e estratégias de comunicação dessas duas organizações. Por essa razão, denominamos a seção por *categorias de comunicação*, pois é na dinâmica funcional que agora estamos interessados. A esfera pública ambiental, termo utilizado por Cox (2010), é composta por diversos interlocutores ou agentes sociais que, mais do que apenas divulgar informações, são porta-vozes de determinadas correntes de pensamento no que se refere à questão da sustentabilidade (Cerqueira e Aguiar, 2012). Baseado nesse entendimento, os resultados apresentados a seguir elucidam uma dimensão prática do *modus operandi* comunicacional que está em jogo para debater a sustentabilidade e os tópicos relacionados.

6.2.1 Gênero textual

O gráfico 8 mostra que, dentre os 22 textos pertencentes à amostragem da Vale, 21 são do gênero informativo, enquanto na amostragem do ISA há uma divisão mais equânime, com 50 textos informativos e 14 opinativos.

Gráfico 8: Número de notícias de acordo com gênero textual – Vale e ISA



Fonte: Elaborado pelo autor

A maioria dos textos da Vale, portanto, relata um fato ou promove visibilidade a determinada iniciativa de maneira objetiva, sem a utilização de uma linha argumentativa. Essa é uma forma bastante comum às salas de notícias do meio empresarial, que optam por manter um espaço aparentemente neutro e factual. Aparentemente, pois, ao retomar referências a Chauí (2025) e Montañó (2023), nos lembramos que existe uma ideologia a reger todo esse discurso em prol da sustentabilidade, pautada por premissas de produtividade, desempenho, liberalismo econômico, entre outras. Mas o fato é que, no nível superficial, expresso pela linguagem da comunicação organizacional, os textos da Vale são informativos.

Na notícia com trecho destacado a seguir, por exemplo, o fato em destaque é bastante preciso: a divulgação do relatório de atividades do Fundo Vale, segmento responsável por atrair investimentos ligados à meta de recuperação de áreas florestais. Números do relatório preenchem o texto, dando a dimensão de grandeza do projeto em questão.

Em 2022, o Fundo Vale colocou em prática iniciativas próprias e apoiou ações de parceiros que trouxeram resultados positivos para o ecossistema de impacto no Brasil, como o suporte a 221 negócios de impacto socioambiental, sendo 19 negócios fomentados com apoio financeiro, cinco diretamente pelo Fundo Vale. No período, contou com 35 iniciativas em seu portfólio, apoiando 42 organizações parceiras, oito delas organizações dinamizadoras, e sete instrumentos financeiros, além de apoiar quatro redes e alianças pela Amazônia. Ao todo, 15.363 pessoas foram impactadas direta e indiretamente (Vale, 2023).

O ISA, por sua vez, também traz relatos factuais bastante objetivos, algo esperado por parte de uma organização do terceiro setor, que recebe suporte financeiros de diversas fontes e, portanto, necessita prestar contas das atividades realizadas. Mas também devido ao caráter político e de cidadania que o Instituto possui, com atividades que tem por finalidade estimular

a mobilização, para a qual o gênero informativo, conforme apontam Melo e Assis (2016), cumpre papel importante.

Se há uma semelhança geral entre Vale e ISA no sentido de que ambas as organizações utilizam, predominantemente, o gênero informativo, existem também diferenças que contribuem para visualizar com mais clareza o perfil comunicacional de cada uma. Uma dessas diferenças são os textos em formato de reportagens, típicas do jornalismo em geral, assim como do jornalismo ambiental. Conforme discutido no capítulo 3, o jornalismo ambiental lança mão de princípios pedagógicos, holísticos e investigativos, de modo a ir a fundo nas problemáticas enfrentadas (Schwaab, 2018; Bueno, 2024).

Nesse sentido, observa-se que a Vale assume uma linguagem sucinta e objetiva enquanto os textos do ISA enfatizam o estilo jornalístico, dando espaço para a produção de textos longos e aprofundados. Como exemplo, o trecho a seguir foi extraído de um box informativo, recurso bastante utilizado em veículos de comunicação em massa.

Entender a dimensão da destruição provocada pelo garimpo ilegal na Bacia do Xingu é importante porque, mesmo com a recuperação da fiscalização ambiental em 2023, as consequências da falta de controle dos anos passados devem perdurar por décadas. Hoje, a garimpagem na Amazônia é feita de forma mecanizada e com alto investimento. Nesse tipo de exploração, o meio ambiente é destruído, e o dano pode permanecer por muitos anos (ISA, 2023).

Dentre os textos opinativos do ISA, verifica-se que alguns deles foram originalmente publicados em grandes veículos, como Valor Econômico e Folha de S. Paulo, e a posterior, inseridos na sala de notícias, o que demonstra um pouco da dinâmica de funcionamento desse espaço organizacional e midiático. Em artigo a respeito do papel do Governo Federal na demarcação de TIs, critica-se a posição adotada pelo presidente Lula, de não ter assinado a homologação de processos demarcatórios desde o governo anterior.

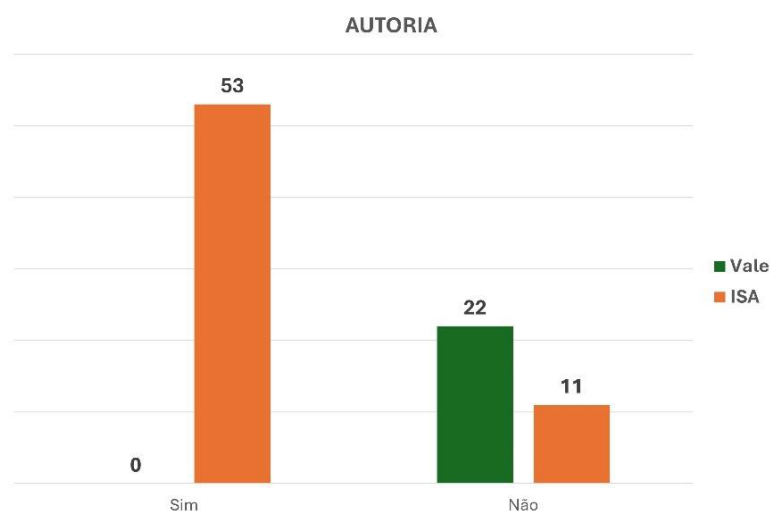
Na verdade, imprópria é a vacilação da Casa Civil diante de manifestações extemporâneas contrárias a esses decretos. O receio é que ela signifique ignorância sobre o processo administrativo de demarcação. Por outro lado, põe em dúvida a vontade política do governo e o compromisso do presidente Lula para resolver...as pendências ainda existentes sobre cerca de um terço das TIs com processos abertos na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) (ISA, 2023).

Após análise, entendemos que, por meio de textos do gênero opinativo, o ISA registra sua voz no debate público acerca das questões socioambientais, cumprindo o papel que lhe é esperado enquanto entidade do terceiro setor: apontar falhas e sugerir soluções para as questões socioambientais prementes do século XXI, especialmente as da Amazônia.

6.2.2 Autoria

O gráfico 9 mostra que nenhum dos textos da Vale analisados possui identificação do autor. Em contrapartida, dentre os textos do ISA, a maioria dos textos recebe assinatura: 53 contra 11 que não são assinados.

Gráfico 9: Número de notícias de acordo com autoria de texto – Vale e ISA



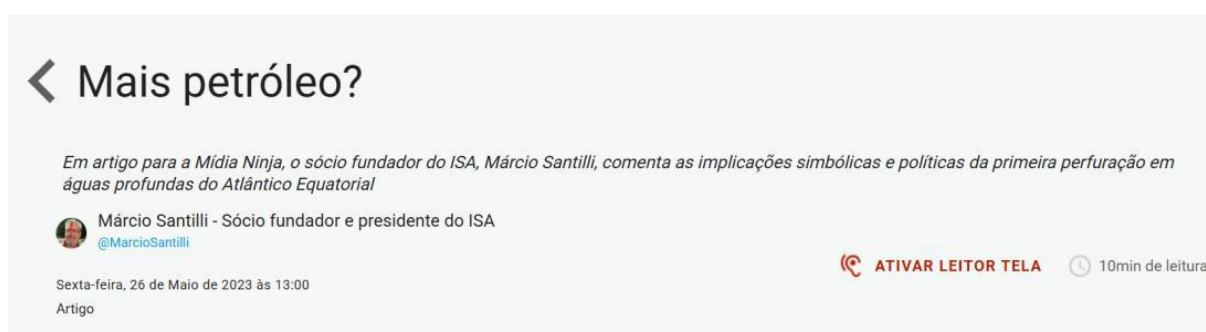
Fonte: Elaborado pelo autor

Novamente, nos parece que a Vale adota um tom rigorosamente técnico e neutro para a sua sala de notícias, sem dar espaço a textos assinados por especialistas ou executivos do alto escalão da empresa, o que poderia ser uma forma de expressar determinados pontos de vista sobre sustentabilidade na Amazônia e tópicos correlatos. Presume-se que os textos assinados, possivelmente artigos opinativos, sejam destinados exclusivamente aos veículos de comunicação de massa, o que demonstraria uma tática de organização comunicacional.

No caso do ISA, a situação é inversa: mais de 75% das notícias são assinadas, seja por jornalistas da equipe, técnicos, parceiros do movimento indígena ou do presidente Márcio Santilli. Esse dado vem ao encontro da prática de jornalismo ambiental exercida pela organização, já mencionada anteriormente, uma vez que, neste campo, a autoria da obra intelectual é digna de ser mencionada. O uso da sala de notícias para dar visibilidade ao líder da organização também parece ser fruto de uma estratégia de comunicação.

As figuras 12, 13 e 14 ilustram bem a distribuição existente entre os textos assinados e os gêneros textuais. Na primeira das três, um artigo opinativo assinado por Márcio Santilli comenta as reações geradas entre representantes do governo, empresários e bancadas antiambientais acerca das restrições que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fazia à época para com o projeto da Petrobrás de exploração de petróleo na Foz do rio Amazonas.

Figura 12: Artigo criticando a exploração de petróleo na margem equatorial.



Fonte: Instituto Socioambiental

Na segunda figura, um artigo opinativo assinado por Juliana Radler e Vanda Witoto, educadora e liderança indígena, no qual as autoras trazem o conceito de justiça climática para a discussão, ao relatar em detalhes a situação de indígenas e ribeirinhos mais afetados pelos eventos extremos relacionados ao clima.

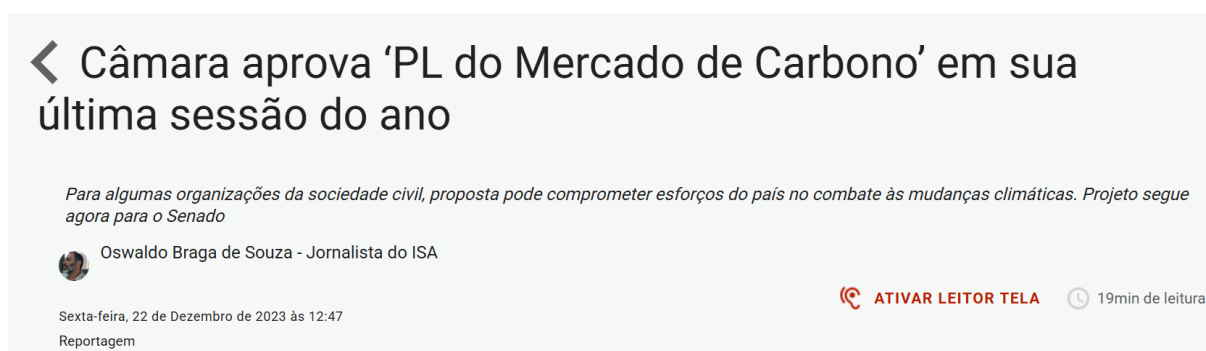
Figura 13: Artigo alertando para os impactos das mudanças climáticas nas populações vulneráveis.



Fonte: Instituto Socioambiental

Na terceira figura, uma reportagem assinada pelo jornalista do ISA, Oswaldo Braga de Souza, apresenta um relato factual da sessão na Câmara dos Deputados que acabou por aprovar sem discussões aprofundadas o PL 2.148/2015, que prevê a implantação de um mercado de créditos de carbono formal no país.

Figura 14: Reportagem tratando da aprovação do projeto de lei de Mercado de Carbono.



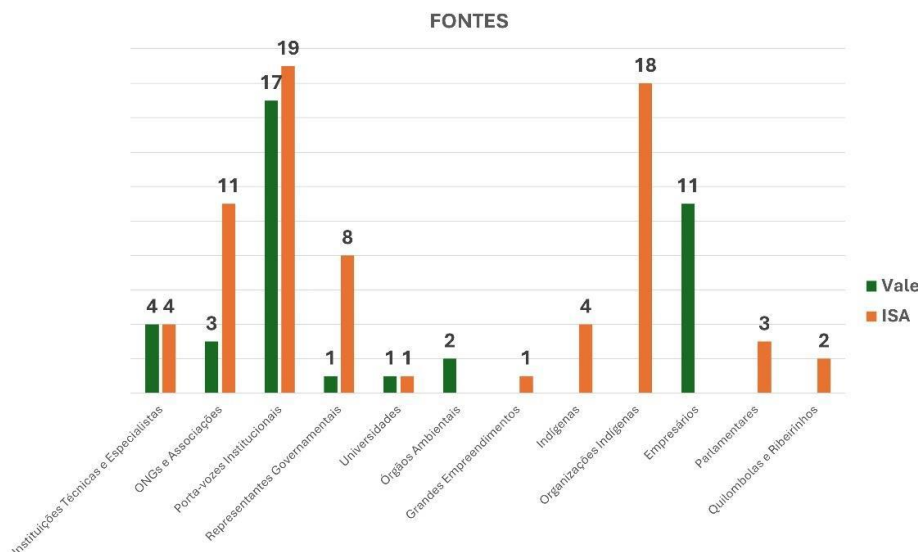
Fonte: Instituto Socioambiental.

Em síntese, podemos inferir que as assinaturas dos textos da sala de notícias do ISA possuem relação com uma característica da própria organização, que é a criação de redes e alianças. Tanto em Ribeiro (2019), que se propõe a pensar o ISA como um ponto que se irradia em uma grande teia, quanto em Jacobi (2005), que fala da horizontalidade das interações em rede e da expansão do alcance das ações nesse formato, temos elementos para tal dedução.

6.2.3 Fontes

O gráfico 10 apresenta as fontes utilizadas nas notícias da Vale e do ISA, classificadas por tipos, de onde se tem que, no caso da mineradora, porta-vozes institucionais foram as mais presentes (17), seguida por empresários (11) e, em terceiro lugar, instituições técnicas e especialistas (4). No caso do instituto, porta-vozes institucionais também estão em primeiro lugar (19), seguidos por organizações indígenas (18) e representantes governamentais (8).

Gráfico 10: Tipos de fontes consultadas nas notícias – Vale e ISA



Fonte: Elaborado pelo autor

Assim como foi discutido no capítulo 3, é relevante aqui relembrar a importância das fontes de informação na atividade da comunicação midiática como um todo, seja no campo organizacional ou no jornalismo, até porque existem pontos de contato entre ambos no que se refere às técnicas e aos propósitos comunicacionais – informar, engajar, debater etc. Para Barros (2019), no contexto do jornalismo, as fontes utilizadas refletem alinhamentos editoriais e políticos por parte dos veículos, como, por exemplo, a intenção de privilegiar fontes oficiais ou internacionais para abordar determinadas temáticas. Assim, tomamos como referência tal perspectiva, entendendo possibilidades e limitações, para pensar nas fontes utilizadas nas salas de notícias da mineradora Vale e da entidade socioambientalista ISA.

A predominância, na amostragem de ambas as organizações, de porta-vozes institucionais demonstra algo de certa forma esperado em se tratando da comunicação organizacional: a utilização de profissionais com cargos de liderança ou técnicos que sejam capazes de expressar de forma clara e persuasiva o ponto de vista que se pretende apresentar em cada uma das notícias. Do lado da mineradora, um exemplo é a utilização constante do então presidente à época, Eduardo Bartolomeo, para transmitir a mensagem de que a empresa está atuando com empenho para fortalecer a economia advinda da floresta:

“Temos uma oportunidade única no Pará e na Amazônia de **desenvolver uma nova economia**, que com certeza vai proteger a floresta e as pessoas. São 35 milhões de pessoas que precisamos pensar no que vamos fazer por e para elas. Somos entusiastas do tema e faz parte da estratégia da Vale integrar a natureza ao negócio. Só vamos fazer isto se for junto. **Vamos transformar o mundo e a Amazônia**”, disse Eduardo Bartolomeo, presidente da Vale na abertura do evento (Vale, 2023, grifo do autor).

Em um segundo trecho, é intrigante ver o presidente falando de cuidado com as pessoas, sendo que é de amplo saber popular que a Vale foi responsável pela maior catástrofe ambiental do país, a de Brumadinho, e também pela de Mariana, conforme detalhado no capítulo 4. Foge do nosso propósito de pesquisa atestar a veracidade de tal afirmação em específico, mas nos parece que a mineradora carrega um pouco na adjetivação, exagerando propositadamente determinados aspectos. Segundo alguns autores (Gatti, Seele e Rademacher, 2019) com os quais dialogamos no capítulo 3, quando as informações divulgadas não podem ser verificadas por uma fonte certificada, essa prática pode ser classificada como *greenwashing*. A declaração a seguir demonstra um esforço por parte da Vale para criar uma imagem de humanização referente à questão da sustentabilidade.

Durante a sua fala, o presidente destacou também a importância da contribuição da empresa e do setor de mineração para o desenvolvimento do Brasil. “Nos últimos quatro anos, avançamos de forma consistente em nossa jornada para tornar a empresa cada vez mais segura, sustentável e inovadora. Queremos não só fazer parte, mas ser motores da transformação da sociedade e do cuidado genuíno na nossa relação com as pessoas, com o território e com as agendas ambientais, sociais e culturais”, disse Bartolomeo (Vale, 2023, grifo do autor).

Os porta-vozes do ISA exercem um duplo papel, uma vez que atuam como representantes institucionais e como analistas políticos ou técnicos de temas que estão em circulação na esfera pública, como é o caso do Projeto de Lei do Marco Temporal, que, apesar de aprovado, no momento da redação desta dissertação, ainda poderia sofrer modificações a partir de minuta feita pelo Supremo Tribunal Federal e que estava para ser enviada ao Congresso Nacional. No trecho textual destacado, a porta-voz do instituto argumenta em defesa do veto integral ao projeto que estava nas mãos do presidente Lula, sob a justificativa de que seria uma afronta aos direitos indígenas e um risco à proteção das florestas.

“Sancionar um projeto como esse contraria os padrões internacionais de **direitos humanos** e os compromissos assumidos pelo presidente na agenda socioambiental”, analisa Juliana de Paula Batista, advogada do ISA. “Infelizmente, temos um Congresso Nacional que ainda quer impor pautas da extrema direita, com ataques ...gravíssimos aos povos indígenas e às florestas...Essa afronta atinge não apenas os povos indígenas, mas toda a sociedade brasileira. Merece a indignação de todos nós que desejamos **um país mais socialmente justo e ambientalmente diverso**...o veto integral é a única saída para o Presidente Lula.” (ISA, 2023, grifo do autor).

O segundo tipo de fontes de informação mais utilizado pelo ISA são as organizações indígenas, o que demonstra não apenas um alinhamento do instituto ao movimento indígena, algo que sabemos existir desde a concepção da do instituto, mas também a abertura de um canal para que esses povos expressem sua voz no debate público. Uma prática bastante típica do jornalismo ambiental independente e da etnomídia indígena enquanto narrativas contra-

hegemônicas, conforme apontam Grzyb, Wolmer e Pereira (2023). Como exemplo, destacamos uma declaração de representante da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), com ideias que remetem ao conceito de justiça climática:

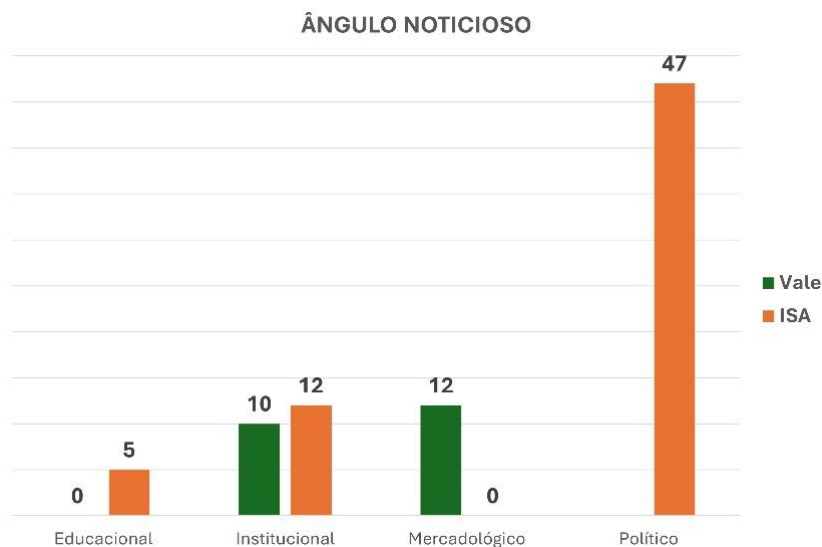
Ficou muito clara a importância do cuidado com o meio ambiente para combater a emergência climática. A minha observação é que esse tema precisa ser multiplicado nas comunidades. Nós, que **moramos nas aldeias dentro da floresta, vivendo no rio**, comendo as caças da floresta, os peixes do rio, frutas nativas e as frutas plantadas pelos nossos avós e pais, a gente se sente bem. Porém, a gente esquece de dar valor e cuidado com o que é essencial para a nossa vida. E o nosso dever é **ter esse cuidado com o nosso território** (ISA, 2023, grifo do autor).

É possível observar, portanto, que nesta categoria existem semelhanças entre as duas organizações, no que se refere ao uso de determinadas fontes, como, por exemplo, os porta-vozes, que aparecem nos textos para defender um ponto de vista, além de servir para fortalecer o papel institucional. A consulta a instituições técnicas e a ONGs também é um ponto em comum entre as duas, assim como universidades, que aparecem em apenas uma notícia de cada organização. A diferença principal reside na presença de figuras empresariais nas notícias da Vale, em geral parceiros de projetos voltados à sustentabilidade que demandam investimentos com cifras expressivas; e na aparição de organizações indígenas nas notícias do ISA, expressando reivindicações relacionadas à sustentabilidade e território.

6.2.4 Ângulo noticioso

Por fim, o gráfico 11 mostra que o ângulo noticioso, ou seja, a abordagem que se faz para relatar determinado fato, utilizado pela Vale é predominantemente mercadológico (12) e institucional (10). Nos textos do ISA, predomina o ângulo político (47), seguido do institucional (12) e do educacional (5).

Gráfico 11: Número de notícias de acordo com ângulo noticioso – Vale e ISA



Para pensar as categorias deste grupo, começamos por autores como Lima et al (2014), Aguiar e Cerqueira (2012), e Bueno (2012), referenciados no capítulo 3, para os quais a comunicação ambiental possui um caráter educacional à medida em que se dedica a produzir uma leitura de mundo que pode vir a ser sistematizada enquanto conhecimento acerca da realidade. Nesse sentido, as entidades socioambientalistas exercem um papel de fomentar debates na esfera pública e estimular a mobilização política, conforme apontado por Castells (1999), Luvizotto et al (2016) e Miguel (2020). Situadas em outro pólo do campo ambiental, as empresas, por sua vez, utilizam-se do capital econômico e simbólico (Bourdieu, 2010) que detêm para fortalecer imagem e reputação (Bueno, 2018; Lobato e Neiva, 2022) a partir das temáticas ambientais e das questões prementes na sociedade contemporânea.

A peça a seguir foi extraída de notícia categorizada como institucional, que trata do lançamento de um livro que registra cavernas localizadas em unidades de conservação na Floresta Nacional de Carajás, região onde a Vale é detentora de uma das maiores minas de ferro que se tem conhecimento no mundo.

Atualmente, a companhia conta com uma equipe de 25 profissionais dedicados ao tema espeleologia em todo o território nacional. Os especialistas coordenam trabalhos de monitoramento espeleológico, pesquisas científicas e projetos técnicos, promovendo operações sustentáveis nas minas onde a Vale atua. Ao longo dos últimos 10 anos, a empresa promoveu a criação de 12 áreas de proteção ambiental com foco em preservação de cavernas, com destaque para o Parna dos Campos Ferruginosos. (Vale, 2023).

Na categoria *mercadológico*, apresenta-se o lead da notícia - no jargão jornalístico, o primeiro parágrafo com a informação principal colocada de forma objetiva e clara - a servir

de exemplo. O que se tem é a ênfase no suporte financeiro milionário oferecido pela Vale a uma startup - empresa nativa digital de caráter inovador - da área ambiental.

No mês em que o Governo Federal relançou o Plano de Ação Prevenção e Controle de Desmatamento da Amazônia (PPCDAm), a greentech Radix Investimentos Florestais passa a contar com a ampliação da atuação do Fundo Vale no suporte aos novos negócios florestais da empresa por meio de um apoio filantrópico da ordem de R\$ 1,3 milhão. O fomento permitirá a evolução do sistema de monocultura para a silvicultura mista, com ganhos financeiros e ambientais por meio da preservação e recuperação de regiões amazônicas e estímulo da biodiversidade (Vale, 2013).

Na categoria de ângulo político, muitas das notícias do ISA relatam a participação de organizações indígenas e da sociedade civil em geral em fóruns de debates circunscritos aos movimentos sociais, que têm baixa ou nenhuma repercussão na imprensa tradicional. Em uma delas, registra-se a realização de encontro que se propõe a discutir um tema central no debate da transição energética, que é a consulta às comunidades afetadas.

Mais de 300 lideranças de povos indígenas, populações extrativistas e quilombolas de nove estados da Amazônia participaram do II Encontro Energias e Comunidades, que ocorreu em Belém, no Pará, entre 9 a 11 de maio. Ao final do encontro, **uma carta com reivindicações dos povos da Amazônia** foi publicada. Dividido em três partes para contemplar as especificidades de indígenas, quilombolas e extrativistas, o documento elenca desafios, necessidades e exigências. Os quilombolas, por exemplo, citam que a energia melhoraria o acesso à educação, à segurança e à soberania alimentar (ISA, 2023, grifo do autor).

Os textos do ISA registrados em *institucional* não colocam em primeiro plano, necessariamente, a própria organização, mas, sim, algum tipo de iniciativa para a qual forneceu suporte. Sabe-se que as entidades ambientalistas necessitam constantemente reafirmar-se frente à opinião pública, seja devido a narrativas anticiência e antiecológicas ou por uma dispersão e falta de coesão enquanto movimento social, conforme indica Miguel (2020). Com essa ideia em mente, observamos que as notícias do ISA na categoria institucional tratam também de aspectos políticos, mas em algum momento denotam o protagonismo do instituto no fato relatado, como, por exemplo, no excerto a seguir, em que se relata a materialização de um processo em redes fomentado pelo instituto.

Elaborada pelo Redário em parceria com o Comitê Técnico de Sementes Florestais da Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes (ABRATES), a Nota Técnica “Desafios e oportunidades para o desenvolvimento da cadeia produtiva de sementes nativas para a restauração de ecossistemas no Brasil”, faz uma série de recomendações ao poder público para avançar na adequação da legislação vigente e garantir a restauração de ecossistemas com escala e qualidade, na velocidade que o planeta necessita (ISA, 2023).

Na perspectiva comparada, a convergência está na incidência de notícias de ambas as organizações na categoria institucional, a partir do que se depreende que a comunicação organizacional exerce função de fortalecimento de reputação tanto em uma organização

empresarial quanto em uma do terceiro setor. A diferença está no registro de textos na categoria mercadológico, na qual apenas Vale aparece, e na categoria política, na qual somente ISA possui marcação, o que, a propósito, era um resultado esperado, ciente do papel social distinto que cada organização possui.

Assim, realizada a trajetória de análise e discussão dos dados obtidos nas salas de notícias da Vale e do ISA por meio do método da análise de conteúdo e fundamentados nos campos da sustentabilidade e da comunicação, possuímos elementos suficientes para tecer as considerações finais a respeito do objeto e responder à pergunta central de nossa pesquisa: *quais são as noções de sustentabilidade observadas na comunicação da Vale e do Instituto Socioambiental, similaridades e diferenças?*

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para responder à pergunta central de nossa pesquisa, referente às noções de sustentabilidade expressas na comunicação da multinacional Vale e da ONG Instituto Socioambiental, é preciso esclarecer qual é nossa perspectiva para o termo em questão. A partir do diálogo com autores pertencentes a escolas críticas de pensamento (Boff, 2010; Gudynas, 2019; Jacobi, 2024; Löwy, 2013; Sachs, 2002; Veiga, 2015) entendemos que sustentabilidade é um valor cultural e político que pressupõe, necessariamente, a busca por transformações concretas e urgentes no modelo econômico vigente baseado nos combustíveis fósseis. Aspectos sociais e culturais - modos de vida tradicionais -, devem fazer parte dessa visão, para que seja possível efetivamente combater a emergência climática.

Isso posto, após a análise comparativa realizada no capítulo 6, observamos que o tema da sustentabilidade e suas múltiplas variáveis ocupam um espaço significativo na comunicação da mineradora multinacional Vale e da ONG Instituto Socioambiental. Munidas de diferentes estratégias, ambas as organizações atuam dentro de um mesmo campo de práticas - comunicacionais e sociais -, qual seja, o da comunicação ambiental. Esse campo vem se constituindo enquanto espaço de investigações a nível internacional desde, pelo menos, a década de 1970 e, conforme apontam Aguiar e Cerqueira (2012), possui diferentes linhas de pesquisa, com uma diversidade de objetos e pressupostos teóricos. Nosso objeto dialoga diretamente com o esforço realizado por Cox (2010) no sentido de deixar evidentes as peculiaridades dos diferentes agentes sociais atuantes no que poderíamos chamar de “esfera pública verde”, tomando emprestada a expressão do autor acima mencionado.

Por meio da utilização do método de análise de conteúdo, que ofereceu ferramentas para criar categorias analíticas e, mais do que isso, uma abordagem para construir e dialogar com o objeto, se analisou o significado das mensagens relacionadas à noção de sustentabilidade, materializada nas salas de notícia da Vale e do ISA. Ambas manifestam, por exemplo, uma preocupação com a crise climática, que impacta a Amazônia de forma muito intensa e com fortes impactos na biodiversidade e nos povos tradicionais, explicitam uma problemática grave e urgente a ser combatida de maneira coletiva. Tratam, muitas vezes, dos mesmos tópicos, como o do mercado de carbono, por exemplo, que ao ser criado era uma pauta de interesse prioritário de empresas e governos, mas não do movimento ambientalista.

Também demonstram interesse em promover iniciativas direcionadas à preservação da floresta amazônica, principalmente por meio de projetos de restauração florestal, que podem utilizar diferentes técnicas, mas com a mesma finalidade de impactar o solo pelo plantio de

árvores e/ou produtos agrícolas. Conectada à questão florestal pela transversalidade que caracteriza a temática ambiental, a bioeconomia é outro tema que se faz presente nas notícias da Vale e do ISA. Trata-se de uma ideia que, de acordo com Ferreira et. al (2024), nasceu no âmbito de debates visando modelos alternativos de desenvolvimento econômico, mas ganhou força em outros campos sociais, e se ramificou em pelo menos três grandes perspectivas, algumas mais alinhadas às inovações tecnológicas que podem beneficiar os negócios em larga escala e outra, atrelada à valorização dos saberes ancestrais.

Essa proximidade de interesses foi um dos resultados da pesquisa empírica, que revelou um nível de convergência de temas e de mensagens similares mais amplo do que se supunha ao início do trabalho. É o caso de porta-vozes da Vale expressando a mensagem de incentivo a “uma economia mais sustentável, justa e inclusiva” (Vale, 2023) ou, ainda, buscando “desenvolver uma economia que com certeza vai proteger a floresta e as pessoas” (Vale, 2023), uma linha textual e argumentativa característica do movimento ambientalista. Sem nos estender demasiadamente nas citações diretas, cabe notar a semelhança das frases acima mencionadas com a mensagem defendida pelo ISA, de conciliar “o desenvolvimento econômico com a conservação da biodiversidade, reconhecendo a importância fundamental dos conhecimentos e modo de vida dos povos tradicionais” (ISA, 2023). Pertencentes à mesma categoria, *Desenvolvimento*, tais excertos trazem o desafio de discriminar o que defende cada organização em foco na pesquisa, pois no nível da linguagem organizacional, há muitas mensagens similares, e até mesmo o tom de “protetores” do meio ambiente se assemelha.

Respondendo de maneira objetiva a questão-problema da pesquisa, concluímos que a Vale expressa uma noção de sustentabilidade atrelada às soluções de mercado para os problemas ambientais. Exemplo disso é o apoio irrestrito aos mecanismos do mercado de carbono, que, basicamente, permitem a grandes indústrias continuarem poluindo a atmosfera mediante a contrapartida de adquirirem créditos de carbono, a partir de cálculos de reparação que não se sustentam cientificamente. Trata-se, conforme aponta Salviatti (2024), de uma evidente expressão de um crescente movimento de financeirização da natureza, estimulado pelos agentes econômicos globais, apresentado como estratégia do sistema econômico vigente para combater a crise climática. É uma sustentabilidade que, de fato, compreende a necessidade de preservação e cuidado com o patrimônio natural, mas continua a inseri-lo dentro de uma lógica de maximização de lucros, onde áreas verdes são os ativos financeiros.

Por outro lado, a Vale adota um discurso de “empresa do bem”, procurando demonstrar um cuidado para com a natureza e as comunidades vulnerabilizadas por meio de diferentes tipos de parcerias e financiamento a projetos. Temas que antes eram restritos ao

campo acadêmico ou a movimentos sociais, como a bioeconomia, por exemplo, passam a figurar com frequência nas notícias organizacionais. Entendemos se tratar de uma apropriação estratégica e calculada, visando principalmente o fortalecimento reputacional, com jogos de linguagem que se aproximam ou podem, a tomar-se como base as definições de Gatti, Seele e Rademacher (2019), ser classificados como *greenwashing*. A mineradora busca, por meio da comunicação organizacional, constantemente se legitimar perante os públicos de interesse enquanto uma empresa defensora da sustentabilidade.

O Instituto Socioambiental, por sua vez, expressa uma noção de sustentabilidade que insere no primeiro plano questões de cunho social e político, especialmente com relação às populações indígenas. A comunicação da ONG se mostra alinhada aos princípios fundantes da mesma e ao processo histórico formativo da organização, onde havia integração entre intelectuais e integrantes do movimento indígena, para pensar a problemática ambiental a partir de uma ótica *terceiro-mundista*, poderíamos dizer. Segundo Gohn (2008), essa é uma prática de protagonismo civil bastante comum na constituição dos movimentos sociais, em que múltiplos agentes atuam em cooperação. A ideia de sustentabilidade na comunicação do ISA se apresenta, portanto, como um resultado orgânico das práticas sociais, trazendo a perspectiva dos direitos constitucionais, da justiça social e, principalmente, da importância dos povos e territórios indígenas para a preservação ambiental e combate à crise climática.

De maneira parecida à que a Vale agregou temas que originalmente pertenciam a outros campos, o ISA também o fez, como demonstram as notícias sobre mercado de carbono, participando do debate com críticas, mas sem se posicionar frontalmente ao mecanismo, ao contrário de outras entidades do movimento ambientalista e indígena. Esse posicionamento crítico, porém, favorável, merece uma discussão aprofundada, dada a complexidade do tema, algo que foge da proposta desta pesquisa. Nos interessa aqui apenas a constatação de que o instituto acata uma proposta advinda de agentes econômicos dominantes, e não do Estado, para enfrentar a crise climática. Trata-se de uma solução de mercado, que já está em vigência, inclusive com implicações para populações indígenas, provavelmente sendo essa a razão pragmática pela qual o ISA adentrou ao debate.

No que se refere ao fazer comunicacional, à mecânica e estratégias da prática midiática das duas organizações em foco na pesquisa, também observamos semelhanças. Tanto a Vale quanto o ISA se utilizam de dois gêneros jornalísticos para transmitir suas mensagens: informativo e opinativo. Para efeito de precisão, a Vale tem apenas um texto caracterizado como opinativo, mas, de qualquer forma, se assemelha ao ISA pelo uso da linguagem jornalística. Outro recurso em comum é a citação direta a fontes de informação, que conferem legitimidade

aos textos. Porta-vozes institucionais, ONGs e associações e instituições técnicas e especialistas foram as categorias coincidentes em ambas. Por fim, o que chamamos de ângulo noticioso, ou seja, a maneira de olhar para determinado fato ou problemática, onde houve convergências na categoria *institucional*, caracterizada por elementos que reforçam a reputação das organizações.

Se até aqui discurremos sobre o que pode ser visto na comunicação das duas organizações, cabe um comentário sobre certos silêncios. No caso da Vale, detecta-se uma ausência total de notícias sobre populações indígenas, o que chama atenção pois a mineradora lida diretamente com essas comunidades, devido ao perfil da atividade de extração de minérios, realizada em vizinhança a Terras Indígenas (TIs). Por outro lado, nos relatórios de sustentabilidade da empresa, peças de comunicação não massivas, são listadas atividades direcionadas às etnias indígenas, entendidas como stakeholders, ou seja, partes interessadas com as quais se dialoga.

No caso do ISA, não chega a ser uma ausência, mas é uma baixa incidência nas menções e críticas à própria atividade mineradora, que, historicamente, impacta com violência o modo de vida indígena, conforme demonstrado pela bibliografia. Para citar apenas uma, Gay et al (2020) mostra que 115 TIs brasileiras estão associadas a pelo menos um requerimento de lavra mineral, sendo que a maioria já está no estágio inicial de operação. As TIs são localizadas em áreas remotas, que mantêm os ecossistemas e a biodiversidade preservados. Uma única mina em funcionamento pode acarretar desequilíbrios ambientais e, consequentemente, na saúde das populações indígenas. Chama a atenção que essa linha de apuração e histórias não tenha sido foco do ISA, pois o instituto possui equipes de jornalistas especializados e trabalha com a linguagem do jornalismo investigativo ambiental.

Finalizado o percurso de análise, entendemos que os objetivos de pesquisa foram alcançados. Enfatizou-se o papel da comunicação ambiental em duas organizações - Vale e ISA - para verificar em que medida a comunicação atua para fortalecer aspectos reputacionais ou para gerar senso crítico. A análise de um total de 86 textos indica que a comunicação da Vale está mais alinhada a aspectos reputacionais, enquanto a do ISA está mais direcionada a estimular debates na esfera pública, mas não deixa de ter também uma preocupação institucional. No que se refere à abordagem de uma dimensão política da sustentabilidade, devido ao perfil de cada uma, a Vale não adentra a essa dimensão e o ISA traz um enfoque político bastante evidente.

A pesquisa realizada contribui para os campos da comunicação ambiental e organizacional, ao apresentar as especificidades que podem ser encontradas nas mensagens de sustentabilidade de duas grandes organizações que atuam como agentes sociais dentro de um

mesmo campo. A abordagem desenvolvida, por sua vez, explicita semelhanças, diferenças e estratégias comunicacionais que auxiliam na compreensão do funcionamento da esfera pública ambiental em um período histórico marcado pela urgência de ações efetivas para combater a crise ecológica e seus impactos na Amazônia.

Concluindo, acreditamos que o terreno de pesquisas que se propõe a tratar da interface entre comunicação e sustentabilidade é extremamente fértil, o que nos leva a visualizar desdobramentos da presente pesquisa, como, por exemplo, uma ampliação do corpus, onde poderiam ser analisados dados de outros espaços comunicacionais, como as plataformas de redes sociais da Vale e do ISA. Também seria possível selecionar organizações de atuação distinta a essas duas, que possuam incidência mais direta na formulação de políticas públicas para questões ambientais e climáticas. O debate público para buscar saídas às crises que a humanidade enfrenta no século XXI está bastante ativo, com múltiplos interesses em jogo. A comunicação ambiental desempenha, portanto, um papel de extrema importância, o que enseja constantes investigações para aprofundar a reflexão sobre o significado e a influência das mensagens em circulação numa sociedade midiaticizada.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, T. Estudo comprova que Povos Indígenas e Tradicionais são essenciais para a preservação das florestas. Instituto Socioambiental, 9 ago. 2022. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/estudo-comprova-que-povos-indigenas-e-tradicionais-sao-essenciais-para>. Acesso em: 23. Nov 2024

AMAZONIAN SOCIO-BIODIVERSITY MEETING, 2021. Letter from the Amazon 2021, 2021. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/appforest_uf/fl636128732103x816951933313834600/LETTER%20FROM%20THE%20AMAZON%202021%20PARA%20COP26%20%28EN%29%20vf%20%281%29.pdf. Acesso em: 5 nov. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. Anuário mineral brasileiro: principais substâncias metálicas. Brasília: ANM, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/PreviamB2022.pdf>. Acesso em: 05. Out. 2023.

AGUIAR, S.; CERQUEIRA, J. F. Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos. Comunicação & Inovação, São Caetano do Sul, v. 13, n. 24:(11-20) jan-jun 2012. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/1474/1191. Acesso em: 10. Jun 2025.

ARTAXO, P. (2020, setembro-dezembro). As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. Estudos Avançados, 34 (100), 54-66. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.005>.

ANDRADE, M.B.T.; FERRANTE, L.; FEARNSTIDE, P.M. Brazil's Highway BR-319 demonstrates a crucial lack of environmental governance in Amazonia. 2021. Environmental Conservation, V. 48, edição 3. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0376892921000084>

BARBIERI, J. C. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2012.

BERENGUER et al. Tracking the impacts of El Niño drought and fire in human-modified Amazonian forests. PNAS, v. 118, n. 30, jul. 2021. DOI: 10.1073/pnas.2019377118. Acesso em: 23 nov. 2024.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. Desenvolvimento sustentável: biografia de um conceito. In: NACIMENTO, E. P.; VIANNA, J. N. Economia, Meio Ambiente e Comunicação. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p.54-58.

BARROS, A. T. A informação ambiental nos estudos de jornalismo: análise de investigações realizadas no Brasil e em Portugal. 2008. 240 p. Tese (Pós-Doutorado) – Universidade Fernando Pessoa, Porto. 2008.

BARROS, T. A. Coração da Amazônia, território em disputa: movimento indígena e representação política em campanha contra hidrelétricas. Curitiba: Appris, 2023.

BRAIGHI, A. A; CÂMARA, M. T. O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual (2018). In: BRAIGHI, A. A; CÂMARA, M. T. (orgs). Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática. Belo Horizonte: Cefet (MG), 2018.

BALDISSERA, R. Comunicação organizacional para a sustentabilidade: das estratégias discursivas de imagem-conceito ao comprometimento intersistêmico das marcas. In: FIGUEIRA, J e VINIEGRA, L. M. La gestión de intangibles em el espacio Iberoamericano: construcción de marcas responsables y sostenibles en la economía de la reputación. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021. P. 160-172.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2000.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. (orgs). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. São Paulo: Vozes, 2002. cap. 8. p. 189-217.

BOURDIEU, P; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BUENO, W. da C. Crise reputacional e comunicação de marca: a estratégia da Odebrecht para “lavar” a sua imagem. Revista FAMECOS, [S. l.], v. 25, n. 2, p. ID28734, 2018. DOI: 10.15448/1980-3729.2018.2.28734. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/28734>. Acesso em: 3 jan. 2025.

BUENO, W. da C. Comunicação, mobilização social e cidadania: aprendendo com a vigilância cívica do terceiro setor. Organicom, São Paulo, Brasil, v. 14, n. 26, p. 76–86, 2017. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2017.139358. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/139358..> Acesso em: 3 jan. 2025.

BUENO, W. da C. Jornalismo ambiental: teoria, prática e pesquisa. São Paulo: JORCOM/Comtexto Comunicação e Pesquisa, 2024.

BLOOMBERG LÍNEA. Empresas escondem práticas ESG para evitar risco de greenwashing, diz estudo, 2022.

BRAGA, J. L. A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRAGA, J. L. Circuito versus campos sociais. In: MATTOS, M. A; JUNIOR, J. J; JACKS, N (Orgs). Mediação & Midiatização. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012.

BERGAMO et al. The Amazon bioeconomy: Beyond the use of forest products. Ecological Economics, v. 199, Set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2022.107448>. Acesso em: 02 nov. 2024.

BOFF, L. Cuidar da Terra, proteger a vida: Como evitar o fim do mundo. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2010.

BOFF, L. Sustentabilidade: o que é – o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

CARVALHO, D. C. A (in) sustentabilidade na comunicação ambiental de grandes empreendimentos no Brasil: processo comunicacional organizacional na instalação de uma mina de ferro no Pará, 2019. 284f. Tese (Doutorado). Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

CASTELLS, M. O poder da identidade. Paz e Terra: São Paulo, 1999.

CDP. Missing the mark: 2022 analysis of global CDP temperature ratings. Disponível em: https://cdn.cdp.net/cdp-production/cms/reports/documents/000/006/544/original/Missing_the_Mark_-_CDP_temperature_ratings_analysis_2022.pdf?1669218468. Acesso em: 16 nov. 2024.

CDP. Corporate Health Check. Disponível em: https://assets.ctfassets.net/v7uy4j80khf8/281Eh1yV0Cj9JiXpPArVRF/99f8d92a5a0ee3aa670765623a33abf1/CDP_Corporate_Health_Check_2025.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025

CHAUÍ, M. Ideologia: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2025.

COELHO, T. P. A questão mineral no Brasil (Vol. 1). Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Nova Marabá: Editora iGuana.

COX, R. Environmental communication and the public sphere. Thousands Oaks, California: Sage Publication, 2010.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO. Resumo do relatório CPIBruma, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/56a-legislatura/cpi-rompimento-da-barragem-de-brumadinho/documentos/outros-documentos/resumo-do-relatorio-leitura-em-reuniao>. Acesso em: 18 jul. 2025.

DANOWSKI, D.; CASTRO, E. V;. Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2017.

DIAS, M. do C. O. et al. Manual de Impactos Ambientais: orientações Básicas sobre Aspectos Ambientais de Atividades Produtivas. 1999. 297 p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/manual_bnb.pdf. Acesso em: 25 fev. 2019.

DILTHEY, W. Introducción a las Ciencias del Espíritu. Madri: Revista de Occidente, 1956.

ETZIONI, A. Organizações complexas: estudo das organizações em face dos problemas sociais. São Paulo: Atlas.

FERRARA, L. D. A estratégica empírica da comunicação. In: BRAGA, J. L.; LOPES, M. I.; MARTINO, L. C. (orgs). Pesquisa empírica em comunicação. São Paulo: Paulus, 2010.

FONSECA JÚNIOR, W. C. Análise de Conteúdo. In J. Duarte & Antonio Barros (Org.), Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação (pp. 280-303). São Paulo: Atlas, 2005.

FERREIRA, J et al. A lack of clarity on the bioeconomy concept can be harmful for Amazonian ecosystems and its people. *Economic Ecological*, 224. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2024.108299>. Acesso em 03 nov. 2024.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo v. XVI, n. 4 n p. 141-158 n out.-dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2013000400009>. Acesso em 02 jun 2025.

FINK, L. Carta aos CEOs. BlackRock, 2018. Disponível em: <https://www.blackrock.com/corporate/investor-relations/2018-larry-fink-ceo-letter>. Acesso em 16 nov. 2024.

GABRIEL. J; CHAIB. J. Incentivos fiscais na Amazônia beneficiaram mineração e petróleo, aponta estudo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/incentivos-fiscais-na-amazonia-beneficiaram-mineracao-e-petroleo-aponta-estudo.shtml>. Acesso em 05. Out. 2023.

GARRET, R et al. Transformative changes are needed to support soci-bioeconomies for people and ecosystems in the Amazon. *Nature Ecology & Evolution*, v.8, p. 1815-1825, Oct, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41559-024-02467-9>. Acesso em: 5 nov. 2024.

GATTI, L. V.; BASSO, L. S.; MILLER, J. B.; et al. Amazônia as a carbon source linked to deforestation and climate change. *Nature* 595, 388–393 (2021). DOI: <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03629-6>. Acesso em: 23 set. 2024.

GATTI, L et al. Amazon as a carbon source linked to deforestation and climate change, 595, 388-393, Jul, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03629-6>. Acesso em: 20 out. 2024.

GIL, G. Algumas notas sobre cultura e ambiente (2003). In: Trigueiro, A. Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 44-57.

GATTI, L.; SEELE, P.; RADEMACHER, L. Grey zone in – greenwash out. A review of greenwashing research and implications for the voluntary-mandatory transition of CSR. *International Journal of Corporate Social Responsibility*. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40991-019-0044-9>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GALTUNG,, J. La Violencia: cultural, estructural y directa. *Fundación Dialnet*, Rioja, n 183, p.147-168, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5832797>. Acesso em: out. 2024.

GONÇALVES, E; ALTINO, L. Mineração em terras indígenas: Saiba quais são as áreas mais visadas pelo garimpo. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mineracao-em-terras-indigenas-saiba-quais-sao-as-areas-mais-visadas-pelo-garimpo-25428971>. Acesso em: 05. Out. 2023.

GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. Caderno CRH, [S. l.], v. 21, n. 54, 2009. DOI: 10.9771/ccrh.v21i54.18982. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18982>. Acesso em: 3 jan. 2025.

GUDYNAS, E. Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GUTILLA, R. W. Como implementar uma estratégia ESG: do propósito à ação. São Paulo: Aberje, 2023.

HABERMAS, J. O Espaço Público 30 anos depois. Caderno de Filosofia e Ciências Humanas, ano 7, n. 12, Rio de Janeiro, 1999.

HANSEN, A.; COX, R. (eds.). The Routledge handbook of environment and communication. Abingdon: Routledge, 2015.

IPCC. Climate Change: Synthesis Report. A Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf. Acesso em: 03 jan.2025.

INFOMONEY. Empresas da Bolsa não assumem compromissos capazes de atingir meta do Acordo de Paris, Infomoney, São Paulo, 27 jun. 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/business/empresas-da-bolsa-nao-assumem-compromissos-capazes-de-atingir-meta-do-acordo-de-paris/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil Socioambiental, 2007. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/almanaque-brasil-socioambiental-2008>. Acesso em: 25 out. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Relatório de atividades, 2024. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/default/files/2025-06/rel2024.pdf>. Acesso em: 14 jul 2025.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n 2, p.223-250, maio/ago 2005. Recuperado_de: <https://www.scielo.br/j/ep/a/ZV6sVmKTydvNkVNrqsHspWH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set.2024.

JACOBI, P. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. Revista De Administração Pública, 34(6), 131-158, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6353>. Acesso em: 20 nov. 2024.

JACOBI, P. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n 2, p.223-250, maio/ago 2005. Recuperado_de: <https://www.scielo.br/j/ep/a/ZV6sVmKTydvNkVNrqsHspWH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 nov.2024

JACOBI, P. R.; ARRUDA FILHO, M. T.; PIERRO, B. Ambiente e sociedade em tempos de emergência climática: do resgate histórico ao momento atual. *Fronteiras*, v.11, n.3, 35-46, 2022. <http://dx.doi.org/10.21664/2238-8869.2022v11i3>. Acesso em: 10 nov.2024

KOLBERT, E. A sexta extinção: Uma história não natural. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

KUNSCH, M. M. K. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, M. M. K. Estratégias comunicativas nos processos de parcerias para implementação da Agenda 2030 da ONU. *Organicom*, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 39, p. 16–31, 2022. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2022.200234. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/200234>.. Acesso em: 3 jan. 2025.

LAVALLE, A. G.; C, E. Desastre e desgovernança no Rio Doce: Atingidos, instituições e ação coletiva. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2022.

LOVEJOY, T. E.; NOBRE, C. Amazon tipping point: Last chance for action. *Science Advances*. EUA, v. 5, n. 12, 209. DOI: 10.1126/sciadv.aba2.

LIPOVETSKY, G. A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. São Paulo: Manole, 2005.

LOBATO, M. G; COSTA, A. J; LAURENT, F. In: Atlas da Amazônia Brasileira: fatos, dados e saberes da maior floresta tropical do mundo. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/5491394>. Acesso em: 13 jul. 2025.

LOBATO, J. A. M.; NEIVA, R. C. S. Organizações, discursos e práticas em sustentabilidade: um estudo da comunicação ESG em relatórios corporativos. *Organicom*, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 71-86, 2022. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2022.200808. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/200808>. Acesso em: 7 jan. 2024.

LUVIZOTTO, C. K.; De Lucena, L. I; Alves, M. C; Ferreira, M. F, (2016). Ativismo socioambiental on-line: uma análise do movimento “uma gota no oceano”. *Revista Geminis*, v. 7, n. 1, p. 75–100, 2016. <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/253>.

LOUREIRO, C. F. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2006. p. 104-161.

LÖWY, M. Crise ecológica e crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan/Abr, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006>. Acesso em: 10 nov. 2024

MAPBIOMAS AMAZÔNIA. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/08/FactSheet_Panamazonia_PORTUGUES_09.08_1.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

MARQUES, L. O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo, SP: Editora Elefante, 2023.

MASTINI, R.; KALLIS, G.; HICKEL, J. A Green New Deal without growth? *Ecological Economics*, v. 179, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106832>. Acesso em: 03 nov. 2024.

MALERBA, J; WANDERLEY, L. J; COELHO, T. P. Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo. Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2022. Disponível em: <https://territorioslivres.org/o-que-sao-territorios-livres-de-mineracao/livro-territorios-livres-de-mineracao-construindo-alternativas-ao-extrativismo/>. Acesso em: 05.Out. 2023.

MARTINO, L. S. Mídia e poder simbólico. São Paulo: Paulus, 2003.

MARTINO, L. S.; Rumo a uma teoria da midiaticização: exercício conceitual e metodológico de sistematização. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n. 45, p. 16-34, maio/ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.19132/1807-858320190.16-34>. Acesso em: 10. mar 2025.

MENDES, E. D.; SAMPAIO, R. J.; COLAÇÇO, F. M. Justice or just plans? Reviewing the energy transition strategy of Brazil's Ceará state. *Energy Research & Social Science*, Volume 119, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2024.103865>. Acesso em: 22. Jun 2025.

MIGUEL, K. Manifesto sobre as práticas comunicativas do Greenpeace Brasil e Instituto Socioambiental em cenários de tensionamentos. *Revista Latinoamericana de Comunicación*, Chasqui, n 144, p. 141-162, agosto a novembro, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7718504>. Acesso em: 09 mar. 2024.

MINAYO, M. C. (org); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

MELO, J. M.; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom – RBCC*. São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016

MELLO, N. A. Desenvolvimento sustentável no Brasil: dilemas e desafios. *Economia, Meio Ambiente e Comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p.39-53.

MOURÃO, I.; OLIVEIRA, I, L. O campo da Comunicação Organizacional na atualidade: direções epistemológicas e desafios. *Organicom*. Ano 21; n. 46; set-dez. 2024

MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Parecer Pericial. Nº 115/2016/6ªCCR. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/parecer-115-2016-seap-tupiniquim-e-guarani.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2025.

NAPOLITANO, C. J. A judicialização da política no Supremo Tribunal Federal: análise de julgamentos relacionados à reforma do Estado nos anos 90, 2008. 177f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista.

NETTO, S.; SOBRAL, M. F.; RIBEIRO, A. R.; SOARES, G. Concepts and forms of greenwashing: a systematic review. *Environ Sci Eur* (2020) DOI: <https://doi.org/10.1186/s12302-020-0300-3>. Acesso em: 05 jun. 2025.

NOBRE, C. Está a Amazônia próxima de um ponto de não retorno?”, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cg5Rh5CVm48>. Acesso em: 24 nov. 2024.

ONU. What is the triple planetary crisis?, 2022. Disponível em: https://unfccc.int/news/what-is-the-triple-planetary-crisis?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwvKi4BhABEiwAH2gcw3UTdTeL-xzX3zGtWYThdj3U7VbyIW5goG6Ty9ENIu9W69s4Fm9kiRoCrBMQAvD_BwE

OROZCO, G.O. Comunicação Social e Mudança Tecnológica: Um Cenário de Múltiplos Desordenamentos (2006) In: Dênis de Moraes (org). *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro, Mauad, 2006.

ORTIZ, R. *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2013.

PACTO GLOBAL. Who Care Wins, 2004. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/280911488968799581/pdf/113237-WP-WhoCaresWins-2004.pdf>. Acesso em 07 nov. 2024.

PEREIRA, B. E; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Editora UFPR. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v22i0.16054>. Acesso em: 05. Out. 2023.

PORTO, M. F; MARTINEZ-ALIER, J. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 23, p.503-512. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001600011>. Acesso em: 05. Out. 2023.

RAISG. *Amazônia sob pressão*. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental, 2021.

RIBEIRO, B, L. Instituto Socioambiental: continuidades e discontinuidades de um processo de institucionalização? Dissertação, 2020. Universidade de Brasília.

RICHARDSON, K. et al (2023, setembro). Earth beyond six of nine planetary boundaries. *Science advances*, 9 (37), 1-16. <http://doi.org/10.1126/sciadv.adh2458>. Acesso em: 15 out. 2024.

REIS, R., ZANETTI, D. *Comunicação e territorialidades: poder, cultura e mídia*. Vitória: EDUFES, 2017.

RODRIGUES, A. D. *Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond. 2002.

SALOMÃO, A. Agência de mineração mantém ativos processos em 77 terras pleiteadas por indígenas. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/09/agencia-de-mineracao-mantem-ativos-processos-em-77-terras-pleiteadas-por-indigenas.shtml>. Acesso em: 05 out. 2023.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 7-13, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>. Acesso em: 05.out.2023.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2006.

SHIVA, V. Monoculturas da Mente. São Paulo: Gaia, 2023.

SODRÉ, M. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SODRÉ, M. As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

STUMPF, I. R. Pesquisa bibliográfica. IN: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

THE ECONOMIST. ESG should be boiled to one simple measure: emissions. *The Economist*, Reino Unido, 21 jul. 2022. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2022/07/21/esg-should-be-boiled-down-to-one-simple-measure-emissions>. Acesso em: 15 nov. 2024.

UNDRR. The Human Cost of Disasters: An Overview on The Last Twenty Years 2000-2019, 2020. Disponível em: https://www.preventionweb.net/files/74124_humancostofdisasters20002019reportu.pdf

VALE. Relatório de Sustentabilidade, 2015. Disponível em: <https://vale.com/documents/44618/429697/relatorio-de-sustentabilidade-2015.pdf/49b6f3c6-9472-47a6-ce52-cf3b07d0b721?version=1.2&t=1696881218917&download=false>. Acesso em: 13 de ju. 2025.

VALE. Relatório de Sustentabilidade, 2016. Disponível em: <https://vale.com/documents/44618/429697/relatorio-de-sustentabilidade-2016.pdf/a8a22367-6131-3795-b0e1-89e02bdb7128?version=1.3&t=1696881559123&download=false>. Acesso em: 13 de ju. 2025.

VALE. Relatório Integrado, 2024. Disponível em: <https://vale.com/documents/44618/429697/Relato+Integrado+Vale+2024.pdf/2a2958a5-6a68-3b71-867b-9c790c4dc244?version=1.0&t=1744635287383&download=false>. Acesso em: 13 de jul. 2025.

VALOR ECONÔMICO, 2025. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/02/20/vale-lucra-r-316-bi-em-2024-queda-de-21.ghtml>. Acesso em: 13 de jul. 2025.

VIOLA, E.; LEIS, H. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991:

do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: Hogan, Daniel & Vieira, Paulo (orgs.). Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas, Unicamp, 1992.

VIOLA, E. J.; VIEIRA, P. F. Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 81 a 104, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/8724>. Acesso em: 20 nov. 2024.

VEIGA, J. E da. A emergência socioambiental. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2015.

WBCSD. Disponível em: <https://www.wbcsd.org/>. Acesso em: 03 nov. 2024.

WISNIK, J. M. *Maquinação do Mundo: Drummond e a Mineração*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

World Economic Forum. *Global Risks Report*. Disponível em: <https://www.marshmcclennan.com/content/dam/mmc-web/insights/publications/2023/global-risks-report-2023/global-risks-report-2023.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

WRI. Cinco anos de Acordo de Paris: está funcionando? Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/cinco-anos-de-acordo-de-paris-esta-funcionando>. Acesso em: 04 nov. 2024.

WU, M.; LONG, R.; BAI, Y.; CHEN. Knowledge mapping analysis of international research on environmental communication using bibliometrics. *Journal of Environmental Management*, Volume 298, 2021, 113475, ISSN 0301-4797. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2021.113475>. Acesso em: 10 mai. 2025.

ZÚÑIGA NAVARRO, G. *Los procesos de constitución de Territorios Indígenas en América Latina*. 1998.